

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GUSTAVO DOMINGUES GASPARI

DESCENTRALIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE ÁREAS DE CENTRALIDADE: UMA  
ANÁLISE DAS DINÂMICAS DE (RE)ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM  
CURITIBA (PR)

CURITIBA

2019

GUSTAVO DOMINGUES GASPARI

DESCENTRALIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE ÁREAS DE CENTRALIDADE: UMA  
ANÁLISE DAS DINÂMICAS DE (RE)ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM  
CURITIBA (PR)

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação  
em Planejamento Urbano, linha de pesquisa Dinâmicas  
Urbanas, Setor de Tecnologia, Universidade Federal do  
Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de  
Mestre em Planejamento Urbano

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Olga Lucia Castreghini de  
Freitas Firkowski

CURITIBA

2019

Catálogo na Fonte: Sistema de Bibliotecas, UFPR  
Biblioteca de Ciência e Tecnologia

---

- G249d Gaspari, Gustavo Domingues  
Descentralização e formação de áreas de centralidade: uma análise das dinâmicas de (re)estruturação do espaço urbano em Curitiba (PR) [recurso eletrônico] / Gustavo Domingues Gaspari – Curitiba, 2019.
- Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Setor de Tecnologia, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano.  
Orientadora: Olga Lucia Castreghini de Freitas Firkowski
1. Planejamento urbano – Curitiba (PR). I. Universidade Federal do Paraná. II. Firkowski, Olga Lucia Castreghini de Freitas. III. Título.

CDD: 711.4098162

---

Bibliotecária: Roseny Rivelini Morciani CRB-9/1585



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR SETOR DE TECNOLOGIA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PLANEJAMENTO  
URBANO - 40001016104P3

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PLANEJAMENTO URBANO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **GUSTAVO DOMINGUES GASPARI** intitulada: **Descentralização e formação de áreas de centralidade: uma análise das dinâmicas de (re)estruturação do espaço urbano em Curitiba(PR)**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 18 de Abril de 2019.

OLGA LÚCIA CASTREGHINI DE FREITAS FIRKOWSKI

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

ARTHUR MAGON WHITACKER

Avaliador Externo (UNESP)

MADIANITA NUNES DA SILVA

Avaliador Interno (UFPR)



## AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos contando uma pequena história. Quando eu era criança e tinha algo como oito ou nove anos de idade, me lembro bem de ir com a minha mãe para o Centro de Curitiba. Nós “batíamos perna”, eu a acompanhava nas lojas, passeávamos no calçadão da Rua XV, tomávamos sorvete, víamos as figuras que por lá circulam e, de vez em quando, eu ficava no Bondinho ou era levado à Praça Osório para brincar. Mas o que sempre me fascinava eram os prédios que eu via nessas idas, principalmente por sua altura. Era uma das coisas que eu sabia que não existiam na Cidade Industrial, bairro onde moro até hoje, e que para mim faziam parte das idas ao Centro tanto quanto todas as suas outras atrações.

Costumávamos ir ao Centro de ônibus, por meio da linha Colombo/CIC, fazendo todo o trajeto entre a CIC e a Praça Tiradentes para ir e voltar. No início do trajeto de ida, bem como no término da volta, enquanto transitávamos pela rua Pedro Gusso entre a CIC e o Capão Raso, me recorde de visualizar alguns edifícios mais altos agrupados no horizonte, destacando-se das casas baixas que os circundavam. Não me lembro se cheguei a perguntar à minha mãe sobre eles, mas sei que me indaguei por que não existiam prédios como aqueles onde eu morava. Sem ter a noção disso, já me questionava sobre o espaço urbano. Lembro de admirar aquela paisagem pelo tempo que o trajeto do ônibus me permitia, antes de realizar a curva seguinte.

Muitos anos depois, em 2008, quando iniciei minha trajetória na faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Paraná, ainda era fascinado por edifícios altos e imponentes, bem como por suas aglomerações típicas das paisagens de grandes metrópoles. Talvez esse duplo fascínio tenha me influenciado quando escolhi o curso que iria fazer. Mas os anos passaram e as coisas mudaram: na faculdade a ideia de trabalhar com projeto, como o de altos edifícios, já não me agradava tanto e então eu comecei a me interessar mais pelo “urbanismo”. Realizei alguns estágios, iniciação científica e monitoria na área até que a dúvida que invariavelmente passa pela cabeça de todos os estudantes do curso me atingiu: qual seria o tema do meu Trabalho Final de Graduação?

Naquela época, já mais familiarizado com conceitos e o vocabulário da área, optei por fazer um estudo sobre um subcentro. Mas não um qualquer. Foi sobre o

subcentro do Pinheirinho, aquele que tanto me chamara a atenção através da janela do ônibus durante a minha infância e eu mal sabia o porquê. Com o tempo descobri que a verticalização que me fascinava não tinha relação direta com aquele subcentro, mas fazia parte de suas tantas dinâmicas. Me formei, saí para a vida profissional e mais uma vez retornei à universidade, agora me propondo a estudar a centralidade num contexto mais amplo, do município de Curitiba, lugar onde nasci e cresci.

Compartilho isso apenas para dizer que tenho certeza que minha mãe nem de longe imaginava que nossas idas ao Centro na já distante década de 1990, quando eu era apenas uma criança, acabariam influenciando minha trajetória acadêmica e profissional, estariam na origem de um TFG e agora de uma dissertação de mestrado. Mas foram o seu amor, dedicação, carinho e atenção que proporcionaram esses e tantos outros momentos que me fizeram ser a pessoa que sou hoje e a que ainda serei. Assim como meu pai, que sempre nos deu todo o suporte necessário para que todos aqueles momentos existissem e que me acompanha até os dias atuais, com quem eu aprendo todos os dias sobre a vida. À minha mãe Regina Cecilia Domingues e ao meu pai Gilberto Gaspari, pela vida e tudo o mais que vocês me deram e me proporcionaram, desde e para sempre, muito obrigado.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski, minha orientadora, pelas contribuições muito precisas, pela franqueza, respeito, e sempre pronta disposição em me auxiliar, que me trouxeram muita segurança ao longo de toda a minha jornada no mestrado. Espero ter retribuído à altura a oportunidade de ter uma pesquisadora de tamanha importância e relevância enquanto orientadora. Tua presença tornou o caminho muito mais fácil de ser trilhado, teu profissionalismo e dedicação na busca pelo conhecimento me inspiraram e seguirão me inspirando em meus futuros passos, seja dentro ou fora da academia.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Madianita Nunes da Silva, pela acolhida, pelos ensinamentos e pela parceria em toda a minha trajetória acadêmica, desde nosso encontro nos corredores do bloco de Arquitetura do Centro Politécnico ainda durante a graduação para o que viria a ser minha iniciação científica, passando pela orientação no TFG, até a coautoria para escrevermos o primeiro artigo científico que tive a felicidade de publicar, além de aceitar me orientar na qualificação do mestrado.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano (PPU) pelo trabalho e perseverança em fazer o programa existir e prosperar, e, em especial, àqueles com os quais pude aprender e compartilhar conhecimento em sala de aula e nos eventos promovidos pelo programa: Alessandro Filla Rosaneli, Claudia Robbi Sluter, Daniele Regina Pontes, Gislene de Fátima Pereira, José Ricardo Vargas de Faria, Leticia Nerone Gadens, Márcia de Andrade Pereira Bernardinis e Mariano de Matos Macedo.

Ao Prof. Dr. Arthur Magon Whitacker que, mesmo à distância, se dispôs a me avaliar com atenção e me auxiliar decisivamente na realização da pesquisa, prestando contribuições cruciais para os rumos do trabalho realizado a partir da qualificação.

À Maria de Lourdes Pereira Fonseca e Natalia Held pela disposição em conversar comigo e me ajudar a compreender a metodologia e os dados utilizados para a identificação de áreas de centralidade.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Silvana Philippi Camboim por me apresentar a geocodificação como possibilidade metodológica ainda no início da pesquisa.

À Monica Máximo da Silva pelas oportunas e descontraídas conversas sobre meu tema de pesquisa, ainda em seu início, e sobre a vida de mestrando.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação Araucária pela concessão da bolsa de estudos que me permitiu realizar as atividades da pesquisa com muito mais dedicação e comprometimento.

Aos meus colegas do PPU e do Laboratório de Dinâmicas Metropolitanas (LADIME) pela convivência e por compartilhar livros, conhecimentos, alegrias, medos, angústias e, principalmente, visões de mundo durante nosso processo de formação, em especial à Pedro Lanna de Castro, Jorge Mario Carmona Vanegas e José Maria Marques de Melo Filho.

À Sandra Mayumi Nakamura, Lidia Sayoko Tanaka e demais profissionais da Ecotécnica Tecnologia e Consultoria pela oportunidade de colocação profissional durante e após a graduação e pelos ensinamentos cotidianos da profissão, além da paciência em me aguardar com as atividades do mestrado.

A todos os meus amigos pela torcida, companheirismo e por me proporcionar momentos em que pude deixar de lado as obrigações e o peso dessa caminhada para depois poder retomá-la com mais energia e disposição.

Por último, mas não menos importante, à Lillian Caroline Soares Araújo, minha namorada. Obrigado por todo o amor, carinho, apoio incondicional, torcida e ânimo para prosseguir que você me deu. Mais uma vez ao seu lado eu tenho a oportunidade de lembrar do passado e de onde partimos, olhar para o presente e ver onde já chegamos, além de vislumbrar um futuro juntos para imaginar o que podemos e iremos conquistar. Você me faz ser a minha melhor versão de mim, todo dia, cada vez mais.

*Vita brevis, ars longa.*

- Hipócrates



## RESUMO

Com o crescimento das metrópoles e aumento da complexidade de sua (re)estruturação, destacam-se processos sociais que produzem novos conteúdos espaciais, dentre os quais a formação de áreas de centralidade possui papel fundamental na estruturação do espaço urbano. A presente pesquisa visa contribuir para a compreensão das dinâmicas que envolvem tais processos a partir da análise de sua manifestação no espaço intraurbano do município de Curitiba. No contexto desse recorte analítico, a atuação do poder público no campo do planejamento urbano é divulgada como bem-sucedida, tendo induzido a estruturação da cidade sob um modelo de expansão linear do Centro mantido de maneira quase ininterrupta nas últimas cinco décadas, condição rara nas administrações municipais brasileiras. Apesar disso e de não ter se transformado em diretriz de desenvolvimento, a discussão a respeito do surgimento de áreas de centralidade secundárias alheias a esse modelo de estruturação linear é recorrente na trajetória do planejamento urbano em Curitiba, o que demonstra sua pertinência, embora não se tenha produzido estudos atualizados na esfera pública desde os anos 1980. Nesse sentido, a atuação dos demais atores sociais que compõem a cidade foi responsável pelo estabelecimento de suas próprias dinâmicas, seja pelo assentamento de grupos sociais excluídos na periferia ou pelo avanço do capital imobiliário na produção de grandes estruturas comerciais, ora chocando-se e ora convergindo para consolidar o modelo preconizado, replicando lógicas pretéritas e desenvolvendo outras novas. A partir dessas considerações, a centralidade é debatida e investigada a partir da leitura de conteúdos teóricos, conceituais, revisão histórica e análises espaciais que permitiram verificar a existência de um processo contínuo e múltiplo de reestruturação urbana em Curitiba à luz das dinâmicas de descentralização e formação de novas áreas de centralidade.

Palavras-chave: Espaço intraurbano, estruturação urbana, centralidade, descentralização urbana, dinâmicas urbanas, Curitiba.

## **ABSTRACT**

With the growth of the metropolises and increasing the complexity of their (re)structuring, social processes that produce new spatial contents are highlighted, among which the formation of centrality areas plays a fundamental role in the structuring of the urban space. The present research aims to contribute to the understanding of the dynamics that involve such processes from the analysis of their manifestation in the intraurban space of the city of Curitiba. In the context of this analytical clipping, the performance of public power in the field of urban planning is reported to be successful, having induced the city to be structured under a linear expansion model of the Center maintained almost uninterruptedly in the last five decades, a rare condition in Brazilian municipal administrations. Despite this, and the fact that it has not become a development policy, the discussion about the emergence of secondary centrality areas beyond this linear structuring model is recurrent in the urban planning trajectory in Curitiba, which demonstrates its relevance, although it is not has been produced updated studies in public scope since the 1980s. In this sense, the performance of the other social actors that compose the city was responsible for the establishment of its own dynamics, either by the settlement of excluded social groups in the periphery or by the advance of real estate capital in the production of large commercial structures, sometimes colliding or converging to consolidate the preconized model, replicating previous logics and developing new ones. Based on these considerations, the centrality is debated and investigated from the reading of theoretical, conceptual, historical and spatial analysis that allowed the verification of the existence of a continuous and multiple process of urban restructuring in Curitiba based on the dynamics of decentralization and formation of new areas of centrality.

Key-words: intraurban space, urban structuring, centrality, urban decentralization, urban dynamics, Curitiba.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	– O MODELO DE CIDADE-JARDIM EM SEU DESENVOLVIMENTO COMPLETO.....	30
FIGURA 2	– O MODELO DE CIDADE-JARDIM EM RECORTE PARCIAL DA CIDADE SOCIAL.....	32
FIGURA 3	– CONFIGURAÇÃO PADRÃO DE UMA UNIDADE DE VIZINHANÇA.....	35
FIGURA 4	– ESQUEMA VIÁRIO DO PROJETO VIZINHANÇA.....	36
FIGURA 5	– ESQUEMA VIÁRIO DO PROJETO ALDEIA.....	36
FIGURA 6	– MODELOS SIMPLIFICADOS DE ESTRUTURA URBANA DESENVOLVIDOS PELA PERSPECTIVA DA ECOLOGIA HUMANA.....	43
FIGURA 7	– REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA TEORIA DOS LUGARES CENTRAIS DE CHRISTALLER (1933).....	47
FIGURA 8	– PADRÃO GERAL DE PREÇOS DO SOLO URBANO SEGUNDO MODELO DE BERRY.....	56
FIGURA 9	– ESQUEMA DO PLANO DE AVENIDAS DO PLANO AGACHE....	116
FIGURA 10	– PROPOSTAS DO PLANO AGACHE SOBRE O ARRUAMENTO ATUAL.....	120
FIGURA 11	– ZONAS ESTABELECIDAS PELO PLANO PILOTO DE ZONEAMENTO DE 1960.....	125
FIGURA 12	– TERRITÓRIO DE CURITIBA DIVIDIDO EM UNIDADES DE VIZINHANÇA, CONFORME ESTABELECIDAS EM 1960, SOBRE O ARRUAMENTO ATUAL.....	127
FIGURA 13	– MAPA DE DENSIDADE DEMOGRÁFICA POR UNIDADE DE VIZINHANÇA EM 1964 CONSTANTE NO DIAGNÓSTICO DO PPU.....	131
FIGURA 14	– MAPA DE CURITIBA COM A PROPOSTA DAS VIAS RÁPIDAS ESTRUTURAIS E INDICAÇÃO APROXIMADA DOS CENTROS SECUNDÁRIOS.....	134
FIGURA 15	– MAPA DA PROPOSTA DE ZONEAMENTO DO PPU (1965).....	137
FIGURA 16	– MAPA DE ZONEAMENTO DO PLANO DIRETOR (1966).....	138

FIGURA 17	– ESQUEMA VIÁRIO DO SISTEMA TRINÁRIO E DA OCUPAÇÃO NO SETOR ESTRUTURAL.....	140
FIGURA 18	– ESQUEMA DE ESTRUTURAÇÃO VIÁRIA DO PROJETO VIZINHANÇA.....	146
FIGURA 19	– COMPARATIVO ENTRE A ESTRUTURAÇÃO COM BASE NO CRESCIMENTO LINEAR DO CENTRO (À ESQUERDA) E A COM BASE NUMA ESTRUTURA MULTICÊNTRICA.....	151
FIGURA 20	– EXEMPLIFICAÇÃO ESPACIAL DA VIZINHANÇA (À ESQUERDA) E DA ALDEIA.....	152
FIGURA 21	– LOCALIZAÇÃO DAS RUAS DA CIDADANIA E RESPECTIVAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS.....	155
FIGURA 22	– LOCALIZAÇÃO DOS SHOPPING CENTERS DE CURITIBA.....	159
FIGURA 23	– MAPA DE ESTRUTURAÇÃO URBANA DE CURITIBA INDICADO PELA LEI DO PLANO DIRETOR Nº 14.771/2015, COM DESTAQUE PARA AS ÁREAS DE CENTRALIDADE NELE IDENTIFICADAS.....	163
FIGURA 24	– CENTROS FUNCIONAIS E SUAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA NO RIO DE JANEIRO IDENTIFICADOS POR DUARTE (1974).....	173
FIGURA 25	– IDENTIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE ÁREAS DE CENTRALIDADE EM SÃO PAULO SEGUNDO FONSECA (2009).....	180
FIGURA 26	– EXEMPLO DE CODIFICAÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA CONFORME A CNAE.....	181

## LISTA DE MAPAS

MAPA 1	– EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA DE CURITIBA.....	122
MAPA 2	– POLÍGONOS DAS ÁREAS DE CENTRALIDADE EM CURITIBA (IPPUC, 1987).....	177
MAPA 3	– LOCALIZAÇÃO DAS EMPRESAS DE TODO O SETOR TERCIÁRIO.....	191
MAPA 4	– LOCALIZAÇÃO DAS EMPRESAS DOS GRUPOS SELECIONADOS.....	192
MAPA 5	– LOCALIZAÇÃO DAS EMPRESAS NÃO INCLUÍDAS NOS GRUPOS SELECIONADOS.....	193
MAPA 6	– LOCALIZAÇÃO DAS EMPRESAS DOS GRUPOS SELECIONADOS COM 10 OU MAIS EMPREGADOS.....	194
MAPA 7	– MAPA DE CALOR DAS EMPRESAS DE TODO O SETOR TERCIÁRIO, RAIO DE 250M.....	198
MAPA 8	– MAPA DE CALOR DAS EMPRESAS DOS GRUPOS SELECIONADOS, RAIO DE 250M.....	199
MAPA 9	– MAPA DE CALOR DAS EMPRESAS NÃO INCLUÍDAS NOS GRUPOS SELECIONADOS, RAIO DE 250M.....	200
MAPA 10	– MAPA DE CALOR DAS EMPRESAS DOS GRUPOS SELECIONADOS COM 10 OU MAIS EMPREGADOS, RAIO DE 250M.....	201
MAPA 11	– MAPA DE CALOR DAS EMPRESAS DE TODO O SETOR TERCIÁRIO, RAIO DE 500M.....	204
MAPA 12	– MAPA DE CALOR DAS EMPRESAS DOS GRUPOS SELECIONADOS, RAIO DE 500M.....	205
MAPA 13	– MAPA DE CALOR DAS EMPRESAS NÃO INCLUÍDAS NOS GRUPOS SELECIONADOS, RAIO DE 500M.....	206
MAPA 14	– MAPA DE CALOR DAS EMPRESAS DOS GRUPOS SELECIONADOS COM 10 OU MAIS EMPREGADOS, RAIO DE 500M.....	207
MAPA 15	– MAPA DE CALOR DAS EMPRESAS DOS GRUPOS SELECIONADOS INAUGURADAS ATÉ 1985, RAIO DE 500M....	210



MAPA 16	– MAPA DE CALOR DAS EMPRESAS DOS GRUPOS SELECIONADOS INAUGURADAS ATÉ 1995, RAIO DE 500M....	211
MAPA 17	– MAPA DE CALOR DAS EMPRESAS DOS GRUPOS SELECIONADOS INAUGURADAS ATÉ 2005, RAIO DE 500M....	212
MAPA 18	– MAPA DE CALOR DAS EMPRESAS DOS GRUPOS SELECIONADOS INAUGURADAS ENTRE 1986 E 1995, RAIO DE 500M.....	217
MAPA 19	– MAPA DE CALOR DAS EMPRESAS DOS GRUPOS SELECIONADOS INAUGURADAS ENTRE 1996 E 2005, RAIO DE 500M.....	218
MAPA 20	– MAPA DE CALOR DAS EMPRESAS DOS GRUPOS SELECIONADOS INAUGURADAS ENTRE 2006 E 2017, RAIO DE 500M.....	219
MAPA 21	– MAPA DE CALOR, EMPRESAS DOS GRUPOS SELECIONADOS EXCETO EM SHOPPING CENTERS, RAIO DE 250M.....	221
MAPA 22	– MAPA DE CALOR, EMPRESAS DOS GRUPOS SELECIONADOS EXCETO EM SHOPPING CENTERS, RAIO DE 500M.....	222
MAPA 23	– POLÍGONOS DE CENTRALIDADE (RAIO DE 500M) E RENDA POR SETOR CENSITÁRIO.....	226
MAPA 24	– POLÍGONOS DE CENTRALIDADE (RAIO DE 250M) E RENDA POR SETOR CENSITÁRIO.....	227
MAPA 25	– MAPA DE CALOR DAS EMPRESAS DOS GRUPOS SELECIONADOS (RAIO DE 250M) E OS SUBCENTROS IDENTIFICADOS EM 1987.....	229

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	– - EXEMPLO HIPOTÉTICO DE HIERARQUIA URBANA E FUNÇÕES CENTRAIS .....	49
QUADRO 2	– SHOPPING CENTERS DE CURITIBA POR LOCALIZAÇÃO, ANO DE INAUGURAÇÃO E ÁREA CONSTRUÍDA.....	158
QUADRO 3	– - TIPOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS DE CONSUMO POUCO FREQUENTE SEGUNDO DUARTE (1974).....	172
QUADRO 4	– TIPOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS FUNCIONAIS SEGUNDO IPPUC (1987).....	175
QUADRO 5	– TIPOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS CENTRAIS SEGUNDO FONSECA (2009).....	182
QUADRO 6	– TIPOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS DE CONSUMO POUCO FREQUENTE SEGUNDO DUARTE (1974) E SEU ENQUADRAMENTO NA CNAE 2.0.....	183
QUADRO 7	– TIPOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS FUNCIONAIS SEGUNDO IPPUC (1987) E SEU ENQUADRAMENTO NA CNAE 2.0.....	184

## LISTA DE SIGLAS

AP	–	Avenida Perimetral
CAGED	–	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBD	–	<i>Central Business District</i>
CEASA/PR	–	Centrais de Abastecimento do Paraná S/A
CIC	–	Cidade Industrial de Curitiba
CONCLA	–	Comissão Nacional de Classificação
COPLAC	–	Comissão de Planejamento de Curitiba
CNAE	–	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ	–	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CSV	–	<i>Comma-Separated Values</i>
EIV	–	Estudo de Impacto de Vizinhaça
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPPUC	–	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
KML	–	<i>Keyhole Markup Language</i>
MTE	–	Ministério do Trabalho e Emprego
PD	–	Plano Diretor
PDR	–	Plano de Desenvolvimento Regional
PL	–	Projeto de Lei
PMDU	–	Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano
PPU	–	Plano Preliminar de Urbanismo
RAIS	–	Relação Anual de Informações Sociais
RAP	–	Relatório Ambiental Prévio
SEP	–	Setor dos Pólos
SEPC	–	Setor dos Pólos Comerciais
SEPI	–	Setor dos Pólos de Integração
SIG	–	Sistema de Informações Geográficas
SHP	–	<i>Shapefile</i>
SM	–	Salário Mínimo
SPPE	–	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
URBS	–	Urbanização de Curitiba S/A
XML	–	<i>eXtensible Markup Language</i>

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>2</b>	<b>ESTRUTURAÇÃO URBANA E CENTRALIDADE: UM PERCURSO TEÓRICO .....</b>	<b>25</b>
2.1	CIDADE-JARDIM E UNIDADES DE VIZINHANÇA .....	28
2.2	ESCOLA DE CHICAGO .....	37
2.3	TEORIA DOS LUGARES CENTRAIS .....	46
2.4	DESCENTRALIZAÇÃO E DISCUSSÕES RECENTES .....	51
<b>3</b>	<b>CENTRALIDADE E SUAS FORMAS DE EXPRESSÃO .....</b>	<b>66</b>
3.1	ATRIBUTOS DA CENTRALIDADE .....	80
3.2	FORMAS DE EXPRESSÃO DA CENTRALIDADE .....	87
3.2.1	Centro .....	88
3.2.2	Desdobramento do Centro .....	95
3.2.3	Subcentros .....	100
3.2.4	Áreas Especializadas .....	104
3.2.5	Formas contemporâneas de expressão da centralidade .....	106
<b>4</b>	<b>A CENTRALIDADE INTRAURBANA EM CURITIBA: UMA ANÁLISE À LUZ DO PLANEJAMENTO URBANO .....</b>	<b>113</b>
4.1	PLANO AGACHE .....	114
4.2	PLANO PILOTO DE ZONEAMENTO E UNIDADES DE VIZINHANÇA .....	123
4.3	PLANO PRELIMINAR DE URBANISMO E PLANO DIRETOR .....	129
4.4	IMPLANTAÇÃO DO PLANO DIRETOR NOS ANOS 1970 .....	139
4.5	PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO .....	147
4.6	PLANOS E LEIS POSTERIORES, MARCOS NORMATIVOS E A EMERGÊNCIA DAS GRANDES ESTRUTURAS COMERCIAIS .....	156
4.7	SÍNTESE .....	165
<b>5</b>	<b>ÁREAS DE CENTRALIDADE EM CURITIBA E REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO .....</b>	<b>169</b>
5.1	PERCURSO METODOLÓGICO PARA A DEFINIÇÃO DE ÁREAS DE CENTRALIDADE .....	170
5.2	IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE CENTRALIDADE .....	187

5.3	MULTI(POLI)CENTRALIDADE EM CURITIBA A PARTIR DA CONCENTRAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS.....	230
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>234</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>237</b>



## 1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo abordar a centralidade em escala intraurbana e seu papel para a estruturação do espaço urbano. A centralidade é um atributo importante expresso em determinadas áreas da cidade, cujo poder estruturador se revela pela possibilidade de atração de fluxos e concentração de atividades, que influenciam os deslocamentos e as práticas sociais de regiões da cidade ou da cidade como um todo. As mudanças nas dinâmicas de constituição de centralidade intraurbana levam à reestruturação do espaço e vice-versa, fenômeno complexo cujo estudo é salutar para melhor compreender o processo de contínua transformação da cidade e, por consequência, a realidade sobre a qual o planejador urbano atua.

O espaço urbano da atualidade, altamente complexo em suas relações sociais e formas espaciais, não se constitui de forma aleatória, mas é produzido pelas relações de agentes sociais sob o domínio do modo de produção capitalista (CORRÊA, 1989). Este, por sua vez, pressupõe não só uma profunda divisão social do trabalho, como também uma "divisão espacial do trabalho" (CARLOS, 1994, p. 83-84), que se materializa no meio urbano fragmentado. A atuação desses agentes no espaço urbano produz uma série de dinâmicas que geram diferentes rebatimentos espaciais na cidade, dos quais processos de descentralização e a formação de novos núcleos de centralidade, enquanto processos espaciais decorrentes da ação dos agentes formadores citados, também se inserem na estratégia capitalista de acumulação do capital, em especial do setor terciário da economia. Nesse sentido, Villaça (2001, p.119) afirma que os processos que caracterizam a estruturação das metrópoles brasileiras são conduzidos pelas "forças do mercado", nos quais os demais agentes, entre eles o planejamento promovido pelo Estado, têm papel secundário.

O recorte de análise, por sua vez, é o município de Curitiba, embora as dinâmicas urbanas que envolvem o município extrapolem seus limites territoriais, uma vez que se trata de uma realidade metropolitana. Curitiba é um município que no último Censo registrou uma população de 1.751.907 habitantes, enquanto sua região metropolitana contou com 3.223.836 habitantes. Esse contingente é resultante de um processo de acelerado crescimento populacional, sobretudo entre 1950 e 1980,

interregno no qual a população curitibana passou de 180.575 para 1.024.975 habitantes, tendo apresentado a maior de crescimento populacional entre as capitais brasileiras no período, enquanto nos anos posteriores foram os demais municípios metropolitanos que apresentaram, no geral, taxas de crescimento superiores.

Durante a maior parte do período que se inicia nos anos 1950 até a atualidade, mais especificamente a partir dos anos 1960, se aplicou em Curitiba um modelo específico de planejamento e estruturação urbana linear cujo propalado sucesso tornou a cidade reconhecida mundialmente, indicando um certo papel de protagonismo do poder público que, a princípio, vai de encontro ao afirmado por Villaça (2001). Entretanto, a efetivação desse modelo ocorreu não sem apresentar contradições, chocar-se com outras dinâmicas de estruturação urbana, como a consolidação núcleos distintos de centralidade e resultar em efeitos negativos como a periferização de camadas da população tanto no território de Curitiba, como no de municípios metropolitanos, o que expõe fragilidades no discurso de sucesso do modelo adotado.

Isto posto, a restrição do recorte da pesquisa ao âmbito municipal, embora acarrete numa compreensão parcial da reestruturação urbana do ponto de vista da metrópole, se baseou em duas premissas principais: (i) a possibilidade de se relacionar o estudo apresentado com os planos e ações de incentivo e, também, de não incentivo, à formação de núcleos secundários de atividades centrais em Curitiba, levantadas a partir da revisão de Planos Diretores e outros estudos realizados cujo âmbito é limitado ao nível municipal; (ii) a obtenção mais simplificada de dados pelo envolvimento de um número menor de municipalidades, do que as que compreendem o contexto metropolitano curitibano<sup>1</sup>.

O interesse pela pesquisa sobre o tema da centralidade em Curitiba originou-se com o retorno do tema à pauta do planejamento urbano no município em meio às discussões realizadas para a revisão do Plano Diretor (PD) nos anos de 2014 e 2015. Conforme demonstra o documento de resumo das propostas da revisão do PD apresentado em janeiro de 2015 (IPPUC, 2015), a qualificação dos "centros de bairro"

---

<sup>1</sup> Curitiba é o município pólo da Região Metropolitana, atualmente formada por 29 municípios. Destes, 14 integram o chamado Núcleo Urbano Central (NUC), pois apresentam integração e dinâmicas comuns em nível mais intenso: Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais.

foi a principal demanda apontada por 16% da população que participou do processo de discussão pública sobre o tema Estruturação Urbana. Neste tema, houve ainda 12% que indicaram a redução dos deslocamentos entre moradia e trabalho como prioridade e outros 12% que consideraram a valorização do comércio de rua como ponto mais importante, características que se relacionam com áreas de centralidade localizadas fora do Centro da cidade. Entretanto, como resultado do processo, foram apontados nos documentos oficiais apenas seis subcentros no território municipal, o que chamou a atenção devido ao fato de tais subcentros serem, praticamente, os mesmos já apontados cerca de 30 anos antes pelo próprio governo municipal, no âmbito da formulação do Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano<sup>2</sup>.

A esta constatação, soma-se o fato de que as expressões contemporâneas de centralidade, promovidas e organizadas por agentes privados, sobretudo relacionados ao capital imobiliário, não têm sido consideradas pelo planejamento urbano. A partir da leitura realizada por IPPUC (1988) é possível argumentar que naquela época o processo de surgimento dessas formas em Curitiba estava no seu início, uma vez que, por exemplo, havia apenas cinco *shopping centers* na cidade contra os 14 que existem atualmente e outros dois em fase de construção. Além disso, não houve atualização no estudo da dispersão da centralidade no território de Curitiba no período de quase 30 anos decorrido entre a divulgação dos estudos entre 1987 e 1988 e o início da presente pesquisa, uma vez que as gestões que se seguiram na prefeitura municipal após o período retomaram a diretriz de estruturação urbana a partir do crescimento linear do Centro, em vez de estimular outras áreas de centralidade.

Tomando como referência tais questões surgiu, então, o problema de pesquisa: como se expressa efetivamente a centralidade em Curitiba no contexto atual de sua dispersão no espaço urbano? Em seguida, a hipótese que se colocou é de que a complexidade do processo de descentralização de atividades comerciais e de serviços extrapola a apresentada pelo poder público municipal, tanto pela aparente simplicidade do conjunto de áreas de centralidade identificadas no plano, como pela não problematização das grandes estruturas comerciais enquanto expressões de

---

<sup>2</sup> Os seis subcentros citados correspondem aos cinco de “1º nível” identificados por IPPUC (1987, 1988), nos bairros Portão, Hauer, Bacacheri, Santa Felicidade e Pinheirinho e mais um no Tatuquara, bairro que se insere no contexto do vetor mais recente de expansão urbana de Curitiba, sobretudo voltado à moradia de classes sociais de baixa renda.

centralidade. Assim se pôs como necessidade nesta pesquisa, para efetivamente identificar a extensão do processo em Curitiba, realizar de um estudo que, além de considerar o novo contexto de produção de áreas de centralidade, também utilizasse uma metodologia de identificação embasada em procedimentos, técnicas e base de dados atualizados.

A pesquisa foi desenvolvida com o objetivo geral de compreender as transformações do processo de (re)estruturação do espaço urbano a partir da descentralização de atividades econômicas e formação de novas áreas de centralidade no território de Curitiba. Tal objetivo geral foi desdobrado em alguns objetivos específicos, a saber: i) Analisar a trajetória do conhecimento teórico acumulado sobre o qual a discussão acerca da centralidade intraurbana se apoia; ii) Apreender o estado da arte do estudo das formas de expressão da centralidade e seus agentes produtores, bem como as metodologias para sua identificação; iii) Identificar e compreender como o processo de descentralização e a formação de subcentros e outros tipos de áreas de centralidade em Curitiba se inseriu na pauta do planejamento urbano municipal ao longo da produção de planos e outros dispositivos ligados ao planejamento, como leis e projetos urbanos; iv) Identificar e analisar a reprodução do processo de descentralização e formação de áreas de centralidade, caracterizando o estado atual do fenômeno no espaço urbano de Curitiba e confrontando os resultados com aqueles presentes na legislação municipal.

De modo a responder à problemática da pesquisa e seus objetivos, essa dissertação está estruturada em cinco capítulos, além dessa Introdução e das Considerações Finais.

Assim, no capítulo **Estruturas, Estruturação e Reestruturação Urbanas: Um percurso teórico**, prioriza-se a compreensão da evolução dos estudos sobre as estruturas e estruturação urbanas, bem como do conceito de centralidade e seu desenvolvimento, que estão relacionados ao próprio desenvolvimento das ciências sociais que têm o espaço urbano como objeto de estudo, tais como a Geografia, a Sociologia e a Economia e, assim, fornecem bases para a compreensão dos fenômenos observáveis no espaço urbano.

Em **Centralidade e suas formas de expressão**, capítulo conceitual, é discutido o conceito de centralidade e indicada a existência de determinadas formas espaciais resultantes de sua expressão no espaço, divididas, no presente estudo, em

Centro (principal), desdobramento do Centro, Subcentros, Áreas Especializadas e Formas Contemporâneas de expressão da Centralidade, esta última compreendendo fenômenos decorrentes de grandes investimentos privados e, com destaque, do capital imobiliário, na construção de grandes áreas comerciais que promovem uma reestruturação urbana, tais como os *shopping centers*.

No capítulo **A Centralidade intraurbana em Curitiba: uma análise à luz do Planejamento Urbano**, realiza-se uma revisão histórica sobre o recorte estudado, apontando como a centralidade foi incorporada e em que termos isso ocorreu, ao longo da trajetória de planejamento urbano de Curitiba. São discutidas: as propostas de implantação de centros (mono)funcionais do Plano Agache de 1943; o Plano Preliminar de Zoneamento e a proposta de Unidades de Vizinhança, ambos de 1960; os Planos Preliminares de Urbanismo de 1965 e o Plano Diretor de 1966 que, apesar de ligados, apresentam visões diferentes quanto à constituição de novas áreas de centralidade na cidade; a implantação do Plano Diretor ao longo dos anos 1970; a revisitação ao tema e a proposta de estímulo aos subcentros proveniente do Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano (PMDU), que representou o período de inflexão no desenvolvimento que se pretendia linear do Centro; as consequências observadas após o retorno do grupo político hegemônico a partir de 1989 e o contexto atual das legislações relativas ao assunto. Além disso, é realizado um levantamento sobre a dinâmica de implantação de *shopping centers* na cidade, indicando para as características do processo de implantação formas contemporâneas de expressão da centralidade.

O capítulo **Identificação de áreas de centralidade em Curitiba**, dedica-se, num primeiro momento, à discussão acerca de Metodologias de identificação de áreas de centralidade, onde são apontadas algumas técnicas usuais para a identificação de áreas de centralidade e discutidas, com maior profundidade, as justificativas para a escolha da metodologia apresentada por Fonseca (2009). Essa metodologia se assemelha àquela adotada por IPPUC (1987, 1988) a partir do destaque dado à concentração de atividades, o que indica a possibilidade de se estabelecer comparações do desenvolvimento do processo por meio daquele retrato com um outro, atualizado. A segunda parte tem como propósito demonstrar a aplicação da metodologia com os dados do recorte estudado, verificar os resultados obtidos e realizar sua discussão frente ao conteúdo teórico, conceitual e de revisão histórica



apresentados nos capítulos anteriores. A representação por meio de material cartográfico, tem destaque nesse capítulo, de modo a permitir a visualização da dispersão da centralidade em Curitiba contemporaneamente.

A consecução da dissertação foi pautada a partir dos seguintes procedimentos metodológicos: Revisão bibliográfica teórica e conceitual sobre o tema da centralidade intraurbana e, por consequência, da estruturação urbana; revisão histórica do processo enquanto questão de Estado no âmbito municipal, apontando para o tratamento a ele dado nos dispositivos legais de planejamento e gestão do município de Curitiba; revisão de metodologias aplicáveis ao recorte de estudo, com o objetivo de indicar as possibilidades de aplicação em relação aos dados, recursos e tempo disponíveis para a realização da pesquisa; aplicação de metodologia para uma análise do processo conforme seu estágio atual. Para isso, uma série de fontes e dados foram obtidos, com destaque para a base de dados da Relação Anual de Indicadores Sociais (RAIS) que permitiu identificar a localização de todas as empresas por ramo de atividade e assim obter um panorama geral da dinâmica formal de estabelecimentos em substituição à base de alvarás emitidos pela prefeitura municipal adotada nas fases iniciais do trabalho.

A pesquisa se justifica, portanto, a partir do contexto de contínua complexificação dos processos de estruturação do espaço urbano, na qual novas formas de expressão da centralidade surgem de maneira cada vez mais célere e se somam a processos anteriores, que, apesar de representantes de uma lógica observada há algum tempo na metrópole, se replicam na periferia conforme se verifica a expansão espacial e demográfica da cidade. Avançar no sentido de compreender tais dinâmicas é um importante subsídio à atividade do planejamento urbano e deve ser estimulada nos planos diretores (BRASIL, 2004), posto que a descentralização, a indução e o planejamento de novas áreas centralidades nas cidades brasileiras constituem elementos fundamentais para a produção de um espaço urbano mais organizado, eficiente e preparado para atender aos cidadãos.

## 2. ESTRUTURAÇÃO URBANA E CENTRALIDADE: UM PERCURSO TEÓRICO

No presente capítulo são expostos os conteúdos teóricos sobre os quais a discussão acerca da centralidade intraurbana se apoia. Partindo do entendimento de que para discutir a centralidade é necessário considerá-la no contexto de um espaço urbano socialmente estruturado, são discutidas, primeiramente, teorias que se relacionam ao estudo e aos conceitos de estrutura, estruturação e reestruturação urbanas, que iniciam por quadros mais estáticos de análise do espaço e se encaminham para outros cada vez mais dinâmicos. A partir de uma revisão histórica desses conjuntos teóricos produzidos por distintas ciências sociais até a atualidade é possível vislumbrar que seu percurso, revisões e críticas, guarda relação com a contínua complexificação dos próprios processos sociais estudados, dentre os quais centralização e descentralização possuem papel de destaque.

Em seguida, se avança para um debate mais detido sobre o conceito de centralidade. Tal discussão parte do princípio que, assim como as lógicas de estruturação urbana se tornaram mais complexas e necessitaram de leituras mais dinâmicas, a centralidade deixou de ser um atributo próprio unicamente do Centro da cidade, e passou a se difundir e dispersar no território sendo expressa por diferentes tipos de centros<sup>3</sup>, funcional e simbolicamente. A maneira como essa dinâmica se realizou remete não apenas a novas localizações e ao surgimento de novos centros, ensejando estruturas urbanas "multicêntricas" e hierárquicas, mas também a novas estratégias locacionais, promovidas por novos atores, e ao aparecimento de estruturas "policêntricas", que romperam a hierarquia e a tornaram mais complexa a leitura do espaço urbano baseada no binômio centro-periferia.

Antes de se avançar para a discussão, algumas considerações precisam ser feitas. Em primeiro lugar, é importante destacar que todos os conjuntos teóricos

---

<sup>3</sup> No presente trabalho, sempre que houver o uso da palavra "Centro(s)", com "C" maiúscula, será em referência ao que frequentemente é chamado de "centro principal" ou "centro tradicional" (como pode ser visto em algumas citações diretas de autores), correspondente a uma localização superlativa, não reproduzível, que representa a gênese histórica e simbólica das cidades, seu primeiro núcleo. É, no exemplo de Curitiba, a área que se relaciona, mas não necessariamente corresponde espacialmente, ao bairro Centro. Já a utilização da palavra "centro(s)", com "c" minúscula, diz respeito a qualquer tipo de área capaz de organizar convergências de fluxos e concentrações de atividades, ou seja, de expressar centralidade. Poderá se referir, genericamente, a subcentros, centros especializados, estruturas privadas de comércio e serviços tais como *shopping centers*, hipermercados, etc. Caso a palavra "centro", acompanhada ou não de adjetivos, esteja utilizada em referência ao outro significado, será para manter a grafia original de citações.

expostos a seguir foram desenvolvidos em sociedades e num período de domínio do modo capitalista de produção, fato que influencia decisivamente a maneira como o espaço urbano foi produzido nas diferentes realidades consideradas. A centralidade, por sua vez, embora seja um atributo dos lugares centrais, verificado em nível regional desde antes da ascensão do capitalismo, teve sua lógica de constituição profundamente alterada justamente em decorrência de transformações econômicas capitalistas. Em razão disso, considera-se o contínuo aprofundamento da divisão social do trabalho e da sua subsequente divisão espacial do trabalho como fatores fundamentais que elucidam a crescente fragmentação do espaço urbano, acompanhados também da divisão cada vez mais marcante entre os espaços de moradia.

Além disso, conforme exposto por Tourinho (2007) ao estudar a construção científica dos conceitos de centro e centralidade urbanos, considera-se que seu estado atual é resultado de uma trajetória de estudos sobre o espaço urbano que contou com contribuições legadas a partir de diferentes óticas profissionais, ora complementares, ora concorrentes, que se consolidaram e evoluíram ao longo do tempo em conjunto com a própria história das disciplinas nas quais se desenvolveram, tais como a Geografia, a Sociologia e a Economia. Essa trajetória também diz respeito aos estudos do espaço intraurbano como um todo, uma vez que sua organização sempre esteve comandada, no âmbito das teorias analisadas, pelo Centro, ou mais recentemente, por múltiplos centros. Como exemplo desse legado acumulado, tomamos a definição de "espaço urbano capitalista" formulada por Corrêa:

fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas - é um produto social, resultado de ações sociais acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação desses agentes é complexa, derivando da dinâmica de atuação do capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos sociais que dela emergem. (CORRÊA, 2005, p. 11)

Consideramos essa descrição como representante do estágio contemporâneo dessa construção teórica, indicando a complexidade do objeto descrito e a relação dialética intrínseca à sua formação, bem como as afirmações nelas contidas são resultantes da trajetória de combinação de teorias e conceitos e da crítica a essas

próprias teorias e conceitos. Destarte, tal construção também é intrínseca à abordagem empreendida no presente trabalho.

Isto posto, o presente capítulo pretende reconstituir essa trajetória, indicando estudos e correntes teóricas fundamentais para a construção do conhecimento acumulado sobre a centralidade como um todo e, além disso, importantes no contexto do objeto de estudo, o município de Curitiba. Parte-se da premissa de que há permanências terminológicas e rupturas conceituais (TOURINHO, 2007) entre alguns conceitos e teorias, e, embora não se recorra a uma periodização dos estudos como vista em Reis (2007), por exemplo, admite-se a ocorrência de importantes mudanças, ao menos no contexto das principais metrópoles mundiais, após a Segunda Guerra Mundial e, de maneira mais expressiva, após os anos 1970 na discussão e compreensão dos processos de estruturação do espaço urbano, conforme destacam alguns autores (TOURINHO, 2007; REIS, 2007; PEREIRA, 2014). Tais mudanças ao longo do tempo têm a ver com a complexificação dos próprios processos e espaço urbano analisados.

Para atingir os objetivos aos quais se presta o presente trabalho, a discussão teórica aqui realizada não pretende caracterizar os diferentes desenvolvimentos teóricos em sua total complexidade ou exaurir uma possível discussão sobre elas, mas sim identificar as contribuições que cada uma trouxe à construção do conhecimento e compreensão sobre estruturas urbanas e a temática dos centros e da centralidade, bem como para os estudos e proposições que se realizaram no âmbito do município de Curitiba. Essa revisão também tem o objetivo de demonstrar momentos e em que termos suas discussões contemplaram modelos multicêntricos<sup>4</sup> de estruturação intraurbana, tendo em vista que sua ocorrência já era percebida por essas correntes teóricas, ainda que em outros termos em relação às discussões atuais, desde o fim do século XIX e início do século XX.

Portanto, nos três itens a seguir são discutidas vertentes teóricas que colaboraram para avançar na compreensão da estruturação urbana e da centralidade, bem como influenciaram, em maior ou menor grau, as práticas de ordenamento territorial em Curitiba no que diz respeito ao incentivo à descentralização e aos núcleos secundários. A discussão que segue realiza uma análise de cada um desses

---

<sup>4</sup> Assim como em todo o trabalho, o uso dos termos "multicêntrico(s)" e "policêntrico(s)" é inspirado pela diferenciação conceitual realizada por Sposito (2010; 2013) trabalhada no item 3.

conjuntos que exerceram influência sobre desenvolvimentos teóricos posteriores, tratados no item 2.4, sendo que o primeiro deles se notabilizou por seu caráter mais prático e projetual, de implantação e construção de novas cidades e bairros, enquanto os outros dois são voltados à identificação de dinâmicas existentes no meio urbano.

## 2.1 CIDADE-JARDIM E UNIDADES DE VIZINHANÇA

A primeira das correntes de pensamento discutidas é a reconhecida pelo modelo de "cidade-jardim", que pode ser enquadrada como uma teoria "humanista" (NOVAES, 1981; KNEIB, 2008), ou "culturalista" (CHOAY, 1979; MONTE-MÓR, 2006), e que posteriormente inspirou a formulação das Unidades de Vizinhança. Frente a outras correntes de estruturação urbana esta é, às vezes, deixada em segundo plano (cf. KNEIB, 2008), não citada ou denominada como utopia (NOVAES, 1981) mas é importante para o presente trabalho por dois motivos: primeiro porque compreende um modelo de estruturação urbana multicêntrico desde sua formulação inicial no fim do século XIX e, além disso, porque seu desenvolvimento posterior influenciou práticas de planejamento urbano em diversas cidades do mundo, dentre as quais Curitiba é um exemplo.

O marco inicial dessa corrente de pensamento é também sua obra mais relevante, "Garden Cities of To-morrow", publicada pela primeira vez em 1898 por Ebenezer Howard (CHOAY, 1979; HALL, 2005). As ideias de Howard expressas nessa obra eram mais uma síntese do pensamento de autores diversos do que formulações originais (HALL, 2005) e continham uma preocupação em integrar o que se consideravam ser as vantagens do meio urbano às vantagens do meio rural, ambos descritos como "imãs", numa ideia de retornar o homem ao contato com a natureza, pois "Nem o Imã Cidade nem o Imã Campo realizam completamente os propósitos da natureza. A sociedade e as belezas naturais deveriam ser desfrutadas de maneira conjunta. Os dois imãs têm de tornar-se um só"<sup>5</sup> (HOWARD, 1902, p. 17, tradução

---

<sup>5</sup> No original: "But neither the Town magnet nor the Country magnet represents the full plan and purpose of nature. Human society and the beauty of nature are meant to be enjoyed together. The two magnets must be made one."

nossa). A integração pretendida entre os dois meios seria alcançada a partir do terceiro "ímã", o Cidade-Campo, cuja expressão espacial seria a cidade-jardim.

No conceito original de Howard, a maneira como se conjugariam os meios urbano e rural se daria pela implantação inicial de uma cidade, preferencialmente em formato circular, para até 32 mil habitantes numa área de mil acres (4,05 km<sup>2</sup>) cercada por um cinturão de área rural com cinco mil acres (20,23 km<sup>2</sup>)<sup>6</sup>. Cada cidade-jardim seria dotada de um centro (geométrico, inclusive) próprio, com diversos equipamentos reunidos, como "sede da câmara municipal, sala de concertos e de leitura, teatro, biblioteca, museu, galeria de arte e hospital" (CHOAY, 1979, p.222). Raymond Unwin, profissional responsável por aplicar os preceitos de Howard em algumas cidades inglesas, destacava que "os edifícios oficiais, estaduais ou municipais, e suas dependências constituirão naturalmente o centro principal; mas gostaríamos também de ver a formação de centros secundários" (UNWIN, 1922 [1909]<sup>7</sup> in CHOAY, 1979, p. 230),

Dessa forma, de acordo com Choay (1979, p. 226-227), Howard projetava que o futuro de sua cidade-jardim se daria por um tipo de "crescimento celular" formando uma "cidade de cidades". A implantação desse modelo conforme proposto constituiria um tipo de espaço urbano multicêntrico, chamado de "cidade social", formando um

conjunto de cidades, não dispostas na forma geométrica precisa do meu diagrama, mas agrupadas ao redor de uma Cidade Central [cuja população indicada seria maior, de 58.000 habitantes] na qual cada habitante desse grupo, embora morando numa cidade pequena, na verdade viveria e desfrutaria de todas as vantagens de uma grande e bela cidade<sup>8</sup> (HOWARD, 1902, p.130, tradução nossa)

Assim, "desenvolver-se-ia um vasto e planejado conglomerado" onde "cada cidade-jardim ofereceria um campo aberto de empregos e serviços, mas também

---

<sup>6</sup> A título de comparação, a área de 24,28 km<sup>2</sup> proposta para cada cidade-jardim corresponde a 5,6% da área do município de Curitiba (435,036 km<sup>2</sup>). Em termos de densidade demográfica, a cidade-jardim ideal teria 1.317,96 hab/km<sup>2</sup>, enquanto Curitiba possui 4.353,66 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2010).

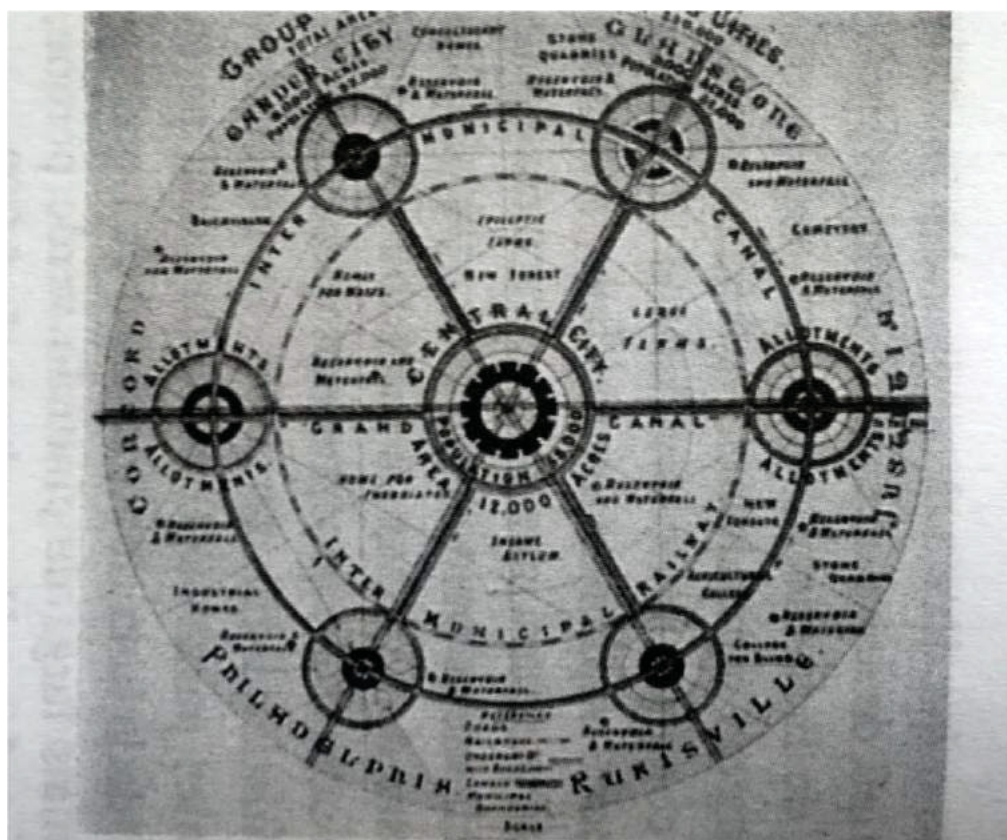
<sup>7</sup> UNWIN, R. **Town Planning in Practice**. editado pelo autor, 1909. Tradução francesa de MOOSER, W. Plan des villes, Paris, 1922.

<sup>8</sup> No original: "a cluster of cities, not of course arranged in the precise geometrical form of my diagram, but so grouped around a Central City that each inhabitant of the whole group, though in one sense living in a town of small size, would be in reality living in, and would enjoy all the advantages of, a great and most beautiful city."



estaria ligada às demais por um rápido sistema de transporte, o que proporcionaria todas as oportunidades econômicas e sociais da cidade grande" (HALL, 2005, p.109). A Figura 1 ilustra o modelo radial-concêntrico esquemático da cidade social composto por uma cidade central e seis cidades no seu entorno, todas interligadas por estradas de ferro e canais.

FIGURA 1 - O MODELO DE CIDADE-JARDIM EM SEU DESENVOLVIMENTO COMPLETO



FONTE: HALL (2005)

O ideal exposto por Howard foi fortemente influenciado por um movimento que desejava repelir os efeitos negativos da industrialização inglesa e realizar um regresso à uma forma de vida mais simples, baseada na produção artesanal e na formação de comunidades<sup>9</sup>, redirecionando o contingente populacional que migrava do campo para as cidades existentes para esse novo tipo de cidade. Dessa forma, a ideia de

<sup>9</sup> Para Frampton (1997, p. 47) "a evolução do movimento da cidade-jardim na última década do século [XIX] esteve intimamente ligada ao desenvolvimento do movimento Arts and Crafts". O Movimento Arts and Crafts desenvolveu-se em meio, e em reação, ao avanço da industrialização da Inglaterra do século XIX, cujos nomes mais conhecidos são os de John Ruskin e William Morris e tinha inspiração nostálgica, resgatando elementos inclusive da Idade Média.

construção e manutenção de uma vida comunitária, seria a base do ideário de cidade-jardim, mantido nas experiências posteriores promovidas sob sua influência ainda que nestas a ideia de retorno à natureza e, principalmente, de contato com o meio rural, estivesse atenuada ou ausente.

Mas, a princípio, a cidade-jardim não era apenas um ideia para promover a convivência comunitária ou redistribuir população, pois consistia também num processo e numa política social (FRAMPTON, 1997; HALL, 2005), um sistema que fomentaria um novo tipo de sistema socioeconômico socialista formado por "comunidades construídas por vontade própria e autogovernadas (...) veículos para a reconstrução progressiva da sociedade capitalista dentro de uma infinidade de comunidades cooperativas" (HALL, 2005, p. 103), o que demonstra a ambição do seu propósito inicial. Frampton definiu assim o sistema:

combinava a disseminação urbana com uma colonização rural e um governo descentralizado. Como complemento do movimento cooperativo, ele propunha que essa cidade deveria obter sua renda de uma combinação equilibrada de indústria e agricultura. Howard postulava o apoio dos sindicatos no financiamento de habitações, a propriedade coletiva da terra, o planejamento global e uma reforma moderada. (FRAMPTON, 1997, p.47)

Em termos de aglomeração urbana, o objetivo final da "cidade social" era, ao contrário de "confinar as pessoas em cidadezinhas isoladas em pleno campo", conforme afirmavam seus críticos, propor o "planejamento de conurbações de centenas de milhares, quiçá milhões de habitantes" (HALL, 2005, p. 103). Entretanto, cabe dizer que, pelas evidências expostas e pelos exemplos de implantação disponíveis, o modelo multicêntrico das cidades-jardim estaria colocado de maneira intermediária entre as escalas interurbana/regional e intraurbana<sup>10</sup>, sendo mais próximo da primeira pelo caráter do uso do solo misto entre rural e urbano preconizado.

Não obstante, de acordo com Hall, o início da degeneração dos preceitos originais de Howard se deu rapidamente, já com as edições subsequentes do seu livro que suprimiram o diagrama original da primeira edição, onde aparecia uma cidade

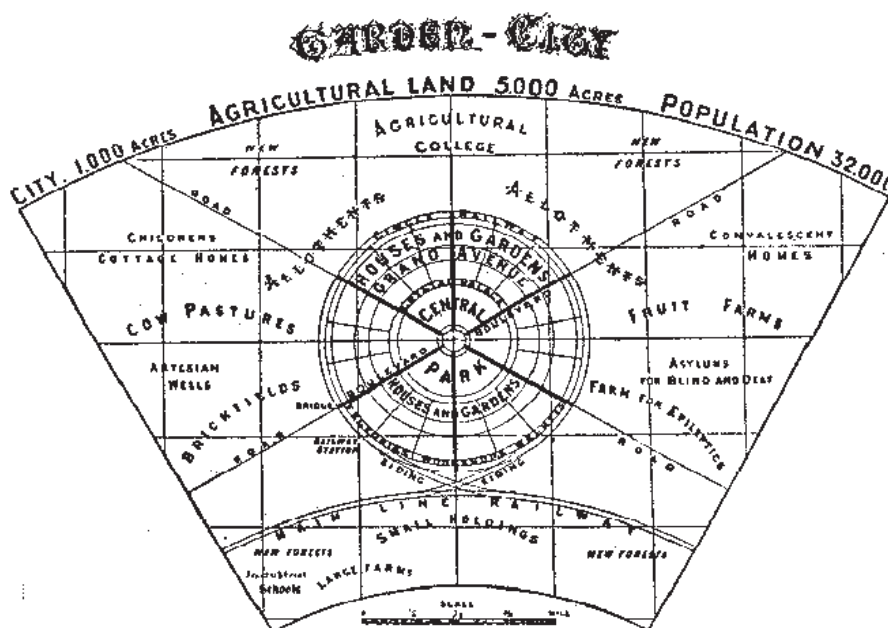
---

<sup>10</sup> Para Howard, cada núcleo seria o centro de sua própria cidade do ponto de vista administrativo, pois quando chegasse ao seu limite populacional, a cidade-jardim cresceria "mediante o estabelecimento de uma outra cidade [...], sendo que, por razões administrativas haveria *duas* cidades; mas [...] a população das duas cidades na verdade representariam uma única comunidade" (HOWARD, 1902 *in* CHOAY, 1979, p. 226-227, grifo no original)



multinucleada, com um centro principal e seis centros secundários equidistantes dispostos em círculo, para mostrar apenas uma cidade-jardim isolada (Figura 2).

FIGURA 2 - O MODELO DE CIDADE-JARDIM EM RECORTE PARCIAL DA CIDADE SOCIAL



FONTE: HOWARD (1902)

Além disso, Unwin passou a defender e aplicar uma adaptação do conceito para a criação de bairros periféricos novos próximas a cidades já existentes, ou "subúrbios-jardim"<sup>11</sup> na Inglaterra (HALL, 2005), o que abriu espaço para que o conceito se transformasse em negócio imobiliário. Hall registra ainda outras experiências inspiradas pela cidade-jardim em países europeus e nos Estados Unidos e demonstra que, apesar da quantidade relativamente grande e da distribuição geográfica de exemplos de implantação, tanto as experiências inglesas quanto as americanas sofreram com uma série de problemas de ordem social, econômica, política e prática. Para Novaes, as experiências baseadas nesse conceito falharam pois:

<sup>11</sup> Essa postura acabou subsidiando a construção de "cidades-satélites" dependentes do município central para a obtenção de empregos, ou seja, em cidades-dormitório que não visavam constituir uma nova área de centralidade junto à cidade existente (cf. Hall, 2005). Para Frampton (1997), as realizações da cidade-jardim de Letchworth e do subúrbio-jardim de Hampstead, ambos na Inglaterra, estavam muito distantes do diagrama inicial de Howard.

a) a dimensão dessas cidades era insuficiente para manter todas as funções urbanas previstas, por falta de economicidade; b) longe de se criar um centro dinâmico, geraram-se, ao contrário, ilhas segregadas das relações socioeconômicas; c) a integração social preconizada, por sua vez, não se verificou, aparecendo estratos sociais homogêneos mais ou menos estanques (NOVAES, 1981, p. 7)

Por outro lado, aquelas que abandonaram os princípios mais ambiciosos de transformação da sociedade e se voltaram mais para suas soluções de projeto e desenho urbano foram mais bem sucedidas, ao menos do ponto de vista do retorno financeiro. No Brasil, por exemplo, de acordo com Bizzio e Zuin (2016), o ideário cidade-jardim foi amplamente disseminado, com vários Estados incorporando essa matriz de pensamento, enquanto a obra do Jardim América executada pela Companhia City em São Paulo, representaria uma das melhores expressões da incorporação do ideário da cidade-jardim na consolidação de um padrão residencial voltado para as classes de renda média e alta.

O caráter essencialmente prático e propositivo desse tipo de estrutura urbana, ou de suas versões posteriores que se desenvolveram enquanto negócio imobiliário com a formação de novas cidades e bairros, já amplamente modificados em relação à proposta original de Howard, faz com que a influência ou relação dessa corrente sobre os estudos teóricos tratados na sequência do presente capítulo seja muito tênue, se é que existiu de fato<sup>12</sup>. Entretanto, durante o desenvolvimento das experiências estadunidenses embasadas na cidade-jardim foi proposto o conceito de Unidades de Vizinhança (UV), criado por Clarence Perry ao longo dos anos 1920 e publicado em 1929, que influenciou projetos urbanos em diversas partes do mundo e em Curitiba.

As UV consistem numa mutação dos diferentes núcleos comunitários formadores de diferentes cidades do modelo de Howard para um esquema que preconizava a formação de bairros integrados também em torno de comunidades. Na origem do conceito de Unidade de Vizinhança está a ideia de estabelecer áreas residenciais dotadas de relativa autonomia em relação às suas necessidades de consumo de bens e serviços urbanos básicos, dispondo de variedade de comércio

---

<sup>12</sup> A "vizinhança" como unidade das relações humanas e da estrutura urbana também foi desenvolvida pela Ecologia Humana da Escola de Chicago (cf. EUFRASIO, 1999, p. 59-64) em período contemporâneo ao das Unidades de Vizinhança mas não é possível estabelecer um vínculo entre essas duas correntes de pensamento.

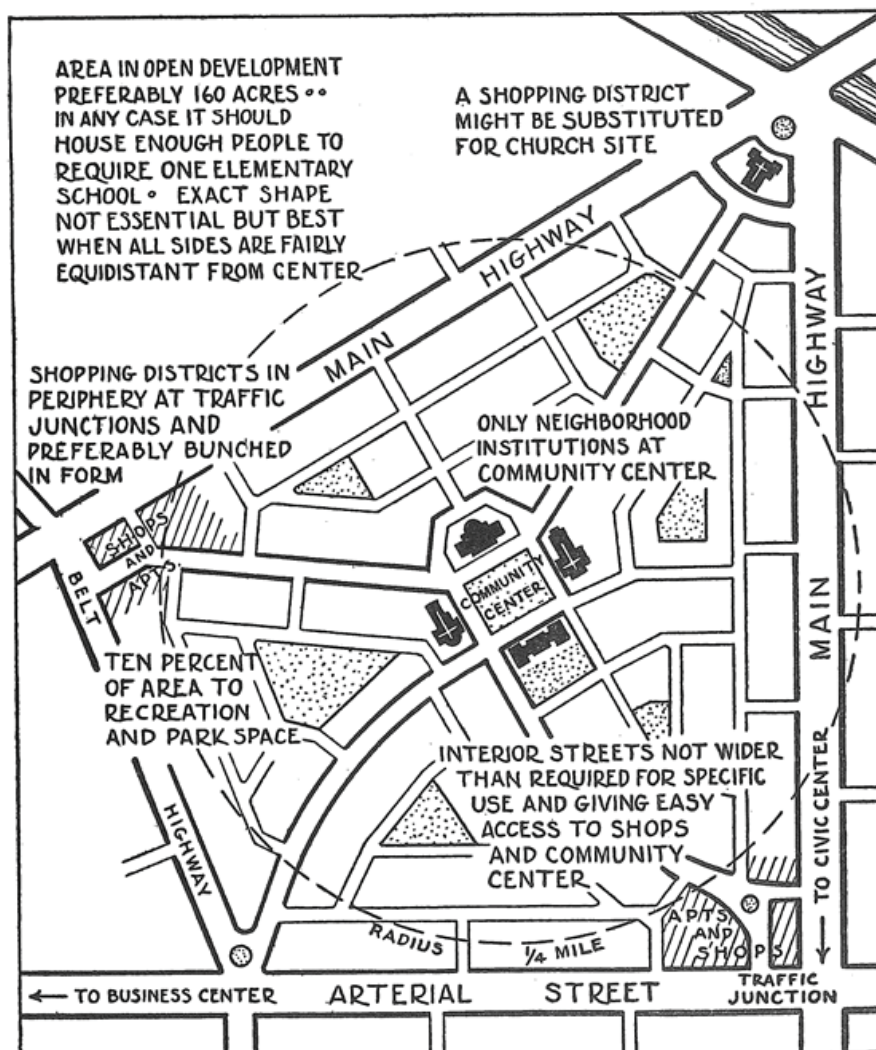
local para isso, organizadas e mensuradas em torno do atendimento ofertado por uma escola primária e por um centro comunitário, o que levaria seus habitantes a associarem-se e fortalecerem de um senso de comunidade. (VALE, 2003; REGO, 2017).

Para atingir esses objetivos, o projeto para implantação de uma UV deveria seguir seis preceitos estabelecidos de maneira a indicar o tamanho, a configuração espacial, o sistema de circulação e os equipamentos comunitários que as UV deveriam conter.

- 1) Tamanho: uma unidade de vizinhança deve prover habitações para aquela população a qual a escola elementar é comumente requerida, sua área depende da densidade populacional;
- 2) Limites: uma unidade de vizinhança deve ser limitada por todos os lados por ruas suficientemente largas para facilitar o tráfego, em vez de ser penetrada pelo tráfego de passagem;
- 3) Espaços públicos: um sistema de pequenos parques e espaços de recreação, planejados para o encontro e para as necessidades particulares da unidade de vizinhança devem ser providenciados;
- 4) Áreas institucionais: locais para escola e outras instituições, tendo a esfera do serviço coincidindo com os limites da unidade de vizinhança, devem ser adequadamente agrupadas em lugar central e comum;
- 5) Comércio local: um ou mais locais de comércio adequados à população devem ser oferecidos, de preferência, na junção das ruas de tráfego e adjacente a outro similar comércio de outra unidade de vizinhança;
- 6) Sistema interno de ruas: a unidade deve ser provida de um sistema especial de ruas, sendo cada uma delas proporcional à carga de tráfego. A rede de ruas deve ser desenhada como um todo, para facilitar a circulação interior e desencorajar o tráfego de passagem. (PERRY, 1929, *apud* BARCELLOS, 2001)

A Figura 3 ilustra esquematicamente a organização espacial desses critérios de acordo com Perry.

FIGURA 3 - CONFIGURAÇÃO PADRÃO DE UMA UNIDADE DE VIZINHANÇA



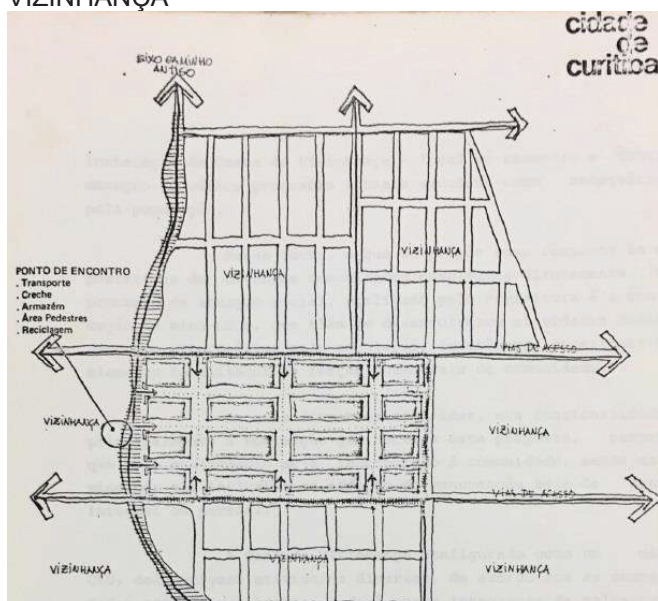
FONTE: PERRY (1929)

A amplitude das aplicações das UV pelo mundo pode ser explicada não só pela possibilidade de construção de novos bairros sob esse conceito, em vez de cidades inteiras, como também pela sua adaptabilidade à bairros já existentes. Assim sendo, nas décadas posteriores à sua formulação, em contextos e sob ideários consideravelmente distintos, os preceitos das Unidades de Vizinhança foram utilizados enquanto elementos na constituição de novas cidades ou bairros projetados, como, no final da década de 1930 no plano para a zona residencial sul de Goiânia, no final da década de 1950 nas superquadras de Brasília e nos anos 1970 na cidade amazônica de Rurópolis (GOROVITZ, 2009; REGO, 2017). Em Curitiba, a primeira evidência da utilização das UVs para ordenamento territorial se deu com a aprovação

da Lei de Unidades de Vizinhança de 1960 (DUDEQUE, 2010)<sup>13</sup>, que delimitou as UV sobre a malha urbana existente na época.

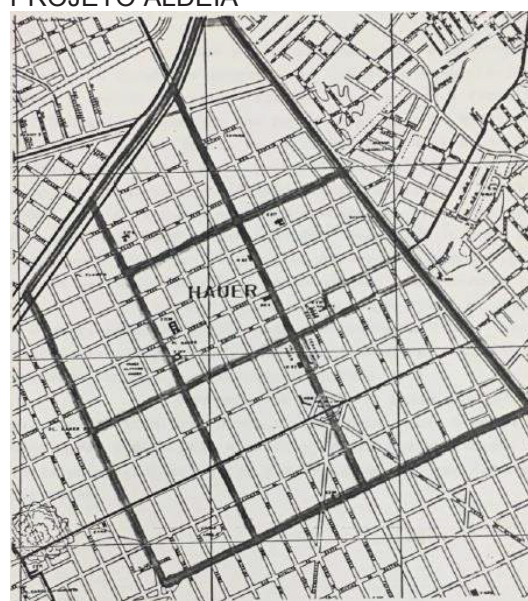
Contudo, a influência desse conceito em Curitiba não se limitou à essa lei, revogada em 1965, mas se estendeu pelas décadas seguintes em iniciativas como o Projeto Vizinhança (IPPUC, 1979, 1980) e o Projeto Aldeia (CURITIBA, 1986), este último integrado aos estudos e propostas de descentralização urbana relativas ao Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano de 1985. Ambos previam a formação de vizinhanças em escala semelhante à proposta por Perry, defendiam a implantação de áreas verdes e quadras de lazer no interior de cada vizinhança, bem como desestimular o tráfego de passagem por meio de um sistema de tráfego rápido que somente ladeasse as áreas. A Figura 4 e a Figura 5 demonstram a semelhança da compartimentação urbana desses dois projetos idealizados em Curitiba com o esquema de Perry apresentado na Figura 3, sobretudo na questão viária.

FIGURA 4 - ESQUEMA VIÁRIO DO PROJETO VIZINHANÇA



FONTE: IPPUC (1980)

FIGURA 5 - ESQUEMA VIÁRIO DO PROJETO ALDEIA



FONTE: CURITIBA (1986)

<sup>13</sup> Dudeque (2010) afirma que a inspiração para esta legislação foi a contemporânea aplicação do conceito de Unidades de Vizinhança por Lúcio Costa no projeto das superquadras de Brasília. Por sua vez, a origem do conceito aplicado em Brasília estava nos primeiros Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), que repercutiram as formulações do urbanista Clarence Perry de 1929 (VALE, 2003; GOROVITZ, 2009; REGO, 2017). O detalhamento da Lei 1.908/1960 encontra-se no item 4.2 do presente estudo.



Isto posto, é possível afirmar que o desenvolvimento da proposta cidade-jardim estava assentado e dependia da consolidação de uma estrutura multicêntrica. Isso porque seria este o tipo de organização espacial que permitiria manter o habitante próximo do campo, com os diversos núcleos sendo entremeados por áreas verdes cultiváveis, e, ao mesmo tempo, da cidade, dotando cada núcleo e comunidade menor de um mínimo de atividades centrais mas também viabilizando fácil acesso a um núcleo central mais desenvolvido para o acesso à funções urbanas mais específicas.

Apesar de ter sido amplamente modificada ao longo do tempo, alguns preceitos da cidade-jardim lograram um lugar entre as práticas urbanísticas do século XX e contribuíram para a estruturação urbana em diversas cidades, ainda que, na prática, não tenham necessariamente acarretado na formação de centros secundários e descentralização urbana. Ao contrário, em termos de desenho e projeto, seus elementos foram amplamente incorporados pela esfera privada na construção de subúrbios e condomínios fechados, promovendo fragmentação, distância social e separação (CALDEIRA, 2000). Não obstante, os projetos e a lei que representaram tentativas do poder público de se aplicar o conceito em Curitiba, citados anteriormente, são detalhados no capítulo 4.

## 2.2 ESCOLA DE CHICAGO

Para Hall (2005, p. 143), a figura de Perry se destaca por ter sido um "dos primeiros exemplos de uma espécie que posteriormente se tornaria mais comum, o planejador-sociólogo". A contribuição da Sociologia para o tema em pauta se reafirma pois foi precisamente no campo dessa ciência que outra corrente teórica se fundou, uma das mais importantes no desenvolvimento do conhecimento sobre as estruturas urbanas pelo pioneirismo de suas ideias e pela permanência dos termos por ela desenvolvidos, mesmo após justas e necessárias revisões e críticas feitas nos anos posteriores: a ecologia humana.

Essa corrente teórica é vinculada à Escola de Sociologia de Chicago, frequentemente referenciada somente por Escola de Chicago, primaz no desenvolvimento de estudos sistemáticos para uma abordagem social compreensiva da cidade enquanto um fato social (MONTE-MÓR, 2006; OJIMA, 2007). A ecologia

humana pode ser definida como o "estudo sociológico da distribuição dos homens e suas instituições no espaço urbano, assim como das formas de interação causadoras dessa distribuição espacial" (FERRARI, 1979, p. 311). Os estudos sobre o espaço urbano dentro da Escola de Chicago abrangeram temas diversos, mas tiveram forte ênfase na busca por compreender o comportamento humano e sua distribuição espacial em comunidades, trazendo uma abordagem preocupada com questões sociais étnicas e de imigrantes consideradas problemáticas<sup>14</sup> na Chicago daquela época (BECKER, 1996).

Analisando a produção dessa escola entre 1915 e 1945, anos nos quais se desenvolveram suas principais teorias e modelos de estruturação urbana, Eufrasio (1999) observa que, além de descrever formas espaciais, tais estudos também continham a preocupação de investigar processos espaciais, estes com forte influência, inclusive terminológica, de conceitos da ecologia natural. Assim sendo, conceitos como centralização, descentralização, segregação, invasão-sucessão e inércia (CORRÊA, 1989, 1996) são exemplos da contribuição da ecologia urbana cujos termos, dada a então incipiente trajetória das ciências sociais e humanas, foram emprestados do referencial metodológico e analítico das ciências naturais, não obstante, são utilizados em discussões acerca da estruturação urbana até a atualidade.

Os conceitos e modelos desenvolvidos em Chicago estão presentes nas discussões de pesquisadores de vários lugares e épocas diferentes, com Corrêa (1989, 1996) e Villaça (2001) sendo dois importantes exemplos brasileiros nesse sentido. Os principais modelos de estrutura urbana debatidos à época foram denominados de: Modelo de Zonas Concêntricas, de Ernest Burgess, publicado pela primeira vez em 1924 e, em sua versão final, em 1929; Modelo dos Setores, de Homer Hoyt, de 1939; e Modelo dos Múltiplos Núcleos, de Chauncy Harris e Edward Ullman, de 1945 (EUFRASIO, 1999).

---

<sup>14</sup> De acordo com Becker (1996, p. 178), o início da trajetória da Escola de Chicago foi marcado pela preocupação com o "equacionamento dos problemas sociais que afligiam as grandes cidades americanas.[...] Os grandes desafios dos Estados Unidos naquela época eram a pobreza – ainda hoje o principal deles – e a imigração – até o presente considerada um grande problema." Ainda segundo o autor, a característica de ocupação das cidades norte-americanas a partir da ocupação sucessiva de áreas por grupos étnicos baseada em diferentes levadas imigratórias, diferentemente das sul-americanas, colaborou para a formulação de noções tais como a de "região moral, a área da cidade onde uma população se separava das demais" (ibid., p. 182)

A começar pelo Modelo das Zonas Concêntricas, sua estrutura urbana se baseia numa disposição espacial na qual a cidade se desenvolve a partir de sua área central formando áreas circundantes relativamente homogêneas separadas por níveis de renda e inserção das suas populações na sociedade norte-americana da época. Para Strohaecker (1988), o trabalho de Burgess foi o primeiro a esquematizar os diversos usos do solo e assim indicar que sua distribuição segue uma lógica, em vez de ser aleatória. Sua estrutura é assim disposta: Zona I, o "Central Business District" (CBD), Zona II - área de transição<sup>15</sup>, a Zona III - Das casas e dos trabalhadores independentes; Zona IV - das Melhores Residências, e Zona V - dos *commuters* (BURGESS, 1929 apud EUFRASIO, 1999, p. 168-171). Respectivamente, representam o Centro, uma zona de transição com indústrias e área residencial de baixopadrão, "porta de entrada para imigrantes e grupos raciais", duas zonas de padrão habitacional crescente (zonas III e IV) e a zona dos que fazem movimentos pendulares para a cidade, os "commuters".

Para Gottdiener (1993), o modelo de Burgess pode ser resumido por três características: explica a disposição residencial, industrial e comercial urbana a partir da teoria ecológica de competição pela localização, ou seja, as posições não são iguais dentro da competição pela localização e a centralidade aparece como fator decisivo, à medida que a posição central ocupa o ápice dessa disputa; explica a diferenciação interna do espaço urbano (metropolitano, no estudo original) a partir dos processos de invasão-sucessão<sup>16</sup> e dos processos adicionais de centralização e descentralização; por último, define um padrão no qual as "patologias sociais" são

---

<sup>15</sup> Conforme estudado por Strohaecker (1988), essa "transição" esperada nos usos e ocupação do solo não se realizou totalmente, sendo que a expressão "Zona Periférica do Centro", desenvolvida posteriormente por Horwood e Boyce (1959), se mostra mais adequada. Ver: HORWOOD, E. M.; BOYCE, R. R. Studies of the central business district and urban freeway development. In: YEATER, M. (org.) **The urban american city**. Seattle: University of Washington Press, p. 319-327, 1959.

<sup>16</sup> O processo de invasão "se caracteriza pela penetração de um grupo diferente de população ou um outro uso do solo em determinada área, sendo as diferenças existentes de ordem econômica, social e cultural" (STROHAECKER, 1988, p. 174) Já a sucessão "ocorre quando o novo grupo ou tipo de uso que invadiu a zona termina por expulsar o grupo ou uso original que, automaticamente, é deslocado para outras áreas."(ibid.) Em seu uso original, o binômio invasão-sucessão consistia num movimento no qual pessoas de determinada classe social "inferior" (originalmente formulada para explicar a localização dos imigrantes e dos guetos na "área de transição" das cidades norte-americanas) ou uso incompatível com a atividade residencial "invadem" uma área residencial de padrão superior e a ocupam, promovendo a saída da classe de status social ou renda mais elevada para outros locais. De maneira mais recente, verifica-se também a manifestação desse processo em sentido inverso, correspondente ao que se conhece por "gentrificação".



decrecentes do Centro para a periferia, à medida que crescia o índice de proprietários e o "status" das famílias residentes, ou seja, no qual a forma urbana aparece como determinante dos processos sociais (WHITACKER, 2017). Para Tourinho (2007, p. 19), esse modelo é "particularmente interessante não tanto pela enorme difusão do seu modelo espacial de círculos concêntricos, mas sim pelo conceito de centro de negócios (CBD)<sup>17</sup> que terá grande influência na literatura sobre o Centro" tendo sido muito importante para os modelos de estruturas monocêntricas que predominaram na análise do espaço intraurbano até os anos 1960.

A Teoria dos Setores, por sua vez, constitui um avanço na Teoria das Zonas Concêntricas a fim de captar processos vistos nas cidades estudadas<sup>18</sup> que não correspondiam ao modelo existente, como a resistência de certas áreas ao processo de invasão-sucessão (WHITACKER, 2017), por meio do processo de inércia. Fundamentou-se mais pela busca por compreender a localização residencial do que considerava ser as diferentes "classes sociais" da época do que em outros usos do solo, (EUFRASIO, 1999) como os que expressam centralidade, por exemplo. A Teoria dos Setores define que o crescimento da cidade é direcionado a partir de mudanças na localização dos setores residenciais de alta renda que se deslocam desde o Centro em direção para o espaço externo à cidade em busca de terrenos com amenidades, sem barreiras naturais ou artificiais e ao longo das vias de transporte mais rápido existentes, mantendo ainda a relação com o Centro uma vez que nele estariam os empregos dessa população (EUFRASIO, 1999), se explicando também pela localização de usos semelhantes ao longo dessas vias de comunicação entre o Centro e o subúrbio.

Ao buscar se localizar o mais próximo possível das áreas de "prestígio" de alta renda, as classes sociais de renda mais baixa também formariam setores, sendo

---

<sup>17</sup> Para Tourinho (2007, p. 20) "O conceito de CBD corresponde a uma concepção de centro como a principal concentração de comércio varejista e serviços da cidade, e apoia-se no conceito de dominância, que consiste no predomínio, quanto à função, de uma das partes de qualquer unidade orgânica, em torno da qual as outras partes se organizam". Aproxima-se, portanto, do que chamamos de "Centro" no presente trabalho.

<sup>18</sup> Diferente de Burgess, que baseou seu trabalho exclusivamente na cidade de Chicago, procedimento que era comum na Escola de Chicago (BECKER, 1996), Hoyt estudou 142 cidades norte-americanas na formulação do seu modelo. É possível dizer que o trabalho de Hoyt se apoia e, ao mesmo tempo, formula uma crítica ao modelo de Burgess, além de manter o preceito de adaptação, não de luta, entre as classes sociais pela localização, bastante característico da concepção ecológica de espaço urbano (GOTTDIENER, 1993).

as de classes médias contíguas às de classe alta e as de classes baixas em seguida, separadas da área de alta renda. Nesse aspecto emerge a concepção de que o movimento das classes de alta renda em setores seria de autosegregação, um importante aspecto dessa teoria (CORRÊA, 1989; WHITACKER, 2017). No seu aspecto formal, o modelo descrito deixa de ser concêntrico (círculos de diferentes dimensões cujo centro é o Centro da cidade) para se colocar como radiocêntrico (setores que se distribuem a partir de eixos com um mesmo ponto de convergência, o Centro), ou seja, há uma significativa alteração na forma da estrutura e distribuição dos usos do solo mas a importância do Centro como elemento estruturador é mantida.

De acordo com Strohaecker, esse modelo de Hoyt serviu como base para vários estudos que tentaram estabelecer modelos para as cidades latino-americanas, adaptando-se a elas melhor que o de Burgess, pois a menor concentração de capital imobiliário e o tamanho relativo das classes mais altas de renda reduzido em comparação às existentes nas cidades norte-americanas impediu a formação de círculos periféricos voltados para a alta renda a partir de uma "corrida maior para fora da área central e, em geral, somente um eixo de expansão é produzido para o uso residencial da classe média alta" (STROHAECKER, 1988, p. 175-176). Villaça, por exemplo, utiliza o modelo de Hoyt para criar modelos para as cidades do Rio de Janeiro, Salvador, Porto Alegre, São Paulo e Belo Horizonte, afirmando que "nossas metrópoles têm uma organização interna que é um pouco um misto de círculos concêntricos e de setores de círculo<sup>19</sup>, apesar de os últimos predominarem sobre os primeiros e apresentaram maior potencial explicativo". (VILLAÇA, 2001, p. 113). Em Curitiba, ao analisarmos o deslocamento das classes de renda alta do Centro para os bairros do Batel e Alto da Glória iniciado no começo do século XX, conforme discutido por Pilotto (2010), podemos encontrar elementos que se enquadram na Teoria dos Setores.

Por fim, a Teoria dos Núcleos Múltiplos apresenta outra evolução no sentido de incluir a existência de dinâmicas não captadas pelas teorias anteriores. Em seu trabalho Harris e Ullman analisam as teorias de Burgess e de Hoyt antes de apresentar a sua, onde afirmam que "em muitas cidades, o padrão de uso do solo se constrói não em torno de um único centro, mas em torno de diversos núcleos separados. Em

---

<sup>19</sup> Referindo-se aos modelos de Burgess e Hoyt, respectivamente.

algumas cidades, esses núcleos existiram desde as origens da própria cidade, em outras eles desenvolveram-se conforme o crescimento da cidade estimulou a migração e especialização"<sup>20</sup> (HARRIS & ULLMAN, 1945, p. 14, tradução nossa). A explicação para a formação de novos núcleos de atividades é descrita em quatro fatores: necessidade de facilidades específicas, tais como presença de ferrovia ou corpos hídricos, por parte de algumas atividades; benefícios advindos do agrupamento de atividades que se beneficiam mutuamente de sua coesão; restrição de determinadas atividades em conviverem numa mesma área; e impossibilidade de se instalar em áreas de alto preço da terra em virtude do baixo retorno previsto.

Em decorrência desses fatores, diferentes tipos de núcleos se formariam, além do próprio CBD, como o "distrito atacadista e de indústria leve", o "distrito industrial pesado", o "distrito residencial", os "núcleos menores" e os "subúrbios e satélites" (ibid., p. 15-16). Trata-se, em essência, com exceção do CBD, de centros especializados de atividades sem a complexidade ou a variedade de atividades correspondentes ao Centro ou a "subcentros". Na descrição dos tipos acima destacados, o CBD demonstra sua relevância dentro da estrutura como o "foco dos transportes intraurbanos por caminhada, automóvel, ônibus, metrô e elevados" (ibid. p. 15), agregando, no "ponto" de máxima acessibilidade um distrito varejista e mantendo próximo de si um distrito financeiro e edifícios governamentais.

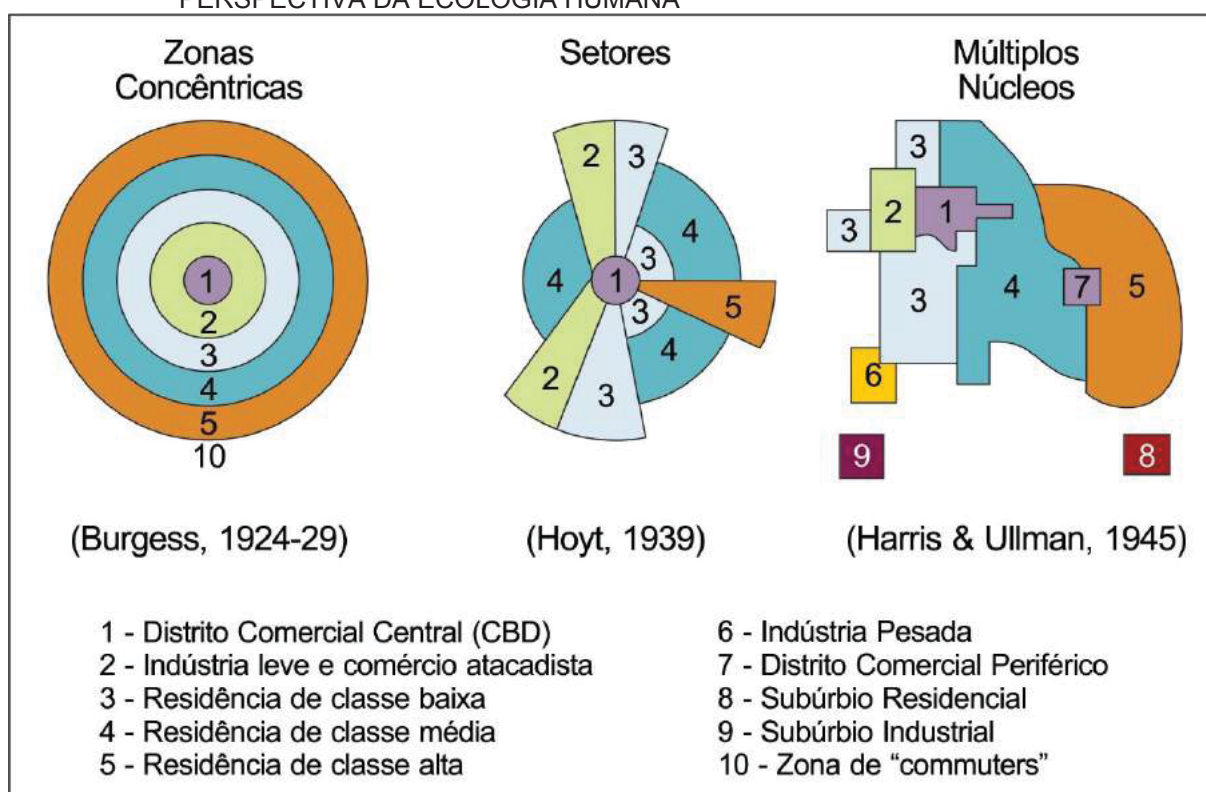
Entretanto, dentre esses tipos destaca-se ainda a definição dada aos "núcleos menores", os quais se incluíam os "outlying business districts" (distritos comerciais periféricos) que, com o tempo, podem tornar-se um "grande centro", dinâmica esta que é importante e será retomada mais adiante. Além disso, incluem áreas residenciais de determinadas classes de renda e pequenos centros industriais. Os autores exemplificam que uma grande estrutura, tal qual um *campus* universitário, poderia estimular a formação de um centro desse tipo. Note-se, por fim, que estes núcleos não necessariamente se referem a centros comerciais como o "distrito comercial periférico", mas sim ao agrupamento em torno de um mesmo tipo de uso do solo, inclusive residencial.

---

<sup>20</sup> No original: "In many cities the land-use pattern is built not around a single center but around several discrete nuclei. In some cities these nuclei have existed from the very origins of the city; in others they have developed as the growth of the city stimulated migration and specialization."

Os modelos de estrutura urbana de cada teoria apresentada anteriormente são ilustrados, de maneira simplificada, pela Figura 6, sendo que o modelo das Zonas Concêntricas pretende corresponder a uma generalização para todas as cidades, o modelo de Setores é variável de cidade para cidade, enquanto o modelo de Núcleos Múltiplos representa um padrão possível entre inúmeras variações (EUFRASIO, 1999).

FIGURA 6 - MODELOS SIMPLIFICADOS DE ESTRUTURA URBANA DESENVOLVIDOS PELA PERSPECTIVA DA ECOLOGIA HUMANA



FONTE: Adaptado de HARRIS E ULLMAN (1945).

Nota: a Zona II do modelo de Burgess, descrita anteriormente, corresponde aos anéis 2 e 3.

A julgar pelos seus nomes e esquemas gráficos, somente a Teoria dos Núcleos Múltiplos contemplaria alguma área da cidade para além do Centro que também se constituiria como um centro, entretanto, uma leitura mais detida do conteúdo dessas teorias leva à conclusão oposta. Mesmo antes do trabalho de Burgess ser publicado, conforme indicado por Eufrasio (1999), Roderick McKenzie, num estudo sobre vizinhanças publicado entre 1921 e 1922, já havia mencionado, pela primeira vez, uma estrutura espacial urbana relativamente bem definida na qual identifica e descreve, além do "centro comercial", a existência de

*subcentros comerciais*: surgem em cruzamentos de vias de tráfego de automóveis, pontos de transferência ou baldeação onde se encontram correntes ou fluxos diários de transeuntes, que criam oportunidades para lojas, e em torno de instituições de vizinhanças. (EUFRASIO, 1999, p.62, grifo no original)

No trabalho de Burgess, por sua vez, já nas primeiras formulações da sua Teoria de Zonas Concêntricas compostas por trabalhos publicados entre 1922 e 1925<sup>21</sup> afirma-se que na chamada Zona IV (de alta renda) "recentemente têm surgido sub-centros comerciais, '*loops-satélites*', em zonas externas [claramente na Zona IV]", sendo que "os sub-centros comerciais representam (...) uma inserção de diversas comunidades locais numa mesma unidade econômica maior" (BURGESS, 1924<sup>22</sup>, p.52 *in* EUFRASIO, 1999, p. 82, 87) e são "caracterizados pela concentração de comércio varejista, de bancos, de restaurantes e dos grandes e magníficos palácios de diversões, como cinemas e salões de baile públicos" (ibid., id. p. 160). O autor expressa ainda a ideia de hierarquia entre esses centros e o CBD de Chicago, cidade na qual baseou seu estudo, ao afirmar que tal cidade "está passando por um processo de reorganização num sistema descentralizado centralizado de comunidades locais coalescendo em sub-áreas comerciais *dominadas pelo distrito comercial central*" (EUFRASIO, 1999, p. 87, grifo nosso)<sup>23</sup>

Dessa forma, é notável que, apesar do reconhecimento de áreas centrais fora do CBD, nos modelos então desenvolvidos havia a dominância do Centro, não sendo reconhecido nos centros menores a capacidade de ordenação do espaço, compondo, portanto, um modelo de caráter monocêntrico/multicêntrico. Em outras palavras, nessas teorias havia múltiplos centros, multicentralidade, mas não havia a ideia de policentralidade, conforme o conceito de Sposito (2010, 2013) adotado no presente trabalho. Até a década de 1970, em especial nos trabalhos posteriores influenciados

---

<sup>21</sup> Conforme sistematizado por Eufrasio (1999, p. 79-92).

<sup>22</sup> BURGESS, E. W. [1922] (1924) 1925. The Growth of the City: An Introduction to a Research Project. **Proceedings of the American Sociological Society**, XVIII, 1924, p. 85-97; reproduzido *in* PARK, BURGESS & MCKENZIE, 1925, cap. II, p. 47-62.

<sup>23</sup> Para Eufrasio (1999), a perspectiva de Burgess sobre a formação hierarquizada de subcentros pôde ser confirmada a partir da década de 1960, época do auge dos estudos quantitativos, quando se estabeleceu uma relação entre preço do solo e alcance dos subcentros, como, por exemplo, no estudo de Garner (1971).

pela Escola de Chicago desenvolvidos sob um viés quantitativo, "a descentralização se caracteriza, em termos gerais, por suscitar o surgimento de núcleos secundários que, embora possam variar quanto à forma, função e escala, não colocam em xeque a supremacia do CBD na estrutura interna da cidade." (REIS, 2007, p.7)

Dentre as críticas aos modelos apresentados e, de uma maneira geral, aos estudos empreendidos sob o viés da ecologia humana, inclusive após a segunda guerra mundial, está o fato de se basearem no que Gottdiener (1993) define como a "teoria do equilíbrio", de inspiração positivista e base do que o autor chama de teorias convencionais:

A teoria convencional é uma teoria do equilíbrio. Isto é, adotando uma visão sistêmica que enfatiza a diferenciação funcional e a integração, ela afirma que todas as partes do sistema urbano se ajustam a um todo social que funciona muito bem. Essa concepção não reconhece a existência de conflito ou seu papel em realizar mudanças. (GOTTDIENER, 1993, p. 54)

Ademais, tal visão deixa "agentes e processos tanto da ordem próxima quanto da ordem distante, como o Estado, por exemplo, fora das análises" (PEREIRA, 2014, p. 48) e se baseia na competição econômica de grandes quantidades de indivíduos como critério predominante, quase único, da interação social, numa "visão biologicamente reducionista das relações humanas que ignora as influências de classe, *status* e poder político" (GOTTDIENER, 1993, p. 49).

Em que pesem as críticas, é possível afirmar que a Escola de Chicago prestou contribuições relevantes para o estudo do espaço intraurbano, que podem ser levadas em conta mesmo na atualidade. Em resumo, destacam-se os conceitos de Área Central, centralização, descentralização e segregação (CORRÊA, 1989; WHITACKER, 2017). O modelo de Burgess legou a ideia de um CBD forte, monopolizador e organizador de toda a estrutura urbana, o modelo de Hoyt apontou para uma tendência de "autossegregação" das classes mais altas em setores, enquanto o modelo de Harris e Ullman expôs a ideia de centros múltiplos, diferenciados e especializados. Ojima (2007) aponta ainda para a Modelo das Zonas Concêntricas como o primeiro estudo sistemático a expressar a relação centro-periferia.<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> É necessário ressaltar que, conforme apontado por Whitacker (2017) com base em Castells (1983), a formulação de Burgess, apesar de ter sido capaz de "explicar e retratar, sob determinada ótica,



## 2.3 TEORIA DOS LUGARES CENTRAIS

Ainda no período anterior à Segunda Guerra Mundial, cabe citar os primeiros trabalhos que fundaram as "teorias funcionalistas", que representam uma contribuição advinda tanto das Ciências Econômicas como da Geografia. A compreensão de que a ordenação espacial das atividades econômicas e sua hierarquização são orientados por determinados princípios matemáticos em vez de se localizarem aleatoriamente é basilar para essas teorias. O pioneiro dessa vertente foi o alemão Johann Heinrich Von Thünen (MATOS, 2005; KNEIB, 2008), que em 1826 realizou um trabalho de análise das atividades agrícolas em relação aos núcleos urbanos argumentando que determinadas atividades agrícolas se agrupam em função da distância para o centro urbano de maneira que os custos de transporte e o valor de retorno por unidade de área seriam inversamente proporcionais à distância até o núcleo (CLEMENTE; HIGACHI, 2000).

Com o avanço da industrialização e das formas de acumulação capitalistas, trabalhos posteriores foram desenvolvidos a partir da concepção de Von Thünen, voltados, entretanto, para outros setores de atividade econômica, como o de Alfred Weber (1909) sobre a localização industrial e os trabalhos de Walter Christaller (1933)<sup>25</sup> e August Lösch (1940) sobre a localização de atividades de comércio e serviços por nível de especialização. A Teoria dos Lugares Centrais, cuja escala é a regional e não a intraurbana, deriva de uma observação empírica feita por Christaller da distribuição relativamente equidistante de cidades de porte semelhante na Alemanha. Essa equidistância seria resultante da área de mercado que cada centro, de acordo com seu nível hierárquico, seria capaz de dominar, sendo que lugares de mesmo nível (cidades de porte semelhante, na observação de Christaller) se localizariam no centro de áreas de influência de tamanho "idêntico".

---

obviamente, o crescimento de várias cidades norte-americanas e mesmo de algumas cidades europeias", mostrou-se pouco eficaz para explicar a urbanização latino-americana e asiática, por exemplo, "quando as condições de base mudam qualitativamente" (CASTELLS, 1983, p.148-149). Nos casos de metrópoles brasileiras, por exemplo, a permanência das classes de renda alta no Centro (e/ou em suas proximidades), em oposição ao esquema de Burgess, caracterizou sua estruturação enquanto predominava a concepção monocêntrica, ainda sendo verificável em algumas cidades tais como Curitiba e Porto Alegre. (cf. Corrêa, 1996)

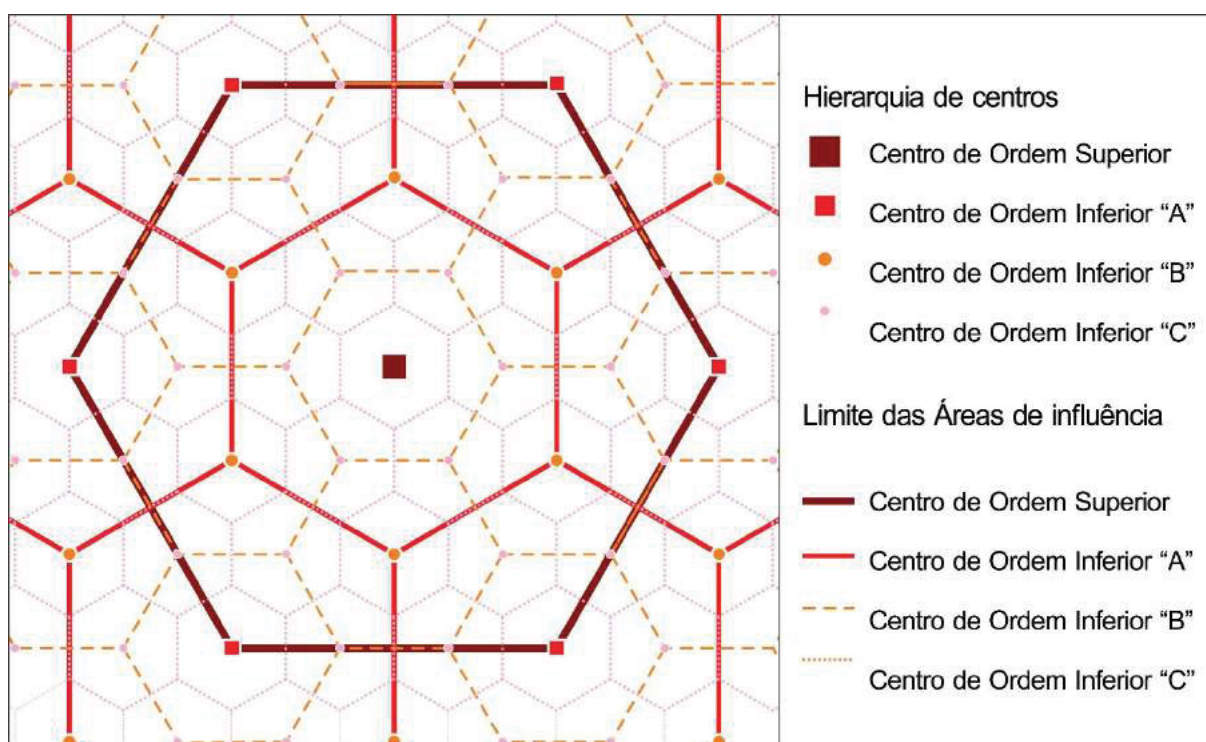
<sup>25</sup> CHRISTALLER, W. Die Zentralen Orte in Suddeutschland, Fischer, Jena; 1933, Tradução Inglesa de BASKIN, C. W, **Central places in Southern Germany**, Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1966.

## Sobre a Teoria dos Lugares Centrais, Richardson assinala que

De conformidade com essa teoria, as principais funções de um centro urbano são atuar como um centro de serviço para o seu interior, suprindo-a de bens centrais, tais como serviço de varejo, serviços comerciais, bancários e profissionais, meios educativos, de lazer e culturais e serviços urbanos governamentais. Esses serviços podem ser classificados em ordens superiores e inferiores, dependendo do ponto crítico da procura (isto é, o nível mínimo viável necessário para apoiar o serviço) e a *amplitude* (isto é, os limites externos da área de mercado para cada serviço). (RICHARDSON, 1973, p. 82-83, grifo do autor)

Nesse modelo, a área de influência de cada centro se daria em função dessas distâncias, ou raios que formariam áreas circulares. Entretanto, de acordo com Christaller (2005), a equidistância dos centros por ele observados formaria triângulos frequentemente equiláteros agrupáveis em hexágonos. Além disso, para resolver as áreas de interseção que se formariam na justaposição dos círculos, a figura geométrica que melhor representaria as áreas seria o hexágono. Dessa forma, o modelo é ilustrado esquematicamente conforme se verifica na Figura 7.

FIGURA 7 - REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA TEORIA DOS LUGARES CENTRAIS DE CHRISTALLER (1933)



FONTE: Modificado de JOHNSON (1980).



A organização do espaço baseado nessa teoria constitui, então, não apenas uma hierarquia dos lugares, mas igualmente pressupõe uma hierarquia dos próprios bens e serviços que eles ofertam, ou, em outras palavras, de suas funções, pois “se os lugares são concentrações de oferta de bens e serviços, a hierarquia dos lugares deve basear-se na hierarquia dos bens e serviços” (CLEMENTE; HIGACHI, 2000, p. 83). Daí decorre a utilização da localização de determinadas atividades econômicas tidas como superiores como indicativo de centros de ordem superior, uma vez por sua especialização e raridade são capazes de induzir fluxos para seu consumo desde distâncias mais longas. Ao contrário, a concentração somente de atividades inferiores, que se encontram espalhadas por mais pontos do espaço e, conseqüentemente, se restringem a captar fluxos de consumidores provenientes apenas de distâncias mais curtas, funciona como indicativo de centros de ordens inferiores.

Assim, conforme expõem Clemente e Higachi (2000, p. 83, grifo nosso),

pode-se concluir que a centralidade de um produto pode também ser indicada por sua raridade. Produtos encontrados em toda parte, por menor que seja o centro de mercado, são produtos de centralidade inferior, enquanto produtos encontrados apenas em alguns lugares de maior expressividade são de centralidade superior. Além disso, há uma relação direta entre a centralidade e o tamanho dessa área de mercado. (CLEMENTE, HIGACHI, 2000, p. 83, grifo nosso)

Cabe destacar que, apesar de ter sido desenvolvida com vistas ao espaço regional (no qual os centros em questão são centros urbanos e vilas diferentes não pertencentes a um mesmo tecido urbano), a Teoria dos Lugares Centrais pode ser - e efetivamente foi -, adaptada à escala intraurbana posteriormente, sobretudo no que diz respeito à hierarquização de bens e serviços enquanto parâmetro para a hierarquização de centros e subcentros, como visto no trabalho de Duarte (1974). Essa percepção é corroborada por Corrêa (1989, p. 51-52) que, ao analisar as proposições de Berry (1968) sobre núcleos secundários de comércio e serviços, afirma que “os núcleos hierarquizados são uma réplica intraurbana da rede regional de localidades centrais”. Já Clemente e Higachi, discutindo a questão da intensidade de fluxos que ligam lugares centrais, afirmam que

a natureza dos fluxos que ligam os lugares depende da escala geográfica adotada. Quando essa escala é reduzida e abrange somente o espaço urbano [intraurbano], os fluxos são predominantemente de serviços de

consumo e de comércio varejista. [...] Isso pode ser ilustrado considerando-se a ligação entre um bairro de uma cidade e seu centro (CLEMENTE; HIGACHI, 2000, p. 87)

Assim, baseado na explicação de Clemente e Higachi (2000, p. 84) e na hierarquia exemplificada na Figura 7, o Centro de Ordem Inferior “B” ofertaria todos os produtos encontrados no Centro de Ordem Inferior “C” e mais alguns específicos de seu nível hierárquico. O Centro de Ordem Inferior “A”, por sua vez, ofertaria todos os bens e serviços dos de ordem “B” e “C” e outros específicos não encontrados nos dois níveis inferiores. O mesmo ocorreria com o Centro de Ordem Superior em relação aos de ordem inferior “A”, “B” e “C”. O quadro proposto por Corrêa (1989b) auxilia no entendimento da disponibilidade de produtos conforme o nível hierárquico.

QUADRO 1 - EXEMPLO HIPOTÉTICO DE HIERARQUIA URBANA E FUNÇÕES CENTRAIS

CENTROS	FUNÇÕES CENTRAIS
Metrópole regional	abcd efgh ijkl mnopqrst
Capital Regional	efgh ijkl mnopqrst
Centro Sub-regional	ijkl mnopqrst
Centro da zona	mnopqrst
Centro local	qrst

FONTE: CORRÊA (1989b)

Nota: As categorias de centros expostas pelo autor são referentes à escala regional, não intraurbana. No caso da escala intraurbana, a “Metrópole Regional” seria substituída pelo Centro, enquanto os níveis inferiores, de “Capital regional” a “Centro local”, por subcentros de níveis decrescentes.

Conforme discutido por Johnson (1980), generalizações sobre as hierarquias urbanas requerem, assim como ocorria desde as formulações de Von Thünen, uma área de análise homogênea sob diversos aspectos, como do ponto de vista geográfico, topográfico ou de produção do setor primário, além de um sistema aperfeiçoado de transportes que permita uma competição plena entre os tais centros urbanos. Tais condições incluem fatores como distribuição uniforme de população, existência de um único tipo de transporte, área topograficamente uniforme e preços iguais em qualquer centro, condições necessárias, entretanto, para que a teoria possa se basear apenas na distância como fator decisivo para o deslocamento de compradores e, por consequência, da abrangência da área de influência de cada centro. A configuração hexagonal das áreas de influência dos diferentes centros ilustrada na Figura 7 seria possível somente na existência dessas condições.

No entanto, à essa alta abstração do espaço recai a crítica de que as ações centradas na produção de formas espaciais e organização do espaço seriam as determinantes dos processos sociais que deveriam se desenvolver (MONTE-MÓR, 2006), sem haver aí uma relação inversa, de que os processos sociais seriam a razão da produção e organização do espaço, ou mesmo um relação dialética entre eles. Nesse sentido, Corrêa (1996) aponta uma falha na compreensão estritamente econômica dada a essa teoria sem uma visão crítica, na qual as trocas econômicas se dariam entre indivíduos socialmente semelhantes sem distinção de classes sociais, o que faria com que, sob esses modelos, as estruturas sociais e espaciais seriam desprovidas de relações sociais e desligadas da História. Além disso, mesmo fatores de geografia física não são abarcados pela teoria em sua forma apresentada, tais como barreiras, limites naturais, diferenças de cota etc. Dessa forma, para Gottdiener (1993), trabalhos como o de Christaller, somado a outros posteriores de mesma linha teórica, foram fundamentais para o que o autor chama de tratamento convencional da Economia e da Geografia urbanas que emergiu após a segunda guerra, se casando muito bem com a ideia do CBD forte, legado pelo trabalho já discutido de Burgess.

Apesar dessas considerações, Richardson (1973, p. 84) afirma, não sem suas próprias ressalvas, que “a teoria do lugar central é relevante para o planejamento urbano e regional porque um sistema hierárquico proporciona um meio eficiente de administrar e alocar recursos a regiões”. Dessa forma, a Teoria dos Lugares Centrais exerceu influência sobre diversos trabalhos que buscaram compreender a organização espacial de acordo com a distribuição de atividades econômicas, e continuaram a desenvolvê-la e a aplicá-la a diversos estudos de caso, transferindo, inclusive, seus conceitos para a escala intraurbana e adotando técnicas estatísticas e dados mais avançados. Como consequência, essa contribuiu com importantes conceitos para os estudos da localização de diferentes centros em escala intraurbana, tais como a hierarquia de funções baseada na raridade de bens e serviços, o acúmulo de funções superiores e a definição de áreas de influência baseadas na centralidade dos produtos e mercado consumidor.

Nesse sentido, para o presente trabalho interessa citar especialmente a influência da Teoria dos Lugares Centrais para o trabalho de Duarte (1974), que buscou identificar e qualificar hierarquicamente os "centros funcionais" (subcentros) da cidade do Rio de Janeiro a partir de uma leitura dessa teoria embasada na

concentração de determinadas atividades superiores em algumas áreas do território carioca. Além de ter sido um estudo pioneiro no Brasil sobre a descentralização e formação de subcentros dentro de uma hierarquia dominada pelo Centro (REIS, 2007), o trabalho de Duarte é uma referência metodológica utilizada no trabalho do IPPUC (1987) sobre os subcentros em Curitiba, o que expõe sua relevância específica para a pesquisa sobre o caso curitibano.

O trabalho de Fonseca (2009), cuja metodologia embasou a utilizada na presente pesquisa, utilizou raciocínio semelhante ao recortar um determinado grupo de atividades para indicar áreas de centralidade, excluindo outras consideradas menos raras. Dessa forma, afirma-se que a metodologia aplicada no presente trabalho utiliza dentre seus parâmetros de investigação, o acúmulo de funções superiores, tal qual o trabalho de Christaller, ainda que diversas outras de suas características não sejam abordadas, como a estimativa de áreas de influência, por exemplo. Os estudos citados encontram-se mais bem detalhados no capítulo 4.

## 2.4 DESCENTRALIZAÇÃO E DISCUSSÕES RECENTES

A partir dos três exemplos apresentados anteriormente, verifica-se que a formação de núcleos secundários era um fenômeno conhecido pelo menos desde o início do século XX, tanto na escala regional quanto na intraurbana, tendo sido debatido sob a ótica de diferentes áreas do conhecimento dentro do desenvolvimento de modelos de estrutura espacial baseados na interação social e econômica dos indivíduos e grupos sociais. Em que pesem as críticas formuladas à esses conjuntos de teorias que, como veremos a seguir, se intensificaram a partir dos anos 1960 e 1970, e o entendimento de que os modelos por elas produzidos não eram capazes de explicar o desenvolvimento e a organização do espaço urbano, suas contribuições não se restringem à modelização espacial, uma vez que

Numerosos modelos sobre a organização espacial, e no limite também sobre as transformações nele realizadas, foram produzidos pelos geógrafos. Pensamos que se é fácil estabelecer críticas a estes modelos, e devemos fazê-las, acreditamos, por outro lado, que tais modelos fornecem-nos pistas e indicação efetivamente relevantes para a compreensão crítica da sociedade em sua dimensão espacial e temporal, não devendo ser compreendidos com modelos normativos como se pretendia. (CORRÊA, 2009, p.23)

Dessa forma, a exposição de modelos realizada não pretende indicar um ou outro tipo de estrutura que se considere adequada para ler a realidade contemporânea do espaço urbano, mas além de contextualizar o desenvolvimento teórico sobre o tema, apontar para as contribuições e alguns processos espaciais identificados por essas correntes teóricas cuja leitura é importante até os dias atuais. Conforme discutido por Corrêa (1989a, 1996), esses processos espaciais foram colocados em evidência por alguns estudos ainda no século XIX e, em especial, na primeira metade do século XX, por trabalhos realizados por economistas, sociólogos (ecologia humana) e geógrafos urbanos<sup>26</sup>. Com base no conteúdo derivado dessa produção científica, esse autor considera que a atuação dos distintos agentes sociais no espaço urbano produz uma série de dinâmicas, que geram diferentes rebatimentos espaciais, assim traduzidos e classificados:

Os processos espaciais e as respectivas formas são os seguintes:

- a) Centralização;
- b) Descentralização;
- c) Coesão;
- d) Segregação;
- e) Invasão-sucessão
- f) Inércia. (CORRÊA, 1996, p. 122)

Destes, o processo de descentralização tem no trabalho do geógrafo Charles C. Colby, apresentado originalmente em 1930 e publicado em 1933, uma contribuição fundamental ao descrever o processo a partir da atuação de dois grupos de forças, centrífugas e centrípetas, que explicam de maneira complementar os motivos para que determinadas atividades sejam repelidas ou se mantenham no Centro.<sup>27</sup> As forças centrífugas, responsáveis pela descentralização (ou, também, pela desconcentração), atuam a partir de dois fatores: as "condições de repulsão da área central" e a

---

<sup>26</sup> Destacam-se os trabalhos de economistas como Richard Hurd e Robert Haig, sociólogos como Robert Park e Roderick McKensie e do geógrafo Charles Colby (CORREA, 1996, p. 122-123)

<sup>27</sup> Reis (2007, p.12) chama a atenção para a "objetivação da cidade moderna como um organismo dinâmico" que embasa o trabalho de Colby, para o qual a contínua evolução requer tanto a modificação de funções estabelecidas quando a adição de novas funções (COLBY, 1933, p.1). Nesse sentido, é possível notar que o autor se aproxima da visão ecológica da cidade na época impulsionada pela já referida Escola de Chicago.

"atratividade de áreas não-centrais" (COLBY, 1933, p. 4, 7, tradução nossa)<sup>28</sup>. Corrêa, ao sistematizar os tópicos levantados por Colby indica os elementos responsáveis pela repulsão da área central:

- a) o aumento constante do valor da terra, impostos e aluguéis, afetando certas atividades que perdem a capacidade de se manterem localizadas na área central;
- b) congestionamento e alto custo do sistema de transporte e comunicações, que dificulta e onera as interações entre firmas;
- c) dificuldade de obtenção de espaço para a expansão;
- d) restrições legais implicando a ausência de controle do espaço;
- e) ausência ou perda de amenidades, afetando atividades e população de alto *status*; mas também deve-se a pressões contra determinados tipos de uso da terra, como indústrias poluentes, por exemplo. (CORRÊA, 1996, p. 125).

Além dos elementos responsáveis pela atratividade de áreas não-centrais:

- a) terras não ocupadas, a baixo preço e impostos;
- b) infraestrutura implantada;
- c) facilidades de transporte;
- d) qualidades atrativas do sítio, como topografia e drenagem;
- e) amenidades físicas e sociais;
- f) "threshold" [limiar] ou mercado mínimo capaz de suportar a localização de uma atividade descentralizada. (CORRÊA, 1996, p. 126).

Quanto aos elementos que possibilitaram essas dinâmicas, destaca-se a evolução dos meios de transporte, uma vez que com "a implantação de sistemas de transporte urbano, primeiramente por trilhos (bondes e trens suburbanos, seguidos pelo metrô) e depois, sobretudo, o de matriz automotiva (ônibus, carros, caminhões, motos, etc.)" (SPOSITO, 2013, p. 72), surgiram as condições técnicas e funcionais que tanto permitiram a expansão física da cidade quanto a concentração de atividades em outros "pontos ótimos" além do Centro, influenciando o surgimento de outros centros e o processo de descentralização. Contudo, para não incorrer no mesmo equívoco que para Gottdiener (1993) é cometido pelo tratamento "convencional" do espaço urbano, cabe lembrar que há uma série de outros fatores, como os sociais, que fizeram com que novas áreas comerciais e de serviços passassem a emergir em outras partes do território urbano, ou seja, embora as novas tecnologias de transporte tenham possibilitado a expansão do tecido urbano e surgimento de tais áreas, não

---

<sup>28</sup> No original, respectivamente: "Uprooting Conditions in the Central Zone" e "Attractive Qualities of the Peripheral Zone".

podem ser tomadas como a razão para a ocorrência de tais processos (SPOSITO, 2013).

Não obstante, é possível afirmar que enquanto as possibilidades de transporte eram mais restritas às formas "rígidas" (CORRÊA, 1989) e o fluxo de pessoas à procura de bens e serviços se pautava por esse tipo de deslocamento, predominavam as estruturas urbanas monocêntricas organizadas e comandadas exclusivamente pelo Centro, já com a disponibilidade de transportes mais flexíveis e capilares, a descentralização se intensificou.

O estudo de Colby se refere, entretanto, à dinâmica de deslocamento de diferentes tipos de atividades econômicas, sendo a indústria um importante ramo considerado pelo autor. No sentido de compreender especificamente a regularidade da distribuição de atividades varejistas, cuja aglomeração é essencial para a centralidade, Reis (2007) destaca o pioneirismo do trabalho de Malcolm J. Proudfoot publicado em 1937. Nesse trabalho, Proudfoot analisa "os principais tipos de estrutura varejista urbanas" a partir do estudo de nove cidades dos Estados Unidos, chegando a cinco tipos:

- i) Distrito Central de Negócios (*Central Business District*): representa o coração de qualquer cidade, onde as lojas varejistas efetuam um volume de negócios maior do que em qualquer outra área dentro da cidade;
- ii) Centro Periférico de Negócios (*Outlying Business Center*): trata-se de uma miniatura do CBD, sendo o mais importante núcleo de negócios derivado do processo de descentralização, apresentando uma concentração de lojas varejistas cuja diversidade funcional somente é superada pelo CBD;
- iii) Eixos Principais de Negócio (*Principal business thoroughfare*), caracterizado por dois atributos complementares fundamentais, quais sejam, constitui tanto uma rua de negócios como uma artéria de fluxo intenso;
- iv) Rua de Comércio de bairro (*Neighborhood Business Street*), caracterizadas pelo autor, em primeiro lugar, pela "magnitude" de bairro. Atrai predominantemente consumidores que dispõem meios de transporte, ou seja, que frequentam este comércio a pé;
- v) Grupo de Lojas Isoladas (*Isolated store cluster*), que se refere ao tipo de comércio varejista de menor magnitude, composto por lojas que são antes complementares do que competitivas entre si, frequentemente voltadas para demandas básicas de uma clientela que se localiza junto ao conjunto de lojas. (PROUDFOOT, 1937; REIS, 2007)

Para Reis (2007), a importância do estudo de Proudfoot se revela pela influência que teve sobre pesquisas posteriores em diversas cidades nos EUA e no mundo, e pela tipologia dos cinco tipos de centros que formulou, base para o



desenvolvimento de novas tipologias, tais como as propostas por Kelley<sup>29</sup> (1955), Hoyt<sup>30</sup> (1958) e Vance Jr.<sup>31</sup> (1958). Esses autores buscaram compreender as transformações na distribuição dos centros de compras associados às transformações da estrutura interna da cidade norte-americana no período do pós-guerra, amplamente influenciadas pela difusão do automóvel e o consequente aumento na mobilidade da população suburbana propiciado pelo sistema de auto-estradas daquele país. É nessa mesma época que o *shopping center (mall)* começa rapidamente a se difundir, enquanto nova técnica do comércio varejista associada à dinâmica da descentralização relacionada diretamente aos subúrbios como modo de vida nos EUA, passando também a ser objeto de estudos. Estes processos viriam a se fortalecer no Brasil somente décadas depois e em condições distintas.

Entre as décadas de 1950 e 1960 houve ainda um forte desenvolvimento de estudos de base matemática, da chamada Geografia Quantitativa, ou dos modelos econômicos da forma urbana (GOTTDIENER, 1993). Tais trabalhos foram notavelmente influenciados tanto pela Teoria dos Lugares Centrais de Christaller (em especial tendo a distância como variável importante), quanto pelos modelos ecológicos da Escola de Chicago (sobretudo pelo papel do CBD como estruturador da organização espacial) e tinham como característica a geração de modelos de localização das atividades por meio de relações estatísticas considerando custos de transporte como principal fator determinante para as localizações espaciais, influenciando assim o preço da terra. Destes trabalhos destaca-se o desenvolvido por Berry (1968), que formulou um esquema de "padrões gerais dos valores do Solo Urbano e também um "esquema sobre a estrutura de negócios e comércio das cidades americanas" (REIS, 2007) no qual a rede multicêntrica composta pelo Centro e subcentros apresentava uma relação decrescente de valores do solo de acordo com

---

<sup>29</sup> KELLEY, E. J. Retail Structure of Urban Economy. In: PUTNAM, Robert et al. (eds.): **A Geography of Urban Places**. Toronto: Methuen Publications, 1970, p. 201- 214. (publicado originalmente em Traffic Quarterly, vol. 9, 1955, p. 411 - 430).

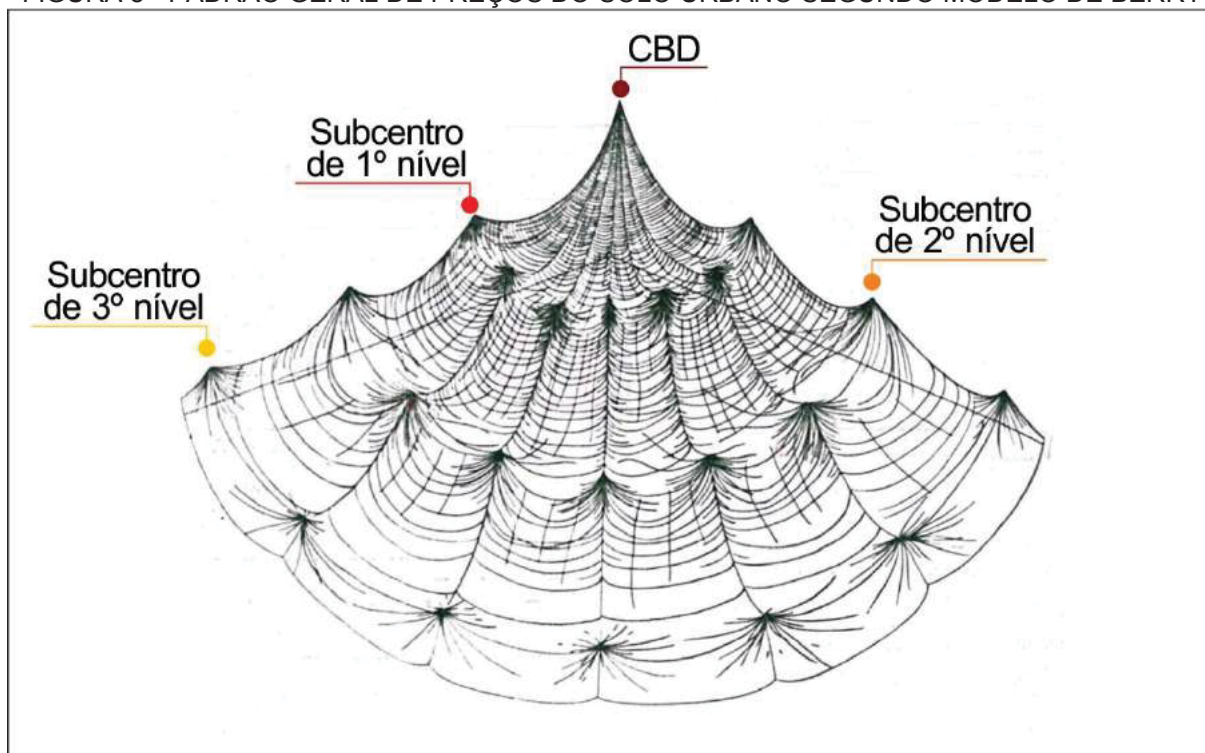
<sup>30</sup> HOYT, H. Classification and Significant Characteristics of Shopping Centers". In: KOHN, C.; MAYER, R. (eds.) **Readings in Urban Geography**. Chicago: The Chicago University Press. 1958. p. 454 – 461 (publicado originalmente em Appraisal Journal, abril, 1958, p. 214 - 222).

<sup>31</sup> VANCE, J. E. Jr. Emerging Patterns of Commercial Structure in American Cities. In: PUTNAM, Robert et al. (eds.): **A Geography of Urban Places**. Toronto: Methuen Publications, 1970. p. 201- 214. (publicado originalmente em Lund Studies, in Geography, 1958).



a proximidade do Centro, em primeiro lugar, e dos subcentros, em níveis inferiores (Figura 8).

FIGURA 8 - PADRÃO GERAL DE PREÇOS DO SOLO URBANO SEGUNDO MODELO DE BERRY



FONTE: Adaptado de BERRY (1968).

Em resumo, é possível considerar que esses estudos desenvolvidos nos anos 1950 e 1960 objetivavam identificar padrões de localização da atividade terciária no espaço urbano (REIS, 2007), e tendiam a avançar sobre conceitos e teorias desenvolvidas nas décadas anteriores, criticando e/ou aprimorando seus elementos em face de novos contextos socioeconômicos e da emergência de novas tecnologias de comunicação e transporte. Tais trabalhos apresentam em comum o fato de indicarem que o processo de descentralização se iniciou com as indústrias na década de 1920, seguida pelas atividades terciárias, estas com mais intensidade a partir da década de 1940 (FRESCA, 2013).

Gottdiener (1993) expõe as limitações dos estudos assentados nessa visão, pela sua recorrência em considerar o "centro histórico" (Centro) como organizador primordial do espaço urbano (constituindo, portanto, modelos mono/multicêntricos em sua essência), pelo determinismo tecnológico de considerar os avanços técnicos do transporte e, posteriormente, das comunicações como fatores determinantes dos

padrões espaciais. Tais estudos eram, em boa parte, desenvolvidos nos Estados Unidos e possuíam aderência com a especificidade do modelo de desenvolvimento urbano daquele país, baseado na suburbanização. No entanto, nessas mesmas décadas o estudo sobre o espaço urbano e, em especial, sobre o Centro e a centralidade passaram a ser empreendidos sob outros termos na Europa.

De acordo com Tourinho (2007), foi a partir da reconstrução de áreas centrais de cidades europeias destruídas na Segunda Guerra Mundial que a discussão sobre o Centro passou a ser problematizada acerca de sua essência, sua condição, suas características e até mesmo a necessidade ou não de se ter um Centro, indagações que escapavam às abordagens operadas a partir de modelos, padrões e análises estatísticas. Nesse movimento surgiram geógrafos interessados em definir de maneira mais qualitativa o Centro das cidades nos chamados "manuais de geografia urbana", com as obras de Beaujeu-Garnier (1980), George (1981) e Johnson (1980) figurando como exemplos importantes.

Para Whitacker (2003), os dois primeiros autores estão inseridos na "Geografia urbana francesa", cuja linha de análise para o Centro das cidades o privilegia como a materialização da história da cidade e sua forma, responsável por nela imprimir diversas marcas. O autor complementa sua análise afirmando que "Com a Escola de Chicago, há uma prevalência das formas na organização da sociedade; na Geografia Francesa, a prevalência está na história, sendo o espaço apenas o palco de ações resgatáveis através das formas." (WHITACKER, 2003, p. 134)

Por outro lado, a sociedade mundial passou por importantes transformações na década de 1960, e mesmo nos Estados Unidos as abordagens teóricas ecológicas convencionais, baseadas na teoria do equilíbrio, também entraram em crise à medida que eclodiram "os tumultos de gueto da metade dos anos 60" (GOTTDIENER, 1993, p. 77), o que apontou para uma urgente necessidade de revisão teórica. A inflexão na sociedade mundial ocorrida nos anos 1960, que excede em muito as discussões intraurbanas<sup>32</sup> pode ser descrita da seguinte maneira:

Os anos sessenta mudaram o eixo das interpretações das questões urbanas. As teorias sociais ligadas à corrente hegemônica da modernização capitalista foram sendo contestadas pela revolução cultural e pela emergência das

---

<sup>32</sup> Embora naquele contexto, "a intranquilidade que invadiu a sociedade europeia foi identificada, em parte, como sendo de natureza urbana, e o Estado deu seu apoio a um esforço da ciência social para analisar o que veio a ser reconhecido pelo termo 'revolução urbana'" (GOTTDIENER, 1993, p. 78)

múltiplas vozes no contexto mundial, desde os povos que se libertaram do jugo colonial até os vários grupos étnicos, religiosos, sexuais e ideológicos que se organizaram para manifestação política na cidade. De outra parte, a crise do capitalismo manifestada nos choques do petróleo e na redução dos níveis de acumulação ligados ao modo fordista de organização da economia trouxe à tona a crise do Estado, erodido em seu papel regulador das relações capital e trabalho, de provedor da infraestrutura exigida pelo capital e de suporte à reprodução coletiva da força de trabalho. O Estado do Bem-Estar, aparentemente consolidado nos países centrais e em processo de reorganização nos países periféricos, ainda que restrito aos núcleos urbanos industriais e aos setores modernos da economia, começou a se mostrar inviável e incapaz de garantir os níveis de conforto e consumo exigidos pelas camadas ricas da população. (MONTE-MÓR, 2006, p. 74)

A partir desse contexto, Sposito (1991, p. 4) observa que na pesquisa urbana surgida da conjuntura política europeia e francesa "que colocava tudo em discussão", sobretudo após o ano de 1968, "os antigos objetos e métodos de trabalhos foram abandonados, e se estabeleceu uma postura crítica em relação à produção anterior, denotando um interesse pelo resgate de pressupostos teóricos". Assim, ganhou ênfase a produção científica sobre o espaço desenvolvida na Europa, com destaque para os estudos elaborados na França (SPOSITO, 1991; REIS, 2007), em discussões localizadas entre o final da década de 1960 e a de 1970, a partir do materialismo histórico e da dialética como fundamentos metodológicos.

A produção acadêmica decorrente dessa postura crítica de base marxista é chamada de "Economia Política Marxista" por Gottdiener (1993), enquanto Corrêa (2009) indica que a "geografia crítica" decorrente desse movimento procurou romper tanto com a "geografia tradicional" quanto com a "geografia teórico-quantitativa". Gottdiener destaca a contraposição dessa corrente à abordagem convencional de inspiração positivista, indicando que o objetivo da obra de base marxista publicada após essa época era

substituir o que se tornara a aplicação aborrecida de correlações fatoriais urbanas descritivas por uma síntese vibrante que pudesse, de um lado, revelar os processos pelos quais o ambiente urbano assumira sua forma presente e, de outro, explicar as características da distribuição espacial desigual e as crises sociais associadas a ela (GOTTDIENER, 1993, p. 78)

Nesse contexto, Sposito (1991) destaca as contribuições advindas da Sociologia Urbana a partir dos trabalhos críticos de Henri Lefebvre e de Manuel Castells, este último que prontamente obteve atenção internacional a partir de sua obra "A Questão Urbana" (HALL, 2005) lançada em 1972. Ambos autores passaram

a influenciar vários outros trabalhos desde então sob uma leitura marxista. Por meio de suas obras nota-se a crítica aos modelos descritivos e explicativos do espaço urbano e seus elementos, em prol da busca pela essência do fenômeno urbano, tanto negando as concepções convencionais, quanto buscando rediscutir o Centro frente às novas questões em pauta.

Embora divergentes em alguns aspectos, como em termos de método e na visão estruturalista de Castells (GOTTDIENER, 1993), ambos autores destacam, nas suas obras citadas abaixo, a centralidade (não mais o Centro, como na tradição ecológica) como elemento fundamental estruturador do fenômeno urbano. Lefebvre a alça à condição de essência do urbano conforme explica:

Descobrimos o essencial do fenômeno urbano na *centralidade*. Mas na centralidade considerada com o movimento dialético que a constitui e a destrói, que a cria ou a estilhaça. Não importa qual ponto possa tornar-se central, esse é o sentido do espaço-tempo urbano. A centralidade não é indiferente ao que ela reúne, ao contrário, pois ela exige um conteúdo. E, no entanto, não importa qual seja esse conteúdo. (LEFEBVRE, 1999, p. 110, grifo no original)

Enquanto Castells afirma que:

A problemática da centralidade coroa as utopias urbanísticas e teorias da cidade. Ela conota a questão-chave das relações e articulações entre os elementos da estrutura urbana[...]. O centro urbano então não é uma entidade espacial definida de uma vez por todas, mas a ligação de certas funções ou atividades que preenchem um papel de comunicação entre os elementos de uma estrutura urbana (CASTELLS, 1983, p. 271, 275)

Essa é uma mudança crucial para o entendimento contemporâneo da estruturação urbana, considerando que a centralidade emerge como um atributo à parte, um processo dinâmico e fluido que pode se expressar para além de formas espaciais rígidas como o Centro. Há que se destacar, entretanto, que a centralidade discutida por Lefebvre se refere àquela do centro urbano, a cidade como um todo, e não à sua dinâmica interna especificamente, embora haja a possibilidade de elementos dessas diferentes escalas coincidirem e se sobrepor<sup>33</sup>.

Dessa forma, também há mudanças no entendimento de haver uma determinada "estrutura" do espaço urbano, relativamente fixa e mero produto das interações sociais, para uma concepção que reconhece a dialética do processo.

---

<sup>33</sup> Tópico retomado no item 3 do presente trabalho.

Adotando Castells e Lefebvre novamente como exemplos da guinada conceitual ocorrida nessa época, não se pode atribuir essa mudança em particular ao primeiro, tido como um "estruturalista" (GOTTDIENER, 1993), pois conforme este afirma na discussão entre o Centro e a centralidade,

Nenhuma destas três categorias de centros (integrador, funcional e lúdico) que possuem uma forte carga de expressão concreta, existe por si, mas sim enquanto um resultado de um processo social de organização do espaço urbano. Quer dizer, que o centro urbano como cidade, *é produto*: por conseguinte ele exprime as forças sociais em ação e a estrutura de sua dinâmica interna (CASTELLS, 1983, p. 274)

Já na obra de Lefebvre, é possível notar que a estrutura não é vista como explicativa do urbano, uma vez que para este autor não apenas o espaço é produzido pela sociedade, mas, em sentido inverso e numa relação dialética, ele também a produz e a condiciona:

Na medida em que, no percurso feito até aqui, procuramos a essência ou a substância do fenômeno urbano, como o definimos? Precisamente, nós não o definimos por uma substância, por um conteúdo qualquer. As funções, as estruturas, as formas (na acepção habitual desse termo) apesar de necessárias não se mostram suficientes para defini-lo. (LEFEBVRE, 1999, p. 109)

A continuidade e o dinamismo dos processos urbanos observados com ênfase nas relações sociais além das econômicas enfraqueceram a utilização de alguma determinada "estrutura urbana" como objeto de análise, pois a estrutura, "não é um instrumento analítico que sirva para conhecer a realidade, é a realidade conhecida em um dado momento histórico" (PADILLA<sup>34</sup>, 1978, p.82 apud SPOSITO, 1991). Desse modo, Sposito defende "o uso da expressão *estruturação* para garantir que esta organização/desorganização da cidade contém a dinâmica do próprio processo social que a determina" (SPOSITO, 1991, p.6, grifo no original).

À ideia de *estruturação* urbana soma-se ainda a de "reestruturação" urbana, que

transmite a noção de uma ruptura com tendências seculares e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente

---

<sup>34</sup> PADILLA, C. S. Fenomeno Urbano y institucionalización. **Ciudad y territorio**. Madrid: IEAL, v.3, p. 7-11, 1978.

diferentes da vida social, econômica e política. [...] A reestruturação origina-se na crise e em um conflito entre o velho e o novo, entre uma ordem preterida e uma ordem 'projetada'. Esse processo não é mecânico ou automático, nem seus resultados são pré-determinados. [...] A reestruturação sugere fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, uma mescla complexa de continuidade e mudança (SOJA, 1993, p.193-194).

Em encontro a essa afirmação, Sposito (2004) destaca que o termo reestruturação deve ser utilizado para tratar dos períodos em que são mais amplas e intensas a ocorrência de mudanças que, num processo contínuo, múltiplo e contraditório, orientam os processos de estruturação urbana e das cidades referentes à expansão territorial e também pela substituição de certas formas e usos de solo urbano, que outrora apresentaram algum grau de importância econômica, simbólica ou social. São a partir dessas mudanças intensas, que transformaram as lógicas que embasavam alguns processos espaciais, tais como a centralização e descentralização, e dizem respeito à fase de reestruturação, que se estabelece a "policentralidade", conforme conceituação tratada na sequência. De qualquer forma, tanto o termo "estruturação" quanto "reestruturação" indicam que de "[...] um quadro estático passa-se a um dinâmico, que implicou no privilégio do enfoque processual da realidade. Nesse caso, o arranjo não é mais o resultado, mas sempre um processo" (WHITACKER, 2003, p. 123), aos quais o autor considera apropriado o uso do primeiro após os anos de 1960, e do segundo após a década de 1980.

Para Santos (2008), as últimas décadas justificam a ideia de reestruturação, nas quais as profundas transformações pelas quais as cidades, bem como a vida urbana, vêm passando, não circunscrevem-se apenas à estrutura urbana, mas, acima de tudo, dizem respeito ao conjunto de relações tecidas no espaço, que, paulatinamente, redefine a trama citadina. As mudanças na vida urbana e nas relações desempenhadas no seu espaço possuem relação com as transformações sociais e econômicas observadas, com maior ênfase, a partir dos anos 1970 (PEREIRA, 2014; SILVA, 2017a) numa fase de readequação capitalista e ascensão de sua fase de "acumulação flexível".

Inserida nesse contexto, Salgueiro considera que a cidade fragmentada, sem unidade funcional e marcada pela existência de enclaves que promovem a descontinuidade socioespacial e tornam sua leitura muito mais complexa,



Traduz o aumento intenso da diferenciação e a existência de rupturas entre os vários grupos que substituem a continuidade anterior sendo particularmente visível no domínio da estrutura social e no território. Do ponto de vista social, cresce a segmentação não permitindo fazer uma leitura unidimensional nem hierárquica do espaço social porque as tendências para uma quase pulverização dos grupos requerem uma leitura multidimensional, como um caleidoscópio (SALGUEIRO, 1997, p.189).

A partir da consideração da difusão da centralidade no território e do desmanche da ideia de estruturas urbanas, uma vez que o espaço urbano torna-se cada vez mais complexo e fragmentado sua apreensão a partir da definição de modelos se mostra implausível, houve inflexões na interpretação e abordagem dos estudos urbanos que produziram uma série de consequências para a leitura dos processos e dinâmicas espaciais. Em primeiro lugar, além questão da localização das atividades ganha importância da acessibilidade aos locais onde estas se desempenham. Ou seja, a centralidade, já descolada do Centro, se traduz pelos fluxos, não pelos fixos e, atendendo às características dos deslocamentos cada vez mais individualizados, requer espaços que, acima de tudo, sejam acessíveis por vias de circulação de automóveis. Nesse sentido Whitacker destaca que "A relação entre forma e função se dá mais pelo movimento e pela mudança que pelos usos do solo. São os fluxos, primordialmente, que explicam a articulação entre forma e função" (WHITACKER, 2003, p.123)

Em segundo lugar, altera-se a relação dialética centro-periferia, uma vez que para sua sustentação se fazia imprescindível a existência do Centro como espaço dotado de centralidade articulador da estruturação do espaço, o que não mais ocorre nessa fase do processo, em que se rompe a hierarquização urbana liderada pelo Centro. No Brasil, os estudos urbanos dos anos 1970 e início da década de 1980 de leitura marxista consolidaram um modelo analítico da estruturação das metrópoles brasileiras que, produzida pelas relações capitalistas, originaram um "padrão periférico" no qual a segregação social das camadas populares de mais baixa renda normalmente associa-se às regiões mais distantes do Centro. (OJIMA, 2007). Em outras palavras, naquele modelo analítico, a periferia geométrica e a periferia socioeconômica da cidade eram mormente coincidentes<sup>35</sup>, leitura que já não pode ser

---

<sup>35</sup> O termo "periferia geométrica", foi extraído de Whitacker (2017). O autor esclarece que o termo deriva da "periferia geográfica" que difere do termo "periferia socioeconômica", sendo ambos conceitos discutidos por Milton Santos (2003) em relação ao espaço regional.



tomada como reflexo do momento atual, uma vez que há espaços de moradia voltados para as classes de renda alta localizados nas franjas de manchas urbanas e aglomerados urbanos.

Por fim, cabe citar algumas tendências contemporâneas dos processos de reestruturação urbana e de redefinição da centralidade. Conforme apontado por Reis (2007, p. 30), se, para a ecologia humana a cidade de Chicago representava o paradigma para a formulação de modelos de estrutura urbana da era moderno-industrial, o atual cenário "pós-industrial, pós-fordista e global" tem em Los Angeles o estudo de caso mais representativo do estágio de reestruturação metropolitana corrente. Gordon e Richardson<sup>36</sup> (1996, apud REIS, 2007) levantam, por exemplo, a hipótese de que Los Angeles já estaria num estágio além da metrópole policêntrica, para o que se chamou de "metrópole dispersa", na qual índice de crescimento de atividades centrais é menor nos núcleos secundários que o índice relativo a atividades espalhadas por toda a cidade, tendendo a uma descentralização total. Tal exemplo pode indicar uma tendência futura para outras metrópoles do mundo, dificultando, por exemplo, a leitura dos centros a partir da concentração de funções superiores, embora a especificidade do caso de Los Angeles deva ser sopesada e a utilização de seu paradigma para explicar outras realidades possa constituir uma modelização da realidade.

Por outro lado, Soja (1993) aponta também para um processo duplo, ao mesmo tempo descentralizador e recentralizador, onde simultaneamente se observa tanto a ascensão de núcleos periféricos quanto o de refortalecimento do Centro (FRÚGOLI JR., 2001). Nesse sentido, Reis (2007) e Silva (2017a) apontam para a discussão de alguns autores sobre a formação dos "suburban downtowns", "new downtowns", "edge cities" ou "CBD suburbanos", que seriam núcleos externos ao Centro desenvolvidos a ponto de competir de igual para igual com ele e tornarem-se autossuficientes, sendo capazes de atrair tipos de atividades até então unicamente encontradas no Centro<sup>37</sup>.

---

<sup>36</sup> GORDON, P.; RICHARDSON, H. W. Beyond polycentricity: the dispersed metropolis. Los Angeles, 1970 - 1990. In: **Journal of the American Planning Association**. v. 62, p. 289-295, 1996.

<sup>37</sup> Reis, entretanto, considera que somente as cidades com algum núcleo com importância e complexidade funcional equivalentes ao CBD podem ser consideradas "policêntricas", uma vez que, para este autor, os modelos de Harris e Ullman (1945) e Berry (1968) eram monocêntricos mesmo possuindo outros núcleos. Esse entendimento diverge do adotado no presente trabalho, que está

Considerando o percurso histórico realizado até aqui, verifica-se que, conforme afirmado por Tourinho (2007), a construção do conhecimento sobre o espaço urbano foi e ainda é construído por diferentes áreas do conhecimento, cujas contribuições podem ser agrupadas para uma análise mais ampla do fenômeno urbano e, como objeto do presente trabalho. No que se refere à formação de núcleos secundários, por exemplo, nas três correntes de pensamento abordadas nos itens 2.1, 2.2 e 2.3, verificou-se que áreas de centralidade secundárias já eram postas como questão relevante.

Na idealização do modelo de cidade-jardim, os centros secundários eram elementos importantes para garantir que sua estrutura urbana proposta crescesse de maneira a permitir o contato do habitante tanto com o campo quanto com a cidade. Apesar de ter degenerado em projetos que acabaram se tornando subúrbios dormitório, parte da ideia original foi resgatada pelo modelo de Unidades de Vizinhança, cuja finalidade seria formar, dentro do contexto de uma cidade mais ampla, pequenas comunidades organizadas ao redor de alguns serviços de alcance local, formando assim pequenos núcleos em cada uma. Já nos estudos da Escola de Chicago, voltados para a escala intraurbana, e da Teoria dos Lugares Centrais, voltado para a escala regional e somente depois adaptado à intraurbana por outros autores, núcleos secundários são reconhecidos como importantes fenômenos na formação de redes hierárquicas a partir de um centro principal, integrando comunidades menores a um sistema maior, especialmente do ponto de vista econômico.

Nos estudos e debates mais recentes, entretanto, demonstrou-se que tais visões se embasavam em sistemas e modelos que tinham no equilíbrio uma premissa importante, o que ignorava os conflitos e contradições da formação da cidade ou, na melhor hipótese, os tomava como elementos de menor importância. Nesse sentido, tais contribuições são importantes para inserir na questão da centralidade a preocupação de entender melhor o processo social que a sustenta, ou seja, entender que áreas centrais secundárias não são formadas simplesmente pela ampliação de

---

baseado na conceituação de "multi(poli)centralidade" realizada por Sposito (1991, 2010, 2013) e discutida no capítulo 3. Dessa forma, cabe citar que na cidade de Curitiba o processo de desdobramento do Centro para o bairro do Batel, estudado por Pilotto (2010), será considerado como uma nova forma de expressão de centralidade descentralizada, mas não um "novo Centro", conforme se explica no item 3.2.2 a partir da conceituação de Sposito (1991).

um mercado consumidor. Torna-se, então, imprescindível pensar em questões como: que tipo de mercado é esse; em que condições ele se estabelece; se são resultantes de um processo de periferização de classes sociais; se essas comunidades e as áreas de centralidade que nelas surgem são realmente integradas ou constituintes de um circuito econômico diferente, como sugere Milton Santos (1979) ao argumentar sobre os circuitos superior e inferior da economia.

Em âmbito geral, sobre a estruturação do espaço urbano, nos modelos de estrutura apoiados na ecologia urbana, como o de Burgess, as formas urbanas moldavam os processos sociais. Com os estudos da Geografia Urbana e de Castells nos anos 1960 e 1970, passou-se ao entendimento de que os processos sociais é que consolidavam historicamente as formas urbanas. Com a linha de pensamento de autores como Lefebvre, emergiu a ideia de que o espaço não apenas é condicionado pela sociedade como também a condiciona, num movimento dialético. Com efeito, na produção atual sobre o tema é imprescindível considerar a complexidade que a relação dialética entre espaço e sociedade enseja, embora alguns trabalhos sigam sendo mais embasados em estatísticas, enquanto outros seguem linhas mais teóricas de raciocínio.

Em resumo, na trajetória percorrida no presente capítulo, foi visto que termos como estrutura urbana, centralidade, descentralização, área central, segregação e área de influência, apenas para citar alguns exemplos, seguiram e seguem sendo utilizados nas ciências que tomam o urbano como objeto, não sem terem sofrido, contudo, importantes transformações conceituais em face da crescente complexidade que o fenômeno urbano assume. Se as condições para o entendimento de todos esses conceitos mudaram significativamente, uma vez que se tratam de construções sociais que se alteram conforme a própria sociedade se transforma, e, conforme vimos, a centralidade não é mais atributo exclusivo do Centro, é importante realizar uma análise do seu conceito e do seu significado atual enquanto processo, das novas lógicas que concorrem para constituí-la e dos papéis que exerce no espaço urbano, discussão que se realiza no capítulo seguinte.

### 3. CENTRALIDADE E SUAS FORMAS DE EXPRESSÃO

No capítulo anterior realizou-se uma trajetória acerca da evolução dos estudos sobre o espaço urbano e, mais especificamente, sobre centralidade, núcleos secundários e estruturação urbana, assim como da compreensão dos temas a eles atinentes. Dentre tais assuntos, foi indicada a importância do Centro na hierarquização de estruturas urbanas mono e multicêntricas, além da percepção que a formação de estruturas urbanas constituídas por mais de um centro tem sido estudada e proposta em escala intraurbana por diferentes ciências e correntes de pensamento pelo menos desde o início do século XX. Destacou-se também a emergência da "centralidade" como fator importante de estruturação urbana, notadamente após os anos 1960 e 1970, a partir de quando o tema passou a ser exposto e discutido de maneira mais específica e isolada das formas espaciais enquanto objeto de análise.

Nesse sentido, é colocada a ideia de que a centralidade não foi efetivamente "descoberta" com a emergência desse novo cenário na pesquisa urbana, mas sim redefinida e alçada à uma condição de importância não vista anteriormente e, mais importante, com a possibilidade de ser desvinculada do Centro. Considerando essa precedência e também a própria evolução na estruturação urbana exposta anteriormente, passando da predominância de modelos monocêntricos para um contexto em que a policentralidade já é uma realidade posta para um grande número de cidades, é importante entender que reflexos essa mudança na realidade e, por consequência, no conceito trouxe para as relações que, antes capitaneadas por um Centro dominante, passaram a se expressar em diversos centros, concorrentes e complementares (SPOSITO, 2013).

Para isso, a centralidade será abordada a partir dos seguintes pontos de análise: em primeiro lugar, sua transformação conceitual de atributo exclusivo do Centro, para transformar-se numa dinâmica e num termo indicativo, respectivamente, da formação e da identificação de outras áreas de centralidade; depois, na alteração das lógicas de constituição da centralidade que se processaram em paralelo, à luz das mudanças nas estratégias locacionais e dos atores do setor terciário da economia nelas envolvidos, que sustentam a derivação dos conceitos de "monocentralidade", "multicentralidade" e "policentralidade". Em seguida, na repercussão que sua difusão no território a partir dessas novas lógicas teve para a estruturação urbana, para a

relação centro-periferia e para o processo de segregação socioespacial. Por fim, nos atributos que compõem o que se entende por centralidade sob as condições contemporâneas.

Antes de prosseguir com tal discussão conceitual, é necessário destacar que a centralidade pode ser apreendida a partir de duas escalas distintas, a intraurbana e a interurbana. Em outras palavras, a cidade, como uma unidade, pode ser o centro para uma determinada região geográfica e, ao mesmo tempo, nela é possível identificar uma ou mais áreas dentro do tecido urbano, que exercem, em maior ou menor grau, centralidade sobre o restante (WHITACKER, 2017). A percepção acerca das diferentes escalas não é recente e já aparece nos estudos de Hoyt (1941<sup>38</sup> in PIERSON, 1970) ainda no contexto da ecologia humana da Escola de Sociologia de Chicago, embora este autor se refira à centralização de contingente populacional. Na Teoria dos Lugares Centrais de Christaller (1933), por sua vez, a centralidade das funções econômicas à qual o autor se refere é a interurbana, sendo que parte de seu elementos foram adaptados à escala intraurbana posteriormente (BARRETO, 2010), possibilidade atestada por Corrêa (1989), Clemente e Higachi (2000), e exemplificada pelo estudo de Duarte (1974) para a cidade do Rio de Janeiro e IPPUC (1987) para Curitiba.

Na presente discussão estamos tratando da centralidade na escala intraurbana, então, é interessante ressaltar, assim como feito por Whitacker (2017), que as reflexões sobre a centralidade realizadas por Lefebvre, apontadas no capítulo anterior como cruciais para as mudanças conceituais que se processaram no contexto dos anos 1960 e 1970, se referem ao centro urbano enquanto a cidade como um todo, não à escala intraurbana<sup>39</sup>. Não obstante, Whitacker afirma:

Entendemos que Lefebvre se refere não ao centro da cidade, mas ao centro urbano, ou seja, a própria cidade e a conformação da dispersão e segregação no recorte da metrópole, da aglomeração metropolitana. Mas, a partir do seu pensamento, consideramos que conteúdos e atributos da centralidade intraurbana também podem, ou não, estar sobrepostos espacialmente, dependendo da consolidação, da complexidade e do tempo materializados em cada um deles. Além disso, carregam características uns dos outros,

---

<sup>38</sup> HOYT, H. Forces of Urban Centralization and Decentralization. In: **The American Journal of Sociology** V. XLVI, n.6 (mai 1941) pp. 843-852.

<sup>39</sup> Whitacker (2017, p. 170) possui tal entendimento, mas faz a ressalva de que "na Geografia Urbana, há um debate sobre a escala e a dimensão da centralidade expressa pelo autor".

sendo sua separação muitas vezes, mais analítica do que prática. (WHITACKER, 2017, p. 170).<sup>40</sup>

Sendo a dispersão da centralidade um fenômeno que se processa no espaço intraurbano das grandes metrópoles, como também de cidades de porte menor, é importante compreender e esclarecer o conceito de centralidade a partir de suas características funcionais e simbólicas apontadas atualmente. De acordo com Tourinho (2004, 2007), que apresentou importantes estudos teóricos sobre a centralidade urbana, é necessário construir definições precisas para os termos relacionados aos conceitos de centro e centralidade enquanto forma e processo, uma vez que se tratam de peças teóricas fundamentais para a identificação, compreensão e intervenção nas realidades urbanas complexas relacionadas a esses fenômenos, conforme discute-se abaixo acerca das “novas centralidades”.

Nesse sentido, de acordo com Sposito (2010), a redefinição da centralidade intraurbana se notabiliza e ganha cada vez mais importância, a partir da ocorrência de quatro dinâmicas que marcam as transformações em curso e impõem novas formas de expressão da centralidade:

1. As novas localizações dos equipamentos comerciais e de serviços concentrados levam a mudanças na estrutura e no papel do centro principal ou tradicional, o que provoca uma redefinição do centro, da periferia e da relação centro-periferia;
2. A rapidez das transformações econômicas que marcam a passagem do sistema produtivo fordista para formas de produção flexíveis impõe mudanças da estrutura interna das cidades e nas relações entre as cidades de uma mesma rede;
3. A redefinição da centralidade urbana não é uma dinâmica nova, porém, adquire novas dimensões se considerarmos o impacto das transformações atuais, não somente nas metrópoles e grandes cidades, mas também nas cidades de média importância;
4. A difusão do uso do automóvel e o aumento da importância do lazer e do tempo destinado ao consumo reorganizam o cotidiano das pessoas e a lógica de localização dos equipamentos comerciais e de serviços. (SPOSITO, 2010, p. 199)

---

<sup>40</sup> Por exemplo, o Centro de uma metrópole possui conteúdos que exercem influência sobre os habitantes de toda a cidade, seu aglomerado metropolitano, mas também para pessoas que se deslocam para acessar atividades encontradas somente nele (públicas ou ainda privados especializados). O mesmo se pode dizer, em certa medida, dos *shopping centers*, por poderem possuir lojas e atrações específicas, de redes internacionais, etc. (daí parte da noção que estes competem, em certa medida, em vez de se “submeterem” hierarquicamente ao Centro). O mesmo dificilmente pode ser dito dos subcentros (para evitar dizer que não pode ser dito de maneira alguma) que exercem uma influência para uma área intraurbana limitada.

Para tentar dar conta dessas dinâmicas e da progressiva percepção de que a relação inexorável entre Centro e centralidade se transformara, houve uma ruptura conceitual nos anos 1990, década a partir da qual cresceu a utilização do termo "centralidade" nos estudos intraurbanos (TOURINHO, 2007). Contudo, tal aumento foi acompanhado da utilização equivocada da expressão "novas centralidades" para designar lugares (novos centros) e não processos espaciais, que se difundiu nos estudos sobre o tema e se tornou frequente na literatura brasileira (SPOSITO, 2013).

Tourinho (2007) considera que um dos mais importantes resultados de sua pesquisa foi constatar que

as chamadas 'novas centralidades' não deveriam ser assim denominadas, uma vez que não existem 'velhas centralidades'. O que existe de fato são 'novas áreas de centralidade' frente a uma sistemática tradicional de produção da centralidade associada a uma determinada forma física da cidade que era depositária dessa centralidade: o Centro da cidade (TOURINHO, 2007, p. 23)

Essa linha de raciocínio é corroborada por Sposito, que critica o uso de expressões tais como "nas novas centralidades" e "na centralidade do novo *shopping center*", pois a centralidade "não é um lugar ou uma área da cidade, mas, sim, a condição e a expressão de central que uma área pode exercer e representar" (SPOSITO, 2013, p.73, grifos da autora), Ou seja, "a centralidade é entendida enquanto processo e o centro como expressão territorial" (id., 2010, p. 204). A autora prossegue distinguindo a centralidade dos centros da seguinte maneira:

a centralidade não é, propriamente, concreta, não pode ser vista numa imagem de satélite, é difícil de ser representada cartograficamente, por meio de delimitação de um setor da cidade; não aparece desenhada no cadastro municipal ou no plano diretor das cidades; não se pode percorrê-la ou mesmo vê-la, embora possa ser sentida, percebida, representada socialmente, componha nossa memória urbana e seja parte de nosso imaginário social sobre a vida urbana.

As múltiplas áreas centrais da cidade, compreendidas como aquelas em que se concentram atividades comerciais e de serviços, podem, ao contrário, ser empiricamente apreendidas, de modo muito mais direto, por isso, trabalhamos nelas, passeamos por suas vias, sentamos em suas praças, participamos de atividades de múltiplas naturezas que nelas se realizam. As áreas centrais são, assim, espaços que ancoram a constituição de centralidades, mas não são a mesma coisa que elas. (SPOSITO, 2013, p. 73, grifo da autora)

Nesse sentido, nota-se em algumas obras a preocupação de, ao utilizar o termo "centralidade", não confundir a forma pelo processo por ela responsável, ou



seja, chamar um centro de "uma centralidade". Por isso expressões como "novas formas de centralidade" (SPOSITO, 2010) ou "novas áreas de centralidade" (TOURINHO, 2007) são empregadas para descrever áreas que, dotadas de centralidade, conformam centros, sejam eles especializados ou não, no Centro e para além dele, postura que também é adotada no presente trabalho.

Nesse contexto, Tourinho (2007) afirma que as novas áreas de centralidade são resultantes de "novos sistemas de *produzir centralidade*", diferentes da sistemática tradicional responsável, por exemplo, pelo surgimento do Centro e subcentros. Apesar da contraposição entre diferentes formas de "produzir centralidade" que a autora coloca, e que será devidamente abordada na sequência, é necessário primeiro pontuar que tanto a forma "tradicional" quanto a contemporânea são fenômenos relacionados, sobremaneira, com as estratégias locacionais das atividades econômicas do que se convencionou chamar de setor terciário da economia<sup>41</sup>.

De acordo com Vargas (2001, p. 52), o setor terciário "incorpora atividades que não produzem nem modificam objetos físicos (produtos ou mercadorias)" e divide-se numa série de categorias que incluem "não somente o comércio varejista e atacadista, mas também a prestação de serviços, as atividades de educação, cultura, lazer, turismo, profissionais liberais, sistema financeiro, administração e *marketing*, etc.". Algumas dessas atividades podem ser de caráter público, como administração e serviços de diversas categorias. Entretanto, a participação do poder público na dinâmica de formação de novas áreas de centralidade também ocorre por meio das decisões tomadas quanto à priorização de áreas para investimentos e dos instrumentos de planejamento urbano utilizados, bem como na descentralização de sua própria estrutura administrativa e de atendimento ao público<sup>42</sup>, o que invariavelmente tende a privilegiar determinadas partes da cidade (e determinados interesses) em detrimento de outras. Não obstante, as atividades privadas têm

---

<sup>41</sup> Isso não implica dizer, entretanto, que outros tipos de atividades não possam exercer centralidade do ponto de vista funcional, pois as concentrações industriais contêm algumas características comuns aos centros do setor terciário, tais como o agrupamento de atividades econômicas e a capacidade de atração de fluxos, inclusive tornando-se vetor de orientação da ocupação urbana conforme discutido, por exemplo, por Silva (2006) no caso do município de Araucária/PR. Contudo, ao analisar a Teoria dos Lugares Centrais de Christaller (1933), Clemente e Higachi (2000, p. 87) indicam que em escala intraurbana, predominam os fluxos de consumo e comércio varejista.

<sup>42</sup> Conforme discute-se no capítulo 4 sobre Curitiba.

elevada importância, uma vez que suas estratégias locais são diferentes do setor público (VARGAS, 2001) e apontam mais fielmente para as mudanças nas disputas e estratégias de localização empreendidas sob os diferentes capitais que, por sua vez, são relacionados às próprias transformações no modo de produção capitalista e nos hábitos de deslocamento e consumo da população<sup>43</sup>.

Conforme discute Castells (1983), os processos sociais que estruturam o espaço urbano exprimem as especificidades de cada tipo e período da organização social. Assim, conforme o capitalismo passa a ser apoiar cada vez mais nas atividades terciárias como forma de ampliação de seu processo de acumulação de capital, este setor passa a agregar mais e mais importância nas estratégias de acumulação que têm como consequências espaciais a difusão da centralidade como forma de assegurar a continuidade da acumulação de capital. Para Vargas (2001), a necessidade de encontros que as atividades terciárias requerem, em especial as varejistas, têm forte relação com a centralidade, mas as estratégias locais para que tais encontros ocorram se alteraram recentemente na longa trajetória do setor terciário.

No contexto contemporâneo, chama-se a atenção para as tecnologias da informação que têm impacto importante na necessidade de encontros relacionadas às atividades de comércio e serviços, podendo incorrer na diminuição de alguns deslocamentos, como a partir do e-commerce, por exemplo. No entanto, conforme discutido por Ascher (2010, p. 66) "o comércio eletrônico não substitui o comércio 'tradicional', ele o recompõe. [...] a atratividade das lojas se estabelece em outros termos: os consumidores devem encontrar produtos, informações e sensações que o comércio eletrônico não proporciona". Isto posto, é importante destacar que tal disputa por localizações centrais precede o capitalismo como sistema econômico dominante, podendo ser verificada desde as cidades da Antiguidade (cf. VARGAS, 2001), mas é o seu desenvolvimento nos séculos mais recentes que apresenta maiores mudanças e complexificação.

Nessa trajetória de mudanças, segundo Vargas (2001), desde a Antiguidade até o século XVIII os espaços varejistas predominantes eram os caracterizados pelo

---

<sup>43</sup> De acordo com Pintaui (1992), a concentração e centralização de capital no setor terciário permitiu o monopólio da distribuição de mercadorias pelas grandes redes e possibilitou que o terciário passasse a ditar o comportamento do setor secundário, invertendo uma lógica que, durante muito tempo, considerava o comércio uma atividade dependente da indústria.

desenvolvimento não-planejado, "aquele que é gerado espontaneamente"<sup>44</sup>, por meio do aparecimento de estabelecimentos comerciais, construídos ou não para essa finalidade, característico da formação dos próprios centros urbanos" (VARGAS, 2001, p. 100), no qual a pequena loja, às vezes em forma de tendas ou barracas, era o principal tipo de estabelecimento e o espaço público o meio no qual as trocas se desenvolviam.

Já no século XIX, quando a separação entre as atividades de produção e de comercialização começa a se aprofundar e há maior concentração de capital no setor comercial, surgem as grandes lojas, lojas de departamento, lojas de variedades, galerias comerciais e mercados cobertos (este último com participação e incentivo da administração pública), entre outros estabelecimentos de maior porte, um tipo que "não apenas busca a centralidade urbana, mas a recria, internamente ao seu estabelecimento" (ibid., p. 330). Assim, tais estabelecimentos "vão perder parte da essência de ser um espaço público por excelência, adotando algumas características de espaço privado" (ibid., p. 159). Não obstante, a exemplo da pequena loja, ainda se tratam de atividades promovidas por agentes comerciais, cujo objetivo e acumulação de capital se dá pela venda de mercadorias a consumidores, para as quais a busca por localizar-se onde já se verifica o maior trânsito de possíveis clientes é fundamental.

Por isso, tanto a pequena quanto a grande loja, com o objetivo de aumentar suas vendas, buscavam localizar-se no ponto ótimo, buscavam uma centralidade já existente e, com sua atividade, também a reforçavam, competindo entre si pela melhor localização no espaço público. A competição espacial e a busca pelo ponto ótimo de localização é basilar, por exemplo, para a modelo proposto pela Teoria dos Lugares Centrais de Christaller e também pode ser encontrada dentro do quadro exposto no Modelo de Zonas Concêntricas de Burgess, onde "era essencial a noção de centralidade - isto é, o Centro da cidade, por força dessa posição e como resultado de um processo histórico de aglomeração, dominava a competição espacial em torno dele". (GOTTDIENER, 1993, p.42).

---

<sup>44</sup> Divergindo dessa autora e de outras referências postas na sequência do trabalho, em vez de "espontânea", consideramos mais adequado o uso da expressão "não coordenada" para indicar o agrupamento de atividades econômicas resultante da iniciativa de diversos agentes independentes entre si, uma vez que não é possível considerar processos sociais, tal qual o de produção do espaço, como "espontâneos". O termo "espontâneo" foi preservado somente nas citações diretas.

Entretanto, cabe ressaltar que ambos modelos são "próprios da vida urbana anterior ao incremento da acessibilidade". (ZILHÃO, 2013, p. 62). Conforme já discutido no item 2.4, a associação entre o aumento da acessibilidade impulsionado pela difusão das formas de transporte sobre trilhos e automotoras, e os processos sociais de ocupação do território e expansão do tecido urbano, com correspondente existência de mercado consumidor nessas novas áreas urbanizadas, foi um dos principais fatores que possibilitou a ocorrência do processo de descentralização. Assim, "a competição entre firmas comerciais pressupunha anteriormente uma localização central; agora, adicionalmente, várias localizações descentralizadas" (CORRÊA, 1989, p. 46). Isso significa que o processo de competição por localizações intraurbanas do setor terciário deixou de ter apenas no Centro seu ponto ótimo e passou a ocorrer também em função de centros de menor influência, tanto quantitativa como qualitativa, cuja posição espacial se dá pela acessibilidade promovida pela existência de estruturas de transporte coletivo e/ou importantes vias de ligação.

Contudo, apesar da "perda relativa do peso e da importância do centro 'principal' em estruturas espaciais tipicamente monocêntricas" (SPOSITO, 2013, p. 74), o tipo de estrutura urbana resultante desse processo indica um sistema hierarquizado de centros no qual o Centro retém a primazia de sua organização frente ao surgimento de subcentros, centros e eixos viários especializados, por exemplo. Quando se constata a existência de vários centros conformados sob tal lógica, há o que Sposito (2010, 2013) denomina como "multicentralidade". Em outras palavras,

[...] a cidade monocêntrica e a que, historicamente, sucedeu-lhe, a multicêntrica, eram muito semelhantes entre si [...]. Ambas tinham estruturas espaciais articuladas em torno de um centro (chamado de histórico, tradicional ou principal), ainda que a segunda conhecesse o aparecimento de subcentros e de outras áreas comerciais e de serviços. Tal surgimento não implicava, como procurei demonstrar, a ruptura da lógica anterior de estruturação dos espaços urbanos, visto que as novas áreas centrais eram hierarquicamente menos importantes que a primeira a desempenhar papéis centrais e, além disso, geravam e geram fluxos de menor abrangência espacial e menor densidade, em termos do número de pessoas e capacidade de consumo. (SPOSITO, 2013, p. 77)

No entanto, mais transformações no âmbito do comércio e serviços se processaram, como a crescente centralização do capital no setor terciário, acompanhado da penetração do capital financeiro no setor e aliada "à produção em massa, à concentração crescente de pessoas nas cidades, ao aumento quantitativo e

qualitativo do consumo e à generalização do uso do automóvel" (PINTAUDI, 1992, p. 27). Tais fatores permitiram o desenvolvimento e proliferação do que aqui chamamos de "formas contemporâneas de expressão da centralidade", tais como os *shopping centers*, hipermercados e outras grandes estruturas<sup>45</sup> que se baseiam no desenvolvimento varejista planejado (VARGAS, 2001) e escapam à lógica anterior de constituição da centralidade. Isto porque, nesse contexto, a centralidade não mais se processa por meio do movimento de diversos comerciantes buscando e competindo por localizações que permitam o melhor desempenho da sua atividade mercantil, mas sim por um único agente ligado a um grande grupo comercial ou, numa dinâmica ainda mais distinta, por agentes do setor imobiliário, cujos objetivos são outros.

A diferença da atuação do capital mercantil para a do capital imobiliário é de crucial importância para a redefinição da centralidade, pois para o segundo a atividade de acumulação não ocorre com comercialização de mercadorias e produtos, mas sim a com a comercialização de localizações no espaço urbano, ou da tentativa da reprodução do "ponto"<sup>46</sup> e sua mercantilização como se fosse um produto (VILLAÇA, 2001). Em resumo, com as formas contemporâneas de expressão da centralidade, "o promotor imobiliário produz e põe a venda, em poucos anos, 'pontos' que o comércio tradicional levaria décadas para produzir com as aglomerações tradicionais de comércio e serviços" (ibid., p.304). Dessa forma, os fatores que antes determinavam a localização e que eram próprios do setor de comércio e serviços, tais como a maior circulação de pessoas, alta acessibilidade, prestígio social historicamente construído, etc., cedem espaço a outros, de interesse do setor imobiliário, como terras a preços baixos com possibilidade de elevação substancial e a agregação de valores ao preço do metro quadrado e ser comercializado (SPOSITO, 2013). Os *shopping centers*, por exemplo "independem da existência de uma tradição comercial na área em que se instalam porque criam o ambiente por inteiro" (PINTAUDI, 1992, p. 32)

---

<sup>45</sup> As formas compreendidas por essa definição e suas características principais são discutidas em maiores detalhes no item 2.5 do presente trabalho.

<sup>46</sup> Villaça (2001, p. 304) chama a atenção para a dificuldade que a "tendência inexorável do capitalismo em transformar em mercadoria todos os produtos do trabalho" enfrenta na mercantilização do ponto comercial", pois, por mais que se insiram elementos planejados e planejáveis nessa dinâmica, a localização não se trata de algo plenamente reproduzível. Nesse sentido, e num cenário de "intensificação da globalização dos hábitos e interesses de consumo" (SPOSITO, 2010, p. 208) não surpreende que os espaços produzidos pelos empreendimentos do tipo sejam muito similares entre si, uma vez que a homogeneização torna mais fácil sua reprodução massiva e sua replicação em qualquer lugar.

Assim, a possibilidade de organizar a oferta de uma "variedade equilibrada" (VILLAÇA, 2001) de produtos e atividades comerciais promovida nas formas contemporâneas de expressão da centralidade, em especial pelos agentes imobiliários<sup>47</sup>, que antes se desenvolvia apenas de maneira não-planejada pela própria dinâmica concorrencial no Centro, subcentros e afins, representa uma

capacidade de criar simulacros de cidade, de criar centralidade, demonstrada pelos agentes imobiliários, (que) ultrapassa toda a experiência de séculos de urbanismo baseada na ideia de apropriação dos "lugares vantajosos" preexistentes (de qualquer ponto de vista: geográfico, social, econômico, estratégico, etc.), conformados normalmente pelo esforço coletivo da sociedade. (TOURINHO, 2007, p.25)

No mesmo sentido, Sposito explica que as dinâmicas do setor imobiliário

[...] não resultam da somatória de iniciativas de comerciantes, prestadores de serviços, pequenos empreendedores e proprietários de imóveis ou terrenos que, no decorrer do tempo, fizeram novas escolhas locacionais e contribuíram para a recomposição da centralidade urbana, de modo paulatino e gradual, pois ocorrida em interregnos de dezena(s) de anos. Ao contrário, são grandes superfícies comerciais e de serviços planejadas, construídas e ocupadas, em conjunto, num intervalo temporal relativamente curto [...] Trata-se de processo de produção do espaço urbano que não resulta da história de uma cidade no decorrer da média ou longa duração, mas que a redefine como resultado de ações deliberadas, planejadas e intencionais, pensadas por um pequeno grupo de interessados nelas. Provocam mudanças profundas num interregno de tempo curto, recompõem a história da estruturação espacial de uma cidade, a partir de ação de grande impacto. (SPOSITO, 2013, p. 75-76)

É a partir dessa superação na lógica de constituição da centralidade, que se expressa o que Sposito (2010, 2013) conceitua como "policentralidade". Para a autora, além da alteração na lógica de constituição das diferentes áreas de centralidade entre o capital mercantil e o capital imobiliário, outros dois fatores distinguem a policentralidade da multicentralidade: o primeiro diz respeito à atração que as grandes estruturas comerciais exercem sobre a cidade, abrangendo todo o seu conjunto e, inclusive, polarizando moradores de outras cidades, diferente da área de influência limitada dos subcentros à determinada região da cidade. Dessa maneira,

---

<sup>47</sup> A capacidade e responsabilidade dos administradores de *shopping centers* de organizar a variedade de oferta nos seus empreendimentos, garantindo a cada lojista o máximo benefício dado pela proximidade de atividades comerciais complementares, é dado o nome de "tenant mix" (PINTAUDI, 1992; COSTA, 2014). Este conceito e algumas de suas consequências para a operação no ramo são abordados no item 3.2.5.

apresentam "independência de qualquer relação hierárquica referida necessariamente ao Centro da cidade" (TOURINHO, 2007, p. 25) e, assim, expressam "uma centralidade que não é hierarquicamente inferior [nem superior] à do centro principal, em termos de oferta, diversidade ou grau de especialização dos bens e serviços que oferecem, mas, sim, que compete com o centro principal" (SPOSITO, 2013, p. 75). Portanto, as formas de expressão da centralidade próprias da policentralidade não se inserem na hierarquia previamente formada e em formação, mas a rompem.

Há também um segundo fator de diferenciação, pois os empreendimentos típicos das formas contemporâneas da centralidade promovem segmentação e seletividade socioespaciais, em alguns casos "chegando a ser uma das condicionantes de processos de segregação socioespaciais porque reforçam ou radicalizam as lógicas de separação social do uso residencial do espaço urbano" (SPOSITO, 2013, p.76). Conforme indicamos anteriormente, o desenvolvimento das grandes lojas a partir do século XIX passou a interiorizar parcialmente a centralidade por elas exercida, a tornando privada. No contexto das formas contemporâneas de expressão da centralidade esse processo se aprofunda a ponto de cindir seu espaço com o da cidade, reforçando o processo de autosegregação das classes de rendas mais elevadas verificado nos espaços residenciais, pois destinam-se apenas àqueles que têm capacidade de nele consumir mercadorias e, além disso, "bem-estar" e "felicidade":

Os SC [*shopping centers*] criam um microambiente de felicidade, onde parece não existirem problemas, o que, aliás, é uma das preocupações da administração do empreendimento e que tem garantido o afluxo de pessoas. [...] No Brasil, particularmente, esta 'ilha da fantasia' começa nas portas dos SC, porque a brutal disparidade na distribuição dos rendimentos afasta deles a imensa maioria da população. (PINTAUDI, 1992, p. 28)

A preponderância dos meios individuais de transporte sobre os meios coletivos, em especial do automóvel, que também se insere nas estratégias de seletividade do público alvo, são para Sposito (2013) um dos definidores da segregação socioespacial que diferencia a multi e a policentralidade. Isso porque, segundo a autora, os que se locomovem por meios de transporte coletivo estão mais limitados espacialmente, sujeitos aos



itinerários estabelecidos por outrem<sup>48</sup> e nem sempre favoráveis a minimizar o afastamento espacial a que se submeteram e se submetem largas fatias dos estratos de menor poder de compra. Estão, um pouco mais, cativos do centro principal e dos subcentros, ainda os nós de organização do sistema de transportes por ônibus, de trem metropolitano e de trem suburbano. São muito mais, ainda que não exclusivamente, cidadinos da cidade monocêntrica e multicêntrica. Desse ponto de vista, apartam-se ou têm muito mais dificuldades para viver e movimentar-se na cidade policêntrica. (SPOSITO, 2013, p. 78-79, grifo nosso)

Já os que se locomovem por meios individuais de transporte têm a possibilidade de acessar mais livremente<sup>49</sup> quaisquer lugares na cidade contemporânea, "de consumir nos espaços e de consumir os espaços que lhes convier, bem como de morar onde suas condições socioeconômicas puderem alcançar", inclusive no Centro, subcentros e outras áreas especializadas, sendo, portanto, "cidadinos da cidade multi(poli)cêntrica" (SPOSITO, 2013, p. 79). Tomada da análise contida na obra de Lefebvre (1999[1970])<sup>50</sup>, a expressão multi(poli)centralidade apresentada por Sposito (1991, 2010, 2013) representa, aqui, a coexistência e a competição entre as lógicas de constituição da centralidade e estruturação urbana "tradicionais", responsáveis pela estruturação da cidade monocêntrica à multicêntrica, com a contemporânea, que sustenta a ideia de policentralidade. É dessa maneira, então, que a centralidade se expressa em diferentes escalas, que se articulam e se superpõem, manifestando-se tanto nas relações entre as escalas da cidade quanto da rede urbana e, ainda, em diferentes padrões socioespaciais que colaboram com a agudização das desigualdades presentes no espaço urbano. (SILVA, 2006)

---

<sup>48</sup> Esse é apenas um indicativo do papel que o Estado exerce nas dinâmicas próprias do contexto atual de constituição da centralidade e segregação socioespacial, entre muitos outros que podem ser relacionados, tais como a definição de determinadas áreas mais valorizadas de interesse para investimento em obras, flexibilizações de regras de uso e ocupação do solo em casos específicos, financiamento das atividades imobiliárias por meio de recursos públicos, etc. A interação entre o poder público e o capital privado em estratégias de redefinição da centralidade urbana a partir de "Grandes Projetos Urbanos" é um importante exemplo contemporâneo, conforme estudado por Cuenya (2011).

<sup>49</sup> Embora, no caso brasileiro, estes indivíduos sejam, paradoxalmente, "prisoneiros" dos vários enclaves da cidade aos quais acessam, fator que aliado ao crescente congestionamento do tráfego torna "arrefecida" a mobilidade dos que têm mais recursos (ibid.)

<sup>50</sup> Análise que, conforme destacado pela própria autora, é muito mais ampla, inclusive por não se referir apenas às estruturas espaciais.

Tal aumento na complexidade da estruturação urbana possui total aderência com as ideias de estruturação e reestruturação urbana apresentadas no capítulo 2, ou seja, enquanto a multicentralidade se relaciona mais diretamente com a ideia de "estruturação", com a continuidade de processos de formação de uma hierarquia a partir da monocentralidade conforme ocorria o próprio crescimento da cidade, a policentralidade é mais condizente com a "reestruturação" urbana, na qual as mudanças prevalecem sobre a continuidade. Isso não apenas porque foram integrados ao processo de estruturação novas formas espaciais dotadas de centralidade, mas sim porque tais formas são representantes de uma nova lógica que a separa da anterior.

Assim, não apenas a hierarquia de centros passou a conviver com lógicas não-hierárquicas, como também se alterou, em meio à cidade fragmentada contemporânea, a própria relação centro-periferia que "durante todo o século XX orientou o crescimento do tecido urbano e a divisão econômica e social do espaço da cidade" embora "Essa superação [seja] sempre relativa, tanto porque a cidade do passado permanece e, sobre ela, as novas ações se estabelecem, como porque as novas ações se combinam com outras que reafirmam a estrutura espacial pretérita" (SPOSITO, 2013, p. 78). Sobre esse aspecto e destacando o papel do setor terciário,

A própria continuidade centro-periferia ou cidade-*hinterland* [na escala interurbana] baseada em complementaridades se rompe. [...] nas urbes se multiplicam as áreas funcionalmente equivalentes sem ligações hierárquicas, tendendo para uma estrutura policêntrica e reticulada. Este processo é particularmente visível na estrutura terciária com o declínio do centro tradicional e a emergência de novas centralidades, pólos de comércio e serviços com grande capacidade de atração que disputam clientelas, uma vez que os novos padrões de mobilidade acabaram com a exclusividade das áreas de mercado dos pontos de venda definidas pela distância aos consumidores. (SALGUEIRO, 1998, p. 41)

Portanto, a relação centro-periferia não é mais facilmente legível, seja nas metrópoles ou mesmo nas cidades médias brasileiras. Sposito (1999, p. 88-91) considera que a redefinição do padrão centro-periferia pode ser explicada a partir da morfologia urbana induzida pela combinação de três dinâmicas, que apesar de não serem as únicas a intervir no processo têm grande impacto sobre ele: a nova dinâmica de localização das indústrias, cuja separação entre as atividades de gestão e de produção permite a implantação de unidades fabris cada vez mais afastadas, desde

que atendidas suas necessidades de transporte; as novas configurações do habitat urbano, na qual produtos imobiliários voltados para as classes de renda alta e média passam a também ocupar a periferia e promover a expansão do tecido urbano, em conjunto com os assentamentos das classes de renda baixa que historicamente conduziram esse processo; e as novas estratégias de localização dos grandes equipamentos de consumo de mercadorias e serviços, novos espaços do setor terciário que, ao ocupar áreas antes menos valorizadas, podem ser analisadas como uma produção deliberada de novas áreas de centralidade, reforçando a polinucleação.

Nesse movimento e, em associação às áreas residenciais voltadas para diferentes níveis de poder aquisitivo, as diferentes expressões de centralidade passam a, cada vez mais, se estratificar e especializar socioeconomicamente para atender à determinadas camadas de renda e padrões de consumo. Assim sendo, nesse contexto atual, tanto os conteúdos residenciais quanto comerciais e de serviços de diferentes estratos sociais de renda passam a se distribuir tanto no próximo quanto distante do Centro, fragmentando o espaço urbano. A forma contemporânea de segregação passa a ser, portanto, menos dependente da distância física como nas cidades monocêntricas, passando a se expressar com maior ocorrência por meio da circulação por espaços controlados em que os "sinais de distância social são substituídos por muros concretos" (CALDEIRA, 2000, p. 325).

Além disso, a dispersão da centralidade e constituição de áreas centrais em diversas partes do território implica que

A centralidade tornou-se independente do Centro, distanciou-se dele conceitual e fisicamente falando. Deixou de ser atributo, como qualidade capaz de exprimir a substância do central, para passar a ser ela mesma um substantivo adequado para identificar um espaço urbano que pode conter em si as condições necessárias para que exista a concentração de fluxos diversos - riquezas, informações, decisões, mas também, pessoas e bens materiais -, atividades as mais variadas ou especializadas [...] a centralidade, que inicialmente se referia à cidade frente ao campo, para depois qualificar com seus atributos uma parte diferenciada da cidade, o Centro - que na sua materialização urbana conteve historicamente as condições próprias da centralidade - terminou fluando livremente pela cidade, identificando ou criando novos espaços: os centros." (TOURINHO, 2007, p. 25, grifos nossos).

A partir dessas afirmações da autora, questiona-se: quais são os atributos necessários para que alguma parte da cidade ou mesmo uma estrutura possa ser considerada um centro, para que detenha centralidade? Quais deles, que antes se

verificavam apenas no Centro, também podem ser encontrados em outros centros do espaço intraurbano? Conforme discutido anteriormente, quando há centralidade, sua manifestação pode ser sentida e percebida, embora dificilmente possa ser delimitada (SPOSITO, 2013), mas pode também, a partir de alguns atributos, ser identificada. Com a revisão de diversos autores (CORRÊA, 1989, 1996; VARGAS, 2001; VILLAÇA, 2001; SPOSITO, 2001, 2010, 2013; WHITACKER, 2003, 2017; BEZERRA; CAVALCANTE, 2009) notou-se que há alguns atributos relacionados à centralidade, de modo que a seguir é realizada uma reunião desses atributos e uma discussão sobre suas características e significados, além de apontamentos sobre a natureza desses atributos em relação às diferentes lógicas próprias à multicentralidade e à policentralidade.

Ao estudar e reunir os fatores relacionados à centralidade em seu estudo, Kneib (2008, p. 33-38) realizou uma avaliação do conteúdo expresso por vários autores<sup>51</sup> e concluiu que quatro atributos emergem: acessibilidade e atração de fluxos; concentração de atividades; simbolismo; e preço do solo. A seguir, apresenta-se uma breve discussão sobre eles, sendo importante destacar, de antemão, que tais fatores se apresentam no espaço de maneira concomitante, se inter-relacionam, e interferem na ocorrência umas das outras, sendo sua separação motivada por fins analíticos. Cabe ressaltar ainda que, na sequência do trabalho, tais atributos serão referenciados quanto à sua manifestação, ou não, e a intensidade com que eles ocorrem nas distintas formas de expressão da centralidade então discutidas.

### 3.1 ATRIBUTOS DA CENTRALIDADE

Entre os quatro atributos citados destaca-se, primeiramente, a acessibilidade, ou seja, os fluxos e sua possibilidade de execução, que é variável entre diferentes localizações no espaço urbano. De acordo com Corrêa (1989) a localização inter-relacionada entre as atividades de troca e a afluência de caminhos, estradas e

---

<sup>51</sup> Kneib pesquisou um total de 20 autores, dos quais "9 destacam o simbolismo; 16 a presença de acessibilidade; 13 autores destacam as relações, a integração e a concentração de atividades; e 05 a questão do valor [preço] do solo nas áreas centrais" (KNEIB, 2008, p. 36). Assim, a autora considera as variáveis acessibilidade e concentração de atividades como as mais relevantes, além de dotadas de melhor possibilidade de mensuração.

terminais de transporte de âmbito interurbano, responsável pela gênese do Centro, foi responsável também pela ascensão dessa área como a de maior acessibilidade na escala intraurbana. Nessa escala e no contexto de estruturas urbanas monocêntricas, esse atributo dizia respeito aos fluxos realizados para um ponto do território que, ao aglomerar as atividades necessárias ao desenvolvimento da vida social, tais como as governamentais, religiosas e comerciais, "minimiza o somatório dos deslocamentos do conjunto dos membros da aglomeração" (VILLAÇA, 2001, p. 239)

Dessa forma, nota-se que a acessibilidade é um elemento importante desde o início da formação das primeiras expressões de centralidade, tais como os Centros das cidades. Contudo, sua natureza se alterou em algumas cidades com as transformações na estruturação urbana, uma vez que a mesma lógica de minimização do somatório de deslocamentos não se aplica necessariamente ao contexto contemporâneo de formação de novas áreas de centralidade cuja abrangência da área de influência no território se equivale ou pode até superar a do Centro. Isso porque, conforme afirma Sposito, com a "periferização" da função residencial e o constante aumento do uso do automóvel, o montante dos fluxos que se realizam atualmente

não apenas reforçou a configuração dessa clássica circulação - a radial da periferia em direção à zona central -, mas igualmente estabeleceu inumeráveis outros eixos de fluxos resultantes da multi(poli)centralidade. Esses compreendem eixos de dupla circulação entre o centro principal e os outros centros dispersos no interior e nas bordas da cidade, entre zonas residenciais em todos os setores e os múltiplos centros produzidos. (SPOSITO, 2010, p. 217-218)

Assim, embora não possa ser tomada como a causa para o surgimento das novas formas de expressão da centralidade no século XX, como vimos, é na evolução das condições de acessibilidade, que se alteraram quantitativa e qualitativamente conforme evoluíram e se multiplicaram as formas de transporte, que se encontra o elemento que permitiu, tecnicamente, a abertura de novas possibilidades locais no território. Foi nesse âmbito que as condições de acessibilidade a um determinado local, tais como a presença de grandes vias públicas ou de sistemas de transporte, passaram a obter maior preponderância sobre a localização, esta última entendida enquanto uma construção coletiva preexistente e em andamento. Portanto, "para se

compreender a constituição da centralidade, são os fluxos os elementos determinantes, muito mais que a localização." (WHITACKER, 2003, p. 137).

Nesse sentido, é possível falar de uma "centralidade cambiante[...] na medida em que não se define pela localização, mas pelo movimento e pela articulação entre diferentes localizações" (WHITACKER, 2017, p. 170). Esse aspecto também é discutido por Lefebvre (1999, p. 46) para quem "Qualquer ponto pode tornar-se o foco, a convergência, o lugar privilegiado. De sorte que todo o espaço urbano foi, é, e será concentrado e poli(multi)cêntrico." Isso implica que, diferente daquilo que é tido como "central" (os conteúdos dos centros) que se redefine em escalas temporais de médio e longo prazo pela mudança na localização de atividades, "a centralidade é redefinida continuamente, inclusive em escalas temporais de curto prazo, pelos fluxos que se desenham através da circulação das pessoas, das mercadorias, das informações, das idéias e valores" (SPOSITO, 2001, p. 238). Em outras palavras, quanto ao atributo da acessibilidade,

a centralidade é expressão da dinâmica de definição/redefinição das áreas centrais e dos fluxos no interior da cidade [...] mas num certo descompasso entre a rigidez das formas e o uso cambiante, os fluxos são cada vez mais dinâmicos e dinamizadores, e, às vezes, há o contrário, ou seja, uma ausência de fluxos. (WHITACKER, 2003, p. 138, 140)

Colocadas tais considerações acerca da acessibilidade, esta surge como a principal característica da centralidade, que se expressa e é reforçada em áreas capazes de orientar a afluência de pessoas, veículos, informações e mercadorias (SPOSITO, 2013). Contudo, a capacidade de tais áreas em orientar os fluxos é baseada em outro atributo, o da concentração de atividades. A importância da acessibilidade e, por outro lado, sua relação dialética com a concentração de atividades em determinadas partes do território, é exposta por Bezerra e Cavalcante (2009, p. 229) que consideram que "a acessibilidade, como atributo do espaço, permite que os consumidores e os trabalhadores cheguem aos locais de atividades na cidade, sustentando a concentração e a diversificação dessas atividades". No sentido inverso, entretanto, a concentração de atividades também influencia os movimentos, pois "atrai o deslocamento de pessoas como consumidoras e como portadoras de força de trabalho, bem como os demais fluxos urbanos, sendo que sua realocação ou fragmentação redesenha esses fluxos" (ibid., p. 228).

Sendo assim, a acessibilidade (fluxos) e a concentração de atividades (fixos) são contrapartidas um ao outro na formação de áreas de centralidade. Retomando uma passagem de Lefebvre, é possível ver que este autor entende a centralidade como o movimento, que, contudo, não prescinde dos elementos fixos, uma vez que "a centralidade não é indiferente ao que ela reúne, ao contrário, pois ela exige um conteúdo. E, no entanto, não importa qual seja esse conteúdo." (LEFEBVRE, 1999, p. 110). Disso decorre que, ainda que em escalas temporais mais longas devido à rigidez das formas que as acompanham, o conteúdo da concentração de atividades também é cambiante.<sup>52</sup>

As diferentes expressões de centralidade podem ser identificadas não somente pela concentração quantitativa de atividades, mas também pelos seus níveis qualitativos de especialização. Conforme destaca Villaça (2001) a variedade e a quantidade de atividades concentradas definem os tipos diferentes de centros e também tem implicações para os fluxos que serão realizados até eles, em virtude do alcance espacial que tais atividades tenham ou da especificidade do mercado consumidor que atendem. A concentração de atividades, seja ela mono ou multifuncional é, para o setor terciário, um fator funcional a partir do momento que permite realizar o aumento na diferença entre as receitas e os custos que embasam a escolha locacional comercial (VARGAS, 2001). Nesse sentido é importante o processo de coesão, descrito por Hurd (1903<sup>53</sup> apud CORRÊA, 1989, 1996), cujas razões para sua ocorrência verificam-se em atividades que:

(a) Apesar de não manterem relações entre si, como lojas varejistas da mesma linha de produtos, formam um conjunto funcional que cria um monopólio espacial, atraindo consumidores, que têm assim a possibilidade de escolher entre vários tipos, marcas e preços. As ruas especializadas em móveis, autopeças, lustres e confecções no atacado são exemplos típicos de coesão de firmas de uma mesma linha de produtos;

---

<sup>52</sup> Não apenas quanto à sua localização, como também pelo declínio de antigas atividades e a ascensão de novas que, por seu caráter, passam a expressar centralidade. Conforme discutido no item 5.1, na comparação entre as metodologias aplicadas por Duarte (1974), IPPUC (1987) e Fonseca (2009), a concentração de determinadas atividades é considerada por todas como reveladora da centralidade, no entanto, as atividades específicas consideradas nos diferentes estudos se alteram, refletindo transformações da econômicas, sociais, da produção de bens e dos hábitos de consumo com o decorrer do tempo.

<sup>53</sup> Conforme indicação de Corrêa (1996, p.140, nota 4), "sobre Hurd e Haig, veja-se: H. Carter. **The Study of Urban Geography**. Edward Arnold Ltd., Londres, 184-185, 1974 e R. M. Haig. **Toward an Understanding of the Metropolis**. In: **Readings in Economic Geography**. The Location of Economic Activity, ed. R.H.T. Smith, E.J. Taffle e L.J. King, Rand McNally Co. Chicago, 44-57, 1968."



(b) Mesmo sendo de natureza distinta, estão localizadas juntas umas das outras, formando um conjunto coeso que pode induzir o consumidor a comprar outros bens que não faziam parte de seus propósitos. O comércio varejista do núcleo central [Centro], dos subcentros regionais espontâneos e dos *shopping centers* constituem exemplo de atividades dispostas espacialmente de modo coeso;

(c) São complementares entre si, como se exemplifica com as associações funcionais entre fabricação, atacado de confecções, companhias de seguros, bancos, sedes de empresa e indústrias com ligações entre si tanto à montante (matérias primas) como à jusante (mercado consumidor);

(d) Juntas criam economias de escala. É o caso das pequenas indústrias que sozinhas não teriam escala suficiente para atraírem outros industriais, produtores, por exemplo, de bens intermediários, firmas de serviços de reparação de máquinas, empresas de transporte, etc. As pequenas indústrias da zona periférica do centro aí se localizam em razão das economias de escala que ali existem, e que elas, por estarem juntas, ampliam.

(e) Exigem contatos pessoais face a face. Tais atividades agrupam-se, como se exemplifica com as grandes sedes das grandes empresas: neste caso a acessibilidade é fundamental. (CORRÊA, 1989, p. 56-57)

A concentração de atividades indica também locais de concentração e densidade de vínculos empregatícios. Tal variável é importante do ponto de vista econômico, social e metodológico, pois, como se discute no capítulo 4, é uma das que se utilizam com mais frequência na identificação de áreas de centralidade.

É importante destacar, no entanto, que a concentração de atividades à qual nos referimos não se restringe ao plano econômico, das trocas comerciais, embora haja uma importante ênfase na sua ocorrência. A centralidade é, sobretudo, a possibilidade do estabelecimento de relações sociais, de troca de experiências, ideias, valores e da construção coletiva desses elementos. Whitacker (2017, p. 149) considera o Centro como "um local de encontros, que podem ser contingentes ou não, os quais o tornam espaço de apropriação e representação". Conforme expõe Vargas (2001, p. 96), desde a antiguidade, "[...] os mercados e posteriormente as feiras foram muito mais além do que fornecer mercadorias para os consumidores [...] Desde o início esses locais onde a troca realizava-se possuíam um papel muito importante, não apenas na atividade econômica mas principalmente na vida social" (VARGAS, 2001, p. 96)

Ao discutir a importância do papel do urbano, Lefebvre o evidencia como elemento agregador da sociedade que permite o estabelecimento de suas relações sociais e que, ao mesmo tempo, são imprescindíveis à própria existência da cidade:

A cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades

e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem relações. (LEFEBVRE, 1999, p. 111).

De modo geral, o desenvolvimento da vida social nesse sentido, que é mais amplo que o meramente econômico, é responsável por conferir valores simbólicos aos lugares centrais. O simbolismo é, entretanto, um atributo da centralidade de difícil mensuração, frequentemente relacionada com o poder político, e o financeiro, concreto e ideológico e costuma ser vinculada, sobretudo, ao Centro, por sua formação histórica e importância contínua ao longo de todas as fases da formação da aglomeração urbana na qual se insere e onde "[...] uma série de valores que vão sendo criados socialmente, em função das relações travadas no seio de uma sociedade, que podem ser observados desde uma identificação com um lugar, ou com o local do poder" (WHITACKER, 2003, p. 135). Tourinho, ao discutir a desvinculação e o distanciamento entre centralidade e o Centro, bem como da própria sistemática que proporcionou o surgimento de subcentros, faz a ressalva de que, nas áreas de centralidade formadas por dinâmicas mais recentes, essa variável é qualitativamente diferente, pois surgem

espaços urbanos que podem atuar de forma similar àqueles centros, funcionalmente falando (concentração de atividades definidas como centrais), sem, no entanto, apresentarem outros componentes de identidade do Centro, que historicamente os diferenciaram do resto do tecido urbano." (TOURINHO, 2007, p.12)

Na mesma linha de pensamento, Bezerra e Cavalcante indicam que os mesmos aspectos que atuam na formação do Centro, como "a convergência/divergência de pessoas, recursos, bens e informações, que se configura na acessibilidade" também se verificam nas formas contemporâneas de expressão da centralidade mas que "isto ocorre em outros termos, uma vez que elas não reproduzem o centro tradicional" (BEZERRA; CAVALCANTE, 2009, p. 225), sendo um fator fundamental para essa diferenciação o simbolismo.

Por fim, cabe citar o elevado preço do solo como atributo frequentemente relacionado à centralidade. Este fator é citado por diversos autores e encontra-se presente no arcabouço teórico desde as discussões iniciais sobre o Centro como local privilegiado do espaço urbano. Nesse sentido, nos modelos quantitativos baseados

em estruturas monocêntricas típicos dos anos 1960, o preço mais alto do solo era pertinente ao Centro, uma vez que este era o ponto máximo da competição pela localização, o que elevava o preço do solo em função de sua proximidade, como visto nos trabalhos de Berry (1968) e Garner (1971), por exemplo. Contudo, vimos que a competição para se localizar próximo ao Centro se alterou significativamente a partir da ação de agentes imobiliários em vez dos agentes comerciais, o que não apenas alterou as preferências pela localização comercial como também pela residencial.

Isto posto, é necessário dizer não consideramos essa variável destituída de relevância atualmente, uma vez que na metrópole multi(poli)cêntrica se sobrepõem estruturas e temporalidades, assim como ainda há a competição por localização, mas algumas ressalvas necessitam ser realizadas. Isso porque, conforme demonstrado por Trufello e Hidalgo (2015) em seu estudo em Santiago do Chile, por exemplo, o preço do solo pode se mostrar mais elevado em áreas residenciais de alto padrão do que em alguns tipos de centros, o que dificulta a identificação de algumas áreas de centralidade com base nesse atributo, em especial as de nível secundário. Além disso, de acordo com a capacidade de gerar centralidade dos grandes empreendimentos, não é preciso que estes instalem-se, necessariamente, nas áreas mais valorizadas por já serem dotadas de centralidade, mas sim a procurar áreas de preço inferior dotadas de um nível minimamente aceitável de acessibilidade, sobretudo via automóvel.<sup>54</sup> Essa estratégia tem como objetivo não apenas a "criação" de centralidade, mas atende, inclusive, ao fim de promover valorização fundiária e obter renda da terra, pois

Têm, como objetivo, ampliar de modo profundo a centralidade que um ponto ou área já exerce na cidade em escala bem menor, ou, em grande parte dos

---

<sup>54</sup> Os "outlets", espécie de *shopping center* voltado a oferecer descontos em produtos de marcas de luxo de coleções passadas ou voltados exclusivamente à venda nesses estabelecimentos, são um exemplo disso e demonstram o prosseguimento da estratégia de descentralização das atividades terciárias na tentativa de aumentar sua obtenção de capital. A localização dos "outlets" em rodovias, fora dos centros urbanos, é desejável para o setor, pois para o presidente de uma empresa de *shoppings*, "devem ser construídos a uma distância de ao menos 50 quilômetros de grandes centros", uma vez que não são concorrentes mas complementares aos shopping centers urbanos (SORIMA NETO, 2017). Apesar de escapar à escala de análise do presente trabalho, é possível verificar em Campo Largo, município da Região Metropolitana de Curitiba, um exemplo interessante dessa estratégia com a implantação de um empreendimento misto de "*shopping, outlet e power center*" de 74.600m<sup>2</sup> localizado nas margens da rodovia BR-277, sentido interior, para além do Centro de Campo Largo e a aproximadamente 32,3 km do Centro de Curitiba. Segundo o empreendedor, é esperado que a área de influência do *outlet* atraia clientes a até 250 km de distância do local (JASPER, 2016), o que demonstra a amplitude da área de influência estimada/necessária para sua viabilização.

casos, a escolha da área de preço baixo no mercado, para multiplicá-lo, em função da centralidade que ele exercerá, a partir do momento em que o empreendimento se inaugurar. (SPOSITO, 2013, p. 75)

Isto posto, conclui-se que, dos quatro atributos destacados, a acessibilidade e a concentração de atividades são fundamentais na identificação de áreas de centralidade, enquanto os outros dois conferem aspectos de diferenciação entre os centros, mas não necessariamente se expressam em todas as formas de expressão da centralidade, conforme se aborda no capítulo seguinte.

Reafirma-se assim o importante papel que as áreas de centralidade possuem como estruturadoras do espaço urbano, reforçado pelas mudanças na estruturação urbana e nas próprias lógicas de constituição da centralidade discutidas. Com o paradigma atual, mais e mais formas de expressão da centralidade surgem na cidade, induzidas por agentes privados que disputam entre si, e com as formas pretéritas, o domínio de mercados, a afluência de consumidores e, numa vida cada vez mais capturada pelas necessidades, reais ou criadas, pelo consumo, pela novidade, pela segurança individual, disputam também o controle sobre os hábitos de vida das pessoas. É, portanto, para as formas pretéritas, bem como para as formas contemporâneas que o item seguinte se volta, buscando identificar suas características, semelhanças e diferenças.

### 3.2 FORMAS DE EXPRESSÃO DA CENTRALIDADE

Conforme discutido anteriormente, a centralidade, entendida como um processo identificável por meio de alguns atributos, se expressa em determinadas formas espaciais localizadas e localizáveis no espaço urbano. Enquanto algumas formas pertencem a lógicas de constituição da centralidade representantes de um processo existente nas cidades desde a Antiguidade, da disputa pela localização ótima empreendida por diversos agentes separadamente e a longo prazo, outras se inserem em dinâmicas contemporâneas, cujos atores frequentemente são de natureza distinta e cuja atuação incide em impactos que se desenrolam num curto período de tempo, como na implantação de hipermercados e *shopping centers*. No entanto, apesar dessas diferenças, a discussão ora realizada parte do princípio de que as

formas de expressão da centralidade, tanto as mais antigas quanto contemporâneas<sup>55</sup>, partilham dos mesmos atributos apresentados anteriormente, ainda que os contenham com intensidades e, por vezes, sentidos diferentes: acessibilidade; concentração de atividades, simbolismo, preço do solo.

O debate apresentado no presente capítulo realiza, portanto, uma breve leitura de cinco conjuntos de formas de expressão espacial de centralidade identificados na literatura, a partir de suas características e da maneira como estas contêm os atributos acima elencados. Tal discussão tem por objetivo contribuir para a compreensão terminológica dessas formas espaciais, que apresentam alto nível de polissemia, e embasar as discussões posteriores sobre o objeto de estudo, a cidade de Curitiba, onde tais formas serão referência para a identificação da centralidade no espaço urbano. Como conclusão, insere-se uma síntese das características apresentadas para cada forma elencada no sentido de facilitar leituras sobre a realidade a ser analisada.

### 3.2.1 Centro

O Centro das cidades é uma área que resiste a definições simples, que contemplem toda sua complexidade de funções, formas, significados, poder a ele atribuíveis. Tourinho (2004), por exemplo, o define como “uma entidade multisetorial e multifuncional, plurisignificante e contraditoriamente complexa”. Pereira (2014, p. 130), a partir da avaliação do conteúdo de diversos autores, indica que na ampla bibliografia sobre o tema o Centro aparece como “um espaço dotado de qualidades que o diferenciam das demais áreas da cidade”, uma área na qual “os valores e funções urbanos, o preço do solo, a densidade da atividade comercial e de serviços, a presença de estabelecimentos de lazer e diversão diurna e noturna, de edifícios públicos, do anonimato e da liberdade se apresentam com maior intensidade” (RENDU, 1970<sup>56</sup> apud PEREIRA, 2014, p. 130).

---

<sup>55</sup> Não esquecendo que o que se possa considerar como “tradicional”, ou “antigo” e “contemporâneo” varia entre cidades conforme o tipo urbano, seu período de urbanização e sua formação socioespacial.

<sup>56</sup> RENDU, P. Rôle fonctionnel du centre. **Revue Urbanisme**, Paris, n. 120-121, p. 18-20, 1970.

Portanto, não cabe aqui realizar uma discussão com a pretensão de caracterizar definitiva ou completamente o Centro, o que por si só constituiria objeto de amplos e diversos estudos, mesmo porque o Centro não é estático, mas, em processos contínuos, se alterou e continua se alterando ao longo do tempo, acumulando e perdendo significações, bem como se expandindo no território. Dessa forma, o que é ora realizado tem por objetivo apresentar algumas de suas características e indicar a justificativa para a utilização do termo “Centro” no presente trabalho, sem adjetivos que o acompanhem tais como principal, tradicional, histórico, entre outros. Para isso, organiza-se a discussão, em primeiro lugar, sobre os aspectos simbólicos construídos desde a origem do Centro e das próprias cidades, para depois serem enfocadas as questões funcionais que essa área da cidade exerce.

Antes de avançar para a discussão sobre a condição atual do Centro, no seu entendimento intraurbano, é necessário avaliar brevemente sua relação com a gênese da própria cidade, que, conforme afirmamos anteriormente, também possui condição de centro na escala interurbana. Villaça (2001) afirma que a origem do Centro se relaciona com a própria origem das aglomerações urbanas, formadas como condição necessária à cooperação entre indivíduos e à redução do desgaste na execução das atividades de reprodução da sua vida material e social. Conforme destacado anteriormente, a própria aglomeração urbana representa, em relação ao espaço que a circunda, rural, ou “não-urbano”, o centro de uma determinada região, com a expressão intraurbana de centralidade decorrendo da própria expressão interurbana (CORRÊA, 1989).

Essa primazia espacial remonta ao surgimento primitivo das cidades quando se estabeleceram as primeiras fixações dos seres humanos nômades em locais que permitiram organizar a obtenção de alimentos por meio do cultivo organizado, seu depósito, proteção dos seres humanos e animais domesticados, entre outros, (BENEVOLO, 2007). Entretanto, destaca-se que o surgimento da cidade enquanto tal e o consequente desenvolvimento da sociedade, não foi simplesmente derivado do crescimento das aldeias, essencialmente ligadas à agricultura. Diferente dela, estes assentamentos têm como condição para sua existência a diversificação das funções dos indivíduos dentro da sociedade (SPOSITO, 2005; BENEVOLO, 2007), possível a partir da existência de um excedente de alimentos produzidos no campo, que permitiu

que parte de sua população se ocupasse de atividades não agrícolas, dando origem à "divisão social do trabalho" (SPOSITO, 2005, p.11).

Ao longo da história as sociedades se desenvolveram e houve a complexificação de suas relações sociais. Num processo que se iniciou desde a Antiguidade, nos centros urbanos já se verifica a divisão do território em propriedades individuais, diferentemente do campo, e as classes dominantes já se tornavam mais complexas, compostas pela realeza e sacerdotes (poder político e religioso) que ocupavam a parte mais interna da aglomeração, ou seja, seu Centro (SPOSITO, 2005). Nos séculos que se sucederam, à medida que as cidades cresciam e se tornavam capitais de impérios, ainda que pequenos, havia a ampliação de seu papel, se tornando centro de troca e comercialização de mercadorias e, conseqüentemente, em pontos de concentração de fluxos não apenas internos como também externos. Com a ascensão do capitalismo, já em séculos mais recentes, este também transformou a cidade, que de espaço administrativo e de domínio tornou-se também depositário da riqueza monetária auferida pelo comércio (SPOSITO, 2005, p. 34, 39), reforçando nelas o exercício simbólico e prático do poder.

Durante todo esse processo, que evidentemente não é único e nem ocorreu da mesma maneira ou ao mesmo tempo em todas as cidades, o Centro foi reunindo e cristalizando, por meio de formas espaciais, diversas expressões da interação humana, base de sua vida social urbana, seja ela política, como em palácios e paços, religiosa, em grandes edifícios voltados aos cultos de diferentes denominações religiosas, cultural, em museus, teatros e bibliotecas, ou comercial, com a reunião da produção que se realiza tanto no campo, quanto na própria cidade em feiras, mercados, etc., para citar alguns exemplos. Essa reunião, de formas e de práticas, propiciou também que diversos acontecimentos históricos, como manifestações, conflitos, celebrações, tivessem e ainda tenham como palco o Centro. Como resultado,

[...] estes espaços urbanos vão adquirindo determinado sentido e natureza pela dinâmica urbana do seu uso coletivo cotidiano, público, livre, central porque acessível, construída em função, nomeadamente, das características 'físicas' desse espaço, da qualidade formal do seu desenho e dos seus materiais. (ZILHÃO, 2013, p. 66)



Essa multissignificação, resultante da virtual, embora impossível, anulação das distâncias de tudo o que se pode conceber, é expressa por Lefebvre:

O centro urbano é preenchido até a saturação; ele apodrece ou explode. Às vezes, invertendo seu sentido, ele organiza em torno de si o vazio, a raridade. Com mais frequência, ele supõe e propõe a concentração de tudo o que existe na natureza, no mundo, no cosmos: frutos da terra, produtos da indústria, obras humanas, objetos e instrumentos, atos e situações, signos e símbolos. [...] A forma do espaço urbano evoca e provoca essa concentração e essa dispersão: multidões, acumulações colossais, evacuações, ejeções súbitas. [...]. Não existe cidade, nem realidade urbana, sem um centro. Mais que isso: o espaço urbano se define, já dissemos, pelo vetor nulo; é um espaço onde cada ponto, virtualmente, pode atrair para si *tudo* o que povoa as imediações: coisas, obras, pessoas. (LEFEBVRE, 1999, p. 46, 93, grifos do autor)

Em suma, o processo histórico de constituição do Centro lhe conferiu, gradativamente e simultaneamente, uma complexidade que é tanto simbólica quanto funcional, constituindo-se no local onde "está cristalizada a maior quantidade de trabalho socialmente necessário despedido na produção da aglomeração e pela aglomeração" (VILLAÇA, 2001, p. 241), o que torna o Centro um espaço de alto valor para a sociedade.

Evidentemente, as cidades diferem quanto à sua época de origem, já se constituindo, portanto, sob o domínio de diferentes formas de organização social. Assim não se pode esperar que uma cidade surgida no século XX tenha o mesmo acúmulo que outra surgida na Antiguidade, ou mesmo no século XIX. O que permanece como motivação, entretanto é a reunião da sociedade em prol de sua constituição como tal, ou seja, desde o início da História do ser humano enquanto um ser urbano, o Centro é o local de encontro, o local de trocas materiais e imateriais.

Em relação aos atributos da centralidade, o Centro é, portanto,

O espaço dotado de todas as qualidades do central, todos os atributos que definem o que é o centro da cidade; é resultado do acúmulo de tempos históricos, de lutas políticas, é espontâneo, visto que não foi planejado, é possuidor de uma carga simbólica que está presente no imaginário da coletividade. (PEREIRA, 2014, p. 208, grifo nosso)

Entretanto, discute-se que o Centro tem perdido centralidade em função da dispersão dessa no território, bem como seu poder enquanto espaço organizador da vida social. Esta é uma questão que, do ponto de vista funcional, se explica muito bem

com a ascensão das diversas formas posteriores de expressão da centralidade, no entanto, quanto aos aspectos simbólicos, o Centro mantém, com mais vigor, sua importância para a sociedade. A esse respeito,

[...] A centralidade que sai do Centro, por exemplo, leva com ela uma parte dos atributos que o identificam. [...] o Centro não possui hoje muitas daquelas características identificadas nele quando reinava absoluto. É, por estas razões, que se diz hoje que o Centro perdeu centralidade para as chamadas “novas centralidades”, uma vez que não consegue continuar comandando, ele só, o complexo processo de construção metropolitana, sendo obrigado entrar na arena competitiva com outras áreas da cidade, sustentado pela postura de uma parte da sociedade que pretende – por razões econômicas, de prestígio, ou ainda culturalistas – reforçar a centralidade preexistente àquelas novas centralidades. Ainda assim, o Centro continua Centro. (TOURINHO, 2004, p. 395).

As qualidades funcionais do Centro permanecem, em que pesem as dinâmicas recentes, e o colocam como a expressão máxima dos atributos da centralidade. No que diz respeito à concentração de atividades, o Centro pode ser definido como “o local decorrente do processo de concentração das principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada, dos terminais inter-regionais e intraurbanos, do lazer e dos valores materiais e simbólicos da cidade”, (SPOSITO, 2004). Johnson (1980) destaca, entretanto, que tal concentração não ocorre de maneira homogênea dentro da área do Centro, mas pode formar áreas internas especializadas, como as “Áreas especializadas” tratadas a seguir, mas integradas e participantes da dinâmica geral de atividades que caracteriza o Centro. Assim, o Centro, em sua área interna, contém diferentes expressões e, inclusive, intensidades de centralidade, o que evidencia sua complexidade.

Sem incorrer no processo de descentralização ou formação de novos núcleos, o Centro também se expande a partir da transformação de áreas pericentrais e da conversão do seu uso. Corrêa (1989, 1996) indica que “Área Central”, a partir do legado conceitual advindo da Escola de Chicago, divide-se entre “o núcleo central (*core*, *Central Business District*, ou CBD) e, de outro, a zona periférica do centro (*frame*, *zone in transition*, zona de obsolescência)”, que é passível de conversão. A expansão do Centro pode ocorrer mediante novas zonas ou eixos, o que “[...] não se dá de modo linear e tampouco harmônico, pois têm sua gênese nas buscas de maximização das possibilidades de reprodução capitalista.” (SILVA, 2017a, p. 218)

Em relação à acessibilidade, destaca-se que o Centro

é antes de tudo ponto de convergência/divergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e, em contrapartida, é o ponto de onde todos se deslocam para a interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela. Assim, o centro pode ser qualificado como integrador e dispersor ao mesmo tempo. (SPOSITO, 1991, p. 6)

Destaca-se ainda que acessibilidade é, para o Centro, a principal questão no que tange à iniciativas de intervenção, pois "a ideia de centralidade é associada de tal maneira à organização do sistema de vias, de transportes e de comunicações, que todos os esforços de reconstituição, mesmo parciais, dos papéis dos centros urbanos são acompanhados de medidas efetivas para o melhoramento da acessibilidade" (SPOSITO, 2010, p. 214). Tal dinâmica indica, por outro lado, uma necessidade de adaptação da acessibilidade dessa área frente a novas demandas, em especial referentes ao uso generalizado do automóvel e decorrente necessidade de áreas de estacionamento, incentivando ou mesmo desestimulando seu uso, o que varia de cidade para cidade, ou da época em análise.

Assim, no processo de competição funcional e adaptação à ocorrência de novas áreas de centralidade,

O centro muda o seu sentido original e suas relações com os demais elementos da estrutura urbana, diante das novas exigências que lhe são impostas pela expansão do espaço urbano. Estas mudanças podem levar o centro tradicional ao abandono e deterioração do seu ambiente construído ou a sua remodelação com a renovação/revitalização do ambiente construído, numa tentativa de oferecer este espaço às novas demandas da cidade. (BEZERRA; CAVALCANTE, 2009, p. 222)

Por fim, cabe ressaltar que a conjunção dos fatores simbólico e funcional, bem como das suas diversas manifestações e a relação com novas áreas de centralidade, confere ao Centro a possibilidade de diversas adjetivações, tais como "centro tradicional", "centro histórico", "centro consolidado", "centro antigo", "Área Central", entre outras. Cada uma dessas adjetivações indica uma opção que ressalta determinadas características do Centro em detrimento de outras, sem, entretanto, dar conta de todas elas (IPEA, 2016). As formas "histórico", "tradicional" e "antigo" recaem, de maneira similar, no problema que o Centro não mais se restringe espacialmente ao seu núcleo original, o histórico, nele não se estruturam ou se desenvolvem apenas práticas necessariamente "tradicionais", e nem pode ser simplesmente descrito como

“antigo”, uma vez que em competição com novas áreas de centralidade, também passa por modernizações. Como agregador de várias expressões do central, sim, estas formas também nele se expressam, mas não podem ser adotadas para descrevê-lo em sua totalidade.

A expressão “centro principal”, por sua vez, é amplamente utilizada (i.e. SPOSITO, 1991; VILLAÇA, 2001), e, considerando o exposto acima sobre a carga simbólica do o Centro possui, o adjetivo “principal” encontra no simbolismo adquirido ao longo da história e de todos os acontecimentos sociais que o envolveram, desde o surgimento das aglomerações urbanas correspondentes, talvez, seu sentido inexorável para descrevê-lo. Contudo, do ponto de vista funcional, deve ser questionado, pois,

[...] devemos considerar que nas estruturas urbanas complexas, a ideia de um centro principal se aplica com certa fragilidade naqueles casos em que não é a hierarquia entre as áreas centrais o elemento a ser sopesado, mas as relações de concorrência e complementaridade entre elas, bem como as interações existentes entre as empresas e atividades estabelecidas nos espaços de concentração e centralização na cidade e, também, entre outras escalas geográficas. Desse modo, utilizar apenas a distinção hierárquica estabelecida entre centro e subcentro não se mostra procedimento suficiente a ser aplicado em muitas das cidades estudadas que apresentam multicentralidade. A perspectiva de um centro principal também deve ter sua validade avaliada para casos em que a severidade de processos de clivagem social leve a práticas espaciais em que somente algumas e determinadas áreas centrais sejam usadas e apropriadas por segmentos sociais distintos. (WHITACKER, 2017, p. 192)

Whitacker por sua vez, adota, então, o termo "consolidado" conforme explica:

O que, talvez por falta de melhor definição, estejamos, então, chamando de centro consolidado deve ser compreendido como um espaço com certa fixidez na estrutura e na forma urbana, com manutenção de determinadas formas espaciais e com um conjunto de processos e práticas que possibilitam sua distinção em relação a outras áreas centrais e a um centro principal – que se caracteriza por sua relação hierárquica com outras áreas centrais –, além de se caracterizar por práticas espaciais que definem tal área como o centro da cidade, e por ações, definições e delimitações institucionais – por exemplo, estabelecidas em planos diretores e na legislação de uso e ocupação do solo. Nesse sentido, o zoneamento urbano, ao definir uma área da cidade como seu centro, tanto reconhece a concentração de atividades compreendidas como centrais, sua carga simbólica e/ou histórica, quanto reforça tais elementos, num processo biunívoco. (WHITACKER, 2017, p. 191)

Isto posto, reafirma-se que os adjetivos expostos não são indevidos, pois indicam qualidades e processos próprios ao Centro, mas, por outro lado, tendem a

não alcançar a complexidade que a área apresenta, reduzindo sua significação total a uma ou algumas características. Por esse motivo, optou-se, no presente trabalho, por definir a área então abordada como “Centro”, com letra “C” e sem adjetivos, para que esta expressão indique a possibilidade de agregar mais e mais qualidades sem, entretanto, deixar de ser “o Centro”, não mais o único na cidade por sua funcionalidade mas sim por suas qualidades e simbolismo, sendo, em última instância, insubstituível.

### 3.2.2 Desdobramento do Centro

O desdobramento do Centro é uma forma de descentralização de atividades econômicas terciárias que mantém fortes relações com o Centro. De acordo com Reis (2007), a noção de desdobramento é polissêmica na pesquisa urbana brasileira, na qual a utilização original do termo é creditada à obra de Cordeiro (1980 [1979]), que estudou o Centro da cidade de São Paulo e a relação deste com a centralidade que expressa na área da Av. Paulista. Essa autora, por sua vez, extraiu o termo das obras de Beaujeu-Garnier (1970 [1963]), George (1966 [1964]) e Murphy (1966)<sup>57</sup>, sendo os dois primeiros geógrafos que, entre outros temas, se dedicaram a estudar o Centro sob a perspectiva da Geografia Urbana francesa (WHITACKER, 2003) no contexto da inquietação sobre sua essência que marcou o período pós-segunda guerra.

A partir da obra desses autores nota-se que o desdobramento do Centro é tido como uma forma de acomodação de atividades centrais, que passaram a sofrer com deseconomias da aglomeração. Para George (1966, p. 267), o desdobramento ou, ainda, a “transferência” representava uma das três alternativas para solucionar o congestionamento do “centro comercial urbano”, ao lado do “arejamento por destruição parcial” e do “alívio da circulação”. Beaujeu-Garnier (1970, p. 348) também o relaciona à necessidade de espaços mais amplos que algumas atividades passaram a demandar, incompatível com a morfologia urbana característica das áreas de formação antiga do Centro, com ruas estreitas e edifícios de menor dimensão, pois, nos núcleos antigos:

---

<sup>57</sup> MURPHY, R. E. **The American City** – an urban geography. Nova York: McGraw-Hill Book Company, 1966.

Quando a viabilidade é suficiente e a cidade passara por uma fraca expansão em período recente, é também nessa área [o Centro] que se acumula, com o advento de reformas e adaptações mais ou menos completas, uma parte do comércio e da atividade. Mas com mais frequência, a administração e o grande comércio varejista migram para bairros mais espaçosos e, conseqüentemente, se produz um desdobramento do núcleo urbano [...].<sup>58</sup> (BEAUJEU-GARNIER, 1970, p. 348, tradução nossa)

Quanto à maneira com a qual se produz e os agentes indutores dessa dinâmica, George (1966, p. 269) indica que “tudo se passa como se, em evolução espontânea, o alijamento do centro se efetuasse pela migração de uma certa categoria de negócios e de atividades e, em consequência, pela criação de um ou mais centros especializados”, apontando que em cidades como Paris e Nova York o que se registra é “muito mais um desdobramento acompanhado de especializações do que uma simples transferência de centro”. Nesse mesmo sentido, Cordeiro (1980, p. 60) aponta que o processo de desdobramento em São Paulo é resultante “do desenvolvimento urbano não sistemático, refletindo não somente a saturação do espaço urbano do Centro Principal Metropolitano como também a distribuição não planejada das atividades terciárias”. Ou seja, trata-se da descentralização de atividades terciárias específicas, geralmente de alta especialização e/ou voltadas para as classes de renda mais elevada, que de maneira não coordenada se instalam numa área e a tornam funcionalmente especializada.

Ao mesmo tempo, o desdobramento também é desvinculado da ideia de expansão do Centro, uma vez que sua gênese não representa a expansão da área central com a agregação de novas funções múltiplas, mas sim a transferência de algumas funções específicas do Centro para fora dele ou a instalação de determinadas atividades tanto na área de desdobramento quanto no Centro. Conforme avalia Sposito (1991) a diferenciação entre o desdobramento e a expansão da área central é explicada pelos seguintes pontos:

- Não são áreas contínuas ao centro principal ou aos subcentros (como por exemplo as avenidas Paulista e Faria Lima, em São Paulo), não podendo, portanto, ser caracterizadas como de expansão geográfica das mesmas. Há

---

<sup>58</sup> No original: “Cuando la viabilidad es suficiente y la ciudad ha sufrido una débil expansión en período reciente, es también en estos barrios donde se acumula, al amparo de readaptaciones más o menos completas, una parte del comercio y de la actividad. Pero con mayor frecuencia, la administración y el gran comercio al por menor emigran hacia barrios más espaciosos y, en consecuencia, se produce un desdoblamiento del núcleo urbano [...]”

que se ressaltar que algumas vezes estas vias demandam ao Centro ou o contornam [...]

- Caracterizam-se pela localização de atividades tipicamente centrais, mas de forma especializada. Ou seja, nelas não se reproduz a alocação de todas as atividades tradicionalmente centrais, mas selecionadamente de algumas destas. Daí a caracterização do processo como de deslocamento da centralidade (ao invés de reprodução da localização de atividades centrais em menor escala como se verifica nos subcentros), como se o centro se multiplicasse, desdobrando-se especializadamente em outros eixos da estrutura urbana [...]

- O nível de especialização desses eixos de *desdobramento* da centralidade é funcional e/ou socioeconômico. Em muitos casos, neles alocam-se estabelecimentos ligados a um tipo de atividade [...]. Em muitos destes casos, e em outros, esta especialização se traduz na procura dos segmentos de maior poder aquisitivo do mercado, que progressivamente 'abandonam' o comércio e os serviços do centro tradicional. [...] Ressaltamos que estas vias de *desdobramento* da área central cortam, nestes casos, áreas de uso residencial de padrão mais elevado procurando atingir uma determinada clientela e ao mesmo tempo construir uma imagem de área de comércio seletivo. Para se distinguir, estão fora do centro principal, caracterizado até um certo período por atender a totalidade do mercado consumidor no que se refere aos segmentos socioeconômicos; e ainda, procuram eixos de fácil acesso através do transporte particular. (SPOSITO, 1991, p. 10-11, grifos da autora)

Para Reis (2007), as considerações de Sposito poderiam indicar que o desdobramento se associa à formação de um eixo, no entanto, o autor defende que o desdobramento ocorre de maneira dispersa, em oposição à compacidade do Centro, característica também de subcentros. Nesse sentido, ao debater o caso paulistano, Villaça indica que

Na década de 1960, a região da avenida Paulista e rua Augusta era apresentada como o 'Novo Centro' de São Paulo. Entretanto, o dito 'novo' Centro principal da cidade era diferente do anterior, pois não reproduzia, como ele, uma nova versão do Centro velho; era um novo tipo de centro, atomizado; fragmentado, expandido e constituído por uma nuvem de áreas especializadas, misturado com vários tipos de áreas residenciais. (VILLAÇA, 2001, p.265, grifo nosso)

Reconhecendo tratar-se de uma forma distinta de expressão de centralidade, Reis (2007) conclui ainda que

O fenômeno do desdobramento encerra, sugere-se, a versão renovada e redimensionada do CBD no final do século XX e início do século XXI, cujo significado essencial para a produção (sentido amplo) do espaço urbano ainda precisa ser investigado, tanto quanto deve ser também os atributos associados à forma e à função deste novo fenômeno urbano. (REIS, 2007, p. 49)



É importante questionar também se áreas de desdobramento do Centro podem ser, ou não, consideradas como um “novo” Centro. Na bibliografia estudada não há consenso sobre considerar tal tipo de recorte urbano como um “Centro novo”, em oposição à área da qual ele se desdobrou, que seria, portanto, o “Centro velho”, o que reforça a polissemia que o termo apresenta. Em sua tese, Cordeiro (1980) se refere ao “Centro Principal” de São Paulo como a junção do “Centro tradicional” com o “Centro novo”, enquanto o “Centro Paulista”, surgido a partir dos anos 1960, é referenciado como “novíssimo”<sup>59</sup>. Já Villaça discorre e realiza uma crítica à consolidação do discurso, empreendido por alguns agentes privados, de que a Av. Paulista seria o Centro “novo” (não “novíssimo”) em oposição ao “velho”, considerado como a soma dos outros dois indicados por Cordeiro.

Em sentido similar, sobre Curitiba, Pilotto (2010) se refere ao bairro Batel como o “centro-novo” da cidade, em razão do direcionamento da maior parte da verticalização e do deslocamento do terciário voltado para as camadas de renda mais elevada, notadamente do setor hoteleiro, se orientar e acontecer em direção a esse bairro. Contudo, a expansão do próprio Centro dentro dos limites do bairro homônimo pode ser colocada em outras periodizações anteriores, como, por exemplo, no trabalho de Bley (1982), que indica o crescimento do Centro em três períodos correspondentes à três extensões territoriais distintas<sup>60</sup> e poderiam indicar outras temporalidades de outros “Centros novos”.

Relacionando a localização das áreas de desdobramento com a dos bairros de alto nível de renda, Villaça (2001, p. 346) questiona o viés ideológico na sua definição enquanto Centros novos, conforme aponta que

É voz corrente que nossas metrópoles têm um ‘centro novo’ em oposição ao ‘centro velho’; ou, então, é comum a ideia de que os centros de nossas metrópoles estão se transformando, se deslocando no espaço. [...] A

---

<sup>59</sup> O Centro Paulista representa o desdobramento do “Centro Principal” paulistano formando, junto com este o “Centro Metropolitano” (CORDEIRO, 1980). Em trabalhos mais recentes a autora aborda o “Centro Berrini”, de surgimento mais recente, como a continuidade do processo de desenvolvimento do Centro Metropolitano, ou ainda do seu “tresdobramento” (CORDEIRO, 1993, p. 330 *apud* FRÚGOLI JR., 2000, p. 176). Ver: CORDEIRO, H. K. A ‘cidade mundial’ de São Paulo e o complexo corporativo do seu centro metropolitano. In: SANTOS, M. et al. **O novo mapa do mundo: fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec/Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1993, p. 318-331.

<sup>60</sup> O autor realiza a seguinte periodização: 1º período até 1910; 2º período entre 1910 e 1960, 3º período de 1960 em diante. (BLEY, 1982, p. 59-61)

ideologia dominante produz a ideia de que o “centro velho” não é mais o centro da cidade. Ela, agora, teria um “centro novo” [...] O centro tradicional, enquanto foi o centro da minoria – das burguesias –, era o centro da cidade. Hoje, ele é centro da maioria popular. Justamente agora que o centro ‘velho’ é o centro da cidade – pois agora ele é o centro da maioria –, a ideologia dominante declara que a cidade tem um novo centro. (VILLAÇA, 2001, p. 346-348)

Somado a isto está o fato de que as áreas de desdobramento do Centro não contemplam a mesma diversidade do Centro, seja em termos funcionais ou socioeconômicos (SPOSITO, 1991). Retornando aos argumentos de Pilotto (2010, p. 98), esta indica que “a parte oeste do Centro, que se articula ao Batel, é a parte que não está associada às imagens de ‘deterioração’, abandono, mendicância ou comércio popular [...]”. Ou seja, sendo ainda no Centro, mesmo que apenas em parte dele, que está localizado o setor voltado à alta renda, podemos considerar que, conforme a ideia de que Centro não pode ser apreendido como espaço homogêneo, mas sim dotados de centralidades distintas no seu interior, o chamado “Centro novo” pode indicar então sua readequação frente a novas condições de competição.

Refletindo sobre o estudo de caso do presente trabalho, essas questões expostas apontam para a pergunta: é possível falar de um “centro novo” em Curitiba? Se sim, quais recortes temporal e espacial deveriam ser considerados? Numa comparação entre os trabalhos de Bley (1982) e Pilotto (2010), a área que se organiza em função da Rua XV de Novembro seria um Centro novo em relação à do Largo da Ordem, enquanto o Batel seria novo em relação aos dois? Como recurso de comparação, cita-se a criação do Centro Cívico, que representou a implantação coordenada de diversos aparelhos de Estado nos anos 1950, como as sedes do Executivo, Legislativo e Judiciário estadual e do Executivo municipal, que migraram do Centro de Curitiba para uma mesma área próxima. Criou-se ali, de fato, um centro (inclusive batizado como tal), mas de maneira especializada, com um tipo de atividades que antes somente se encontravam no Centro (altos níveis da gestão pública) e que não são encontradas em nenhum outro local. Tal área apresenta, portanto, as características de uma área de desdobramento do Centro, mas não pode ser considerada como um Centro novo.

Dessa maneira, e sem a intenção de delimitar *a priori* a extensão do que possa ser considerado, efetivamente, o Centro de Curitiba, indica-se que expressões de centralidade semelhantes ao que Pilotto (2010) aponta para o bairro do Batel, com a

migração de serviços de hotelaria voltados para as camadas de alta renda, e ao que se exemplificou com o Centro Cívico não representam a constituição de um novo Centro, mas sim podem indicar o desdobramento do Centro numa tipologia de áreas que, por suas características apontadas anteriormente, difere das demais formas de expressão de centralidade. Isso não implica dizer, contudo, que nos bairros Batel e Centro Cívico não possa haver ou não haja a ocorrência sobreposta de outras expressões de centralidade, tal como subcentros ou áreas especializadas. Entretanto, no que se refere especificamente às funções que deixaram o Centro para se instalar nessas localidades próximas, o processo que se observa é o de desdobramento.

### 3.2.3 Subcentros

Os subcentros correspondem a outra forma espacial constituída pelo processo de descentralização de atividades, ou ainda da instalação de atividades de maneira já alijada do Centro. Sposito (1991) afirma que

Tais subcentros podem ser caracterizados como áreas onde se alocam as mesmas atividades do centro principal com diversidade comercial e de serviços, mas em escala menor, e com menor incidência de atividades especializadas. Tais atividades voltadas para um público mais restrito, funcional ou economicamente (como por exemplo, livrarias especializadas, galerias de arte, oficinas de confecção de calçados sob medida, etc.), estavam localizadas predominantemente no centro principal; a partir da década de 80, estas atividades têm procurado novas localizações, ou em função do aumento do preço da terra no centro e/ou porque o público ao qual se destinam já não circula com tanta frequência nesta área<sup>61</sup>. (SPOSITO, 1991, p. 10)

Para Villaça, devido à “diversidade e dosagem equilibrada de comércio e serviços” apresentada,

---

<sup>61</sup> É possível considerar que a questão do declínio na circulação de determinados perfis de público passou também a promover a migração (ou a criação de filiais) de estabelecimentos para *shopping centers*, em vez de subcentros ou qualquer outro tipo de local voltado para o espaço público. Em Sant’Ana (2017, grifo nosso), por exemplo, tem-se um caso de uma rede de livrarias que “diferente do que fazia no início das suas operações, lá em 1963, [...] só pretende abrir lojas em shoppings”. O representante da empresa afirma ainda que “só vale manter lojas de ruas em avenidas com grande movimento de pessoas, mas, mesmo nesses casos, a unidade perde já que funciona em horário comercial e não dispõe de estacionamento.” Ou seja, novamente a questão do deslocamento via automóvel e da imposição de “novos” hábitos de consumo pela contínua necessidade de expansão do capital, como o praticado fora do horário comercial, emerge enfraquecendo a centralidade exercida por áreas de centralidade “tradicionais”.

O subcentro consiste, portanto, numa réplica em tamanho menor do centro principal, com o qual concorre em parte sem, entretanto, a ele se igualar. Atende aos mesmos requisitos de otimização de acesso apresentados anteriormente para o centro principal. A diferença é que o subcentro apresenta tais requisitos para apenas uma parte da cidade, e o centro principal cumpre-os para toda a cidade. (VILLAÇA, 2001, p. 293)

Ou seja, os subcentros podem ser definidos, de forma sintética, como espaços com grande concentração e variedade de atividades terciárias e dotados de alta acessibilidade por meio de diferentes meios de transporte, influenciando as práticas de deslocamento, consumo e trabalho de uma parte da cidade. Na concepção de Tourinho (2004, p. 363), “Centro principal e subcentro fazem referência a um mesmo sistema, ainda que não com a mesma abrangência territorial. Eles são o resultado de uma determinada forma de entender a cidade contínua e interligada”. Nessa perspectiva, a autora argumenta que

O sistema de subcentros é resultado de um processo de descentralização complementar, originalmente de caráter espontâneo, que estendia no território da cidade a noção de centro, as qualidades do central, ainda que nas versões segregadas [...] A força destes subcentros é respeitável e funciona como um indutor racional de investimentos, criando uma cidade polinucleada ou, melhor dizendo, policêntrica.<sup>62</sup> (TOURINHO, 2004, p. 364).

A característica comum de concentração de atividades diversificadas tem, por consequência, a localização de vínculos empregatícios com maior densidade em meio ao espaço urbano. Nesse sentido, Cladera, Duarte e Moix (2009, p. 2841, tradução nossa) afirmam que a “definição usual” de subcentros corresponde a “um lugar com densidade de empregos significativamente maior que possui efeito na densidade geral de empregos das proximidades”<sup>63</sup>. Pfister, Freestone e Murphy (2000) afirmam que esse fator é amplamente utilizado como um indicador em diversos trabalhos. Em raciocínio semelhante, na metodologia utilizada por Fonseca (2009), discutida na sequência, as empresas com menos de dez vínculos empregatícios foram desconsideradas na localização de atividades terciárias tidas como centrais.

---

<sup>62</sup> Ou “multicêntrica”, conforme conceituação que utilizamos no presente trabalho.

<sup>63</sup> No original: “[...] usual definition as a place with significantly larger employment density that has an effect on the overall employment density of the nearby locations.” Contudo, ressalta-se que, por si só, uma alta densidade de vínculos empregatícios como item de análise poderia resultar na identificação de centros industriais, por exemplo.

Ainda, conforme evidenciado anteriormente, trabalhos como os de Berry (1968) e Garner (1971) demonstram que, a exemplo do Centro, os valores do solo são maiores nos subcentros que no restante da cidade, numa escala que varia conforme o nível de importância da centralidade nele exercida. Contudo, a respeito do contexto das periferias metropolitanas brasileiras, Serpa (2013, p. 102) define que “[...] os centros ocorrem muito mais em função do mercado consumidor do que dos custos locacionais. Das chamadas externalidades, apenas as questões de acessibilidade e da escala de oferta de produtos são significativas”, ou seja, atenua-se assim a importância do preço do solo como indicativo de áreas de centralidade em subcentros no contexto analisado.

A origem dos subcentros em meio ao tecido urbano, além de ocorrer em locais que apresentam bom nível de acessibilidade para determinada região da cidade, se impulsiona a partir do momento em que esta atinge uma certa expansão territorial e correspondente a ocupação por contingente populacional. Nesse sentido,

são áreas que têm sua gênese relacionada ao adensamento demográfico, podendo ou não decorrer de processos de segmentação do tecido urbano. Assim, para reconhecer áreas centrais deste tipo, é importante verificar a constituição de barreiras, que podem ser diversas, como: distância, dificuldade de acesso, diferenças marcantes no padrão socioeconômico (muito elevado ou muito baixo), ou mesmo barreiras físicas. (SILVA, 2017a, p. 219)

Quanto à questão da dificuldade de acesso, Sposito (1991, p. 9-10) ressalta que os subcentros são formados em função do crescimento territorial e pela “[...] consequente impossibilidade de permanência de um único centro cumprindo o papel comercial e de serviços, por causa do aumento das distâncias do centro principal e da ineficiência do sistema viário e de transporte coletivo, dificultando o acesso a ele”. Com efeito, no contexto das metrópoles brasileiras, onde as classes de renda mais baixa foram aquelas que, historicamente, ocuparam e habitaram locais mais afastados do Centro e se mantiveram mais dependentes do transporte público, tendo, consequentemente, o acesso a ele dificultado<sup>64</sup> (VILLAÇA, 2001), a maioria dos subcentros que emergem com a expansão da ocupação urbana tende a possuir caráter popular.

---

<sup>64</sup> Embora esta não seja uma regra e a relação entre centro e periferia baseada na localização habitacional de diferentes classes sociais venha se alterando cada vez mais, conforme abordamos.

A esse respeito, Serpa (2013) destaca que a diferença na abrangência territorial dos subcentros não ocorre somente por questões de localização geográfica, mas também a partir da maneira distinta pela qual as classes sociais consomem os bens e serviços oferecidos pelos diferentes centros<sup>65</sup>, ou seja, a partir do que Milton Santos (1979) indicou como os circuitos superior e inferior da economia. A esse respeito, se o conteúdo do Centro passou a se popularizar com o “abandono” das classes de renda alta, o dos subcentros, quando formados em função da presença de mercado consumidor de baixo nível de renda, tende a manter-se voltado ao circuito inferior da economia. Nesse ponto, Silva (2017a, p. 219) critica a noção de “miniaturas ou réplicas do centro principal” e afirma que os subcentros correspondem a “[...] uma nova forma espacial com heterogeneidade funcional, porém, com especialidade socioeconômica”.

Quanto ao simbolismo, os subcentros, embora com menor intensidade que o Centro, também podem carregar alguma carga simbólica, expressa, assim como as outras características de centralidade que possui, para uma parcela da população que não contempla sua totalidade, mas sim a área de influência daquela área de centralidade. Para Serpa,

Nas periferias metropolitanas, também o papel histórico que um determinado espaço desempenha ou desempenhou pode, certa forma, influenciar o processo de formação de uma localidade central. Assim, por exemplo, o valor histórico de uma praça ou estabelecimento de uma área de lazer podem também ser fatores de influência [...] (SERPA, 2013, p. 102)

Além disso, ao indicar a predominância do surgimento de subcentros em áreas distantes do Centro, Sposito aponta a possibilidade destes serem “originalmente centros de núcleos urbanos que foram incorporados pela cidade principal da área metropolitana, ligando-se a ela e passando a integrar sua estrutura urbana, como por exemplo, o subcentro de Santo Amaro<sup>66</sup>, em São Paulo” (SPOSITO, 1991, p. 10).

---

<sup>65</sup> Num trabalho anterior (GASPARI, 2014), foi visto que no subcentro do Pinheirinho, em Curitiba, que possui caráter popular, a implantação de novas unidades residenciais voltadas para estratos médios de renda próximo a sua área ilustravam como atrativos, em suas campanhas publicitárias, apenas grandes estruturas de comércio (notadamente hipermercados), alguns serviços especializados e serviços públicos, como de transporte, ignorando aqueles localizados no subcentro.

<sup>66</sup> No caso de Santo Amaro, não apenas houve a integração física e funcional desse núcleo ao paulistano como também político-administrativa pois, de município independente, este passou a distrito do município de São Paulo em 1935. Em Curitiba, por exemplo, não há registro de caso como esse, de

Dessa maneira, podem guardar o mesmo tipo de carga simbólica construída em relação ao Centro da aglomeração, mas na escala daquele bairro, distrito ou mesmo município periférico.

Assim, os subcentros tem uma importância que reside no poder estruturador que possuem para o espaço urbano (VILLAÇA, 2001), sendo responsáveis pela atração e concentração de fluxos materiais e imateriais para partes significativas da cidade. Numa perspectiva funcional, se aproximam da descrição hierárquica de centros oriunda do trabalho de Christaller (1933), no qual a disponibilidade de funções superiores, para determinado nível hierárquico, será sempre inferior à do Centro e superior à de subcentros menores ou áreas não dotadas centralidade. Contudo, a importância dos subcentros na estruturação urbana é evidenciada não apenas pela possibilidade de redução no deslocamento dos seus usuários propiciada pelo acúmulo de funções, mas se coloca também, simbolicamente, como espaço estratégico para as relações sociais, substituindo parcialmente o centro principal.

### 3.2.4 Áreas especializadas

As áreas especializadas representam um tipo de espaço concentrador de atividades com alto nível de especialização funcional e/ou socioeconômico que, para Corrêa (1989), são decorrentes e têm forte influência do processo de coesão, verificável também em outras formas de expressão da centralidade. Conforme discutiu-se sobre o Centro, em sua área podem ser encontradas uma ou mais áreas especializadas, no entanto, quando fora da “Área Central, o processo de coesão gera distritos e ruas especializados: de consultórios e clínicas médicas, de móveis, autopeças, eixos industriais etc.” (CORRÊA, 1989, p. 58). Em sentido similar, Sposito indica que “Embora não possam ser caracterizados como *desdobramento da área central*, são constatados níveis de especialização funcional em eixos ou trechos de avenidas, as quais geralmente desempenham o papel de acesso das rodovias às

---

incorporação territorial, mas a expansão da metrópole para os municípios vizinhos integrou seus núcleos originais ao conjunto da aglomeração, certamente tornando-os, numa perspectiva metropolitana, subcentros de Curitiba.



áreas mais centrais” (SPOSITO, 1991, p. 11, grifo nosso), reunindo comércio e serviços ligados ao setor de veículos.

Essa afirmação da autora é importante pois, por sua especialização ser seu atributo mais evidente, o conceito de área especializada se aproxima do desdobramento, inclusive pela possibilidade em localizar-se tanto próximo quanto distante do Centro. No entanto, em relação às áreas de desdobramento, as áreas especializadas possuem uma distinção fundamental: não reúnem atividades antes unicamente encontradas no Centro, mas um tipo específico de comércio que também pode ser encontrado em outras partes da cidade, com a diferença de que, nas áreas especializadas, esse tipo de atividade possui alta concentração e quantidade de estabelecimentos lado a lado. Nesse sentido, são especializados mais por sua “monofuncionalidade” do que por apresentarem comércio e serviços raros, como seria característico das áreas de desdobramento. Também podem ser especializados em termos socioeconômicos, ou seja, voltados a determinados níveis de renda e inseridos em diferentes circuitos econômicos, como, por exemplo, ruas de comércio de vestuário de baixo ou de alto custo, localizáveis dentro e fora do Centro.

Esses núcleos comerciais especializados apresentam excepcional participação (não necessariamente predominância) de um certo tipo atividade e esse alto nível de especialização funcional, em detrimento da diversidade de atividades, indica, para Villaça, que a área de influência desses centros especializados costuma atender

[...] a toda a área metropolitana, ou a maior parte dela, como o faz o centro principal. Porém, precisamente por sua especialização, são utilizados com menor frequência ou por um número menor de usuários – embora espalhados por toda a região metropolitana, enquanto o centro principal exerce uma atração, ou polarização, mais constante sobre um número maior de pessoas. (VILLAÇA, 2001, p. 293-294)

Por esse motivo, Corrêa (1989, p. 58) defende que tais eixos e distritos “não estão organizados hierarquicamente segundo a teoria das localidades centrais, mas coexistem na mesma cidade, tornando-a mais complexa, mais fragmentada, incidindo assim em uma mais variada articulação entre áreas”. Assim, as áreas especializadas não apenas diferem do Centro como também dos subcentros, uma vez que os últimos, além de apresentarem variedade de funções e atividades, possuem área de influência

restrita a alguma região ou bairros da cidade. No entanto, têm como ponto comum com tais formas de expressão da centralidade a maneira como se constituem, mediante a localização não coordenada de atividades terciárias decorrente de diversos agentes diferentes ligados ao capital mercantil.

Em termos formais, destaca-se ainda que tais centros podem ser encontrados dispostos ao longo de vias, formando eixos, ou ainda predominar num bairro ou distrito específico, formando áreas distribuídas de maneira mais radial. Para exemplificar casos comumente reconhecidos em Curitiba, podem ser citados exemplos da Rua Teffé, especializadas em calçados e do “pólo das malhas” do bairro Boqueirão, organizado ao longo do eixo da rua Bley Zornig. Tais áreas, de formação não coordenada, aparecem como alvo de discussão de propostas de intervenção e “revitalização” por parte do poder municipal (CURITIBA, 2017), o que evidencia seu reconhecimento como área de especialização do comércio.

Além dessas áreas, Kowalski (2018) aponta para outras “ruas temáticas” curitibanas, em trechos encontrados na Rua Riachuelo (móveis e eletrodomésticos usados e brechós), Av. Marechal Deodoro (lojas de serviços para casamentos), Al. Doutor Muricy (tecidos e sapateiros), Rua André de Barros (compra e venda de cabelo) e Av. Manoel Ribas (móveis, decoração e restaurantes), das quais somente a última não está no Centro de Curitiba. Tais exemplos demonstram que, apesar de possuir características diferentes, há a possibilidade de manifestações sobrepostas de centralidade, como a da especialização de áreas específicas em meio à diversidade de funções do Centro ou mesmo a associação de uma área especializada a um subcentro, como no caso da Av. Manoel Ribas e Santa Felicidade, considerado um subcentro de 1º nível no estudo do IPPUC (1987).

### 3.2.5 Formas contemporâneas de expressão da centralidade

Por último, serão tratadas as formas contemporâneas de expressão da centralidade. Cabe dizer, primeiramente, que se evitou o uso da expressão “novas expressões da centralidade”, uma vez que tais formas não são necessariamente recentes, e a época de seu aparecimento varia entre cidades de acordo com seu porte

e/ou localização geográfica<sup>67</sup>. Sob essa concepção agrupam-se diversas expressões que, conforme abordado no item 3.1, representam uma lógica de constituição da centralidade que escapa à dinâmica de disputa locacional empreendida por diversos proprietários e comerciantes, para se consolidar por meio de altos investimentos realizados por um único agente ou a associação entre poucos agentes ligados ao capital imobiliário e/ou mercantil.

Tais empreendimentos não se pautam, necessariamente pela busca em se localizar em áreas que já expressem centralidade, pois podem criá-la a partir da sua própria implantação. Não obstante, isso não significa que não se verifiquem espaços desse tipo em meio ao Centro ou subcentros, mas, numa tendência crescente de dispersão, tendem a ser instalados cada vez mais distantes, desde que acessíveis por vias e avenidas de grande capacidade de fluxo. Nesse sentido, “as novas escolhas, aquelas realizadas pelas grandes incorporações responsáveis pela implantação das novas superfícies comerciais e de serviços, não procuram a cidade, mas esperam e realizam ações para que a cidade e os cidadãos as procurem”. (SPOSITO, 2013, p. 77)

Relacionando a localização e seus agentes produtores, tais formas representam, de acordo com Corrêa (1989, p. 47), a centralização do capital típica do que o autor denomina como “capitalismo monopolista”<sup>68</sup>, no qual se constata a “centralização do capital e descentralização espacial, diferente, portanto, do que ocorria no capitalismo concorrencial, onde a centralização espacial derivava de uma dispersão de capitais”. Villaça (2001, p. 307) indica ainda que “os shoppings e os hipermercados - como os novos condomínios fechados - são manifestação da alta concentração de capital no setor imobiliário”, não obstante, como ressaltamos, aos grupos imobiliários é possível acrescentar também os grandes grupos mercantis de cadeias de lojas ou ainda grupos associados mistos.

---

<sup>67</sup> Dentre as formas contemporâneas abordadas, os *shoppings*, por exemplo, tiveram sua primeira unidade implantada no Brasil em 1966, na cidade de São Paulo (PINTAUDI, 1992; VILLAÇA, 2001). Já em Curitiba, o primeiro *shopping* se estabeleceu em 1983. De maneira geral, Pintauidi (1992) considera que o marco para esse fenômeno no Brasil é o ano de 1980.

<sup>68</sup> Embora seja mais preciso falar num “oligopólio”, uma vez que nos diferentes setores que se relacionam a tais formas de expressão haja o predomínio por alguns grandes grupos nacionais e multinacionais, como dos *shopping centers* e hipermercados. No ramo de hipermercados e supermercados, por exemplo, do faturamento obtido em 2014 pelas 500 maiores empresas do ramo atuantes no Brasil, 65,9% pertenceu ao grupo das 10 maiores, 59,4% às 5 maiores e 54,1% às 3 maiores. (ABRAS, 2015)

As formas derivadas desse tipo de atuação no espaço são diversas e, considerando que as necessidades impostas pelo mercado por meio de tendências, modismos e novos hábitos de consumo, por vezes passageiros, fazem com que algumas desapareçam enquanto novas emergem, é inviável apontar todos os seus tipos e subtipos. No entanto, damos destaque aos “[...] *shopping centers*, grandes hipermercados, aos centros especializados de grande porte (de negócios, de serviços médico-hospitalares, de feiras, de festas), aos centros empresariais e a outras modalidades de implantação de atividades, que em função do porte, redefinem a estruturação dos espaços urbanos [...]” (SPOSITO, 2013, p. 75, 88, nota 41). Poderíamos acrescentar ainda, por exemplo, a implantação de “polos gastronômicos”, um fenômeno cuja proliferação nas grandes cidades é relativamente recente, decorrente da ação de um único empreendedor que implanta um centro de atividades voltado quase exclusivamente a lojas de alimentação de alto padrão.

A partir da leitura das formas citadas acima, é possível extrair uma primeira conclusão: trata-se de centros que podem ser tanto especializados quanto diversificados funcionalmente, o que depende do tipo do ramo ao qual o empreendimento queira se inserir, e do planejamento realizado pelo empreendedor ou grupo. Oferecem, portanto, “diversidade ou grau de especialização dos bens e serviços [...], num esforço de oferecer um *mix* muito diversificado de bens e serviços (como é o caso dos *shopping centers*) ou muito especializado e sofisticado (como podemos notar com os centros empresariais ou de negócios, por exemplo)” (SPOSITO, 2013, p. 75). Para a autora, esses fatores fazem com que a atração de fluxos exercida por essas formas contemple toda a cidade e até mesmo a extrapole, competindo assim com o Centro e correspondendo a formas típicas da “policentralidade”. Sua implantação também pode atrair para as proximidades outros empreendimentos comerciais, não vinculados a essas formas de expressão de centralidade, mas interessados em se beneficiar da atração por ela gerada, reforçando-a.

Isto posto, cabe dizer que as características discutidas no item 3.1 sobre a policentralidade se aplicam a tais formas de maneira geral, portanto, não cabe repeti-las aqui em sua íntegra, apenas reforçar que sua produção é realizada de maneira planejada por um agente ou pequeno grupo dotado de alto poder de investimento. Além disso, requerem acessibilidade voltada para o uso do automóvel, o que permite ampliar a escala de sua influência espacial, embora também possam se utilizar,

secundariamente, da proximidade com estruturas de transporte público. Por fim, estas formas tendem a reforçar a segregação socioespacial, enclausurando a centralidade que geram em espaços privados, diferente de todas as formas discutidas nos itens anteriores deste capítulo, que se desenvolvem em meio ao espaço público.

Dentre essas formas o *shopping center*, pelo grande impacto que gera e pela associação com formas de moradia autossegregadas que induz, de maneira mais marcante, a fragmentação e segregação urbanas representa um dos, senão o mais marcante exemplo de forma contemporânea de expressão da centralidade. Além disso, por suas grandes áreas construídas e pela diversidade planejada de comércio e serviços que oferecem, recriam, de maneira complexa e diferenciada, a centralidade antes exercida somente pelo Centro e, em nível secundário, subcentros. Não por acaso, dentre as formas contemporâneas, esse tipo de empreendimento é citado com mais frequência e analisado mais detidamente por diversos estudos<sup>69</sup> que tratam dos temas da centralidade, setor terciário e práticas de consumo contemporâneos. Por tais motivos, apresenta-se um aprofundamento sobre as características desse tipo de estrutura comercial.

Os *shopping centers* podem ser definidos como

[...] um empreendimento imobiliário de iniciativa privada que reúne, em um ou mais edifícios contíguos, lojas alugadas para comércio varejista ou serviços. Distinguem-se umas das outras não somente pelo tipo de mercadoria que vendem (o *tenant mix* planejado pela empresa prevê a presença de várias lojas do mesmo ramo para permitir a compra por comparação), como também por sua natureza distinta (lojas âncoras e lojas de comércio especializado e serviço – que podem ou não pertencer a redes). A estrutura e funcionamento do empreendimento são controlados por um setor administrativo, necessário para o funcionamento eficaz do shopping center, o que significa dizer que é o setor, cuja responsabilidade é zelar pela reprodução do capital da empresa. Além disso, está a presença de um parque de estacionamento, cujo tamanho se encontra na dependência do porte do empreendimento e de sua localização. Historicamente, é um fenômeno característico (ainda que não necessário) das sociedades capitalistas monopolistas. (PINTAUDI, 1992, p. 15-16).

O setor administrativo ao qual a autora se refere é ligado a empresas especializadas em gerir estes empreendimentos, não raro possuindo dezenas de unidades espalhadas por diferentes cidades e estados, sob nomes e bandeiras

<sup>69</sup> Como em Sposito (1991), Pintaudi e Frúgoli Jr. (1992), Canclini (1996), Villaça (2001), Vargas (2001), Whitacker (2003), Alves (2011), Fresca (2013), Pereira (2014), Trufello e Hidalgo (2015), Silva (2017a; 2017b), para citar alguns exemplos.

diferentes. É diferente, portanto, das empresas que efetivamente ocupam o espaço do *shopping*, cuja atividade gira em torno da venda ou prestação de serviços diretamente ao consumidor/frequentedor, podendo, ou não, serem ligadas a grandes grupos empresariais, atuando como as locatárias dos espaços.

O conceito de *tenant mix* é um bom exemplo para apontar o planejamento e o alto nível de organização que envolve não apenas a implantação, mas a operação desse tipo de empreendimento. Venosa (2003, p. 263) explica que “esta terminologia inglesa consiste no plano de determinação dos ramos e localização das lojas e pontos-de-venda dentro do centro de compras, gravitando em torno das chamadas lojas-âncora, as quais funcionam como ponto magnético da clientela”. Costa (2014, p. 8), por sua vez, explica que “a simples aglomeração de lojas comerciais não configura um *shopping center*. [...] Para ser *shopping* se faz necessário a presença de uma série de fatores, entre os quais, e talvez o principal deles, o *tenant mix*”. Ou seja, do ponto de vista jurídico<sup>70</sup>, os *shopping centers* têm, necessariamente, que organizar a variedade e o equilíbrio da concentração de atividades que oferecem, o que nas formas de expressão da centralidade que também apresentam variedade funcional, o Centro e o subcentro, tende a ocorrer de maneira não coordenada.

Como visto, as empresas do ramo dos *shopping centers* têm uma função administrativa, mas além disso, por participarem ativamente da implantação dos empreendimentos na compra de terrenos e agirem como agente comercializador da chamada Área Bruta Locável (ABL) durante sua operação, também se identificam com o capital imobiliário. Para Vargas (2001, p. 330) a capacidade de criar centralidade do empreendedor imobiliário atuante nesse segmento está no fato de que ele “promove um grande negócio lastreado no comércio. Para ele, se a centralidade não existe, ele vai criá-la. Como exemplos desse fenômeno podem ser citadas as galerias comerciais do século XIX e os shopping centers do século XX, para mencionar apenas alguns”. Por outro lado, apesar das obrigações contratuais entre particulares indicadas anteriormente, a autora indica, conforme destacado, que “[...] o capital imobiliário está

---

<sup>70</sup> Segundo Costa (2014), o *tenant mix*, ao gerar aumento do desempenho nas vendas, é um fator que permite ao administrador do *shopping center* cobrar, de maneira legítima, um valor adiantado para que o lojista possa ali se instalar, baseado no conceito de *res sperata*, (“coisa esperada”, em tradução literal), ou seja, uma parte do lucro que o lojista pretende obter. Por outro lado, caso o administrador do shopping falhe em planejar as atividades e seu equilíbrio, pode ser processado por quebra de contrato pelo lojista.

cada vez mais envolvido com as atividades terciárias e, por conhecer bem os requisitos para a sobrevivência do varejo, adota estratégias de negócios capazes de criar a sensação de centralidade, com a qual não costuma ter compromissos futuros.<sup>71</sup> (VARGAS, 2001, p. 330, grifo nosso)

Verifica-se, portanto, que a centralidade gerada por empreendimentos do gênero tem uma natureza bem diferente das que ocorriam antes do surgimento e proliferação dessas formas espaciais. Além do ponto de vista funcional, o espaço encerrado nessas grandes estruturas supõe e induz tipos de posturas e comportamentos mais restritos, controlados e, sobretudo, padronizados, dos indivíduos e grupos que o frequentam, em relação àqueles verificáveis no espaço público. A esse respeito, as práticas sociais pautadas pelo consumo nesses (e desses) espaços privados são influenciadas pois,

Utilizando-se da sedução como uma estratégia mediadora do consumo, o shopping center transforma-se num ambiente cultural carregado de determinadas formas subjetivas de viver, de compartilhar experiências, de ensinar, de aprender e, enfim, de culturalmente pedagogizar os grupos frequentadores deste local. Trata-se de um espaço contemporâneo de produção social que expressa, através de diversos mecanismos de sua organização e de seu funcionamento, determinados valores, regras, normas e códigos pelos quais seus frequentadores interiorizam certos modos de agir, fazendo com que passem a aceitar naturalmente determinadas formas de ser, de vestir, de estar, de gastar, de se comportar, etc. (CALCLINI, 1996 p.58, grifo nosso).

Trata-se, então, da construção de centros onde a vida social tende à uma maior homogeneidade e onde o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso, uma vez que a fruição de seus espaços é quase obrigatoriamente obtida por meio de pagamento, seja para consumir seus bens e serviços ou acessar seus lazeres, etc. Isso porque nesses locais os usuários são tomados, em primeira instância, como consumidores, e comportamentos ou mesmo a presença de indivíduos que não se enquadrem na sua lógica, como aqueles pertencentes a classes sociais diferentes ou que se manifestem livremente podem não ser aceitos. Assim, apresentam possibilidades de apropriação do espaço pelos indivíduos que o frequentam muito mais limitadas que nas formas de expressão da centralidade dispostas em meio ao

---

<sup>71</sup> Não no sentido de não ter compromissos contratuais, o que efetivamente tem, como abordado antes, mas no sentido de, caso o desempenho do negócio não satisfizer os administradores, estes podem simplesmente resolver por fechar suas portas ou mudar a natureza de sua operação.



espaço público. Ao buscar evitar o encontro entre os diferentes e as diferenças, tais centros diferenciam-se por promover a separação, a segregação. A esse respeito, Lefebvre considera que

A diferença<sup>72</sup> é informante e informada. Ela dá forma, a melhor forma resultando da informação ótima. Quanto à separação e à segregação, elas rompem a informação. Conduzem ao informe. A ordem que constituem é apenas aparente. Só uma ideologia pode contrapô-la à desordem da informação, dos encontros, da centralidade. Só um racionalismo limitado, industrial ou estatista, mutila o urbano, dissociando-o: projetando no terreno sua 'análise espectral', os elementos disjuntos, cuja informação recíproca torna-se impossível. (LEFEBVRE, 1999, p. 124)

A partir do exemplo dos *shopping centers*, vimos que as formas contemporâneas de expressão da centralidade apresentam elementos e uma lógica que as diferem bastante das formas pretéritas de expressão da centralidade. Isto posto, poderia se defender que elas expressam uma “nova centralidade”, não enquanto novos espaços e lugares que expressam centralidade, uso que já refutamos no item 3.1, mas como um tipo de centralidade que difere do anterior. Preferimos, no entanto, manter a ideia de que elas são novas formas de expressão da centralidade, pois seus elementos, ainda que utilizados de formas distintas, são os mesmos, tais como a acessibilidade, a concentração de atividades condizente com a necessidade de encontros para a realização de trocas, a questão do preço do solo, mesmo que não construída pelo esforço pulverizado de vários agentes, mas sim por poucos interessados e, por fim, até mesmo o valor simbólico, que não sendo o mesmo que se conferiu, por exemplo, ao Centro ao longo da história, mais apreensível e apropriável pelo todo da sociedade, é, por sua vez, uma simbologia do capital, do consumo e do *status*, que poucos podem dela se apropriar.

Indicadas as formas de centralidade, bem como suas características, passa-se para a análise do tema da centralidade no município de Curitiba, indicando uma trajetória da centralidade enquanto tema abordado pelo planejamento urbano, evidenciando tanto a evolução do processo de sua difusão no território curitibano como a identificação e proposição de formação de diferentes áreas de centralidade que colaboraram para a composição do quadro atual.

---

<sup>72</sup> O autor destaca ainda que "diferença" e "segregação" não são compatíveis, uma vez que a diferença implica em relações, enquanto a segregação e a separação rompem tais relações, além de constituir "uma ordem totalitária que tem por objetivo quebrar a totalidade concreta, espedaçar o urbano" (p. 124).

#### **4. A CENTRALIDADE INTRAURBANA EM CURITIBA: UMA ANÁLISE À LUZ DO PLANEJAMENTO URBANO**

No presente capítulo é realizado um resgate histórico da centralidade intraurbana e seu desenvolvimento no contexto do recorte espacial adotado, o município de Curitiba. Por meio da leitura de planos, estudos, peças técnicas, leis e demais documentos próprios da atividade do planejamento urbano, além de autores que estudaram o tema em Curitiba e da leitura do cenário atual, é apontada como a atuação do poder público interviu na estruturação urbana até atingir as características que possui hoje. Destaca-se ainda que tais mudanças podem ser apreendidas a partir da segunda metade do século XX, com a particularidade de terem ocorrido enquanto o planejamento urbano já era uma prática do poder público municipal, embora façam parte de um processo mais amplo, contínuo e em andamento.

Para apresentar um quadro evolutivo da centralidade e de como ela se insere nas ações do poder público em Curitiba a leitura ora realizada se embasa nos seguintes documentos: Plano Agache de 1943, Plano Piloto de Zoneamento e Lei das Unidades de Vizinhança de 1960, Plano Preliminar de Urbanismo de 1965, Plano Diretor de 1966 e sua implantação ao longo dos anos 1970, o Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano de 1985 e seus produtos, tais como o Aldeamento de 1986 e a Estrutura Policêntrica de Curitiba de 1987, leis e decretos que versam sobre a implantação de grandes empreendimentos geradores de impacto de vizinhança instituídos entre os anos 1990 e 2000, e a revisão do Plano Diretor entre 2014 e 2015, quando o tema das áreas de centralidade nos bairros volta à tona no âmbito do planejamento. Além disso, obras de autores que investigaram aspectos relativos a essa produção também foram utilizadas. É importante ressaltar que a análise ora realizada não objetiva resgatar o histórico do planejamento urbano em Curitiba de maneira ampla e geral, como fazem Souza (1999), Oliveira (2000), Garcez (2005) e Dudeque (2010), por exemplo, mas sim ressaltar especificamente as posturas quanto à centralidade em Curitiba, seja em favor ou não do desenvolvimento de novos núcleos.

A respeito das chamadas formas contemporâneas de expressão da centralidade, que via de regra são pouco abordadas por esses instrumentos mais abrangentes de planejamento, complementou-se a discussão por meio da busca por

dados em outras fontes, sendo dada ênfase aos *shopping centers* e sua data de implantação, localização, dimensões, bem como sua relação com os bairros/área de implantação. Contudo, isso não implica dizer que outras expressões de centralidade contemporâneas não possam servir de base para indicar para o estágio atual do processo de dispersão da centralidade no espaço urbano.

#### 4.1 PLANO AGACHE

Para iniciar a revisão dos planos urbanísticos de Curitiba é necessário destacar como primeiro caso o Plano Agache, finalizado em 1943. No Brasil, “ao longo da Primeira República [1889-1930], as intervenções na cidade não configuram exatamente o modelo do plano urbanístico, já que, em geral, não consideram a cidade na sua totalidade, mas apenas se dedicam a intervenções localizadas.” (RIBEIRO, CARDOSO, 1996, p. 58). Tal paradigma também se verificava em Curitiba, uma vez que as medidas que continham uma certa preocupação com a organização urbana de Curitiba, tais como as intervenções do inspetor de terras Taulois, do engenheiro Frederico Hégreville, e Ernesto Guaita (1888), de Saturnino de Britto (1920) e de Frederico Kirchgässner (1928-29) “não podem ser considerados planos urbanos, pois não planejavam a cidade e seu futuro, somente legislavam sobre a abertura e fechamento de vias e das testadas e características das construções, entre outras de menor porte” (CARMO, 2011, p. 61).

Dessa forma, Garcez (2006) considera que o Plano Agache foi o primeiro a visualizar a cidade de uma forma integrada, enquanto num relatório do IPPUC se indica que:

Pressupondo análise, caracterização e diretrizes políticas para o espaço urbano, a longo prazo, no que diz respeito aos instrumentos macros da gestão urbana, pode-se dizer que eles inexistiram em Curitiba até meados deste século. [...] As intervenções feitas no espaço urbano até então eram fundamentalmente práticas, baseadas em critérios técnicos funcionais e estéticos. Não havia nelas reflexão crítica sobre a ocupação social do espaço urbano. (IPPUC, 1997, p. 58)

Agache foi incumbido de realizar o plano pela empresa paulista Coimbra Bueno & Cia., que por sua vez havia sido contratada pela Prefeitura de Curitiba em

1941 (IPPUC, 1997, GARCEZ, 2006). Segundo Gnoato (2005), o Plano Agache preconizava uma ideia de urbanismo datada de antes da adoção das premissas do Movimento Moderno, que seriam amplamente difundidas somente após o término da Segunda Guerra Mundial. Até então prevalecia o conceito de *City Beautiful* do século XIX, cuja referência conceitual era o Plano de Paris, desenvolvido por Eugène Haussmann, e que já havia sido aplicado em diversas outras cidades, conforme demonstra Dudeque (2010, p. 51) a partir da comparação entre esquemas "radiais-perimetrais" de planos de algumas capitais europeias, de São Paulo e Curitiba.

De fato, os conceitos que marcaram o tratamento de áreas urbanas entre fins do século XIX e início do XX ainda se mostravam presentes no Plano Agache, que também possuía um viés do urbanismo organicista-funcionalista e se enquadra no que Ribeiro e Cardoso (1996, p. 64) chamam de "padrão higiênico-funcional" característico do planejamento urbano aplicado a algumas capitais estaduais no âmbito do Estado Novo (1930-1945). Tais autores indicam como principais características desse padrão:

- a. Concepção organicista funcionalista na formulação do diagnóstico. A categoria meio natural e meio social organiza um discurso condenatório da realidade e sustenta a formulação de uma cidade ideal.
- b. Embelezamento, monumentalidade e controle social do espaço orientando a intervenção. Grandes operações de renovação/construção e normatização das práticas sociais. (RIBEIRO, CARDOSO, 1996, p. 64)

A leitura do plano evidencia essas características, uma vez que estabelecia "normas essenciais de sua remodelação, extensão e embelezamento" de Curitiba, apontando que ele "rasga avenidas e saneia sua área, disciplina seu tráfego, organiza suas funções urbanas, coordena suas atividades e proporciona à cidade uma fisionomia de capital" (CURITIBA, 1943, p.17). O planejamento feito por Agache foi fortemente marcado pelo seu "Plano das Avenidas", aprovado em 1942, que previa vias radiais e avenidas perimetrais (AP), estas últimas descritas concentricamente em número de quatro (AP-0, AP-1, AP-2, AP-3, do centro para a periferia, respectivamente), cujo arranjo esquemático consta na Figura 9.



escritórios seria também um centro de eventos onde a população encontraria equipamentos públicos tais como cinemas, teatro, biblioteca e os espaços públicos para as manifestações populares" (GARCEZ, 2006, p. 72).

Os demais centros seriam: o Centro Cívico, que reuniria os órgãos estaduais; o Administrativo, para a esfera municipal, na praça Tiradentes; os de abastecimento, para os quais se previa a construção de "um grande mercado central [...] e uma rede de entrepostos, pequenos centros de abastecimento das populações dos bairros" (CURITIBA, 1943, p. 39); a Zona Industrial, no que é o atual bairro Rebouças, o Centro esportivo; o Hipódromo e Exposição-Feira; a Estação Rodoviária; o Centro de Instrução (cidade universitária, localização que corresponde ao campus Centro Politécnico da UFPR); e o Centro Militar (no Bacacheri). Boa parte deles se referia à implantação de grandes estruturas públicas, que apesar de poderem influir na constituição de futuras áreas de centralidade, não as estimulavam a partir de uma previsão de conversão no uso do solo.

No que tange ao uso do solo, o Plano Agache previa a elaboração de um código de obras e de um zoneamento aos quais atribuía grande importância, sobretudo ao zoneamento: "Todas as funções e atividades, enfim, todos os elementos que o urbanista coordena para encontrar a solução do plano estão estribadas no zoneamento. Caindo o zoneamento ruirá todo o plano." (CURITIBA, 1943, p. 56). Não obstante, apesar de indicar zonas e "sub-zonas" residenciais (com seis subdivisões), comerciais (2 subdivisões), industrial e agrícola (ambas sem subdivisões) para Curitiba na sua proposição de índice para o código de obras (p. 58-66), o Plano Agache não as delimitou no território municipal<sup>73</sup>.

Isso ocorreu porque, embora o considerasse importante, o Plano adotou uma postura de cautela quanto ao instrumento, afirmando que "a guerra aérea veio modificar um pouco a necessidade do zoneamento principalmente no tocante ao

---

<sup>73</sup> O que é evidenciado no Projeto de Lei (PL) 133/59 que antecedeu o Plano Piloto de Zoneamento de 1960, documento no qual se afirma que há muito "Curitiba se ressentia de uma delimitação das zonas residenciais, comerciais, industriais e rurais, instrumento poderoso para se implantar uma ordem no crescimento da cidade" (CURITIBA, 1959). No documento é citada a previsão de delimitação do zoneamento prevista no código de obras então vigente (Lei 699/1953), que replica a nomenclatura e quantidades de subdivisões das zonas indicadas no Plano Agache.



grupamento das indústrias, centros militares, ferroviários etc.”<sup>74</sup> (idem, p. 56). Ainda previa interferência privada direta em sua constituição: “A iniciativa particular pode colaborar no zoneamento. Os novos bairros que forem criados por companhias imobiliárias podem apresentar seu zoneamento que será aprovado desde que esteja de acordo com o geral da Municipalidade” (idem, p. 57). Talvez em razão dessas indefinições, o código de obras tenha sido aprovado somente em 1953, enquanto o primeiro zoneamento seria formalizado em 1960, com o Plano Piloto de Zoneamento.

Não é o objetivo do presente trabalho abordar exaustivamente a discussão sobre as críticas ou os méritos relativos ao Plano Agache. É necessário, entretanto, apontar que vários fatores fizeram com que sua execução fosse parcial, como a falta de recursos para desenvolver boa parte de suas propostas ambiciosas, a desconexão ideológica que se seguiu com as mudanças políticas em âmbito nacional, sua excessiva rigidez que não abriu espaço para mecanismos que pudessem adaptá-lo ou ajustá-lo, entre outros, conforme visto nos trabalhos de Garcez (2006) e Dudeque (2010). Contudo, ainda que o plano não tenha sido implantado integralmente, Garcez lembra que, em que pesem as dificuldades financeiras e de outras ordens, alguns dos seus objetivos foram alcançados, inclusive com a implantação, ainda que parcial ou com alterações, de alguns dos seus centros funcionais:

Muitas ruas foram alargadas, menos pelos investimentos feitos e mais pelo heroico esforço de um grupo de técnicos, engenheiros e administradores que compunham a Comissão do Plano da Cidade [...] Muito do que se vê hoje, a localização do Centro Cívico, o Jardim Botânico, o Centro Politécnico, a rede de Parques, a minimização das enchentes no centro da cidade, a Rodoferroviária, o Mercado Municipal [Centro de Abastecimento, inaugurado em 1958], foi resultado de propostas que visualizaram, pela primeira vez, a cidade de uma forma integrada. (GARCEZ, 2006, p. 78)

Sobre esse plano, é necessário ainda ressaltar sua extensão territorial reduzida frente à atual conformação da cidade de Curitiba. Embora incorporasse uma seção que discorria sobre a previsão de “extensão em futuro remoto”, o plano defendia que os limites previstos por ele, ou seja, aqueles dentro da Avenida Perimetral 3 (AP3), afastariam o problema por “muitos anos” e que na zona agrícola presente além desses limites deveria se “proibir o retalhamento em lotes urbanos por tempo razoável”.

---

<sup>74</sup> Preocupação que resultou na determinação do Código de Posturas e obras de 1953 de que “A delimitação da Zona Industrial, por lei própria, deverá ser procedida de acordo com as sugestões do órgão competente do Ministério da Guerra.” (CURITIBA, 1953, art. 4)



Também reconhecia a existência já consolidada de algumas ocupações fora da AP3, algumas das quais vieram a se desenvolver em áreas de centralidade para seu entorno mais imediato em futuros bairros de Curitiba, entretanto, para elas deixava a vaga recomendação para "drená-las para as radiais mais próximas" e que se procurasse "circunscrevê-las, evitando sua expansão desordenada" (CURITIBA, 1943, p.79). Sobre o padrão dos planos do período, Ribeiro e Cardoso apontam que:

Os planos produzem normas destinadas a não serem cumpridas, criando assim um abismo entre a "cidade real" e a "cidade legal". Podemos afirmar que isto é uma característica do padrão, produzindo-se planos que criam espaços normatizados, mas que "aceitam", tacitamente, uma convivência com espaços exteriores ao seu âmbito de regulação. (RIBEIRO E CARDOSO, 1996, p. 65)

A Figura 10 ilustra os limites da ocupação proposta por Agache sobre o arruamento atual de Curitiba, demonstrando sua área de implantação em relação ao arranjo que se constituiu posteriormente.



o crescimento populacional nos anos 1940 havia sido tolerável, na casa dos 20 mil habitantes, e que se os mesmos fatores socioeconômicos prosseguissem, resultando num crescimento no ritmo observado na década de 40, a área delimitada pelo Plano Agache seria mais que suficiente para contê-lo. Contudo, em 1953, dez anos após sua conclusão, o Plano Agache começou a ser ultrapassado pela expansão da ocupação urbana para além dos limites por ele estabelecidos (GARCEZ, 2006, p. 83). Essa expansão é explicada por Garcez como decorrente da explosão demográfica que levou Curitiba da casa dos 180 mil habitantes nos anos 1950 para 600 mil em 1970, argumentando que tal crescimento era algo além do que o Plano Agache podia suportar<sup>75</sup>.

Considerando o contexto da época e a defasagem do Plano Agache, entre o final dos anos 1950 e o início dos anos 1960 era debatida na cidade a necessidade de revisão do planejamento urbano nele baseado dada a identificação de uma série de problemas que indicavam que o processo de urbanização em Curitiba vinha ocorrendo de maneira diferente do preconizado, com uma contraditória relação entre ocupação esparsa do território e a manutenção de uma excessiva centralização de serviços. (DUDEQUE, 2010).

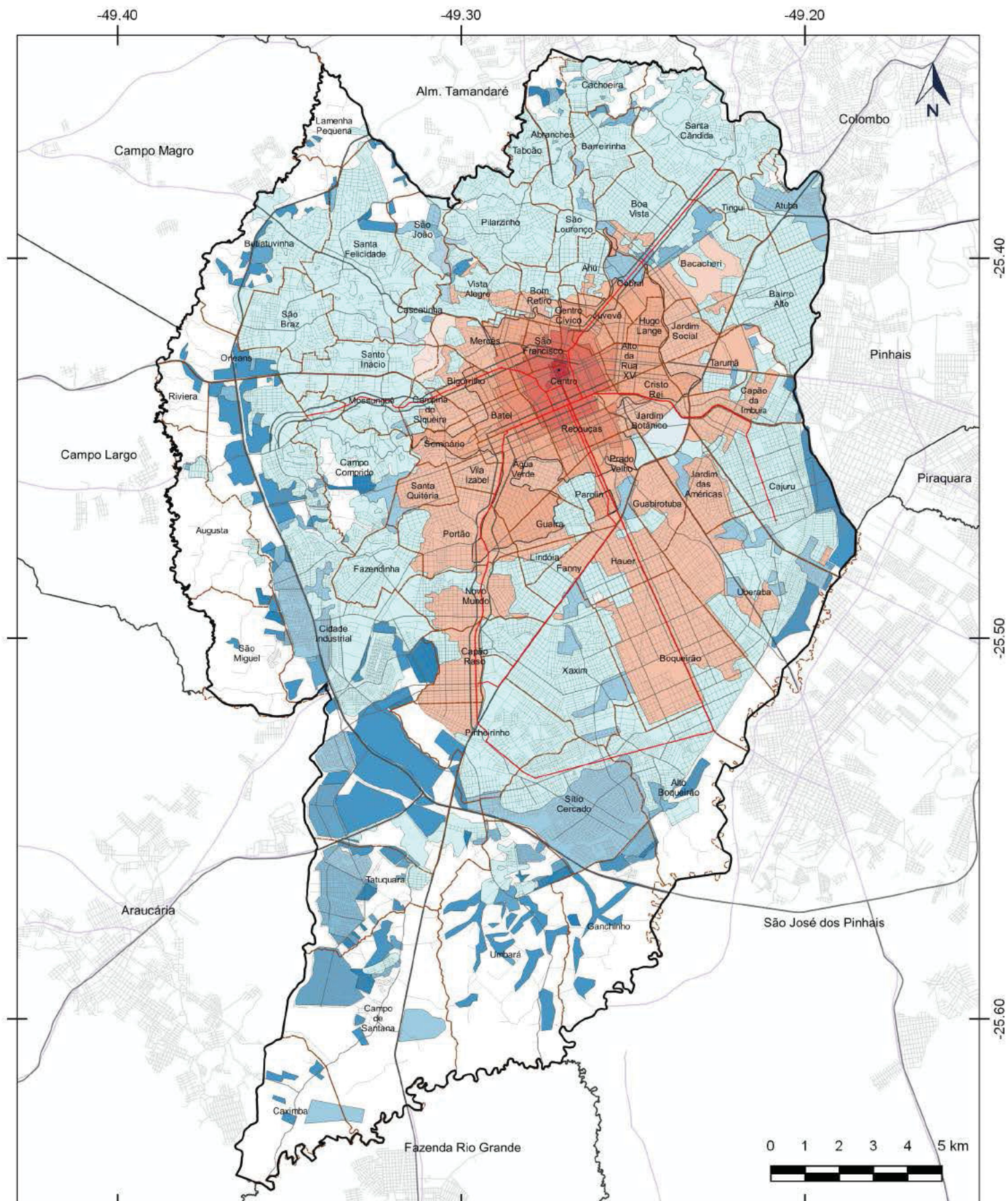
Para Oliveira (2000),

Dentre os problemas mais prementes, destacavam-se o caso dos loteamentos clandestinos, construídos à margem da delimitação dos usos possíveis do solo para cada região, as inundações frequentes a que se submetia o centro da cidade, o déficit de unidades habitacionais, o mau estado da rede viária, continuamente danificada por tráfego pesado e, finalmente, um centro da cidade medíocre e em deterioração, com a circulação atravancada por vias estreitas, cercadas por prédios em decadência. (OLIVEIRA, 2000, p. 75)

---

<sup>75</sup> Segundo o autor, o Plano Agache previa um crescimento demográfico a uma taxa de 2,5% ao ano, ao passo que a taxa do decênio 1950/1960 ficou em 7,4% a.a. (GARCEZ, 2006, p. 97)





**MAPA 01 – EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA DE CURITIBA**

### Legenda

Ano	1966	1993	Rodovias	Ônibus expresso	Sistema de Coordenadas Geográficas
1830	1970	1997	Vias Principais	Perímetro Municipal	Datum: WGS 84
1836	1973	2000	Vias Secundárias	Limites Municipais	Base Cartográfica: IPPUC (2018)
1857	1985	2003	Vias Locais	Limite de Bairros	Elaboração: Gustavo D. Gaspari
1900	1991	2005			
1927	1992	2009			
1938					

## 4.2 PLANO PILOTO DE ZONEAMENTO E UNIDADES DE VIZINHANÇA

Nos anos 1950, o rápido crescimento da população curitibana e o modo como esta vinha ocupando o território figurava entre as principais preocupações da administração municipal. Silva (2000) discute que a ação indiscriminada de loteadores que parcelavam e comercializavam áreas até então rurais do município, sem infraestrutura adequada, era um fator que pressionava a prefeitura no tocante ao provimento dos serviços públicos. Nesse contexto a autora destaca que a imprensa da época já noticiava “que os loteamentos na periferia da cidade deixaram um espaço físico do tecido urbano, já atendida pelos serviços públicos, vazia, e criaram subcentros nos bairros mais bem estruturados” (SILVA, 2000, p. 126)

Essa passagem revela que na década de 1950, já havia se iniciado em Curitiba um processo de transformação de sua estrutura urbana, de monocêntrica para multicêntrica, com a emergência, ainda que precária, desses núcleos nos bairros. Um trecho de uma notícia da época, destacado por Silva (2000), indica as características desse fenômeno:

Veja-se, por exemplo, o Portão, o Juvevê, o Bacacheri, o Seminário, etc. São bairros que, à proporção que vão crescendo vão também, estabelecendo seus pontos centrais, onde se localizam os elementos destinados a atender as necessidades do meio a que servem. E resulta que, contando com os armazéns, açougues, farmácias, dentistas, consultórios médicos, agências bancárias... os moradores desses bairros e dos subúrbios que lhe são vizinhos, acabam por prescindir do centro urbano vivendo sua vida própria. A consequência disso, por sem dúvida, é que os bairros e os subúrbios vão crescendo com rapidez sem que a administração pública lhes possa acompanhar o progresso. Daí os reclamos persistentes sobre a falta de água aqui, a falta de luz ali, a falta de pavimentação acolá e uma série de faltas...” (GAZETA DO POVO, 07/08/1956 *apud* Silva, 2000, p. 126)

Para tentar resolver questões afeitas à ocupação que se considerava demasiadamente extensiva na periferia da época e excessivamente densa no Centro, a prefeitura lançou mão da utilização do instrumento do zoneamento, que intencionava ordenar a ocupação tanto dentro quanto fora do perímetro do Plano Agache. Assim, em 1955, realizou-se uma reestruturação administrativa na prefeitura, criando órgãos como o Departamento de Planejamento e Urbanismo, uma Divisão de Zoneamento a ele subordinada, e a Comissão de Planejamento de Curitiba (COPLAC) (CURITIBA,



1955a). Foi aberta também, de maneira explícita, a possibilidade de se alterar o Plano Agache<sup>76</sup> mediante lei específica (CURITIBA, 1955b).

Nas discussões sobre o zoneamento, também teria aparecido a questão dos múltiplos centros. Num depoimento posterior, o prefeito da época, Ney Aminthas de Barros Braga, considera ter sido

[...] interessante a discussão do zoneamento. As zonas comerciais ganharam espaço reservado no centro, lá perto do Portão, no entroncamento da Igreja das Mercês, no Bacacheri, e outras. Todas elas mantêm um comércio ainda hoje. Previmos várias áreas para que o comércio não se concentrasse só no centro” (IPPUC, 1990, p. 4).

Do desenvolvimento dessa discussão decorreu a aprovação, em 1960, da lei que estabeleceu o Plano Piloto de Zoneamento (nº 1.875/1960), já na gestão do prefeito Iberê de Mattos. Apesar do que afirmou Ney Braga, não é possível afirmar que nessa lei tenha sido efetivado um zoneamento específico para áreas comerciais nos bairros. No mapa que consta no projeto de lei que originou o Plano Piloto de Zoneamento, verifica-se apenas uma zona central destinada a comércio e serviços, além de uma zona industrial espalhada por algumas áreas da cidade, acompanhando trechos do sistema ferroviária, uma grande zona residencial e a zona rural externa ao perímetro urbano, sem subdivisões internas (Figura 11). Ao indicar quais zonas constituiriam as subdivisões daquelas previstas no mapa anexo à lei (artigo 3º), remetia-se o detalhamento delas para outras leis e planos, como demonstrado no artigo 4º:

Artigo 4º: O mapa de zoneamento a que se refere o referido artigo primeiro da presente lei, será denominado PLANO PILOTO DE ZONEAMENTO e nele estarão representadas as zonas Residencial, Industrial, Comercial e Rural.  
 § 1º - As categorias segundo as quais se subdividem cada zona, serão representadas em mapas, denominados Plano de Zoneamento de Unidade de Vizinhança e nos quais serão projetados pelo Departamento de Urbanismo e aprovados pela Câmara, os respectivos planos locais de zoneamento.  
 § 2º - Os mapas constantes no parágrafo primeiro deste artigo, serão elaborados pelo Departamento de Urbanismo da Prefeitura Municipal, e aprovados pôr lei própria. (CURITIBA, 1960b, grifo nosso)

---

76 Em seu artigo 1º essa lei definia: “Fica o Poder Executivo autorizado a introduzir as modificações que se fizerem necessárias no Plano Agache, a fim de atender às exigências atuais de urbanização de Curitiba”, com prazo de vigência até o final de 1958.





descritos os limites físicos de cada uma das 47 Unidades de Vizinhança, conforme observa-se na Figura 12:

Artigo 1º: Fica implantado no Município de Curitiba, como política de desenvolvimento físico, social e econômico, o conceito de UNIDADE DE VIZINHANÇA.

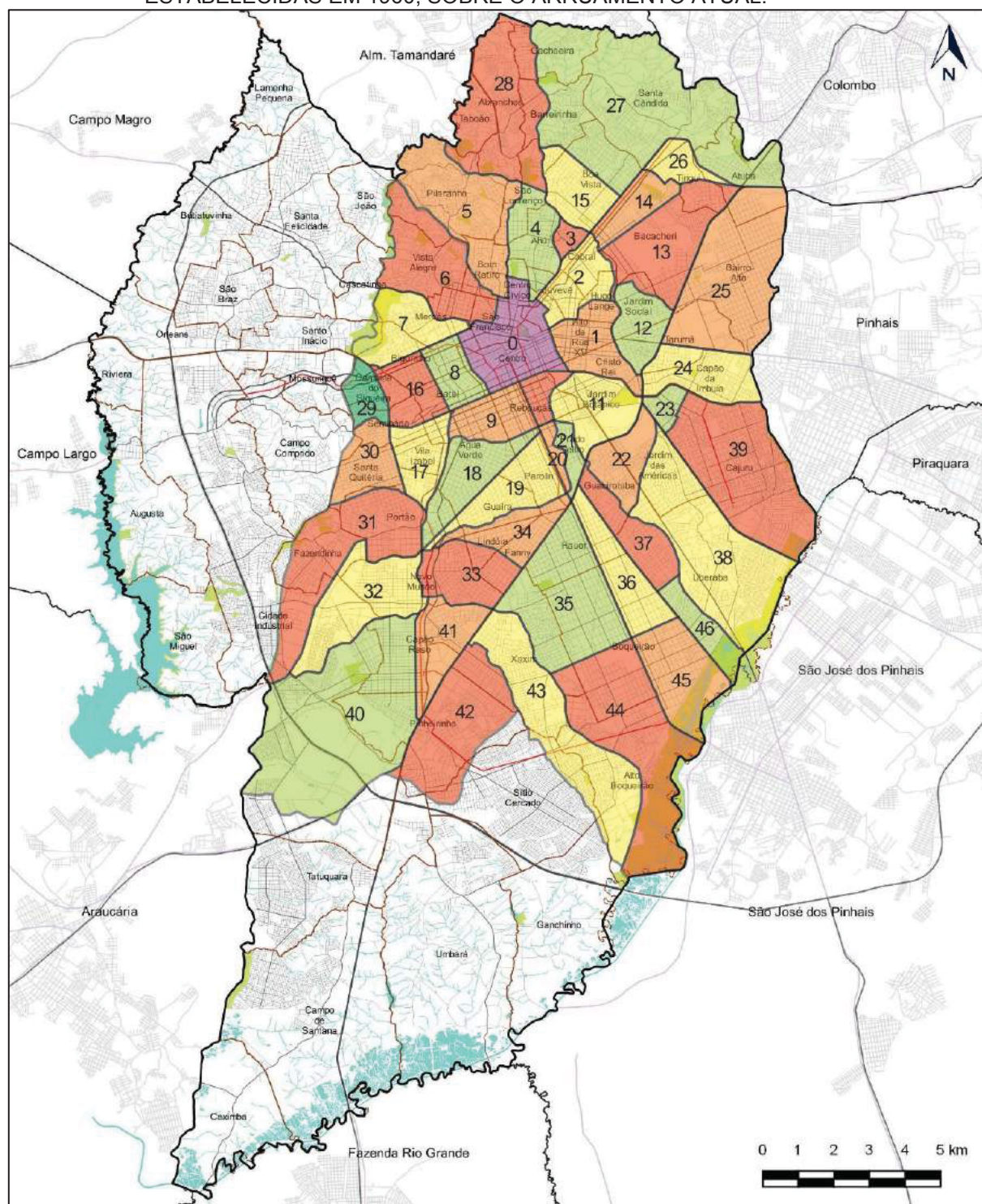
Artigo 2º: Fica definida como Unidade de Vizinhança, o agrupamento urbano com área perfeitamente delimitada, no interior do qual o habitante desta cidade encontra os elementos necessários para atender as suas necessidades fundamentais como morador de uma coletividade.

Artigo 3º: Todo o planejamento urbano e rural do Município de Curitiba, fica orientado no sentido de prover cada Unidade de Vizinhança dos seguintes elementos fundamentais, considerados como mínimos e essenciais:

- 1 - Um sistema viário;
- 2 - Uma escola primária;
- 3 - Uma área verde para recreação pública;
- 4 - Uma legislação que regule o uso e a utilização do solo.

Artigo 4º: Caberá ao Poder Executivo, dentro de um programa de governo, zelar para o desenvolvimento harmônico de todas as Unidades de Vizinhança. (CURITIBA, 1960c)

FIGURA 12 - TERRITÓRIO DE CURITIBA DIVIDIDO EM UNIDADES DE VIZINHANÇA, CONFORME ESTABELECIDAS EM 1960, SOBRE O ARRUAMENTO ATUAL.



FONTE: Adaptado de IPPUC (2019)

Visando dotar a cidade de condições que diminuíssem a dependência do Centro, o conteúdo dessa lei se aproxima muito das concepções e do conceito de Unidades de Vizinhaça formulado em 1929 pelo urbanista estadunidense Clarence

Perry a partir de experiências pessoais vivenciadas em bairros planejados sob o conceito de cidade-jardim, já expostos no capítulo 2.1. Essa constatação é possível, especialmente, pela leitura dos três primeiros artigos expostos na citação anterior, que reúnem pelo menos cinco dos seis preceitos por ele estipulados, exceto pela questão de suas dimensões, que não eram vinculadas ao atendimento oferecido pela escola primária. Dudeque (2010) ainda complementa que este sistema viário das UV deveria ter vias de baixa velocidade em regiões de comércio e residências, com grandes avenidas bordejando seus limites, sem atravessá-lo.

Ao objetivar atender as necessidades “fundamentais” dos moradores de cada UV (artigo 2º), denota-se que essa proposta se relacionava diretamente com uma ideia de descentralização urbana formando núcleos relativamente autônomos, uma vez que “seriam áreas dentro de bairros até certo ponto auto-suficientes, dispostas fisicamente próximas às artérias mestras, com ruas de larguras diferenciadas, com um zoneamento comercial e residencial de menor densidade que os encontrados na área central da cidade e com a concentração de certos serviços coletivos e públicos.” (SILVA, 2000, p. 132). Entretanto, de acordo com Dudeque (2010), esse arranjo constituía um conjunto incoerente que dispersaria Curitiba em diversas “microcidades”, diluindo a gestão da cidade em vez de compor uma articulação entre partes. Isso porque, conforme previsto no artigo 4º, parágrafo 1º, da lei municipal 1.875/1960, cada unidade de vizinhança teria um zoneamento local, o que para esse autor

retiraria da prefeitura os poderes de decisão urbanística e os dispersaria na Câmara dos vereadores, com cada vereador negociando legislações específicas para as suas regiões eleitorais (o que degeneraria facilmente na liberdade para que loteadores e especuladores imobiliários traficassem leis arbitrárias (DUDEQUE, 2010, p. 89).

Outra crítica feita ao conceito é a de que a autonomia pretendida para as UV representava um fator de solidão, isolamento, ou até de segregação de grupos étnicos e econômicos (GOROVITZ, 2009), embora Perry as imaginasse como partes de um conjunto maior, inseridas numa hierarquização da cidade em que o todo é constituído de partes (VALE, 2003) e no caso curitibano se estabelecesse na lei o “desenvolvimento harmônico” de todas as Unidades de Vizinhança.

Não obstante, o desinteresse em dar continuidade a esse modelo, expresso pelo prefeito Ivo Arzua assim que assumiu a prefeitura em 1963, e o esforço para integrar as políticas estadual e municipal de planejamento originou a formulação de um novo plano (DUDEQUE, 2010). Assim, motivada também pela conclusão do Plano de Desenvolvimento do Paraná em 1963 e por um aporte financeiro estadual próprio para que Curitiba pudesse elaborar um novo plano (GARCEZ, 2006; DUDEQUE, 2010), se iniciou um processo que resultou no Plano Preliminar de Urbanismo (PPU) de 1965.

Dessa forma, o Plano Piloto de Zoneamento, as Unidades de Vizinhança e a única lei que definiu o zoneamento local de uma das UV (a Central, lei municipal nº 1.951/1960), bem como as demais leis que detalhavam ou alteravam seus dispositivos, permaneceram vigentes por aproximadamente seis anos, revogadas pela lei municipal nº 2.828/1966 que instituiu o Plano Diretor de 1966 decorrente do PPU. Apesar de não ser possível confirmar uma efetiva influência da delimitação das unidades de vizinhança na estruturação urbana de Curitiba ou mesmo no estímulo a áreas de centralidade, o PPU contém, em meio aos critérios utilizados no discurso que lhe serviu de base, a presença dessas UV, como visto a seguir.

#### 4.3 PLANO PRELIMINAR DE URBANISMO E PLANO DIRETOR

A intenção de realizar uma significativa alteração no planejamento urbano do município levou a Prefeitura Municipal a realizar, em 1964, uma concorrência para a elaboração do Plano Preliminar de Urbanismo (PPU), vencida pela Sociedade Serete e Jorge Wilhelm, de São Paulo (PILOTTO, 2010, p. 103). Com a concorrência vencida houve, no ano seguinte, a realização dos seminários "Curitiba de Amanhã" no qual se debateu o plano, o que por si só constituiu uma evidência de seu caráter "aberto" em oposição ao "clássico" e inflexível Plano Agache (DUDEQUE, 2010). Como resultado desse processo, o PPU foi elaborado e finalizado no ano de 1965.

Embora tenha resultado numa proposta tida como uma ruptura com as práticas de planejamento urbano anteriores, inovadora e gênese das transformações praticadas nos anos 1970 pelo Plano Diretor de 1966, o diagnóstico que serviu como

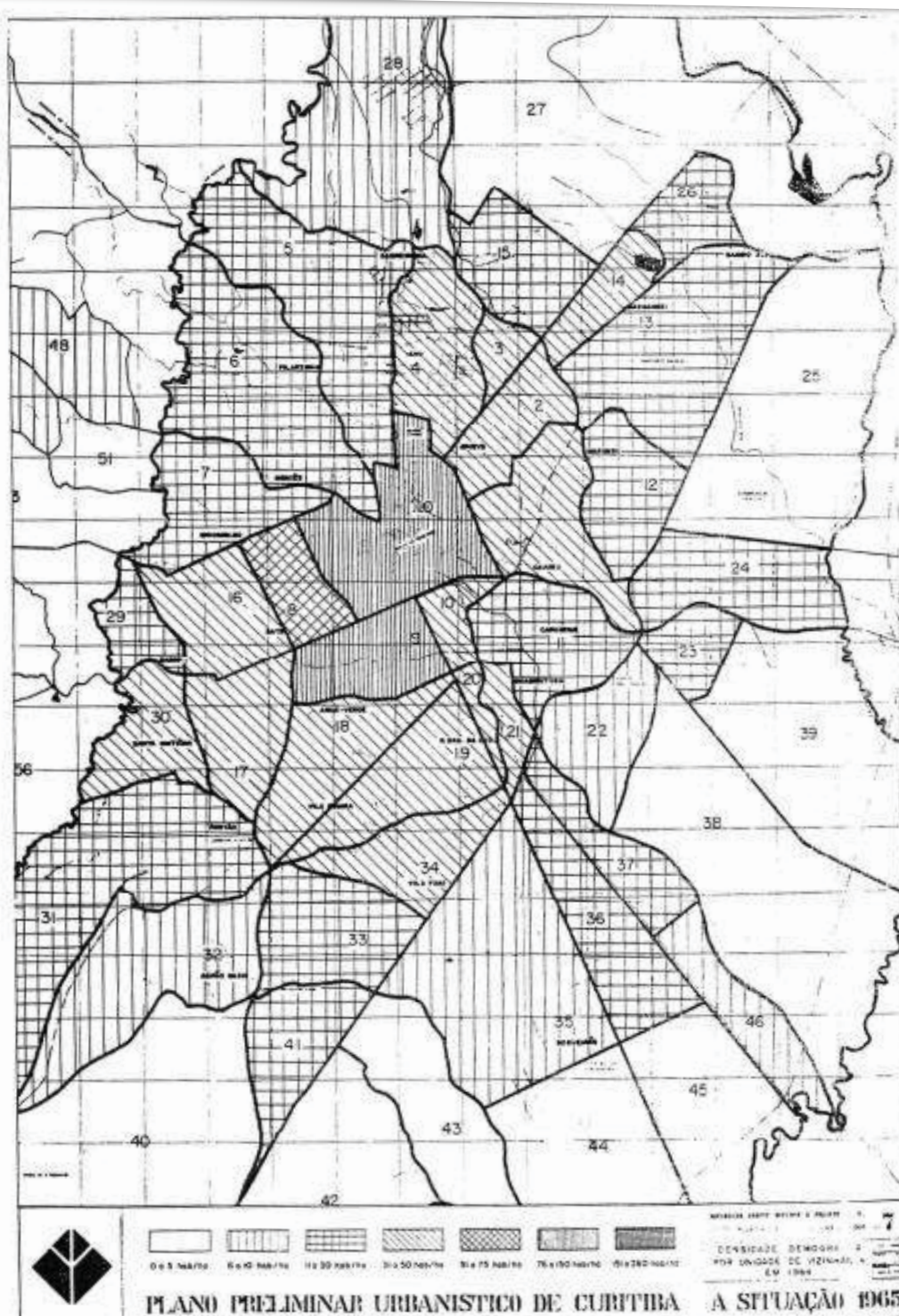
base para suas proposições guarda pelo menos um elemento advindo da lei das Unidades de Vizinhança. Souza (1999) afirma que, para sustentar e justificar a proposta de ordenamento baseado na linearidade no sentido sudoeste-nordeste, coube ao PPU “proceder uma divisão (que se pretendia) arbitrária da cidade em unidades de vizinhança (UV).” (SOUZA, 1999, p.190, grifo nosso). Entretanto, a leitura do PPU não deixa claro que a divisão tenha sido procedida no âmbito do desenvolvimento do Plano, apenas que este adotou uma divisão tida como arbitrária, no que soa, inclusive, como uma crítica à essa divisão:

Somente são disponíveis os dados estatísticos sobre a ocupação demográfica do solo a partir de 1950 e, desta data em diante que é feita a presente análise. Foi adotada como unidade elementar de análise a chamada “Unidade de Vizinhança” (UV), que para todo o município é em número de 63, o que faz com que cada uma tenha em média 6.500 habitantes. Eventualmente lançou-se mão do setor, que é uma subdivisão da unidade de vizinhança. Estas unidades de vizinhança constituíram divisões arbitrárias sem corresponderem de fato à unicidade e homogeneidade orgânica que sua denominação pode fazer crer. (IPPUC, 1965, p. 17)

Apesar da divergência na quantidade de unidades com o estipulado pela lei 1.908/1960 e do fato de ela não ser referenciada pelo PPU, a comparação entre as UV da legislação (Figura 12) com os mapas de densidade e crescimento demográfico (IPPUC, 1965, p. 18-24) utilizados na formulação do binômio densidade populacional e viabilidade de investimentos públicos, que seria uma “categoria chave” do diagnóstico desse plano (SOUZA, 1999), não deixa dúvidas de que se tratam das mesmas divisões territoriais. A Figura 13 ilustra um desses mapas adotados no PPU.



FIGURA 13 - MAPA DE DENSIDADE DEMOGRÁFICA POR UNIDADE DE VIZINHANÇA EM 1964  
CONSTANTE NO DIAGNÓSTICO DO PPU



FONTE: IPPUC (1965)

Seja como for, é preciso reconhecer que a “contribuição” das UV implantadas em Curitiba para a formulação do PPU foi restrita, se limitando a servir como recorte

territorial estatístico. Contudo, cabe destacar que no PPU se reforçou a identificação do surgimento de áreas de centralidade para além do Centro de Curitiba, em consonância às discussões que vinham sendo realizadas desde os anos 1950. Na análise de "localização das atividades econômicas" (IPPUC, 1965, p. 51-56), é afirmado que "com mais de 50% dos estabelecimentos privados localizados no centro da cidade, Curitiba se caracteriza pela alta concentração de atividades" (p. 51), contudo, na página seguinte, já são descritas algumas concentrações de estabelecimentos "fora do núcleo central e sua periferia", em especial a do "conjunto formado pelos bairros Vila Izabel, Portão e Capão Raso" e de algumas vias arteriais como as avenidas República Argentina, Munhoz da Rocha/Erasto Gaertner, João Gualberto, Presidente Kennedy e Marechal Floriano (p. 52).

Isto posto, a descentralização a partir do estímulo a essas áreas de centralidade em formação nos bairros é indicada no PPU como uma maneira de aliviar a intensa ocupação no centro principal, uma resposta à essa questão que preocupava a municipalidade. Nas propostas para as "Zonas comerciais" (p. 161-165), o PPU demonstrou a intenção de estruturar a cidade por meio de áreas de centralidade capitaneadas pelo Centro:

Nas zonas comerciais realizam-se tôdas as atividades que poderíamos denominar como 'trabalho'. O conceito de zona comercial vai, por isso, além da mera compra de mercadorias. Estas atividades realizam-se em centros compactos e em zonas difusas.

Os centros [sic] são constituídos pelo centro principal e pelos centros secundários (inicialmente os do Bacacheri, Mercês, Cajuru e Portão). Propomos manter o centro principal como preponderante na atração de trabalho e comércio [...] (IPPUC, 1965, p. 161)

Quanto aos demais centros, o PPU propunha: "Os centros secundários objetivam polarizar e centralizar a atividade comercial principal de bairros. Sua realização não deveria esperar um nascimento espontâneo [sic]; parece-nos importante que a Prefeitura proponha sua realização, promovendo, dêste modo, aquela polarização desejada" (IPPUC, 1965, p. 162), o que seria obtido por meio da implantação de uma série de equipamentos para cada centro secundário. Dessa forma, o PPU continha uma visão de um Centro forte, polarizador, cuja característica de principal área de centralidade de Curitiba deveria ser preservada e reforçada, mas,



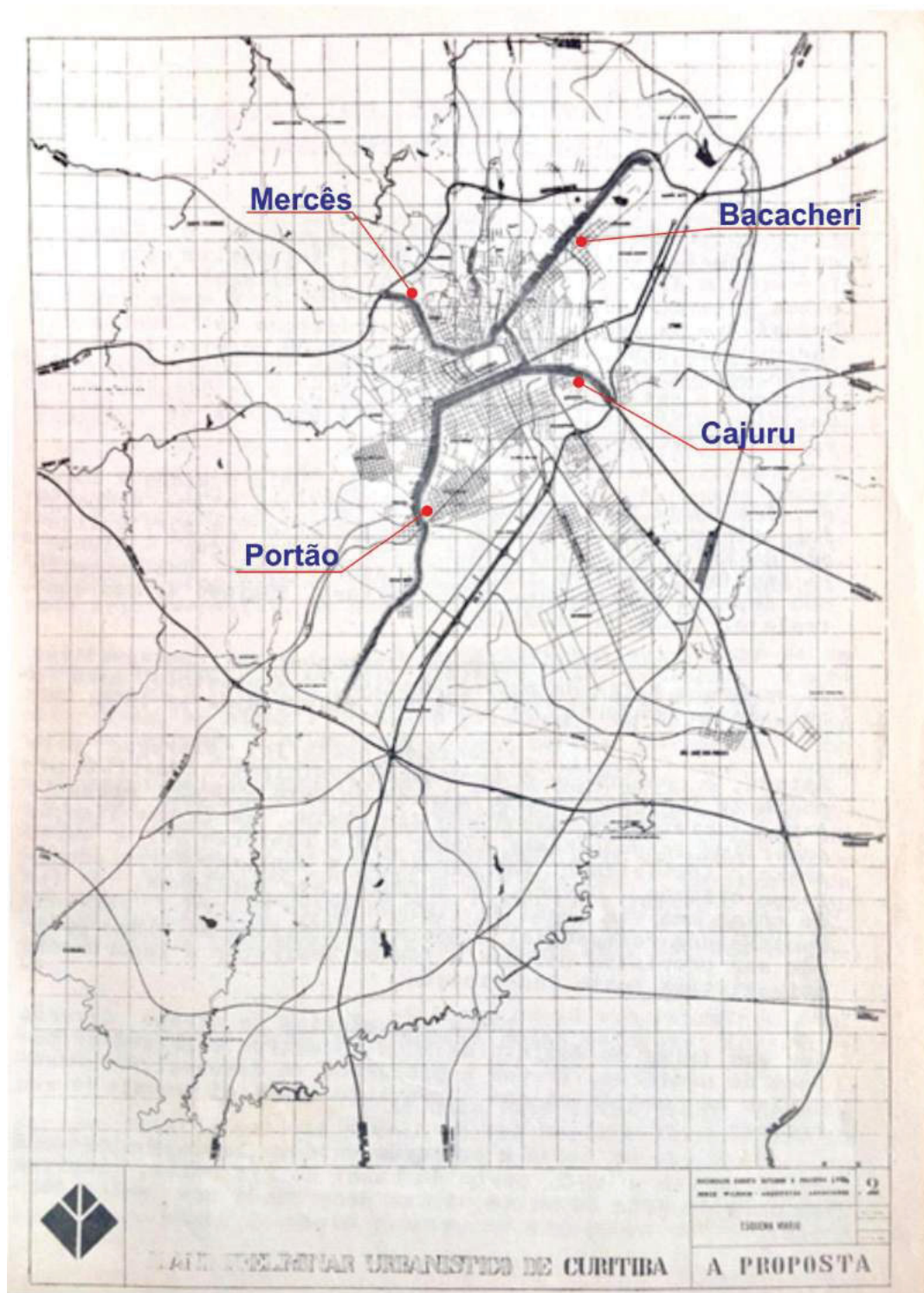
além disso, propunha o estímulo aos centros secundários, numa “poli-nucleização urbana [que] parece-nos necessária para uma população estimada em mais de três milhões.”<sup>77</sup>

A importância da conjugação entre o Centro e os centros secundários como diretriz de estruturação de Curitiba é reforçada pela descrição das “vias rápidas estruturais”, uma das principais contribuições do PPU que se mantiveram no Plano Diretor de 1966. Do Centro, estas deveriam se estender até os centros secundários ou ultrapassá-los (IPPUC, 1965, p. 153), de modo que o direcionamento dessas vias era induzido pelos núcleos periféricos, do Bacacheri a nordeste, Cajuru a leste, Portão ao sul e Mercês a noroeste, conforme indica a Figura 14. É necessário destacar, entretanto, que não se previa o estímulo à fixação de atividades econômicas nesses eixos, nem zoneamento específico, cuja ocupação seria residencial, ordenada pelas zonas lindeiras, e cuja função seria de realizar ligações rápidas entre as áreas de centralidade, ou seja, o Centro e os subcentros. As vias também teriam uma configuração distintas, com a canaleta dos ônibus e as vias rápidas implantadas lado a lado e não afastadas uma quadra umas das outras, a exemplo do que se vê na atual Linha Verde.

---

<sup>77</sup> O PPU utilizava como referência esse contingente populacional para Curitiba no ano 2000. O Censo desse ano indicou a população de 1.587.315 habitantes, quase metade do previsto. Entretanto, considerando a região metropolitana, registraram-se 2.635.436 habitantes.

FIGURA 14 - MAPA DE CURITIBA COM A PROPOSTA DAS VIAS RÁPIDAS ESTRUTURAIS E INDICAÇÃO APROXIMADA DOS CENTROS SECUNDÁRIOS



FONTE: Adaptado de IPPUC (1965).

Com a conclusão desse Plano, coube à equipe técnica local que havia sido criada para acompanhar os trabalhos do PPU, a APPUC (Assessoria de Pesquisa e

Planejamento Urbano de Curitiba), que em seguida foi transformada em Instituto (IPPUC), elaborar o Plano Diretor (PD) e encaminhar seu anteprojeto à câmara. (PILOTTO, 2010). Seguindo essa atribuição, o IPPUC concluiu o PD em 1966, cuja aplicação ao longo das décadas que se seguiram colaborariam para estruturar o espaço urbano de Curitiba de maneira marcante.

Antes de adentrar nos desdobramentos ocorridos na fase do planejamento de Curitiba que se inicia em 1966, se faz necessária uma consideração acerca destes dois trabalhos, de um lado o PPU/1965 e, de outro, o PD/1966. Pilotto (2010, p. 103), afirma que é comum na bibliografia sobre Curitiba haver confusão sobre os dois planos, atribuindo ao PPU afirmações que na verdade são exclusivas do PD e vice-versa, ressaltando que, embora marcados por uma mesma estrutura básica, em especial quanto às vias estruturais, eles contêm fortes diferenças, resultantes das alterações desenvolvidas pela equipe do recém-criado IPPUC. Como evidência disso cita-se um trecho da mensagem encaminhada pela prefeitura aos vereadores junto da proposta de 1966, que menciona essas diferenças:

Dos estudos procedidos e dos debates então havidos, resultaram profundas alterações no trabalho inicial já referido de modo que, o anexo anteprojeto de lei, praticamente, somente conserva as linhas mestras doutrinárias do Plano Preliminar. (CURITIBA, 1966a, p. 15)

Uma mudança em especial interessa ao debate sobre a centralidade. Conforme identificado pela autora, dentre as diretrizes do PD de 1966 desapareceu a que estimulava o "policentrismo"<sup>78</sup> no PPU (PILOTTO, 2010, p. 104). É nessa ação que se põe, de maneira clara e pela primeira vez, a dualidade entre propostas por descentralização e formação/consolidação de núcleos secundários (presentes no PPU), *versus* o planejamento em favor de uma estrutura centralizada e de expansão linear do Centro (presente no PD). Dessa forma, vale analisar o que o texto dos planos diz a este respeito. O PPU estipula:

[...] Este centro [principal] seria tangenciado por vias estruturais. Estas vias ligarão o Centro principal aos Centros secundários desenvolvidos, a partir de pontos particulares já existentes, tais como: Portão, Bacacheri, Mercês e Cajuru, para criar uma estrutura polarizadora nos bairros periféricos e aliviar, deste modo, o Centro principal. (IPPUC, 1965, p. XIV, grifo nosso)

<sup>78</sup> Correspondente ao que se conceitua no capítulo 2 do presente trabalho como "multicentralidade".

Isso se refletiu na proposta de zoneamento do PPU (Figura 15), que contou com quatro áreas demarcadas como “ZC-2 - Zona Comercial Centro Secundário”, enquanto o Centro e áreas pericentrais possuem áreas demarcadas como “ZC-1 – Zona Comercial Centro Principal”, “ZC-3 – Zona de Tendência Comercial” e “ZC-4 – Zona Preferencialmente Comercial” (IPPUC, 1965, p. 173).

Enquanto isso, o Plano Diretor expressa a diretriz de "Linearidade de expansão do centro principal, ao longo de linhas estruturais fortemente marcadas" (IPPUC, 1966, p. 8). No zoneamento aprovado pelo PD (Figura 16), as alterações se refletiram na supressão da ZC-2 original, enquanto a ZC-1 foi mantida e as ZC-3 e ZC-4 recodificadas enquanto ZC-2 e ZC-3 respectivamente, tendo seus perímetros alterados. Nas vias estruturais previstas no PPU passou a existir um setor estrutural, (linha em cor preta no mapa) cujo uso e ocupação do solo previstos ao longo de toda a sua extensão (artigo 37 da lei nº 2.828/1966) corresponderia à implantação de torres residenciais com “obrigatoriamente 63 metros de altura”, limitadas a até três unidades por quadra, em lotes superiores a 2.000m<sup>2</sup> e ajardinamento do espaço entre construções para “fins recreativos ou paisagísticos” (CURITIBA, 1966b), sem previsão de outros tipos de uso. Dessa forma, passou a não haver nenhuma diferenciação entre trechos das vias estruturais em relação ao uso e ocupação do solo nele proposto, desaparecendo por completo a proposta de indução dos centros secundários.



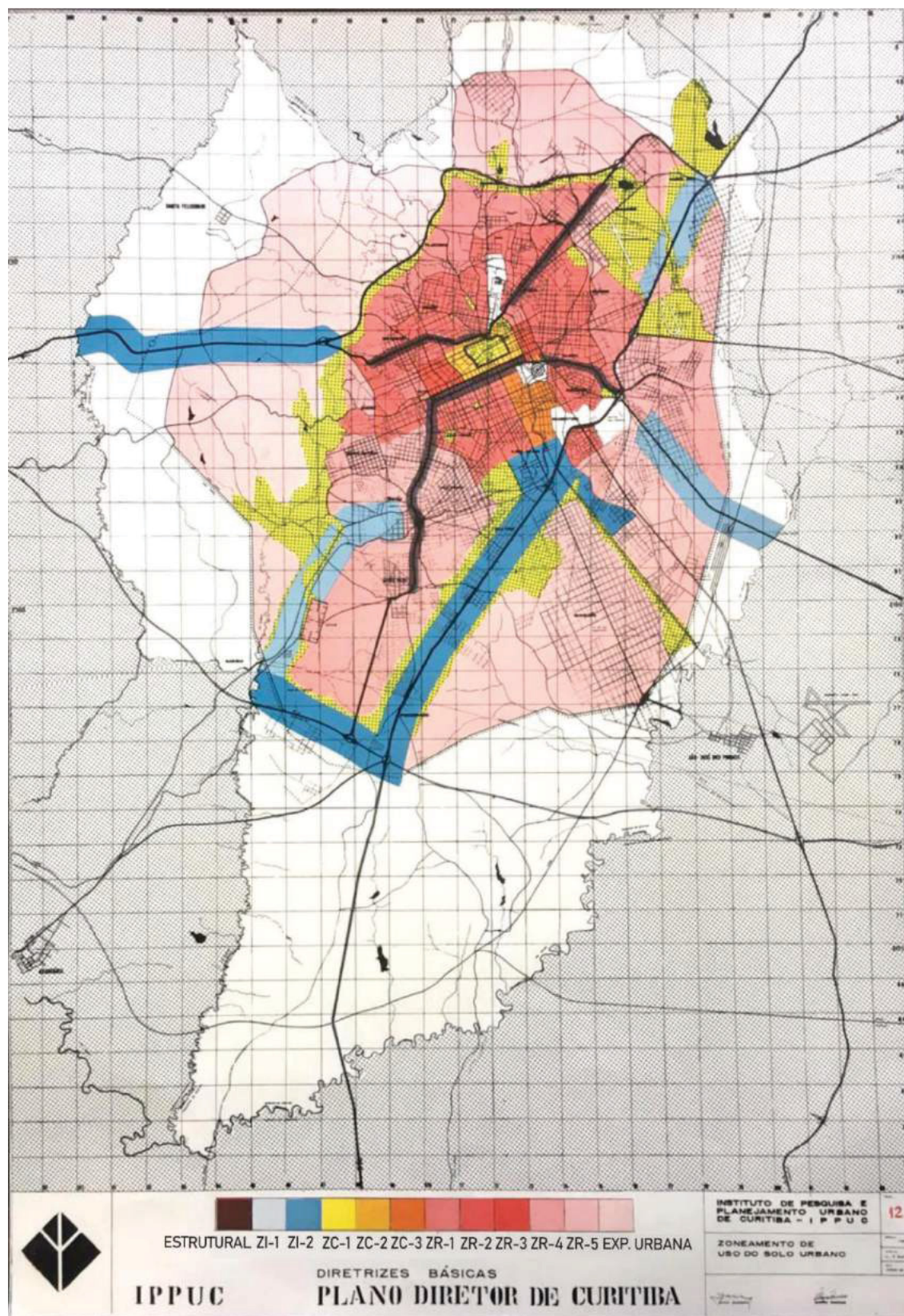
FIGURA 15 - MAPA DA PROPOSTA DE ZONEAMENTO DO PPU (1965)



FONTE: Adaptado de IPPUC (1965).



FIGURA 16 - MAPA DE ZONEAMENTO DO PLANO DIRETOR (1966)



FONTE: IPPUC (1966).

Dessa forma, embora tenha se utilizado das vias estruturais do Plano Preliminar, o Plano Diretor subverteu sua função, pretendendo induzir o crescimento linear do centro principal em vez de conectá-lo a centros secundários. Ressalta-se, entretanto, que a essa pretensa expansão linear do Centro corresponderam, num primeiro momento, somente as características de densificação e, em especial, verticalização de construções destinadas ao uso residencial. Dessa forma, apesar de retirar dos quatro subcentros a diferenciação de zoneamento auferida na proposta do PPU, não foi no PD de 1966 que os setores estruturais se converteram em áreas cujo uso do solo intencionava atrair atividades centrais, o que ocorreu somente anos mais tarde em meio às adaptações necessárias à implantação do Plano Diretor.

#### 4.4 IMPLANTAÇÃO DO PLANO DIRETOR NOS ANOS 1970

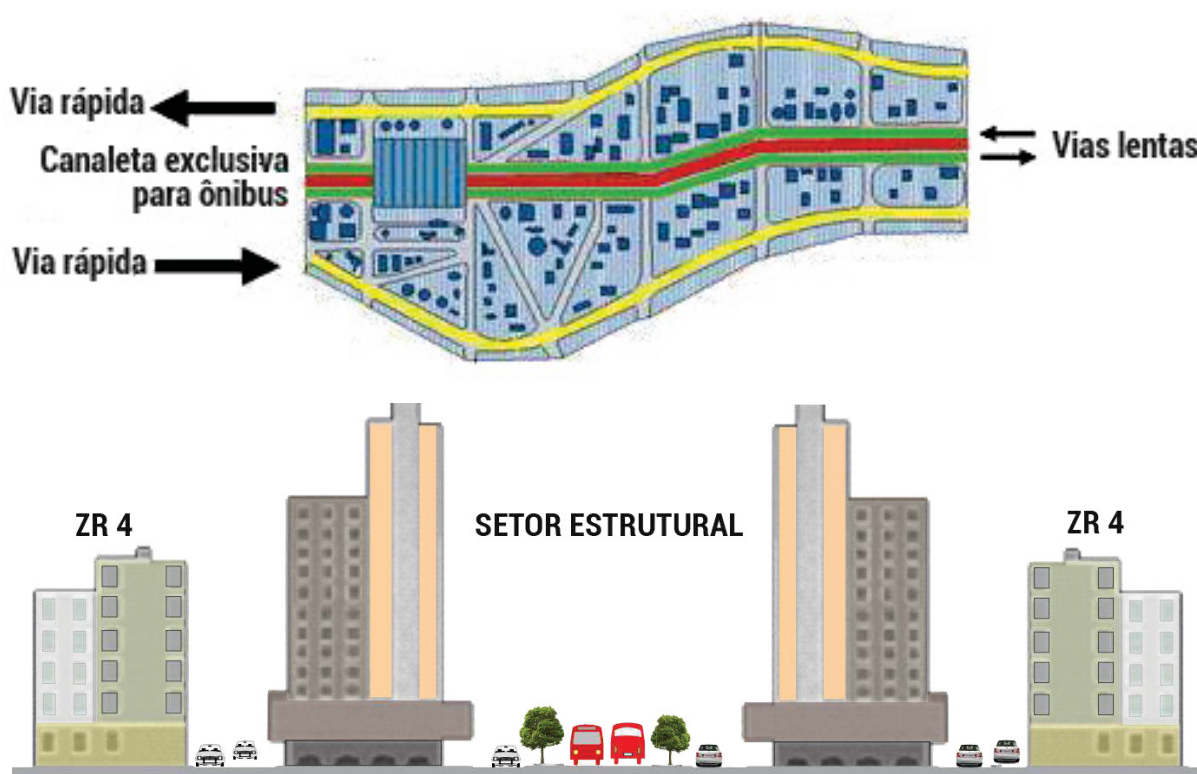
Com a aprovação da lei nº 2.828/1966 e suas importantes alterações em relação ao PPU, o Plano Diretor passou a orientar o planejamento urbano de Curitiba. Contudo, devido a um conturbado contexto político dos primeiros anos após a aprovação do Plano Diretor e a ascensão ao cargo do prefeito Omar Sabbag (1967-1971), que era contrário à sua execução (DUDEQUE, 2010), o PD funcionou somente como zoneamento de uso e ocupação do solo durante essa gestão. Assim sendo, a efetiva implantação do plano foi realizada entre 1971 e 1983, em três gestões da prefeitura municipal comandadas por dois prefeitos politicamente aliados, o que constituiu, de acordo com Oliveira (2000) um cenário favorável à sua implantação raro nas administrações públicas municipais. Já o zoneamento aprovado em 1966 recebeu alterações periódicas em 1969, 1972 e 1975 que alteraram algumas de suas zonas, mas mantiveram a estrutura geral.

Quanto à estruturação baseada nas vias rápidas estruturais, sua consolidação foi possível, principalmente, porque estes se assentaram, em sua maior parte, acomodando-se sobre a malha urbana pré-existente (OBA, 2004; DUDEQUE; 2010). No entanto, para que se viabilizasse sua implantação, duas importantes alterações foram realizadas, já no decurso da aplicação do plano. Uma foi a mudança da configuração da caixa das vias, que originalmente comportariam o tráfego do transporte coletivo juntamente com o de automóveis, criando largas avenidas. Essa



configuração mostrou-se inviável à medida que as desapropriações para alargamento das vias existentes exigiram um volume elevado de recursos (OLIVEIRA, 2000). Assim, a solução encontrada foi deslocar as vias rápidas de automóveis para ruas paralelas, mantendo a via central com o tráfego de ônibus e tráfego lento de veículos, com caráter local. A essa solução foi dado o nome de Sistema Trinário (Figura 17).

FIGURA 17 - ESQUEMA VIÁRIO DO SISTEMA TRINÁRIO E DA OCUPAÇÃO NO SETOR ESTRUTURAL



FONTE: IPPUC (2019).

A outra alteração ocorreu no modo como se implantariam os edifícios para o adensamento desejado ao longo das vias estruturais. Diferentemente do padrão idealizado de três torres residenciais por quadra afastadas umas das outras e entremeadas por jardins e áreas de lazer, que criariam uma espécie de parque linear habitado relativamente semelhante às superquadras de Brasília (OLIVEIRA, 2000; DUDEQUE, 2010), a implantação do adensamento ocorreu de maneira diferente, com os edifícios geminados em seu embasamento (primeiro e segundo andares) e com afastamento nos andares superiores bem menor que o original. Na face voltada para a via central os edifícios se apoiariam em pilotis, criando uma galeria entre a calçada

e o interior dos prédios a serem ocupados por comércio e serviços no seu embasamento. Esse tipo de implantação recebeu o nome de Plano Massa.

Para Oliveira (2000, p. 55), a alteração teria ocorrido em função de o esquema original não cumprir o propósito original de adensar as quadras das vias estruturais, enquanto Souza (1999, p. 246) destaca dificuldades econômicas, pressões do mercado imobiliário e da indústria da construção civil. Dudeque (2010, p. 224-226) afirma que a configuração original alteraria a propriedade dos lotes, impactando na especulação imobiliária ao criar uma “propriedade quase coletiva do solo que desprezasse as divisas aceitas”, o que inviabilizaria sua implantação devido ao alto custo político, ainda mais em plena ditadura militar. O principal idealizador do Sistema Trinário que trabalhava na equipe de implantação do plano na época, Rafael Dely, afirma que, além da falta de recursos para realizar as obras e desapropriações, as mudanças viárias e de ocupação resguardariam uma “escala conveniente”, e um “caráter próprio” para as vias estruturais (DELY; OIKAWA, 2017, p. 51-62).

De acordo com Dely, as diversas adaptações no PD teriam sido decorrentes de “imposições da realidade”. No caso dos setores estruturais, primeiro teria sido alterada a lógica de usos com o objetivo de “dirigir o crescimento do centro não mais como área compacta, mas sim em direção às estruturais que seriam os futuros centros da cidade. Seriam eixos de desenvolvimento, deixando de se comportar somente como ligações viárias – conforme preconizado no plano preliminar.” (DELY; OIKAWA, 2017, p. 52) para depois ser procedida a mudança no sistema viário.

Seja qual tenham sido as motivações e a ordem dessas mudanças, o fato de o uso exclusivamente residencial ter sido substituído pelo uso misto, criando áreas comerciais lineares ao longo da via estrutural foi crucial para a conformação da centralidade em Curitiba. Isso porque, se originalmente a ideia de expansão linear do Centro guardava relação com a verticalização e o adensamento populacional, criando áreas com grande contingente populacional conectadas ao Centro ao longo dos eixos das vias propostas, com o advento dessa alteração se acresceram usos centrais à essas áreas, significando a possibilidade de expansão linear do Centro, não somente pela verticalização dos edifícios, mas também em termos das funções nele desempenhadas.

Nesse sentido, Oba destaca da seguinte maneira o impacto que a implantação do plano teve, tanto para a paisagem urbana de Curitiba, quanto para a formação de áreas de centralidade nos bairros:

Não há dúvida de que as estruturais determinaram uma mudança sensível em termos de relações espaciais e percepção do espaço vivencial dos moradores nos subúrbios curitibanos. Não apenas pelo novo sistema de transporte urbano, mas pela mudança do uso do solo que subverteu a hierarquia de valores fundiários, o que acirrou a mobilidade de pessoas e propriedades. Além disso, o novo zoneamento urbano acelerou a concentração de torres, exclusivamente nas estruturais, produzido uma paisagem de continuidade linear e não a de concentrações nucleares entremeadas de áreas de transição.

E isso levanta a questão das centralidades urbanas que mereceria uma análise à parte. A passagem das vias estruturais pelos antigos centros dos bairros provocou uma certa ambigüidade em termos de “centralidade” dos bairros. As estruturais, ao concentrarem todo o comércio ao longo do seu trajeto, acabam formando algo como um “centro estendido” que se conurba com o centro do próximo bairro. É de se indagar o que de fato ocorreu com as relações transversais ao novo eixo, ou seja, as antigas relações urbanas nucleares e radiais. (OBA, 2004, n. p., grifos nossos)

Para Dudeque (2010), outro desenvolvimento do plano contribuiria para o enfraquecimento dos subcentros enquanto expressões de centralidade nos bairros perpassados pelas vias estruturais. Na implantação do sistema de ônibus nos eixos estruturais, elemento fundamental para a formação de uma rede de transporte público integrada, a Rede Integrada de Transporte (RIT), e um dos principais empreendimentos públicos realizados em Curitiba na segunda metade dos anos 1970, foram construídos uma série de terminais de ônibus ao longo dos eixos como articuladores do sistema. O objetivo dos terminais era reunir os fluxos de passageiros dos bairros para direcioná-los ao Centro e vice-versa, diminuindo assim a quantidade de linhas que se dirigiam diretamente dos bairros para o Centro<sup>79</sup>, padrão dominante antes da criação do sistema. Essa centralização dos fluxos de partes da cidade nos terminais beneficiaria os arredores dos terminais, conforme aponta Dudeque:

Os terminais articulavam as várias partes do sistema. Previa-se que nas idas e vindas diárias, os passageiros dos ônibus usufruiriam dos subcentros, núcleos ao redor dos terminais que ofereceriam lazer, convívio, comércio e serviços (mercados, bancos, farmácias, pequenos espetáculos, etc.) Tais subcentros coincidiam com os bairros ao longo da faixa com tendências de adensamento que Jorge Wilhelm observara em 1964 [na formulação do PPU]. (DUDEQUE, 2010, p. 275)

<sup>79</sup> Linhas atualmente conhecidas como Convencionais, cujos ônibus possuem cor amarela.

Entretanto, uma das premissas principais da RIT era a possibilidade de circulação irrestrita pelo sistema com o pagamento de uma única tarifa. O problema quanto aos terminais consistia no fato de o passageiro oriundo dos bairros ter que pagar uma passagem para embarcar no ônibus alimentador e chegar ao terminal (aberto, pretensamente integrado aos respectivos subcentros) e outra para rumar ao Centro pelo ônibus expresso. Euclides Rovani, um dos executores da RIT em seu início, relata quatro tentativas de conjugar os terminais e o uso dos subcentros pelos passageiros do sistema de ônibus, todas malsucedidas (IPPUC, 1990, p. 71-72). Assim, para preservar a integração tarifária do sistema, a solução, aplicada a contragosto dos planejadores segundo Rovani, foi cercar os terminais. Dudeque aponta os efeitos dessa decisão:

Esgotadas as tentativas, restava cercar os terminais. De ônibus ou a pé, o passageiro que entrasse nos terminais inseria-se no sistema. Mas isso arrebatava a lógica dos subcentros, já que poucos usuários circulariam nas redondezas dos terminais cercados, pois obrigavam-se a pagar outra passagem na volta. [...] A prefeitura resignou-se a preservar o transporte coletivo, esqueceu as pretensões dos subcentros e cercou os terminais.

Os planejadores urbanos sofreram com a decisão porque a lógica do plano escapou-lhes ao controle. Na conceituação inicial, a linearidade urbana organizava um sistema de transportes. [...] Porém, a partir de 1980, a configuração urbana transformou-se num instrumento do sistema de ônibus: um instrumento do instrumento. A linearidade reproduziu-se sozinha. A urbe de *tendência* linear acabou convertendo-se em urbe *estritamente* linear, numa ortodoxia que ninguém jamais imaginara. O sistema de ônibus seria uma referência nacional e internacional. Mas o plano superou os planejadores. Eles jamais citariam essa inversão urbana. Prefeririam divulgar que tudo ocorreu tal qual havia sido projetado e que eles controlavam todas as contingências.

Na urbe de *tendência* linear, os planejadores pretendiam incentivar serviços e lazer ao redor dos terminais situados em bairros populosos, o que concretizaria um colar de subcentros. Na cidade *estritamente* linear, os terminais voltaram-se para o próprio interior e as regiões próximas tornaram-se desoladas<sup>80</sup>. (DUDEQUE, 2010, p. 277, grifos do autor)

Nesse período, o planejamento curitibano ganharia destaque nacional (OLIVEIRA, 2000; SOUZA, 1999; TREMARIN, 2001) pela efetiva execução de diversas soluções urbanísticas, dentre as quais se destacam o Sistema Trinário, o

---

<sup>80</sup> Essa última afirmação do autor é contestada, uma vez que diversas concentrações comerciais existentes atualmente estão dispostas nas proximidades de terminais, tanto nos eixos estruturais quanto fora deles.

Plano Massa e a Rede Integrada de Transporte (OLIVEIRA, 2000), por meio do que ficou conhecido como o tripé "uso do solo - sistema viário - transporte público".

Para Oliveira (2000), o Plano Diretor foi totalmente implantado entre 1971 e 1983. Mas enquanto o modelo se concretizava em áreas da cidade mais próximas ao centro<sup>81</sup>, a periferia era ocupada pela população de baixa renda, de maneira precária e carente de infraestrutura, para além do alcance do Sistema Trinário e, inclusive, dos limites municipais, incorrendo em questões de escala metropolitana. Nesse sentido, o plano baseado na manutenção das vias estruturais conforme idealizadas nos anos 1960 era considerado defasado até mesmo por Jorge Wilhelm, um dos principais idealizadores da proposta original contida no PPU (IPPUC, 1990). Dessa maneira, durante a segunda gestão de Jaime Lerner à frente da prefeitura (1979-1982), foram criadas algumas propostas alternativas nos bairros na tentativa de responder as críticas acerca de sua gestão anterior, fazendo com que se voltasse a atenção para o social e "mais propriamente para uma descentralização visando o atendimento aos bairros." (OBA, 1998, p. 243).

Por esse motivo, entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, a descentralização ressurgiu como tema em Curitiba, a partir da necessidade de lidar com a grande expansão da ocupação urbana na periferia dada pelo elevado acréscimo populacional da década, que registrou as maiores taxas da história da cidade. Dessa forma algumas políticas públicas foram criadas na tentativa equacionar o problema habitacional e das favelas, entre as quais o Projeto Vizinhança (IPPUC, 1979) e uma proposta de implantação a partir da construção de "Casas de Vizinhança"<sup>82</sup> (IPPUC, 1980) merecem menção. Esse projeto defendia a necessidade de investimentos nos níveis "macro" e "micro", referindo-se à cidade e à vizinhança, e pretendia "promover a plena identificação do homem com seu meio", personalizar cada região baseada em características históricas e culturais e "estimular e enriquecer

---

<sup>81</sup> O estudo da verticalização dos setores estruturais como indicador de sua consolidação, realizado por Pilotto (2010), demonstra um desenvolvimento incompleto da intenção de desenvolvimento linear do Centro, pois há desigualdade entre os setores norte e sul, sendo o último mais adensado, além de pouca densificação nos extremos dos setores em função de uma dinâmica mais intensa de construções verticalizadas próxima ao Centro, seja dentro dos setores ou não.

<sup>82</sup> As funções pretendidas para este equipamento (cf. IPPUC, 1980) permitem caracterizá-lo como um centro comunitário, entretanto, diferente do conceito original, não atenderiam a somente uma vizinhança, mas a "4-5 vizinhanças abrangendo um total de 1000-1500 famílias, num raio de 1 km" (ibidem, p.15)

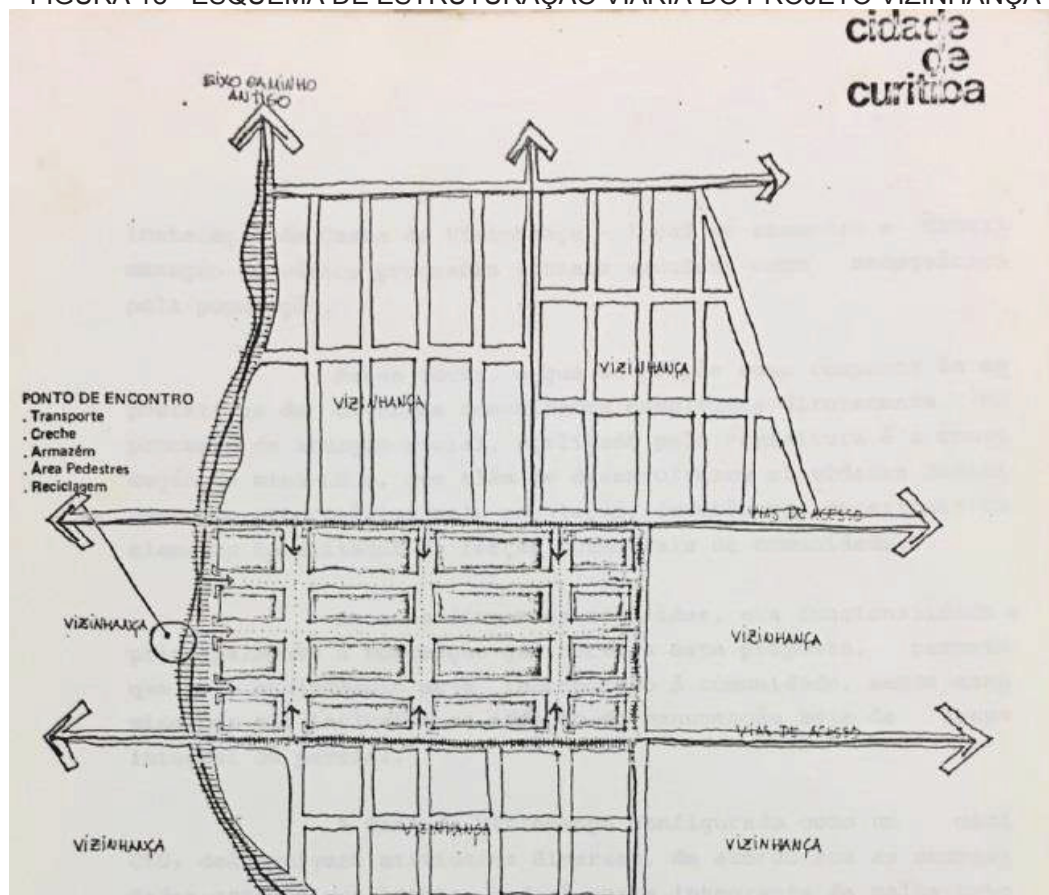
o intercâmbio nas relações sociais, a convivência e a cooperação" (IPPUC, 1979). Entre as “áreas de expansão imediata” estavam os conjuntos habitacionais, “unidades sociais” e favelas. Como objetivos, estipulava:

Institucionalizar a participação como característica básica do atual governo municipal, tanto em termos de administração como de planejamento da cidade. Isso implica em criar vínculos diretos entre a Prefeitura Municipal de Curitiba e as organizações de base das comunidades organizadas. Canalizar os esforços dos diferentes organismos públicos e privados com atuação no município, promovendo a integração de programas de ação subordinados a uma única diretriz (IPPUC, 1979, p.10)

É interessante notar que além do nome e da intenção de reforçar as relações sociais entre os moradores, outras características desse projeto os aproximam do conceito original das Unidades de Vizinhança, que aparecem em seu detalhamento. O tamanho que cada "vizinhança-padrão" deveria ter era de "16 quadras, abrigando 224 famílias em média, totalizando por volta de 1.120 pessoas residentes" (IPPUC, 1979, p.13). Havia forte ênfase no provimento de infraestrutura de saneamento básico, mas a estas obras também estavam associadas o "calçamento e estreitamento das esquinas" para caracterizar fisicamente as vizinhanças formando ruas locais, e a implantação uma quadra de lazer em cada vizinhança, composta por vários equipamentos, além de um "centro comercial vicinal" que colaboraria para que cada vizinhança passasse a ser "provida do maior número possível de serviços e recursos, integrando ao máximo suas funções urbana - habitação, trabalho, comércio, educação, saúde" (IPPUC, 1980, p.14). Cada conjunto de quadras deveria, ainda, ser ladeado por vias de fluxo de passagem, conforme esquema a seguir.



FIGURA 18 - ESQUEMA DE ESTRUTURAÇÃO VIÁRIA DO PROJETO VIZINHANÇA



FONTE: IPPUC (1980).

Assim, é possível afirmar que as propostas do Projeto Vizinhaça também apresentam similaridade com o conceito das UV de Perry. O associativismo dos moradores, entretanto, não seria apenas esperado, mas diretamente estimulado. O princípio norteador da implantação das obras tinha como premissa básica a intervenção dos moradores nos investimentos da municipalidade, que poderiam selecionar prioridades a partir de um "elenco de projetos a serem desenvolvidos" pré-concebido. A prefeitura realizaria um levantamento prévio de características das vizinhanças e suas "prováveis reivindicações" para em seguida propor a formalização da participação comunitária a partir de "contatos preliminares com representantes de grupos sociais", convocação de reuniões com os moradores, identificação e convite a voluntários para formação de comissões de moradores, divisíveis internamente para



abranger ruas ou áreas específicas, e a formalização de associações de moradores como forma de "legitimar" sua representatividade.<sup>83</sup>

Apesar de citar a descentralização de feiras de artesanato, criar centros de comércio (vicinais) junto às Casas de Vizinhança e de equipamentos de lazer entre seus projetos propostos, o Projeto Vizinhança não supunha uma visão integrada de descentralização da estrutura urbana, no sentido de evitar deslocamentos ou a dependência de áreas mais distantes, ou administrativa. Isto porque afirmava que "a cidade precisa se equipar para aproximar as pessoas, integrá-las na resolução de problemas comuns, além de facilitar seus longos deslocamentos" (IPPUC, 1979, p.7, grifo nosso), limitando-se a indicar a "implantação de serviços de maior porte ao longo desses eixos" (vias coletoras, desdobramentos dos eixos estruturais de crescimento linear do Centro) como forma de consolidar a integração das vizinhanças ao espaço urbano.

Os projetos e iniciativas implantados para tentar solucionar os problemas nas áreas periféricas, que priorizavam naquele período o provimento de moradias em áreas distantes, em vez da regularização, não impediram que o número de ocupações irregulares e habitações inseridas nessas ocupações crescesse continuamente entre 1970 e 2000 (ALBUQUERQUE, 2008), contradizendo a imagem de "cidade-modelo" construída nos anos 1970 e reforçada nos anos 1990. Além disso, outros fatores, como o novo contexto político nacional com a proximidade da redemocratização colaboraram para uma importante cisão nas gestões da prefeitura de Curitiba, nas quais se desenvolveu o Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano, estudo que retomou a questão dos centros secundários abandonada pelo Plano Diretor.

#### 4.5 PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Nas duas gestões da prefeitura municipal inseridas no período entre 1983 e 1988 marcadas por serem as únicas de vertente política oposta à que predominou nas

---

<sup>83</sup> Em IPPUC (1986a, p. 58), no governo de Roberto Requião, afirma-se que esse procedimento era visto, a partir da "opinião corrente na época" como uma "tentativa de aparelhamento pela Administração Municipal do movimento das Associações de Moradores, ainda nos seus passos iniciais".

administrações municipais por pouco mais de quarenta anos entre 1971 e 2012<sup>84</sup>, adotou-se uma postura amplamente crítica à maneira como vinha se consolidando a ocupação urbana de Curitiba. Em termos nacionais e internacionais, o fato de essas gestões terem ocorrido num período em que o Brasil realizou sua transição do regime da ditadura militar para a democracia e o mundo passava por uma grave crise do capitalismo, com a ascensão de novos discursos sociológicos (LEITÃO, 2002), contribuiu para o conteúdo dos discursos que envolviam a formulação de planos e políticas de acentuado viés social.

Dessa forma, a postura dessas duas gestões foi marcada pelo discurso "redistributivista" em lugar e contraposto à ênfase tecnocrática, apontada por elas como própria do regime ditatorial, com sua sustentação baseada na primazia dada às políticas sociais, participação popular, descentralização administrativa e redistribuição de equipamentos públicos visando ampliar o alcance da "cidade planejada" (LEITÃO, 2002). Essa postura fez com que a temática da eficiência técnica do planejamento, amplamente celebrada nos anos 1970, fosse ora relegada a um segundo plano, ora abertamente condenada, deslocando a fonte de legitimidade dessas administrações do campo do planejamento urbano para os mecanismos democráticos eletivos e participativos (OLIVEIRA, 2000).

Em meio a esse contexto, foi elaborada uma proposta sob "uma abordagem diferente, uma forma de pensar o planejamento urbano sob um ângulo mais aberto [...] objetivando resgatar uma grande parte da cidade, menos favorecida sob vários aspectos" (BUSARELLO, 1988). Assim, em resposta ao cenário de reabertura política, que alçava a participação popular à condição de importante fator político e de gestão, surgiu o impulso de aproximar a prefeitura das áreas periféricas e promover sua descentralização administrativa, resultante na criação de Administrações Regionais em 1986<sup>85</sup>. Nessas condições se desenvolveu o Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano (PMDU), publicado em 1985.

---

<sup>84</sup> Referente às gestões Jaime Lerner (1971-1975; 1979-1982 e 1989-1992), Saul Raiz (1975-1979), Rafael Greca (1993-1996), Cassio Taniguchi (1997-2004), Beto Richa (2005-2010) e Luciano Ducci (2010-2012). A gestão de Gustavo Fruet (2013-2016) - filho de Maurício Fruet - representou uma relativa nova quebra nesta sequência, sucedida, contudo, do atual mandato de Rafael Greca (2017-2020).

<sup>85</sup> Inicialmente chamadas de Freguesias e hoje conhecidas como Administrações Regionais, essas subdivisões do território curitibano, que originalmente formavam nove regiões, passaram por alterações nos anos de 1989, 1991, 1993, 1997, 2005 e 2015, hoje compondo 10 Regionais: Matriz (Centro), Bairro

Esse plano representou uma oposição apenas relativa ao modelo vigente, colocando-se entre a tarefa de gerir uma cidade cujo espaço físico já estava estruturado de maneira irreversível (OLIVEIRA, 2000) e a necessidade da prefeitura de demonstrar presença e ação nas áreas periféricas do município. Assim, o PMDU, não pretendia negar os conceitos advindos do Plano Diretor, mas "adaptá-lo a novas situações" (DUDEQUE, 2010), acrescentando ao seu "tripé" a vertente social, ao mesmo tempo em que "não deveria ter a conotação de um 'novo plano diretor': deveria ser entendido enquanto um conjunto de diretrizes de intervenção" (IPPUC, 1991). Assim sendo, o PMDU se constituiu numa base para as propostas redistributivistas dessas gestões, com a incorporação dos subcentros ao planejamento urbano sendo uma forma de equilibrar a diferença no acesso a serviços e equipamentos urbanos entre o Centro e seu entorno e a periferia, cuja precariedade e os conflitos derivados da participação dos movimentos populares se colocavam como questões relevantes desde a década de 1970, reforçadas pelo processo nacional de redemocratização.

Dessa maneira, nesse plano questiona-se a diretriz de crescimento linear dos setores estruturais e zonas lineares dispostas segundo sua configuração, se reconhece a formação de subcentros, e é criticada a periferização da população sem que houvesse implantação infraestrutura correspondente:

a ocupação real dessas zonas, no entanto, nem sempre se processou na intensidade e com a orientação desejada. O exame desse processo nas zonas que permitem maior densidade populacional (...), revela que a ocupação dessas áreas tem sido realizada de forma radioconcêntrica a partir do centro tradicional ou nas proximidades de certos subcentros.  
[...]Ao mesmo tempo em que não houve o esperado adensamento das zonas mais equipadas, ocorreu um acelerado processo de periferização da ocupação, realizada principalmente por meio de conjuntos habitacionais e loteamentos para a população de baixa renda (IPPUC, 1985, p. 98)

O PMDU teve como grande diferencial o fato de apoiar-se num profundo diagnóstico do ponto de vista social, tendo realizado "a pesquisa urbanística mais detalhada a respeito de Curitiba desde 1966 e, em termos sociais, uma das mais densas de toda a história da cidade" (DUDEQUE, 2010, p. 306). Contando com a participação de arquitetos como Luiz Forte Netto e Orlando Busarello, que questionavam a interpretação e aplicação dos preceitos do PPU de 1965 pelo Plano

Diretor de 1966, a sobreposição dos dados levantados pelo PMDU, cujo foco recaía antes nos problemas sociais que na infraestrutura urbana, levou ao reconhecimento da concentração de atividades em trechos específicos da urbe, destacando um "policentrismo independente das leis", representante de uma "contradição de que a tendência linearizante [...] convertida em lei chocava-se com a radialidade cotidiana dos bairros" (DUDEQUE, 2010, p. 300). Em IPPUC (1987, p. iii) afirma-se que o PMDU identificou uma dinâmica em andamento "que colide com o modelo de planejamento ora adotado para Curitiba", referindo-se à estruturação linear.

Para Omar Akel, presidente do IPPUC entre 1985 e 1986, tratava-se de um resgate e retomada do Plano Preliminar de 1965:

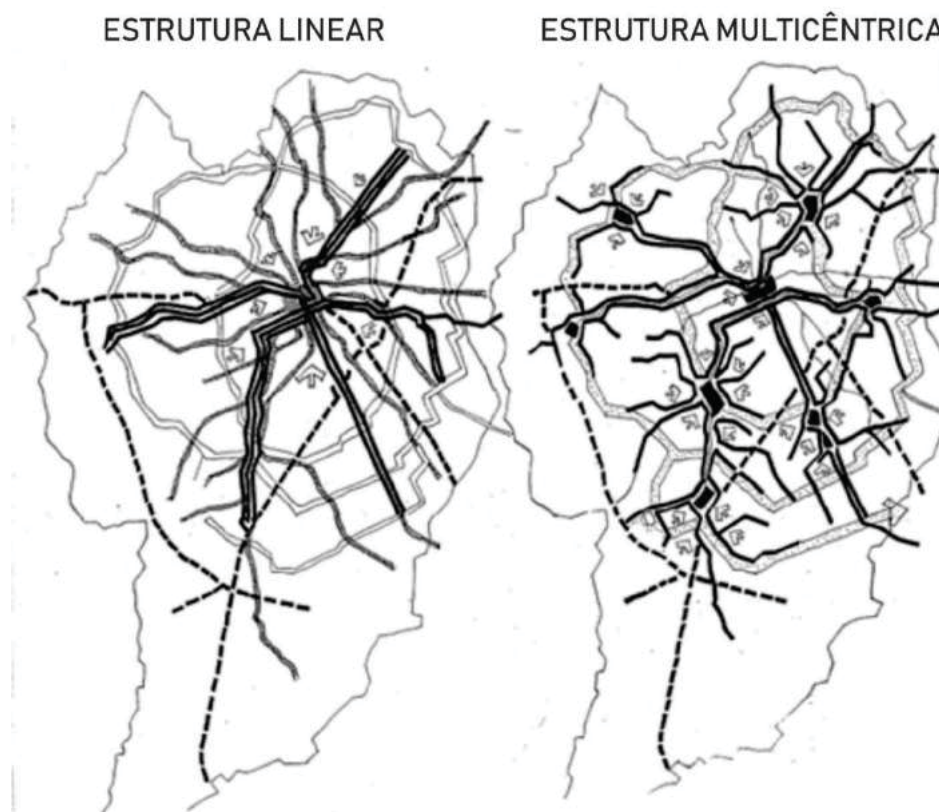
Então, o PMDU foi uma retomada do Plano Serete [PPU], numa outra escala: não era mais o Cajuru, que acabou não se expandindo como se imaginava e foi ultrapassado rapidamente pela Vila Hauer. Assim, a Vila Hauer assumiu a função de pólo de peso. Surgiu o Pinheirinho, em função até da região do Xaxim. E Santa Felicidade, que à época [do PPU] se considerava como um distrito à parte, quase uma colônia, superou rapidamente essa fase e virou centro, talvez o mais característico de todos, por sua vida própria bastante intensa. E o bairro Mercês ficou quase que o caminho para se chegar a Santa Felicidade. Então o PMDU foi uma releitura, uma atualização da visão de Curitiba. Acredito que ele tem uma grande dose de realismo em termos de planejamento. (IPPUC, 1990, p. 211)

Em decorrência disso, o PMDU e outros estudos e documentos que dele surgiram, identificaram em Curitiba uma estrutura multicêntrica complexa, detalhada em posteriormente em 59 subcentros divididos em três níveis hierárquicos abaixo do centro principal a partir do acúmulo e diversidade de funções econômicas que possuíam<sup>86</sup> (IPPUC, 1987), que deveriam ser fortalecidos em detrimento da estrutura linear. Dessa forma, tal plano "buscava uma síntese entre as características locais valorizadas pela Lei de Unidades de Vizinhança e a linearidade vigente entre 1972 e 1982" (DUDEQUE, 2010, p.305), assim como resgatar os preceitos do PPU que afirmava terem sido desvirtuados pela implantação do Plano Diretor de 1966. A Figura 19 ilustra a diferença entre as concepções dos dois modelos.

---

<sup>86</sup> Trabalho cuja metodologia e a identificação dos subcentros são discutida nos item 5.1.

FIGURA 19 - COMPARATIVO ENTRE A ESTRUTURAÇÃO COM BASE NO CRESCIMENTO LINEAR DO CENTRO (À ESQUERDA) E A COM BASE NUMA ESTRUTURA MULTICÊNTRICA



FONTE: Adaptado de IPPUC (1987)

Integrado a esse plano havia ainda o “Projeto Aldeia”, e sua proposta de “aldeamento” que uma vez mais retomou a ideia do agrupamento em torno de vizinhanças, propondo a descentralização da administração e participação pública multiescalar até o nível local. Conceitualmente, verifica-se sua estreita relação com os subcentros, pois

desde o ponto de vista do planejamento, o aldeamento não será outra coisa que a intervenção pública planejada e organizada, visando à consolidação, expansão ou contensão de diversos núcleos polarizadores - os subcentros [...] possibilitando a adequação da tendência polinuclear de crescimento com a infra-estrutura implantada em função do modelo longitudinal previsto. Trata-se de planejar o crescimento da cidade no sentido de criar as condições objetivas para que o espaço organizado em torno dos diferentes subcentros tenha as dimensões e características de um melhor projeto de convivência (IPPUC, 1986, p 10-11)

Em termos territoriais, as Aldeias não teriam uma extensão padrão, mas seriam um conjunto de entre três e dez vizinhanças polarizadas por um centro de atividades urbanas intensivas (os subcentros). Assim, definia-se que a Aldeia teria

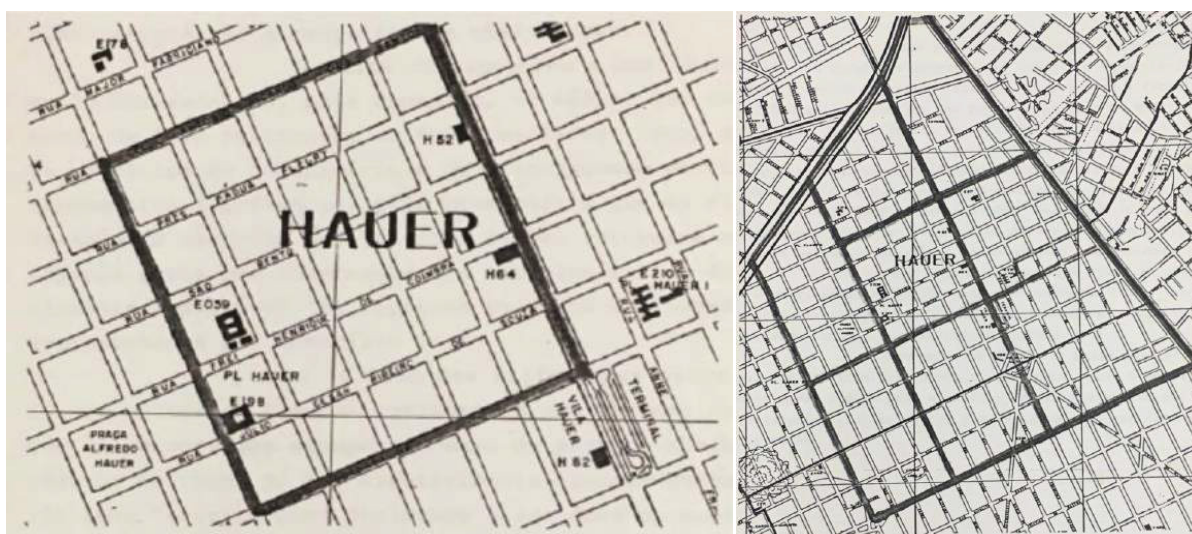


"espaços de interesse local (as vizinhanças) e espaços estruturantes, de interesse regional e da cidade como um todo" (CURITIBA, 1986, p.59). As vizinhanças, isoladamente, não teriam no seu território a presença de um subcentro, resguardando seu caráter vicinal. A ideia de organizar espaços com dimensões e características para um "projeto melhor de convivência" recorda o conceito das UV, o que se evidencia se analisado o conceito de vizinhança contido no Projeto Aldeia:

a vizinhança é o 'território liberado' [...] dos grandes fluxos urbanos, dos usos de solo intensivos, das grandes 'tensões' urbanas, das funções urbanas estruturais [...]. A vizinhança é o espaço de interesse local, da convivência sem sobressaltos, do comércio e serviços locais, do já famoso bar da esquina, da área verde e de recreação local, do tráfego lento, da tranquilidade de mandar as crianças para a aula sem riscos de atropelamento, da rua como elemento de integração e não de separação (CURITIBA, 1986, p.54-55)

Ademais, cada vizinhança seria composta por uma população de cerca de 2.000 habitantes ou 400 famílias, o que representava, para os propósitos de participação popular do Projeto, uma escala possível de se abranger numa plenária local, e seria "uma 'ilha' de interesse local cercada de vias onde se dão os usos e fluxos intensivos", ou seja, vias de passagem. A Figura 20 ilustra esquematicamente uma vizinhança e a composição de uma Aldeia.

FIGURA 20 - EXEMPLIFICAÇÃO ESPACIAL DA VIZINHANÇA (À ESQUERDA) E DA ALDEIA



FONTE: CURITIBA, 1986.



Em suma, a Aldeia representaria uma delimitação espacial cuja escala intermediária, entre o local e o regional, era necessária à formação e preservação de vizinhanças como tais, uma vez que, ao ser o recorte territorial correspondente à área de influência de um subcentro com funções de abrangência regional, "liberava" as vizinhanças para resguardarem seu caráter vicinal. O Aldeamento também continha, a exemplo de experiências anteriores, a preocupação de integrar escalas global e local, mas, diferente do Projeto Vizinhanças e dos Planos de Bairro<sup>87</sup>, compunha uma hierarquia para concretizar essa integração: o Município (nível global) seria dividido em Freguesias, divididas em Aldeias e, então, divididas em Vizinhanças (níveis locais).

Conclui-se que a subdivisão do território proposta no Aldeamento tinha como fator de inovação e objetivo principal, ao menos inicialmente, estabelecer novas instâncias locais de participação popular, mais do que estipular seu ordenamento territorial (o que era tratado com maior ênfase pelo detalhamento do estudo da Estrutura Policêntrica de Curitiba) ou quais intervenções faria em relação à obras públicas (ênfase do Projeto Vizinhança de 1979), itens que deveriam contar primeiro com o aconselhamento da população a partir das instâncias propostas.

A ideia de aldeamento também teve reflexos no transporte coletivo, com a criação de "linhas aldeia" em 1987: ônibus alimentadores cujo trajeto de ida entre o bairro (vizinhança) e os terminais (nos subcentros) pagava-se passagem, mas o retorno feito num ponto de ônibus fora do terminal era gratuito. O objetivo era desencorajar usuários do transporte a irem e voltarem até o centro, pagando duas vezes, e fixá-lo nos subcentros, acessíveis com uma única passagem. O modelo também apresentou problemas conforme se verificou usuários que somente faziam o trajeto de retorno aos bairros gratuitamente, sem ter entrado no sistema (e pagado a tarifa) no trajeto de ida. Essa experiência representou uma tentativa de retomada de ideia de integração abandonada em 1980 com o cercamento dos terminais (DUDEQUE, 2010).

Dos 59 subcentros identificados, os cinco de 1º nível (Bacacheri, Hauer, Pinheirinho, Portão e Santa Felicidade) destacam-se pela importância para a

---

<sup>87</sup> IPPUC. **Planos de desenvolvimento de Bairro**. Projeto Xaxim; proposta à comunidade. Curitiba, 1985. Idealizado na gestão Maurício Fruet, neste trabalho se relacionavam bairros a vizinhanças como o "nível local".

estruturação multicêntrica de Curitiba, dada por sua capacidade de atração de fluxos de grandes regiões da cidade e concentração de uma ampla gama de serviços. A essa importância corresponderam estudos específicos para cada subcentro desenvolvidos pelo IPPUC em 1988, já no final da gestão de Roberto Requião, que continham propostas de alteração no zoneamento e nos parâmetros das áreas desses subcentros e suas proximidades, com o objetivo de estimulá-los e promover a transformação de sua disposição predominantemente linear em radial, além de alterações no seu sistema viário. Tais propostas chegaram a se transformar em decretos municipais, como nos casos do Portão e Pinheirinho (CURITIBA, 1988a; 1988b) em dezembro de 1988.

Não obstante, a "vigência"<sup>88</sup> do PMDU foi curta, dado o retorno ao poder a partir de 1989 do grupo político favorável ao modelo linear de estruturação. Os decretos que criaram os setores especiais nos subcentros foram revogados logo no início da gestão seguinte de Jaime Lerner, em janeiro (CURITIBA, 1989), tendo ficado vigentes por pouco mais de um mês. Dessa forma, a disposição geral do zoneamento nos setores estruturais e seus arredores permaneceu aquela consolidada em 1975 (PEREIRA, 1993), com decretos pontuais o modificando, mas cuja revogação enquanto lei ocorreria somente no ano 2000, mantendo o modelo linear de estruturação até a atualidade.

Assim, nas administrações posteriores, as ações tomadas colaboraram para ofuscar as experiências de planejamento urbano voltadas ao desenvolvimento de núcleos secundários ao centro principal, apesar de algumas ações afirmativas no sentido de promover a descentralização da estrutura administrativa e de serviços públicos, que resultaram na implantação, por exemplo, das Ruas da Cidadania<sup>89</sup> a partir de 1995 como sede das Administrações Regionais (Figura 21), que de acordo

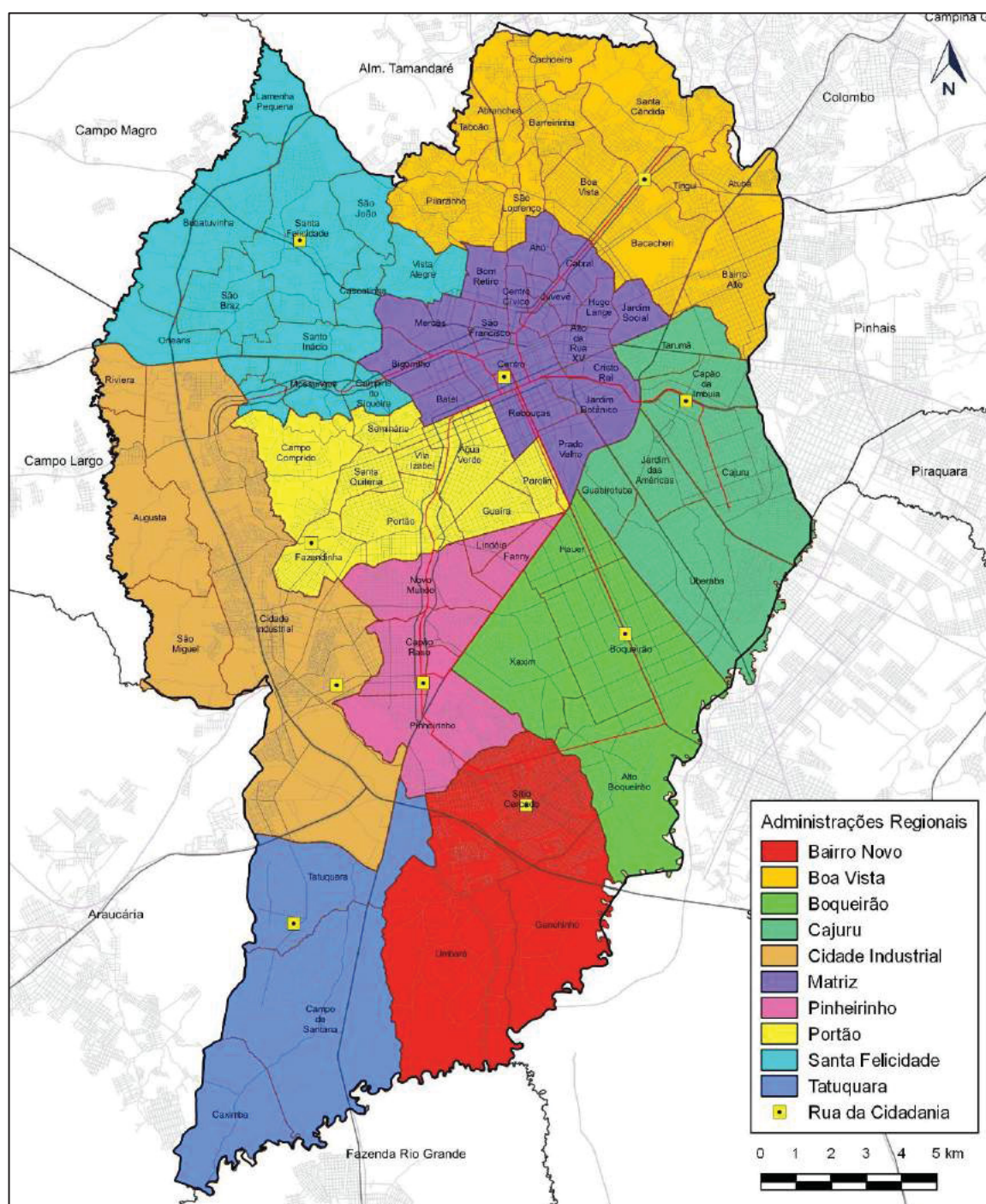
---

<sup>88</sup> O PMDU propriamente dito não se constituiu em lei, o que foi proposital, pois de acordo com um de seus idealizadores, era "um documento original por sua natureza: não tem o valor jurídico ou regulamentar que poderiam ter um plano diretor ou um plano de uso do solo; é um documento de objetivos e diretrizes e sobretudo, de intervenções múltiplas e diversas, públicas ou privadas" (BUSARELLO, 1988, p.11)

<sup>89</sup> A prefeitura define as Ruas da Cidadania como "braço da Prefeitura nos bairros, oferecendo à população dos bairros serviços municipais, além de serviços das esferas estadual e federal e pontos de comércio e lazer. As Ruas da Cidadania são sedes das Administrações Regionais, que coordenam a atuação de secretarias e outros órgãos municipais nos bairros, incentivando o desenvolvimento de parcerias entre a comunidade e o poder público." (CURITIBA, 2018). São estruturas que concentram serviços, a maioria públicos, geralmente instalados ao lado ou próximos a terminais de ônibus.

com Oliveira (2000) são consideradas “por alguns observadores” como os centros definidos pelo PMDU. Contudo, os subcentros não voltariam a ser estimulados por meio de propostas de intervenção ou definição de áreas diferenciadas do ponto de vista do zoneamento ou de outros instrumentos urbanísticos em suas áreas.

FIGURA 21 - LOCALIZAÇÃO DAS RUAS DA CIDADANIA E RESPECTIVAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS



FONTE: O autor (2019).

#### 4.6 PLANOS E LEIS POSTERIORES, MARCOS NORMATIVOS E A EMERGÊNCIA DAS GRANDES ESTRUTURAS COMERCIAIS

Com o retorno de Lerner ao poder na sua terceira gestão à frente da prefeitura (1989-1992), a revogação das poucas iniciativas da gestão anterior para alterar o plano vigente e o fato de Plano Diretor já ter sido implantado de modo irreversível nos anos 1970 e início dos anos 1980, se “optou por uma substancial mudança de enfoque que, relegando a segundo plano as ações afeitas ao planejamento urbano, enfatizou as realizações de ordem estética e uma política de caráter setorial: aquela voltada para o meio ambiente” (OLIVEIRA, 2000, p. 59). Seu sucessor, Rafael Greca (1993-1996) realizou uma gestão marcada por “um caráter culturalista, com ênfase na história da cidade” (OBA, 1998, p. 245). Dessa forma, tais gestões foram responsáveis pela implantação de obras forte apelo ambiental, visual e turístico<sup>90</sup>, que a exemplo do ocorrido nos anos 1970, também trariam destaque nacional e internacional à administração municipal.

Para Garcia (1997), entretanto, essa ênfase renovada não representa um abandono daquela materializada nos anos 1970, mas sim seu resgate a partir da agregação de novas sínteses, impulsionando uma imagem de “cidade modelo” rumo à construção de um consenso no qual o mito do planejamento urbano e, em especial, a figura do técnico planejador urbano detêm um poder que “exclui a possibilidade da emergência de movimentos sociais e formatos organizativos que poderiam se expressar, não com base na competência, mas com base na própria experiência de vida urbana” (GARCIA, 1997, p. 40). Constitui-se, assim, uma reação contrária ao planejamento participativo e redistributivo que ascendera nos anos 1980 e foi proposto pela Constituição Federal de 1988, ensaiado pela administração municipal curitibana nos projetos de “vizinhança” e, em especial, naqueles que se apoiaram no PMDU e suas diretrizes de descentralização.

A postura adotada pela prefeitura a partir dessas gestões condiz com o contexto de “competitividade urbana” próprio do planejamento estratégico urbano,

---

<sup>90</sup> Tais como: Jardim Botânico, Rua 24 horas (1991), Ópera de Arame (1992), Memorial da Imigração Japonesa (1993) 1º Farol do Saber, Parque Tingui (1994), Memorial da Imigração Ucraniana (1995) Memorial de Curitiba, Memoriais da Imigração Italiana e da Imigração Árabe (1996) (OBA, 1998, p. 245). Souza (1999, p. 135-150) discute o caráter seletivo das homenagens étnicas do período, afirmando haver uma invisibilidade do negro, dos nordestinos e dos migrantes nacionais no espaço planejado de Curitiba.



alavancado nos anos 1990 e propagado por seus promotores como “único meio eficaz de fazer frente às novas condições impostas pela globalização às cidades e aos poderes locais”<sup>91</sup>(VAINER, 2000, p. 78), no qual os gestores urbanos assumem o papel de vendedores da cidade à investidores externos e a “visitantes e usuários solventes” (VAINER, 2000, p. 80), conforme demonstrado por Garcia (1997) por meio do discurso promovido por Lerner durante seu último mandato<sup>92</sup>. A realização de obras de apelo estético e monumental que marcaram as gestões do período também se inserem no bojo de atividades afeitas ao planejamento estratégico que, sob a ideia de promover o “patriotismo cívico” (VAINER, 2000, p. 95), garantiriam o suposto consenso da população necessário à sua aceitação.

Combinando processos sociais verificados em âmbito nacional e mundial com a imagem construída de Curitiba nos anos 1990, Ribeiro e Garcia (1997) sintetizam o cenário favorável ao surgimento e consolidação de novas estruturas e hábitos de consumo na e da cidade, que implicariam na reestruturação de sua centralidade:

“O alcance da positividade da imagem de Curitiba nos anos 90 explica, ao nosso ver, a construção do consenso que impulsiona o desenvolvimento de novas atividades econômicas. Estas atividades se apropriam, privatizando-a, da positividade socialmente construída. O reordenamento de atividades econômicas na metrópole não pode ser, no entanto, simplesmente atribuído ao alcance da positividade da imagem de Curitiba ao nível nacional. Com efeito, estamos face a um ritmo agudo de renovação das práticas sociais e culturais (Ribeiro, 1988<sup>93</sup>; Harvey, 1994<sup>94</sup>) [...] acreditamos ser indispensável incorporar à análise aqueles processos mais recentes que vêm se dando no marco da metrópole: o marketing visando a atração de novos segmentos empresariais e profissionais e o correlato acionamento de novos processos e equipamentos privatizados de consumo como meio de sustentação material e ideológica do contingente migratório desejado. Estes equipamentos e processos [...], assim como novos espaços e circuitos culturais: shopping-centers, serviços 24 horas, teatros e centros culturais, nos marcos do espaço segregado da cidade, definem acessibilidades restringidas que correspondem a fluxos urbanos de socialização e espacialização dos novos segmentos de classe. Estes fluxos, estabelecem e reforçam novos afastamentos sociais.” (RIBEIRO; GARCIA, 1997, p. 111-113, grifos nossos)

---

<sup>91</sup> Suplantando assim, na visão de seus defensores, formas alternativas de planejamento tais como o próprio planejamento participativo.

<sup>92</sup> A autora indica o uso da imagem de Curitiba por parte do poder público para atrair fluxos seletivos de migrantes, em especial empresários e executivos das classes médias provenientes de São Paulo e do Rio de Janeiro.

<sup>93</sup> RIBEIRO, A. C. T. **Rio-metrópole: a produção social da imagem da cidade**. Tese (Doutorado) - Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

<sup>94</sup> HARVEY, D. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.

Foi justamente na década de 1990 que se fortaleceu em Curitiba o processo de implantação de *shopping centers*, em geral localizados no Centro ou muito próximos a ele, em bairros de alta renda. Conforme demonstrado no Quadro 2, dos 14 principais *shopping centers* de Curitiba, seis foram inaugurados naquela década, contra quatro existentes até então, possuindo áreas construídas consideravelmente superiores em média. A localização desses e dos demais *shopping centers* da cidade consta na Figura 22.

QUADRO 2 - *SHOPPING CENTERS* DE CURITIBA POR LOCALIZAÇÃO, ANO DE INAUGURAÇÃO E ÁREA CONSTRUÍDA

SHOPPING	BAIRRO	DISTÂNCIA ATÉ O CENTRO*	ANO DE INAUGURAÇÃO	ÁREA CONSTRUÍDA
Mueller	Centro Cívico	0,7 km	1983	99.733 m <sup>2</sup>
Água Verde	Água Verde	4,2 km	1984	15.000 m <sup>2</sup>
Itália	Centro	0,6 km	1982**	n/d
Novo Batel	Batel	1,4 km	1979**	42.500 m <sup>2</sup>
PolloShop	Alto da Rua XV	2,5 km	1995	9.200 m <sup>2</sup>
Curitiba	Centro	1,4 km	1996	82.964 m <sup>2</sup>
Crystal	Batel	1,4 km	1996	44.000 m <sup>2</sup>
Estação	Rebouças	1 km	1997	114.615 m <sup>2</sup>
Jardim das Américas	Jardim das Américas	5 km	1997	49.500 m <sup>2</sup>
Ventura	Portão	5,7 km	1997	77.000 m <sup>2</sup>
Cidade	Hauer	5,1 km	2003	22.000 m <sup>2</sup>
ParkShopping Barigui	Mossunguê	4,5 km	2003	146.693 m <sup>2</sup>
Palladium	Portão	5,6 km	2008	184.000 m <sup>2</sup>
Pátio Batel	Batel	2,4 km	2013	137.000 m <sup>2</sup>
Jockey Plaza	Tarumã	5,8 km	2019	217.058 m <sup>2</sup>
Boulevard (construção)	Xaxim	7,5 km	2019 (previsão)	25.000 m <sup>2</sup>

FONTE: SINDISHOPPING (2013); ABRASCE (2018). Organizado pelo Autor (2019).

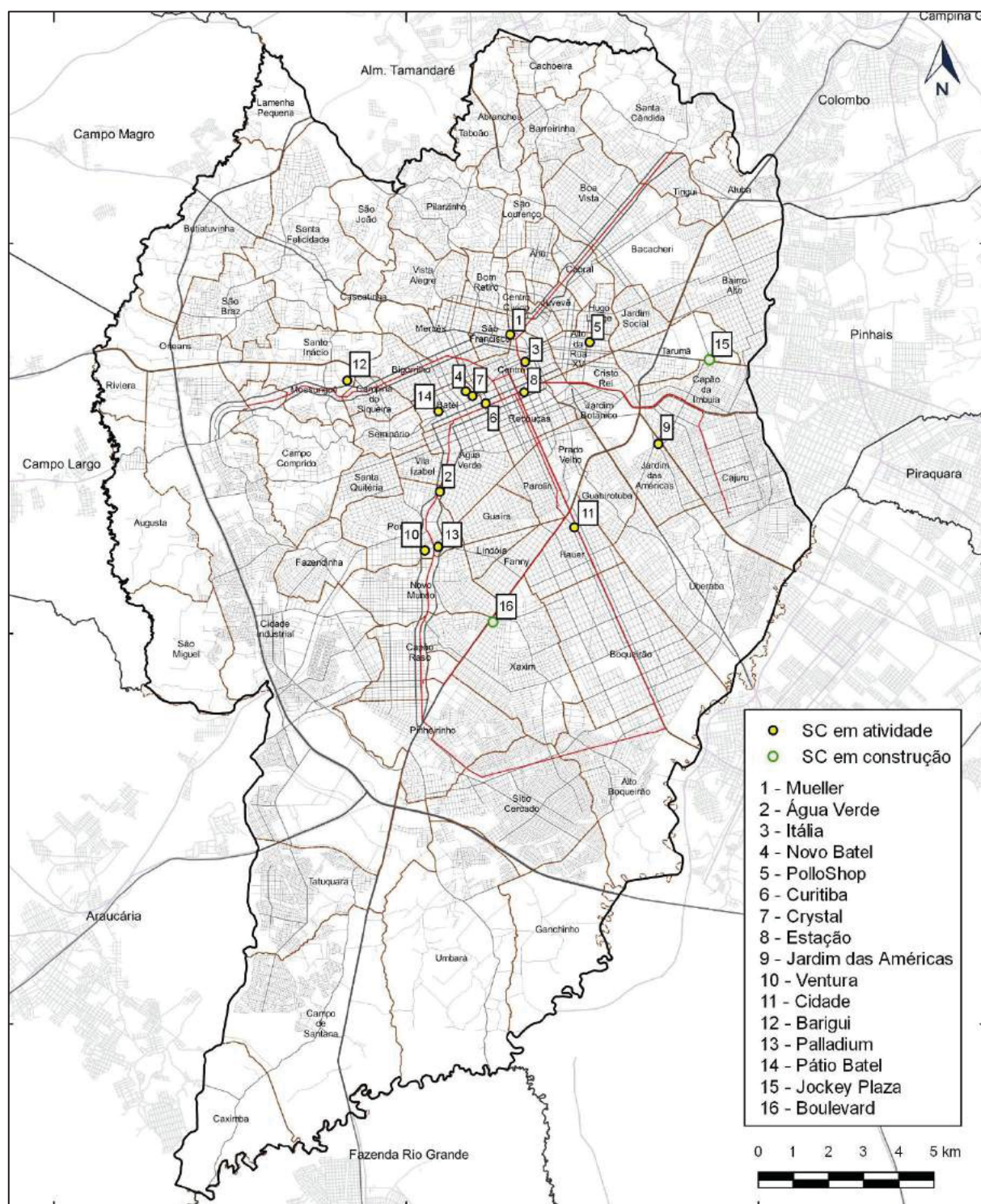
Notas: n/d = não disponível

\* Distância aproximada, em linha reta, medida no software Google Earth, com a Praça Tiradentes (marco zero de Curitiba) como ponto de referência.

\*\* Em IPPUC (1988), afirma-se que o primeiro *shopping center* de Curitiba foi o Mueller, mas em SINDISHOPPING (2013), os dois empreendimentos destacados aparecem como mais antigos.



FIGURA 22 - LOCALIZAÇÃO DOS SHOPPING CENTERS DE CURITIBA



FONTE: O autor (2019).

Na gestão seguinte, de Cassio Taniguchi (1997-2000), deu-se continuidade à ênfase ambiental nas ações da municipalidade, agora vinculado ao “paradigma do desenvolvimento sustentável” (OLIVEIRA, 2001). Nessa administração foi instituído o

principal instrumento utilizado até a atualidade pelo poder municipal para o licenciamento ambiental de grandes empreendimentos, tais como os *shopping centers*, o Relatório Ambiental Prévio (RAP). No decreto relativo ao instrumento, indica-se a necessidade de elaboração do RAP para:

- I - Obras de saneamento, tais como sistemas de abastecimento de água, sistemas de esgoto sanitário, sistemas de drenagem, dragagem e limpeza ou desobstrução de rios, listados no Art. 3º, da Resolução 05/88 - CONAMA;
- II - Extração de minérios, inclusive os de classe II, definidos no Código de Mineração;
- III - projetos de parcelamento do solo (loteamentos e desmembramentos) com área de 50 a 100ha (cinquenta a cem hectares);
- IV - Empreendimentos comerciais e de serviços, que devido ao seu porte, natureza ou área de localização, possam representar alteração significativa sobre o meio ambiente;
- V - Cemitérios;
- VI - Crematórios. (CURITIBA, 1997, grifo nosso)

Hoshino *et al* (2014) destacam que todos os 54 empreendimentos analisados entre 1997 e 2012 se enquadram no item IV exposto acima, dos quais houve sete *shopping centers* (IPPUC, 2012). Para os autores, entretanto,

- o RAP apresenta fragilidades críticas, tais como:
- (i) o texto do item IV do art. 2 é bastante subjetivo e permite interpretações divergentes, o que não contribui para a clareza das obrigações a que estão sujeitos os particulares, podendo dar azo a arbitrariedades ou eventuais contestações judiciais;
  - (ii) ao atribuir a responsabilidade da elaboração do relatório ao empreendedor - principal interessado na sua pronta aprovação – gera-se ambiente desfavorável à isenção técnica e perde-se a garantia da imparcialidade da análise e diagnóstico contidos no estudo;
  - (iii) embora a publicidade dos relatórios esteja prevista, não há alusão às formas de questionamento, participação e eventual contestação por parte da comunidade como um todo. (HOSHINO *et al*, 2014, p. 13)

Turbay (2016), por sua vez, ao analisar a aplicação do instrumento no município, observa que dentre as medidas mitigadoras e compensatórias relativas ao impacto que tais estruturas causam, poucas contribuem para a construção de uma "Curitiba pretendida" (TURBAY, 2016, p. 187)<sup>95</sup> conforme apresenta-se nos discursos que envolvem os instrumentos de planejamento urbano municipais.

<sup>95</sup> O autor estudou a utilização do instrumento do Relatório Ambiental Prévio em Curitiba dez empreendimentos de diversos tipos, tais como *shopping centers*, hipermercados, centros comerciais, de exposições e eventos, um templo evangélico e um centro de distribuição, concluindo que apenas 17% das diretrizes apresentadas indicam uma "contribuição do empreendimento a favor da cidade

Um instrumento que poderia ser utilizado para um melhor controle do impacto desses empreendimentos no espaço urbano por parte do poder público, bem como reduzir o déficit de segurança jurídica, consistência técnica e gestão democrática que o RAP apresenta (HOSHINO *et al.*, 2014), seria o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). O EIV foi incluído no rol de instrumentos da política urbana da Lei Federal 10.257/2001, o Estatuto da Cidade, em seu artigo 4º, inciso IV (BRASIL, 2001). Não obstante, Oliveira (2009) afirma que o instrumento não é autoaplicável a partir da lei federal, ou seja, para que possa ser exigida sua elaboração, o município deve editar lei municipal tratando da matéria.

Porém, não se avançou no detalhamento desse instrumento em Curitiba, seja na revisão do Plano Diretor de 2004 (lei municipal 11.266/2004), que visava adequá-lo ao Estatuto da Cidade, ou sua revisão homologada em 2015 (lei municipal 14.771/2015). Ambas as leis se limitaram a repetir o conteúdo da legislação federal e estabelecer prazos para a elaboração posterior de lei municipal sobre o assunto, que, entretanto, não foram cumpridos em 2004 e apresentam poucas perspectivas de serem a partir da legislação atual (BERTOL, HOSHINO, 2015).

Já no que tange os parâmetros urbanísticos vigentes, em que pesem constituírem equipamentos de compra de característica única e grande porte, os *shopping centers* são enquadrados na legislação de uso do solo de Curitiba como “Comércio e Serviço Setorial”, sob a denominação de Centros Comerciais, ao lado de usos como Buffet com Salão de Festas, Clínicas, Edifícios de Escritórios, Entidades Financeiras, Escritório de Comércio Atacadista Imobiliárias, Lojas de Departamentos, Sede de Empresas, Serv-Car Serviços de Lavagem de Veículos, Serviços Públicos, Super e Hipermercados (CURITIBA, 2000), o que subestima o impacto que tais empreendimentos incidem sobre o espaço urbano<sup>96</sup>.

---

pretendida". Sobre o tema "mobilidade e acessibilidade" concluiu que 88% das ações e medidas indicadas priorizam o transporte individual motorizado. (TURBAY, 2016, p. 182, 186)

<sup>96</sup> O uso de Comércio e Serviço Setorial é descrito como “Atividades comerciais varejistas e de prestação de serviços, destinadas a um atendimento de maior abrangência”, o que não é incoerente com a atividade dos shopping centers. Contudo, o mesmo decreto também prevê usos mais restritivos, tais como o de Comércio e Serviço Geral, descrito como “Atividades comerciais varejistas e atacadistas ou de prestação de serviços destinadas a atender à população em geral, que por seu porte ou natureza, exijam confinamento em área própria” e o de Comércio e Serviço Específico, definido como “Atividade peculiar cuja adequação à vizinhança e ao sistema viário depende de análise especial”. Tais definições também poderiam se aplicar aos *shoppings*, justificando seu enquadramento a usos mais restritivos.

Além disso, a implantação dessas estruturas comerciais em Curitiba possui uma trajetória de flexibilizações, irregularidades e desrespeito às legislações urbanísticas. Oliveira (2000) expõe as condições nas quais se implantou o Shopping Mueller em 1983, alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara Municipal: “No decorrer do processo de investigação confirmou-se a violação de várias leis e normas relativas de uso do solo, no intuito de a administração conceder a determinado grupo o alvará necessário à construção de tão grande empreendimento” (OLIVEIRA, 2000, p. 169). Já a inauguração do Shopping Palladium, em 2008, se deu sem alvará de funcionamento e laudo do Corpo de Bombeiros, mas contou com a presença do prefeito de Curitiba e governador do Paraná (INAUGURAÇÃO..., 2008). No caso do Shopping Pátio Batel, aberto em 2013, a obra excedeu o coeficiente de aproveitamento e a taxa de ocupação permitidas pelo zoneamento, mas a prefeitura abriu a possibilidade de regularização por meio da compra de potencial construtivo, flexibilizando assim os parâmetros em prol do empreendimento (JUNGES, 2013).

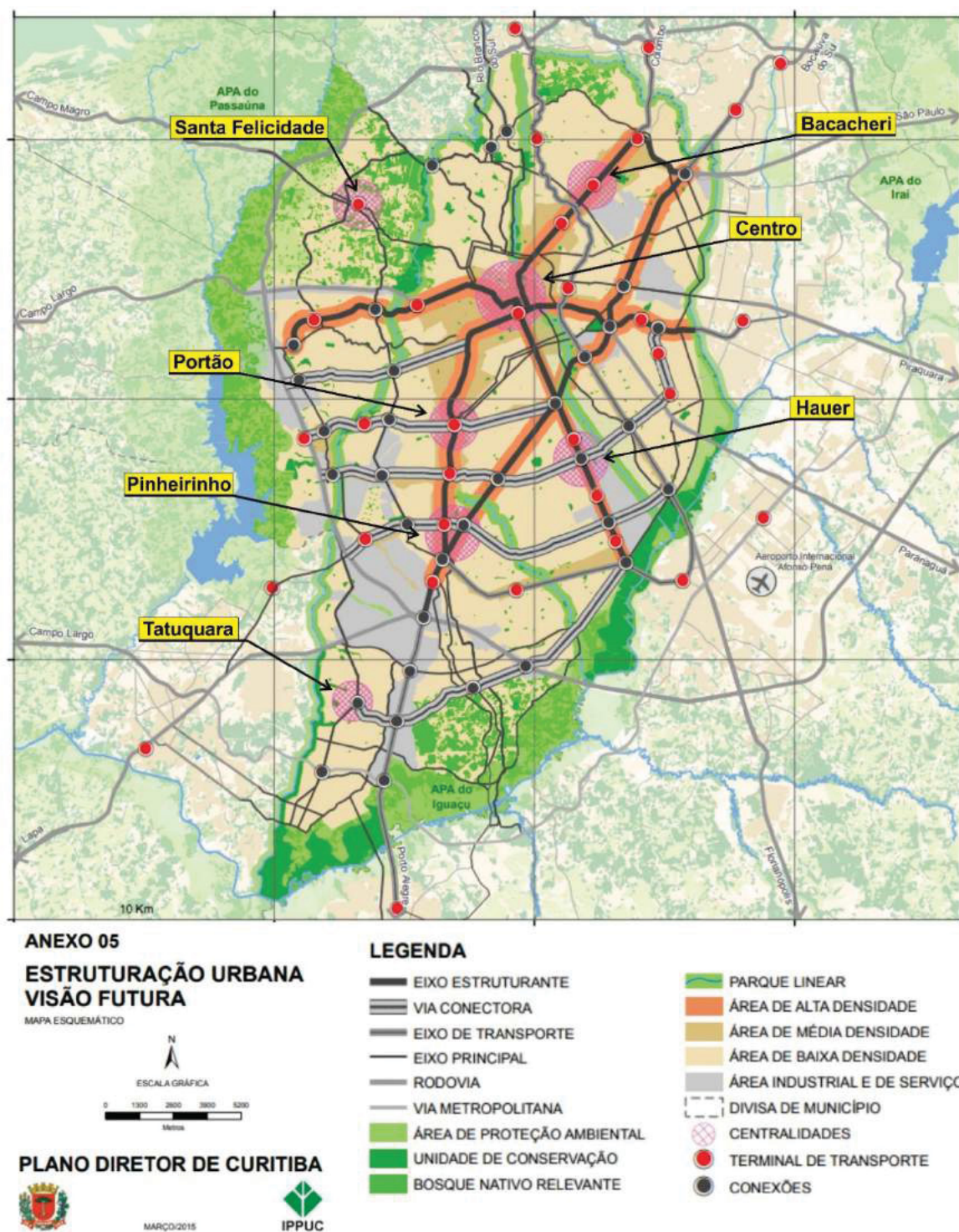
Todos esses fatores elencados indicam que a implantação de *shopping centers* em Curitiba, além de não ser considerada nos instrumentos de planejamento como um elemento com alto potencial de reestruturação do espaço urbano, e, assim sendo, portadoras de um impacto de natureza diferente de outros empreendimentos, passam por tênue atuação do poder público no que se refere ao seu licenciamento, contando ainda, como nos casos citados acima, com benefícios concedidos por meio de flexibilizações da legislação urbanística.

Em 2014, passados dez anos da adequação do Plano Diretor em 2004, foi iniciada a revisão desse instrumento, de acordo com exigência dos Estatuto da Cidade. É importante destacar que esse processo se desenvolveu durante a gestão do prefeito Gustavo Fruet, que representou outra quebra na hegemonia política do grupo que esteve no poder desde a implantação do Plano Diretor (1966) no início dos anos 1970. No que diz respeito à centralidade, durante a realização das audiências e consultas públicas para o novo Plano, a questão do estímulo aos "centros de bairros", ao "comércio de rua" e redução dos deslocamentos para o Centro surgiram como pontos importantes levantados pelos participantes (IPPUC, 2015). Porém, com a aprovação da lei em 2015, as "centralidades" indicadas em um de seus anexos aponta para a existência de somente uma área além do próprio Centro e dos cinco subcentros



de primeiro nível identificados em 1987, localizada no sul de Curitiba no bairro do Tatuquara (Figura 23).

FIGURA 23 - MAPA DE ESTRUTURAÇÃO URBANA DE CURITIBA INDICADO PELA LEI DO PLANO DIRETOR Nº 14.771/2015, COM DESTAQUE PARA AS ÁREAS DE CENTRALIDADE NELE IDENTIFICADAS.



FONTE: Adaptado de CURITIBA (2015)

Apesar do caráter “não vinculante” do mapa de estruturação apontado no Plano Diretor de 2015 (art. 18, parágrafo 1º), a proposta de lei de zoneamento enviada para a câmara em 2018 (CURITIBA, 2018), já na segunda gestão do prefeito Rafael Greca, o utiliza como única referência ao citar a criação do “Setor dos Polos”, subclassificados em “Setor dos Polos de Integração” e “Setor dos Polos Comerciais”, cujas descrições são:

Art. 117. O Setor dos Polos – SEP é constituído de compartimentações territoriais de pequenas dimensões, sendo áreas passíveis de requalificação urbana, através de parâmetros urbanísticos, incentivos, medidas indutoras e aproveitamento de investimentos públicos e privados, bem assim equipamentos e infraestrutura conforme as demandas locais.

Art. 118. O Setor dos Polos se subdivide em:

I - Subsetor dos Polos de Integração – SEPI;

II - Subsetor dos Polos Comerciais – SEPC.

Seção I

Do Subsetor dos Polos de Integração – SEPI

Art. 119. O Subsetor dos Polos de Integração – SEPI é constituído de áreas no entorno de terminais e interseções de eixos principais de transporte, referenciados no anexo 5 - "Estruturação Urbana - Visão Futura" da Lei Municipal n.º 14.771/2015, onde se pretende estimular o desenvolvimento de centralidades.

Art. 120. O Subsetor dos Polos de Integração será objeto de Plano de Desenvolvimento Regional – PDR, que definirá a delimitação, os usos, os valores máximos para coeficiente de aproveitamento, a taxa de ocupação e a altura para esse subsetor.

§ 1º O acréscimo ao coeficiente de aproveitamento básico se limitará a 2 (dois).

§ 2º Enquanto não existir Plano de Desenvolvimento Regional a que se refere o caput, os parâmetros de uso e ocupação do solo são os previstos para as zonas e setores em que se situam.

Seção II

Do Subsetor dos Polos Comerciais – SEPC

Art. 121. O Subsetor dos Polos Comerciais – SEPC é constituído de compartimentações territoriais onde se verifica a concentração de atividades econômicas formando pequenas centralidades, sendo passíveis de requalificação urbana, através de parâmetros urbanísticos, incentivos, medidas indutoras e aproveitamento dos investimentos públicos e privados, bem como equipamentos e infraestrutura conforme demandas locais existentes.

Art. 122. Os parâmetros de uso e ocupação do solo, assim como a localização dos compartimentos que constituirão o Subsetor dos Polos Comerciais serão regulamentados por ato do Poder Executivo Municipal.

(CURITIBA, 2018, grifos nossos)

Portanto, enquanto questão inerente ao planejamento urbano municipal, a formação de áreas de centralidade no espaço urbano curitibano pouco avançou no que tange à sua identificação entre os trabalhos do poder público considerados nas últimas três décadas, tanto considerando aquelas que no presente trabalho tratamos



como "multicêntricas", e ainda menos no que diz respeito às representantes de formas contemporâneas de expressão da centralidade. No que diz respeito à proposta para novas leis e instrumentos que estimulem áreas de centralidade, em que pese o aparecimento do tema e o pretense estímulo a elas, a maneira como o tema é abordado apresenta elevado grau de incerteza, sem definições precisas das áreas onde tais "centralidades" ocorreriam e remetendo-se a Planos de Desenvolvimento Regional posteriores dependentes da discricionariedade do Poder Executivo municipal.

#### 4.7 SÍNTESE

A trajetória realizada a partir de diversos documentos e autores de épocas distintas permite algumas conclusões a respeito da evolução da centralidade intraurbana em Curitiba. A partir do Plano Agache se verificou que o estímulo a formação de centros funcionais não vislumbrava a formação de uma estrutura multicêntrica em Curitiba, privilegiando a concretização de núcleos especializados condizentes com uma visão funcionalista do espaço urbano, num contexto em que a cidade ainda apresentava uma ocupação de reduzida extensão.

A partir dos anos 1950, entretanto, são encontrados os primeiros indícios da formação de núcleos de comércio e serviços fora do Centro, fato que começou a ser colocado como questão importante perante no âmbito do ordenamento territorial. Nessa década, entretanto, foi tardia a definição de leis e códigos que pudessem responder às novas condições que se impunham em Curitiba, com a aprovação do primeiro zoneamento, ainda não detalhado, somente em 1960 e a estipulação das chamadas Unidades de Vizinhança no mesmo ano, que visava a descentralização da cidade como forma de resolver seus problemas.

Tal proposta não teve vigência longa e a formulação do Plano Preliminar de Urbanismo em 1965 propôs um novo modelo de ordenamento e crescimento para a cidade. Não obstante, foi mantida a preocupação em integrar áreas de centralidade em processo de surgimento nos bairros, à época periféricos, como uma estratégia de evitar uma excessiva concentração no Centro, o que levou à criação de uma proposta de estruturação viária em função da ligação entre tais áreas de centralidade. O Plano

Diretor aprovado em 1966, contudo, utilizou as vias estruturais para organizar um setor estrutural a ser ocupado por torres residenciais verticalizadas inspirado em conceitos do urbanismo modernista e suprimiu do seu zoneamento as áreas de centralidade antes destacadas pelo PPU, dando o que seria o primeiro passo para a indução de uma expansão linear do Centro.

Essa alteração se processou em definitivo nos anos 1970, quando houve a efetivação do Plano Diretor, principalmente por meio da implantação do sistema trinário, do plano massa e da rede integrada de transporte. Dessa forma, se estimulou a fixação de atividades de comércio e serviços nos eixos projetados, suplantando de vez a ideia de estímulo a núcleos secundários já existentes, o que não implicou, entretanto, no seu desaparecimento ou mesmo no cessar de seu crescimento, uma vez que seu próprio surgimento não havia sido dependente de estímulo anterior do planejamento urbano municipal. O contínuo e expressivo crescimento populacional e ocupação extensiva da periferia nessa década, contrastando com os vazios de alguns trechos do setor estrutural, monetariamente valorizados pela estrutura nele implantada, chamaram a atenção para o problema das ocupações irregulares, cujas tentativas de solução, ao preconizarem fixar a população de baixa renda distante da cidade pouco ajudaram.

Procurando responder à essas questões e se aproximar da população que ocupava as periferias, num contexto em que os processos democráticos de participação vinham ganhando relevância política na primeira metade dos anos 1980, as gestões de oposição entre 1983 e 1988 promoveram uma guinada na administração pública, com o objetivo de descentralizá-la. Acompanhando essa premissa, foi desenvolvido um plano alternativo que se materializou no PMDU, cuja identificação de áreas de centralidade comprovou o avanço de sua formação no espaço de Curitiba a despeito da linearidade preconizada. Também se desenvolveu em paralelo uma proposta de “aldeamento” que retomou elementos típicos das Unidades de Vizinhança. Contudo, a brevidade dessas gestões, a não substituição do Plano Diretor e o relativo atraso na efetivação de suas propostas de reordenamento territorial, em especial do zoneamento, permitiram que as gestões seguintes, que retomaram a hegemonia política de vertente oposta, facilmente descartassem tais mudanças.

Já a partir dos anos 1990, conforme houve a reversão da tentativa de alteração no planejamento e estruturação urbana de Curitiba e o modelo vigente se mostrou integralmente implantado, optou-se por alterar o foco das intervenções públicas para a área ambiental, acompanhando a ascensão do tema da sustentabilidade em âmbito mundial, bem como promovendo uma imagem de “cidade modelo”, entre outras, condizente com os preceitos de *city marketing* característico do planejamento estratégico de viés neoliberal. Diversas ações de caráter misto, entre a estética e o meio ambiente marcaram a década, dotando a cidade de diversos cartões postais enquanto, por outro lado, continuavam as ocupações periféricas precárias em Curitiba e nos municípios vizinhos, em geral afastadas do Centro e dos Setores Estruturais. Em paralelo, foram sendo inseridas diversas estruturas comerciais de grande porte, tais como os *shopping centers*, representando mudanças nos hábitos de consumo e socialização de determinadas parcelas da população.

Nos anos 2000, discute-se o declínio do planejamento urbano em Curitiba e seu desgaste baseado na percepção de sua perda da capacidade de “inovação” (TURBAY, 2016). No âmbito legal, notou-se uma débil participação do poder público nos processos de instalação de grandes estruturas terciárias, que pouco são obrigadas a fazer além de reverter os impactos que causam no tráfego, priorizado o atendimento ao transporte individual. Na revisão do Plano Diretor de 2015, ocasião em que o tema das áreas de centralidade nos bairros ressurgiu nos debates públicos, a oportunidade de se discutir mais profundamente a questão e se atualizar a compreensão sobre o processo de estruturação de tais áreas não foi devidamente aproveitada, resultando em propostas e na sua inclusão na lei de maneira muito vaga e pouco diferente do que já se realizava até então<sup>97</sup>. Também não é possível, no momento, avaliar os desdobramentos das possíveis aplicações do que prevê a proposta de zoneamento de 2018, nem mesmo se esta será aprovada ou quais alterações serão procedidas até sua promulgação como lei.

Dessa maneira, conclui-se que a estruturação urbana de Curitiba passou, praticamente ao longo da segunda metade do século XX, pelas fases de monocêntrica, multicêntrica e policêntrica, chegando ao século XXI com uma

---

<sup>97</sup> O que pode ter sido, ao menos parcialmente, decorrente da dificuldade em se contrapor ao modelo hegemônico de planejamento urbano em Curitiba, seja no campo técnico da retomada de questões abandonadas a tempos pelos órgãos da prefeitura, seja no campo da disputa entre os diferentes grupos políticos locais.

complexa estrutura urbana promovida pela ação de diversos agentes, como o poder público, empreendedores privados, população excluída das áreas privilegiadas pelo modelo de planejamento adotado, etc. O fato de não ter sido dada continuidade à ideia de estímulo a áreas de centralidade secundárias no espaço público, retomada nos anos 1980 e, brevemente, entre 2014 e 2015, mas relegada de modo geral por parte da municipalidade, não implica que estas não tenham se desenvolvido, se multiplicado, ou mesmo se reduzido, enfim, se transformado desde então. Assim sendo, com o objetivo de avaliar como o espaço urbano de Curitiba se reestruturou ao longo das últimas três décadas sob o prisma da concentração de atividades terciárias, tanto por influência da legislação, como dos agentes econômicos, é discutida e aplicada no capítulo seguinte uma metodologia para a identificação de áreas de centralidade, bem como avaliados os seus resultados.

## **5. ÁREAS DE CENTRALIDADE EM CURITIBA E REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

Conforme discutido anteriormente, a centralidade consiste num importante fenômeno do espaço urbano, podendo expressar-se em diferentes áreas e de diferentes formas. Sobre o contexto da área de estudo, conclui-se que a continuidade do processo de descentralização e formação de áreas de centralidade em Curitiba foi abordada pelo planejamento urbano a partir de ângulos bastante distintos, ora preconizando modelos multicêntricos e, na maior parte do tempo, buscando induzir uma expansão linear do Centro. Dada a predominância desse segundo modelo, não houve desde a segunda metade dos anos 1980 a divulgação oficial de estudos que procurassem apontar como o espaço urbano curitibano se estrutura em termos da formação de áreas de centralidade.

Nesse sentido, no presente capítulo é realizada uma abordagem embasada no atributo de concentração de atividades econômicas terciárias para indicar como o processo vem se desenvolvendo nas últimas três décadas e qual a sua configuração atual. Num primeiro momento, são discutidas metodologias de identificação de áreas de centralidade baseadas nesse atributo, um dos principais fatores presentes no estudo Estrutura Policêntrica de Curitiba (IPPUC, 1987). São também apresentadas a metodologia que embasou tal estudo, aplicada por Duarte (1974) no Rio de Janeiro, e a utilizada por Fonseca (2009) em São Paulo, com a qual a adotada na presente pesquisa compartilha alguns procedimentos, tais como o recorte de atividades terciárias baseado na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

No item 5.2, por sua vez, há a descrição dos procedimentos metodológicos de identificação de áreas de centralidade e sua aplicação no território do município de Curitiba, onde são expostos mapas que comparam diferentes recortes e representações dos dados utilizados, bem como os resultados com eles obtidos. O conteúdo exposto nesse item fornece conclusões do ponto de vista metodológico relativos às possibilidades de utilização das técnicas e dados empregados e permite a realização de análises sobre o processo de reestruturação da centralidade intraurbana em Curitiba evidenciando a formação e a consolidação de uma estrutura multi(poli)cêntrica.



## 5.1 PERCURSO METODOLÓGICO PARA A DEFINIÇÃO DE ÁREAS DE CENTRALIDADE

A discussão sobre as três metodologias a seguir possui um elemento fundamental que as correlaciona, a utilização do fator concentração de atividades enquanto revelador de áreas de centralidade e de funções superiores como indicativas de sua hierarquização. Reis (2007) aponta para o trabalho de Duarte (1974) como uma das primeiras contribuições que, ao realizar uma aplicação da teoria dos lugares centrais de Christaller, buscou identificar e hierarquizar áreas de centralidade multifuncionais (subcentros), tendo servido de base para estudos posteriores sobre a distribuição da estrutura varejista no espaço urbano, tal qual o do IPPUC (1987). Tais trabalhos baseiam-se em metodologias pautadas pela localização de atividades tidas como centrais, cuja concentração quantitativa indicaria áreas que expressam centralidade, e a concentração qualitativa indicaria determinada hierarquização entre essas áreas. Por sua semelhança com a metodologia desenvolvida por Fonseca (2009), adotada no presente trabalho, e pelo seu uso em Curitiba é importante discutir como esses trabalhos se lastrearam metodologicamente antes de detalhar a que será utilizada na sequência do trabalho, possibilitando uma comparação entre tais metodologias similares, mas aplicadas em épocas distintas.

Duarte (1974), considera que "A identificação de lugares centrais intraurbanos também se obtém através da convergência de bens, serviços e pessoas, e foi essa a preocupação do presente trabalho, procurando identificar e hierarquizar os lugares centrais existentes no interior da Metrópole Carioca." (DUARTE, 1974, p. 54)<sup>98</sup>. No que tange às categorias de atividades terciárias consideradas reveladoras de centralidade, Duarte indica que

O centro funcional é definido pela multiplicidade de suas funções, assim é necessário que coexistam num mesmo local:

1.º) atividade comercial que se caracteriza por sua multiplicidade e especialização. A qualidade dos produtos é relativa, uma vez que está intimamente relacionada ao padrão socioeconômico da população. Nem todos os gêneros varejistas são característicos de subcentros. Estes caracterizam-se pelo predomínio do comércio de consumo frequente e pouco frequente.;

---

<sup>98</sup> Apesar de falar em metrópole, vale ressaltar que o trabalho de Duarte (1974) é, de fato, restrito ao atual município do Rio Janeiro. Naquela época, este correspondia ao estado da Guanabara, por isso a autora também se refere aos dados utilizados e à área de abrangência de seu estudo como "estaduais".

- 2.º) serviço financeiro, onde a presença de bancos garanta seu poder econômico. A presença de agências de financiamento e investimentos também é outro elemento importante;
- 3.º) serviços profissionais superiores caracterizados pela existência e consultórios médicos, laboratórios de análises clínicas, escritórios de advocacia, contabilidade e outros;
- 4.º) serviço cultural e recreativo, que confere ao centro forte poder de atração;
- 5.º) transporte e comunicação, pois sendo a área bem servida de meios de transporte e possuindo facilidade de acesso, garante para si importante área de mercado. (DUARTE, 1974, p. 59)<sup>99</sup>

Na primeira parte do seu trabalho, correspondente à identificação das áreas, a autora utiliza "[...] dois métodos: o indireto, que consiste no mapeamento de alguns serviços ligados às atividades econômicas a aos serviços de utilização particular, e o método direto, por meio de informações quantificadas obtidas de inquéritos<sup>100</sup> passados entre a população ativa sobre o local de procura daqueles serviços" (DUARTE, 1974, p. 61). Ou seja, Duarte toma como base para seu trabalho no método indireto a localização das atividades terciárias e, no método direto, a quantidade de frequentadores de cada área identificada por tipo de comércio e serviço demandado, analisando percentualmente o peso e a intensidade de cada área de centralidade, incluindo o Centro, para cada tipo de atividade econômica. A utilização dos dados de frequentadores, com a informação residencial deles, permitiu ainda à autora traçar as áreas de influência de cada centro no final do trabalho.

Com base nas categorias destacadas anteriormente, a autora indica quatro "gêneros de produtos de venda": de consumo cotidiano; frequente; pouco frequente; e raro, destacando que o primeiro se encontra espalhado por toda a cidade, enquanto o último é praticamente restrito no Centro. Tal hierarquização de bens e serviços com vistas à hierarquização de centros é característica da Teoria dos Lugares Centrais, conforme discutido no item 2.3. Assim, a autora alega que os intermediários, de consumo frequente e pouco frequente são os típicos de subcentros, elencando dentre tais gêneros atividades mais específicas para a aplicação do seu método indireto:

---

<sup>99</sup> Esse trecho também é citado, com cortes, no trabalho do IPPUC (1987, p. 3-4) no item de conceituação dos subcentros.

<sup>100</sup> Tais inquéritos decorreram de outra pesquisa, aplicada pela "antiga Divisão de Geografia, atual Assessoria Geral de Geografia e Estatística" do estado da Guanabara entre 1968 e 1969 para apurar os locais onde "[...] a população ativa da Guanabara [...] recorre à procura de bens e serviços centrais", que atingiu 30.844 pesquisados, considerados como 1% daquela população (DUARTE, 1974, p. 74)

Foram escolhidos, a fim de identificar e classificar os centros funcionais, os seguintes serviços:

- 1 – Comércio:
  - 1.1 – Comércio especializado (alguns gêneros: eletrodomésticos, óticas, lustres, tapetes, cortinas, livrarias e instrumentos musicais)
  - 1.2 – Rede de Filiais
- 2 – Serviços financeiros:
  - 2.1 – Rede Bancária
  - 2.2 – Agências de financiamento e investimento
- 3 – Serviços profissionais superiores:
  - 3.1 – Consultórios médicos e laboratórios de análises clínicas
  - 3.2 – Escritórios de Advocacia
  - 3.3 – Escritórios de Contabilidade
- 4 – Serviços de transporte:
  - 4.1 – Pontos terminais de transporte rodoviário urbano
- 5 – Serviços de divulgação, cultura e recreação:
  - 5.1 – Cursos especializados
  - 5.2 – Agências de jornais
  - 5.3 – Estabelecimentos de diversões. (DUARTE, 1974, p. 61)

Além disso, após identificados os subcentros, sua hierarquização se dá, novamente, por meio da concentração de atividades terciárias, mas desta vez a partir de apenas uma parcela daquelas consideradas anteriormente, as do gênero "pouco frequente"<sup>101</sup>, pois para a autora, "as funções de consumo frequente<sup>102</sup> são comuns a todos eles, não constituindo, portanto, elemento de hierarquização" (DUARTE, 1974, p. 82). O Quadro 3 elenca essas as 20 funções selecionadas para essa etapa do trabalho da autora.

QUADRO 3 - TIPOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS DE CONSUMO POUCO FREQUENTE SEGUNDO DUARTE (1974)

(continua)

CATEGORIA	ATIVIDADE ECONÔMICA
Comércio	Eletrodomésticos
	Óticas
	Lojas de Departamento
	Tapetes e Decoração
	Livrarias
	Instrumentos Musicais
	Lustres e Artigos de Iluminação
Serviços Profissionais	Escritórios de Advocacia

<sup>101</sup> "comércio do consumo pouco frequente: eletrodomésticos, óticas, relojoarias, móveis e decorações, etc." (DUARTE, 1974, p. 65)

<sup>102</sup> "comércio de consumo frequente: tecidos, roupas, calçados, drogarias e perfumarias etc, representado por lojas que podem ou não ser especializadas, de luxo ou populares, cujo padrão vai estar na dependência do poder aquisitivo da população da área do mercado." (ibid.)

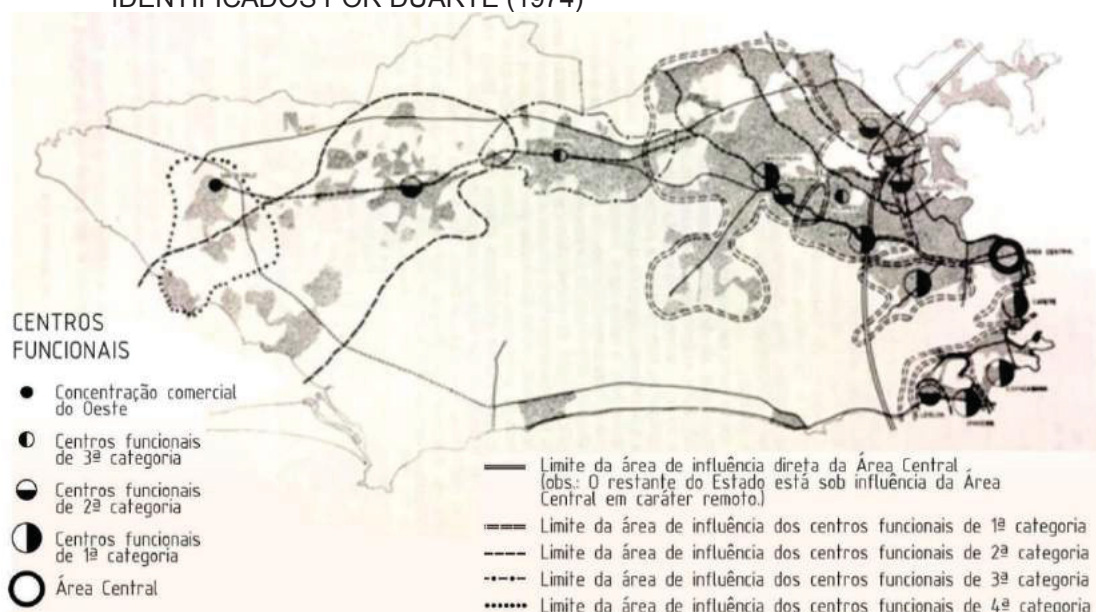
(conclusão)

CATEGORIA	ATIVIDADE ECONÔMICA
	Escritórios de Contabilidade
	Laboratórios de Análises Clínicas
	Especializações Médicas: Oftalmologia
	Especializações Médicas: Cardiologia
	Especializações Médicas: Endocrinologia
	Especializações Médicas: Ortopedia
	Especializações Médicas: Neurologia
	Especializações Médicas: Psiquiatria e Medicina Psicossomática
	Especializações Médicas: Cirurgia Plástica
Serviços Financeiros	Agências de Financiamento e Investimento
Serviços de Divulgação e Cultura	Cursos Preparatórios e de Línguas
	Agências dos principais jornais

FONTE: DUARTE (1974, p. 82). Organizado pelo Autor (2019).

Com essas 20 funções em vista, os subcentros de primeira, segunda e terceira categorias seriam aqueles que, respectivamente, contivessem 13 ou mais funções, de 8 a 12 funções, e de 4 a 7 funções. Tal separação resultou em 14 subcentros (Figura 24), grupo ao qual outros sete núcleos, que não atingiram quatro funções cada, não foram incluídos por disporem de "uma complexidade maior do que a de um simples comércio de bairro, mas cujas funções de caráter ainda bastante incompleto não são suficientes para categorizá-los como centros funcionais" (DUARTE, 1974, p. 84)

FIGURA 24 - CENTROS FUNCIONAIS E SUAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA NO RIO DE JANEIRO IDENTIFICADOS POR DUARTE (1974)



FONTE: Adaptado de DUARTE (1974)

Já no estudo sobre a "Estrutura Policêntrica de Curitiba"<sup>103</sup> referente aos trabalhos do IPPUC (1987, 1988), por sua vez, com a obra de Duarte como referência, adotou-se procedimento metodológico bastante semelhante, mas adaptado, pois, segundo o estudo,

Constatado o surgimento de núcleos de aglomeração de atividades urbanas em diversos pontos da cidade, foi realizado um levantamento quantitativo, com base no diagnóstico do PMDU e no conhecimento acumulado pelos técnicos do IPPUC sobre as características da malha urbana de Curitiba. Nesse levantamento empírico, foram considerados os seguintes aspectos: a) pontos de concentração de atividades de comércio e serviços; b) limites de concentração espacial dessas atividades (pontos de maior densidade de estabelecimentos econômicos) (IPPUC, 1987, p. 5, grifo nosso).

Com esse procedimento, e a utilização de "outros elementos, como o zoneamento, sistema viário e de transportes", o estudo identificou, inicialmente, 83 subcentros, hierarquizados em três níveis. Entretanto, daí em diante houve, a exemplo do trabalho de Duarte, o destaque às funções tidas como necessárias à uma "identificação e hierarquização mais precisa dos diversos sub-centros", sendo que tais atividades "foram selecionadas com base em 2 critérios fundamentais: funções de oferta de produtos e serviços de consumo intermitente ou não frequente; funções antes encontradas somente no centro principal da cidade." (IPPUC, 1987, p. 6). Assim, houve num primeiro momento a seleção de 23 atividades, reduzidas para 19 a partir da constatação de que algumas apresentavam

uma grande disseminação pela cidade, inclusive em áreas não comerciais, ou, em alguns casos, por não apresentarem uma efetiva descentralização. As funções suprimidas devido a essas razões são as de cursos de línguas, serviços públicos, serviços de diversão e cultura e supermercado e hipermercado. Particularmente os supermercados e hipermercados foram considerados apenas de forma secundária, na medida em que se instalam em áreas com densidade demográfica e renda média que garantem grande demanda, sendo em geral indutores e/ou consolidadores de ocupação na área abrangida<sup>104</sup>. (IPPUC, 1988, p. 5-6, grifos nossos)

<sup>103</sup> O trabalho é assim intitulado, entretanto, se fosse conceituado conforme a discussão realizada no item 1.2, trataria de uma "estrutura multicêntrica", pois limita-se a abordar somente os subcentros.

<sup>104</sup> A partir dessa leitura, podemos considerar que os hipermercados e supermercados chegaram a ser identificados como expressões de centralidade no estudo, mas não puderam ser incluídas na metodologia então utilizada por não se relacionarem à lógica de formação dos subcentros. Essa constatação reforça a caracterização dessas estruturas de comércio como expressões contemporâneas de centralidade realizada no presente trabalho.

As 19 atividades remanescentes, sendo 11 de comércio e oito de serviços, são expostas no Quadro 4.

QUADRO 4 - TIPOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS FUNCIONAIS SEGUNDO IPPUC (1987)

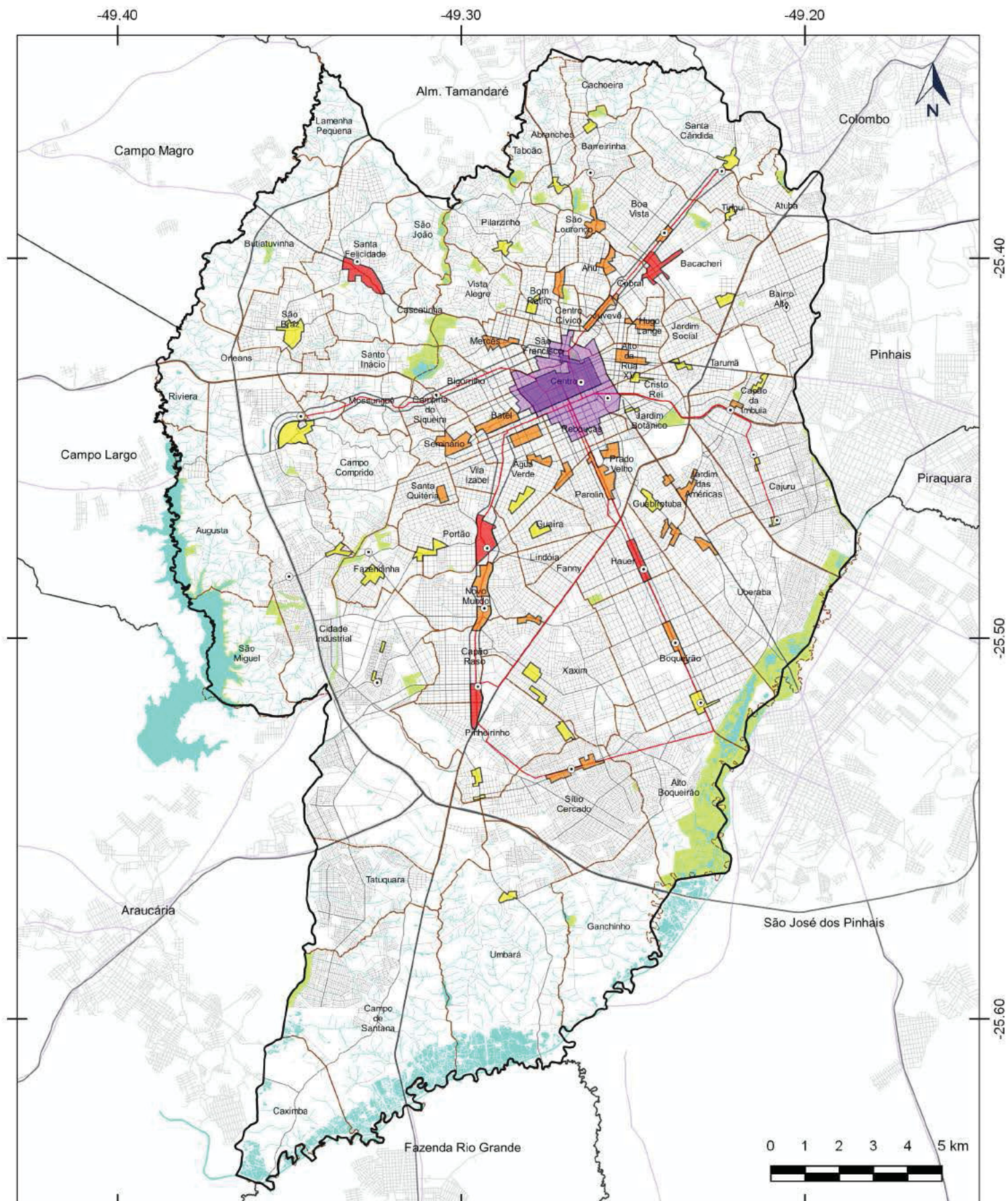
TIPO DE ATIVIDADE	ATIVIDADE
Comércio	Veículos e acessórios
	Artigos do Vestuário
	Móveis e artigos de habitação
	Jóias, relógios, artigos de ótica, fotográficos e som
	Papel, impressos e artigos de Escritório
	Brinquedos, artigos desportivos e de recreação
	Flores
	Magazines, lojas de departamentos
	Ferragens, tintas e materiais de construção
	Animais, sementes e implementos agrícolas
	Vidraçarias
Serviços	Agências Bancárias
	Outros serviços financeiros
	Restaurantes e similares
	Laboratórios de análises clínicas
	Clínicas médicas e odontológicas
	Serviços auxiliares de atividades econômicas
	Posto de captação de anúncios de jornal
	Serviços técnicos profissionais

FONTE: IPPUC (1987, p. 6). Organizado pelo Autor (2019).

Com esse procedimento, o estudo manteve os três níveis de hierarquização e, seguindo uma lógica similar à de Duarte (1974), definiu como subcentros de 1º nível aqueles que agregaram um mínimo de 15 funções, dentre as quais os bancos (mínimo de três agências) e magazines necessariamente deveriam estar, os de 2º nível aqueles dotados de um mínimo de 10 funções, os de 3º nível aqueles com o mínimo de cinco funções, enquanto 24 núcleos foram eliminados da caracterização final por não atingirem cinco atividades distintas cada, o que resultou num total final de 59 subcentros. Além disso, para refinar a hierarquização e avaliar a área de influência de cada subcentro, a equipe da prefeitura realizou uma pesquisa com 1.234 consumidores em alguns estabelecimentos dos próprios subcentros para investigar seu local de moradia, renda, meio de deslocamento, e que tipos de funções (dentro de 14 das 19 do universo do Quadro 4) o entrevistado acessava, considerando



também sua frequência, por que meio de deslocamento e em qual bairro ele acedia para a função. Com a conjugação dessas variáveis, dos 59 núcleos, foram definidos cinco de 1º nível, 26 de 2º nível e 28 de 3º nível, conforme demonstrado no Mapa 2.



**MAPA 02 – POLÍGONOS DAS ÁREAS DE CENTRALIDADE EM CURITIBA (IPPUC, 1987)**

### Legenda

#### Áreas de Centralidade (1987)

- Zona Central de Comércio
- Comércio Central Periférico
- Subcentro de 1º nível
- Subcentro de 2º nível
- Subcentro de 3º nível

- Terminal de ônibus
- Rodovias
- Vias Principais
- Vias Secundárias
- Vias Locais
- Ônibus expresso

- Cursos D'água
- Perímetro Municipal
- Limites Municipais
- Limite de Bairros
- Áreas Verdes
- Corpos Hídricos

Sistema de Coordenadas  
Geográficas  
Datum: WGS 84

Base Cartográfica:  
IPPUC (2018)

Elaboração:  
Gustavo D. Gaspari



Brevemente comparando as atividades indicadas pelos trabalhos, verifica-se alguma semelhança nos ramos de atividades indicados, sendo que às vezes há uma especificação mais detalhada das atividades (tais como "livrarias" em Duarte e "vidraçaria" em IPPUC) e em outras a descrição é mais genérica e abrangente (como em "agências de financiamento e investimento em Duarte e "serviços técnicos profissionais" em IPPUC). Dessa maneira, as atividades consideradas pelos trabalhos não são necessariamente claras e na sequência indicaremos como elas podem se inserir no contexto de classificação adotado atualmente. Também é verificada em ambas a utilização de pesquisas sobre o local de moradia dos frequentadores para, a partir da amplitude de seus fluxos, estabelecer a extensão da área de influência dos centros.

Para Reis (2007), a contribuição de Duarte (1974), bem como de outras pesquisas contemporâneas a ela que abordam a descentralização nas cidades brasileiras, apontam para uma fase de estruturação urbana na qual este processo coexistia com um CBD dominante, consideração que estendemos ao trabalho do IPPUC (1987) haja vista sua limitação em compreender a formação de outros tipos de centros resultantes do processo de descentralização além dos subcentros. Por esse motivo, é importante avançar e também colocar em pauta as formas contemporâneas de expressão da centralidade, o que se realizará com base na metodologia de Fonseca (2009).

Com seu estudo tendo como objeto o município de São Paulo, Fonseca (2009) resgatou o trabalho desenvolvido por Villaça (1978)<sup>105</sup> sobre a cidade paulistana como referência conceitual sobre as áreas de centralidade, notadamente sobre os subcentros. Segundo Fonseca, a obra de Villaça baseou-se no conteúdo e nos conceitos de outra, desenvolvida por geógrafos do Rio de Janeiro sobre a Área Central daquela cidade (IBGE, 1967), trabalho que também aparece como referência para Duarte (1974). Assim, nota-se que os estudos ora abordados contêm em si uma mesma origem no que se refere à conceituação e tipos de conteúdo que expressam centralidade. Um trecho da obra do IBGE indica a lógica de atividades centrais por ele expressa:

---

<sup>105</sup> VILLAÇA, F. J. M. A estrutura territorial da metrópole sul brasileira: áreas residenciais e comerciais. Tese (Livre Docência) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1978. O livro "Espaço intraurbano no Brasil" (VILLAÇA, 2001) é decorrente dessa tese.

Quando analisadas em conjunto, verificamos que existe uma hierarquia das funções centrais. Para certas funções a Área Central representa o lugar ideal de atuação, por diversos fatores. [...] Assim no Rio de Janeiro há funções que são típicas da Área Central, são monopolizadas por ela, tendo maior centralidade. São funções de âmbito metropolitano e, mesmo, nacional, daí se localizarem na Área Central, que tem maior raio de ação. Entre elas podemos enumerar: a político-administrativa, a cultural, a comercial, a atacadista, a do comércio especializado e, sobretudo, a de direção, isto é, a da gerência dos negócios e da produção. [...] Outras funções, apesar de serem, também centrais, tem menor posição, pois não são monopolizadas por ela. Aparecem, igualmente, nos subcentros. São serviços que lidam diretamente com a população residente, e, como essa é encontrada nos bairros e subúrbios, procuram se instalar, assim, nos subcentros. É a função comercial varejista, sobretudo, o comércio de luxo, a função recreativa, no que se refere aos estabelecimentos de ensino ou galerias de arte, são os serviços de alimentação, etc. (IBGE, 1967, p. 19, grifo nosso)

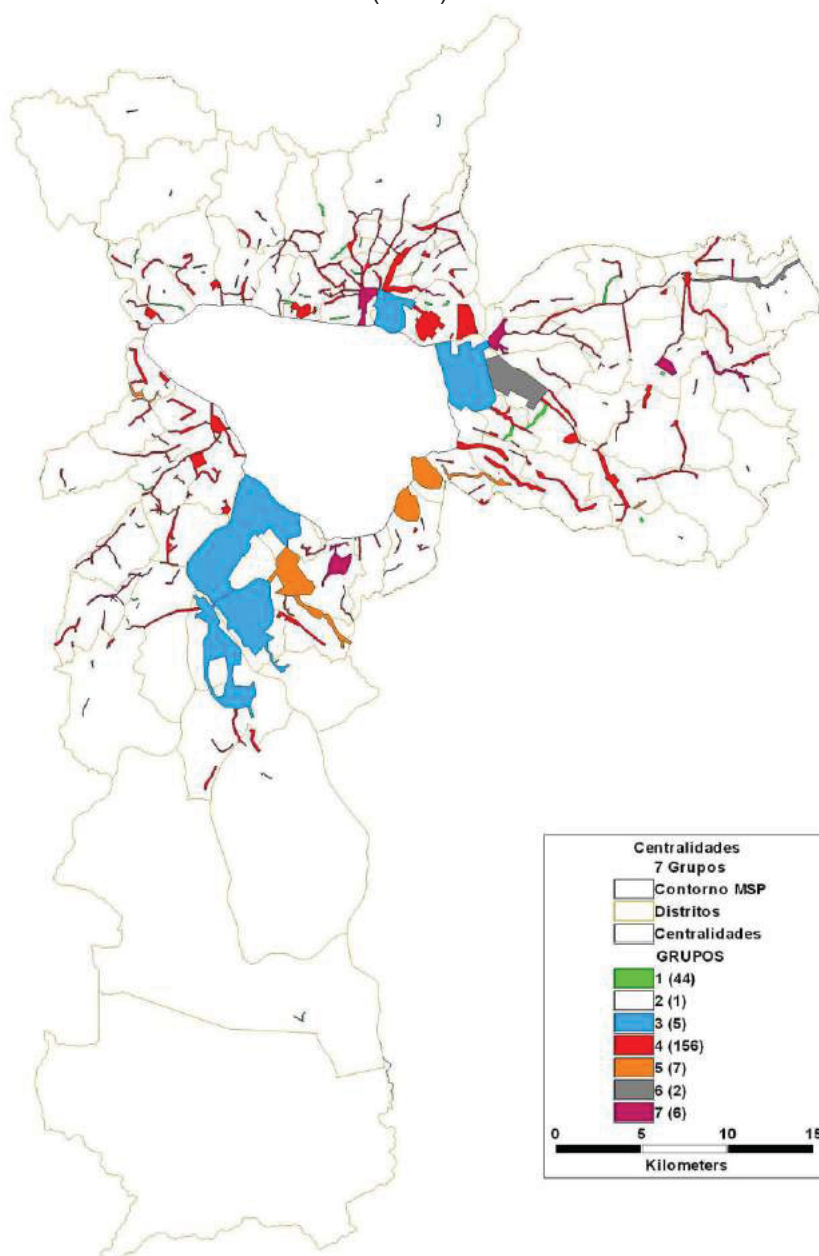
A leitura da passagem acima deixa explícito que o conceito de hierarquia de funções e consequente hierarquia de centros é basilar, tanto para esse estudo, como para os que nele se referenciaram. Na sequência do trabalho do IBGE, os autores discorrem sobre as atividades típicas do Centro, uma vez que o estudo se restringe a essa área. Vimos que, nos trabalhos relacionados a esse arcabouço teórico (DUARTE, 1974; IPPUC, 1987) as atividades descritas para o Centro e subcentros não são necessariamente as mesmas, além de, por vezes, se referirem a ramos abrangentes de atividades. A respeito da mudança nas atividades, Fonseca (2009, p. 18) justifica no seu trabalho que "para a realização desta pesquisa, a manutenção dos critérios adotados por Villaça (1978) para a identificação e classificação dos subcentros mostrou-se inviável, na medida em que a natureza dos estabelecimentos de comércio e serviços mudou ao longo do tempo", conforme exemplifica:

Ao longo desses anos, observou-se, entre outras coisas, a proliferação de postos de atendimento bancários, a perda de importância das lojas de departamentos, o aumento do protagonismo dos shopping centers e a migração dos cinemas e estabelecimentos de diversão para o interior desses, o aumento da diversidade do tipo de igrejas... Da mesma forma, a lógica de localização desses estabelecimentos no tecido urbano pode ter variado. Questões como segurança (como no caso dos bancos, por exemplo), segmentação do mercado (por tipo e poder aquisitivo dos consumidores), proximidade com os concorrentes, facilidade de acesso por transporte público ou individual, podem influenciar na decisão de localização dos diferentes tipos de empresa. (FONSECA, 2009, p. 18)

A essas mudanças poderiam se adicionar outras, mais recentes, como a popularização do acesso a serviços *on-line*, que impacta diretamente na distribuição

de agências bancárias, causando sua retração, por exemplo, e o avanço do *e-commerce*, que altera as estratégias de venda do setor varejista. Por meio de uma metodologia baseada na concentração de atividades específicas, densidade de empresas com mais de 10 vínculos empregatícios formais, aferida com a utilização de técnicas de georreferenciamento, a autora indicou a existência de 221 áreas de centralidade no município de São Paulo, conforme ilustra a Figura 25, que denotam uma expressiva dispersão da centralidade no território.

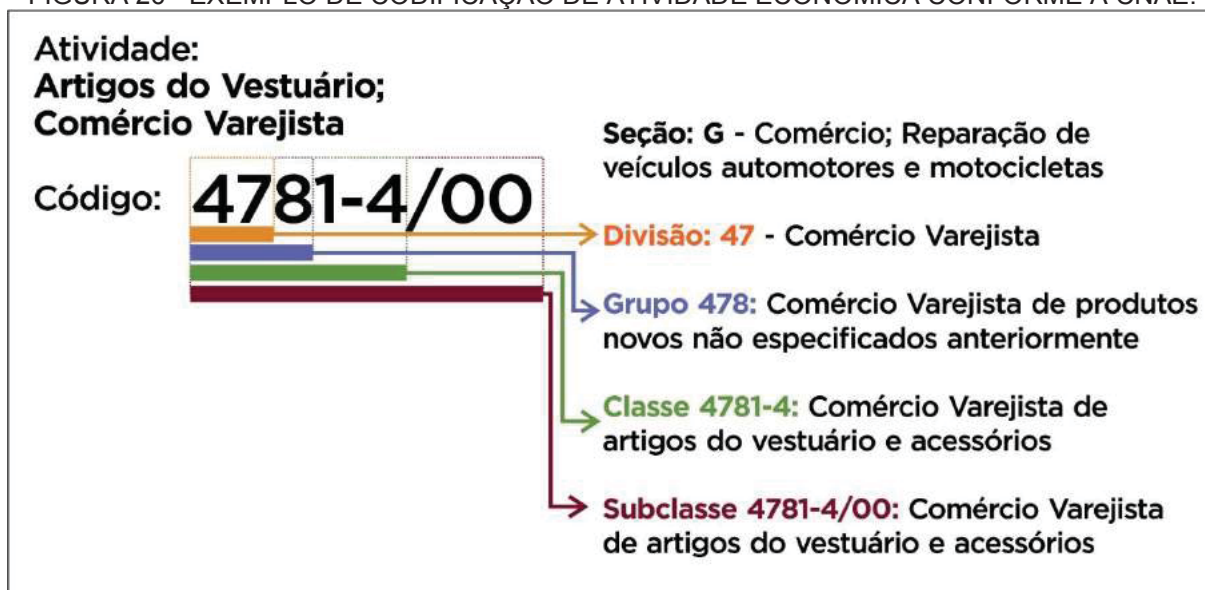
FIGURA 25 - IDENTIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE ÁREAS DE CENTRALIDADE EM SÃO PAULO SEGUNDO FONSECA (2009)



FONTE: FONSECA (2009)

Quanto à imprecisão nas atividades indicadas nas outras obras mais antigas, o trabalho de Fonseca (2009) apresenta uma alternativa, uma vez que recorre à Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), o que colabora para indicar, de maneira mais explícita, a quais atividades o trabalho se refere. A CNAE é uma classificação que foi implementada em 1994 pela Comissão Nacional de Classificação (CONCLA), vinculado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), já tendo passado por algumas versões desde então, cuja atual, a 2.0, é vigente desde 2007. (IBGE, 2018). Possui uma estrutura de atividades econômicas abrangente e detalhada, que compreende as atividades dos setores primário, secundário e terciário. Essa estrutura divide-se em: Seção, Divisão, Grupo, Classe, Subclasse e Atividade, sendo que esta última exibe o mesmo código da Subclasse à qual se refere. As seções são organizadas de "A" a "U", sendo que a "A" corresponde às atividades primárias, de "B" a "F" compreendem atividades do setor secundário (indústria) e as seções de "G" a "U" indicam atividades do setor terciário da economia. Dentro de cada seção as atividades econômicas são identificadas por meio de um código que contém a indicação da sua localização na estrutura CNAE, conforme exemplo da Figura 26.

FIGURA 26 - EXEMPLO DE CODIFICAÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA CONFORME A CNAE.



FONTE: O autor (2019)

No trabalho de Fonseca (2009) são selecionados 21 grupos de atividades, sendo que partir da classificação CNAE 2.0 e CNAE-Subclasses 2.2, verifica-se a



existência de 1329 subclasses de atividades, das quais 155 estão abrangidas pelos grupos selecionados por Fonseca, conforme demonstrado no Quadro 5. Os grupos elencados pertencem, ainda às seguintes seções e divisões:

QUADRO 5 - TIPOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS CENTRAIS SEGUNDO FONSECA (2009)

(continua)

SEÇÃO	DIV.	GRUPO	DESCRIÇÃO DO GRUPO DE ATIVIDADE	QUANTIDADE DE SUBCLASSES (CNAE-SUBCLASSES 2.2)
G	46	464	Comércio atacadista de produtos de consumo não alimentar	27
	47	471	Comércio varejista não-especializado	6
		472	Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	10
		473	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	2
		474	Comércio varejista de material de construção	10
		475	Comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação; equipamentos e artigos de uso doméstico	14
		476	Comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos	9
		477	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos	7
		478	Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados	18
H	53	531	Atividades de Correio	2
I	55	551	Hotéis e similares	3
	56	561	Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas	4
K	64	642	Intermediação monetária - depósitos à vista	7
M	69	691	Atividades Jurídicas	4
		692	Atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária	2
P	85	852	Ensino Médio	1
		853	Educação superior	3
		854	Educação profissional de nível técnico e tecnológico	2
Q	86	861	Atividades de atendimento hospitalar	2
		863	Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos	7

(conclusão)

SEÇÃO	DIV.	GRUPO	DESCRIÇÃO DO GRUPO DE ATIVIDADE	QUANTIDADE DE SUBCLASSES (CNAE-SUBCLASSES 2.2)
		864	Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica	15
TOTAL				155

FONTE: FONSECA (2009). Organizado pelo Autor (2019).

Nota: Identificação das Seções: G - Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas; H - transporte, armazenagem e correio; I - Alojamento e Alimentação K - Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; M - Atividades profissionais, científicas e técnicas; P - Educação; Q - Saúde humana e serviços sociais.

Identificação das Divisões: 47 - Comércio varejista; 53 - Correio e outras atividades de entrega; 55 - Alojamento; 56 - Alimentação; 64 - Atividades de Serviços Financeiros; 69 - Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria; 85 - Educação; 86 - Atividades de atenção à saúde humana.

Com a classificação CNAE em vista e objetivando mensurar as alterações nos tipos de atividades consideradas entre os diferentes trabalhos ao longo do tempo, nos quadros a seguir são analisados os possíveis enquadramentos que as atividades indicadas por Duarte (1974) e IPPUC (1987) teriam na CNAE 2.0, para verificar como estas diferem daquelas indicadas na metodologia de Fonseca (2009). O Quadro 6 indica o procedimento realizado sobre as atividades de Duarte (1974), enquanto no Quadro 7 consta o procedimento sobre as atividades indicadas pelo IPPUC (1987).

QUADRO 6 - TIPOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS DE CONSUMO POUCO FREQUENTE SEGUNDO DUARTE (1974) E SEU ENQUADRAMENTO NA CNAE 2.0

(continua)

ATIVIDADE ECONÔMICA	TIPO DE ATIVIDADE COMPARÁVEL CONFORME ENQUADRAMENTO NA CNAE 2.0
Eletrodomésticos	Classe 4753-9: Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo (não compreende informática)
Óticas	Classe 4774-1: Comércio varejista de artigos de óptica
Lojas de Departamento	Subclasse 4713-0/01: Lojas de departamentos ou magazines
Tapetes e Decoração	Subclasse 4759-8/01: Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas
Livrarias	Classe 4761-0: Comércio varejista de livros, jornais revistas e papelaria; Subclasse 4761-0/01: Comércio varejista de livros
Instrumentos Musicais	Classe 4756-3: Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios

(conclusão)

<b>ATIVIDADE ECONÔMICA</b>	<b>TIPO DE ATIVIDADE COMPARÁVEL CONFORME ENQUADRAMENTO NA CNAE 2.0</b>
Lustres e Artigos de Iluminação	Subclasse 4754-7/03: Comércio varejista de artigos de iluminação
Escritórios de Advocacia	Subclasse 6911-7/01: Serviços advocatícios
Escritórios de Contabilidade	Subclasse 6920-6-01: Atividades de Contabilidade
Laboratórios de Análises Clínicas	Subclasse 8640-2/02: Laboratórios Clínicos; Atividade 8640-2/02: Laboratório de Análises Clínicas
Especializações Médicas: Oftalmologia	Grupo 863: Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos.
Cardiologia	
Endocrinologia	
Ortopedia	
Neurologia	
Psiquiatria e Medicina psicossomática	
Cirurgia Plástica	
Agências de Financiamento e Investimento	Classe 6432-8: Bancos de investimento Outras atividades diversas da Divisão 64: Atividades de serviços financeiros
Cursos Preparatórios e de Línguas	Subclasse 8599-6/05: Cursos preparatórios p/ concursos Subclasse 8593-7/00: Ensino de idiomas
Agências dos principais jornais	Subclasse 6391-7/00: Agências de notícias

FONTE: DUARTE (1974); IBGE (2018). Organizado pelo Autor (2019).

**QUADRO 7 - TIPOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS FUNCIONAIS SEGUNDO IPPUC (1987) E SEU ENQUADRAMENTO NA CNAE 2.0**

(continua)

<b>ATIVIDADE</b>	<b>GRUPO, CLASSE OU SUBCLASSE COMPARÁVEL (CNAE 2.0)</b>
Veículos e acessórios	Grupo 451: Comércio de veículos automotores; Grupo 453: Comércio de peças e acessórios para veículos automotores; Classe 4541-2: Comércio por atacado e a varejo de motocicletas, peças e acessórios.
Artigos do Vestuário	Classe 4781-4: Comércio Varejista de artigos do Vestuário e Acessórios.
Móveis e artigos de habitação	Classe 4753-9: Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo; Classe 4754-7 Comércio varejista especializado de móveis, colchoaria e artigos de iluminação.
Jóias, relógios, artigos de ótica, fotográficos e som	Classe 4783-1: Comércio varejista de jóias e relógios, Subclasses 4783-1/01: Comércio varejista de artigos de joalheria e 4783-1/02: Comércio varejista de artigos de relojoaria ;Classe 4774-1 Comércio varejista de artigos de óptica;Subclasse 4789-0/08: Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem; Classe 4753-9: Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo (não compreende informática).
Papel, impressos e artigos de Escritório	Classe 4761-0: Comércio varejista de livros, jornais revistas e papelaria;

(conclusão)

ATIVIDADE	GRUPO, CLASSE OU SUBCLASSE COMPARÁVEL (CNAE 2.0)
Brinquedos, artigos desportivos e de recreação	Classe 4763-6: Comércio varejista de artigos recreativos e esportivos
Flores	Subclasse 4789-0/02: Comércio varejista de plantas e flores naturais
Magazines, lojas de departamentos	Subclasse 4713-0/01: Lojas de departamentos ou magazines
Ferragens, tintas e materiais de construção	Grupo 474: Comércio varejista de material de construção
Animais, sementes e implementos agrícolas	Subclasse 4789-0/04: Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação; Atividade 4789-0/02: Sementes e mudas; comércio varejista
Vidraçarias	Classe 4743-1: Comércio varejista de vidros;
Agências Bancárias	Grupo 642 - Intermediação monetária - depósitos à vista
Outros serviços financeiros	Pode se referir à Divisão 64 - Atividades de serviços financeiros, ou a atividades específicas dentro do mesmo grupo das agências bancárias
Restaurantes e similares	Grupo 561 - Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas, ou mais especificamente, Subclasse 5611-2/01: Restaurantes e similares
Laboratórios de análises clínicas	Subclasse 8640-2/02: Laboratórios Clínicos, Atividade 8640-2/02: Laboratório de Análises Clínicas
Clínicas médicas e odontológicas	Grupo 863: Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos.
Serviços auxiliares de atividades econômicas	Não foi possível identificar correspondência com o termo utilizado.
Posto de captação de anúncios de jornal	Subclasse 8299-7/99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente, Atividade 8299-7/99: Posto, agência de coleta de anúncios de jornais independente.
Serviços técnicos profissionais	Pode corresponder a toda Seção M - Atividades profissionais, científicas e técnicas. Esta classe contém sete divisões (de 69 a 75) que compreendem 13 grupos diferentes, dos quais somente dois (691 e 692) estão em Fonseca (2009).

FONTE: IPPUC (1987); IBGE (2018). Organizado pelo Autor (2019).

Por meio dessa comparação foi possível verificar que a maioria das atividades dos trabalhos anteriores também está abrangida nos grupos adotados por Fonseca (2009), com algumas exceções, tais como: em Duarte (1974) as "agências dos principais jornais" (subclasse 6391-7/00) e as "agências de financiamento e investimento" que podem referir-se à outros grupos da Seção 64; e em IPPUC (1987), "Veículos e acessórios" (grupos 451 e 453 e classe 4541-2), "Posto de captação de anúncios de jornal" (subclasse 8299-7/99) e alguns dos serviços técnicos profissionais, caso se considere que estes correspondam à totalidade da Seção M.

Por fim, os "serviços auxiliares de atividades econômicas" não puderam ser enquadrados.

Dessa maneira, conclui-se que as atividades elencadas pelos trabalhos de Duarte (1974) e IPPUC (1987) ora se inserem em ramos mais específicos que os grupos da metodologia de Fonseca (2009), o que é mais frequente, ora se referem à definições genéricas cuja comparação com a CNAE indicaria grandes conjuntos de atividades ou a impossibilidade de enquadramento. Portanto, é possível afirmar que o trabalho de Fonseca (2009), ao não apresentar correspondência direta com nenhum dos outros dois, mais estendeu que restringiu o rol de atividades centrais consideradas ao definir 21 grupos da CNAE subdivisíveis em 155 subclasses, o que indica, um maior número de atividades tidas como centrais pela autora, mas também uma tendência de especialização das atividades econômicas que é própria da dinâmica setor terciário (SOUZA, 2010). No entanto, destaca-se que nos trabalhos de IPPUC (1987) e Fonseca (2009) há uma substancial diferença: enquanto no primeiro as áreas de centralidade foram definidas previamente e aí se realizou a verificação e contagem de suas atividades, no segundo foram definidas em primeiro lugar quais atividades deveriam estar concentradas no espaço para aí definir as áreas de centralidade.

Em relação às questões socioeconômicas, após a identificação das áreas de centralidade, a autora sobrepôs esse mapa ao de renda por setor censitário do IBGE, de modo a verificar que faixas de renda se encontram por tipo de área classificada, também realizado na presente pesquisa. Quanto ao procedimento para aferir a origem dos usuários das áreas de centralidade, procedimento que não é realizado na presente pesquisa, a autora se valeu dos dados da pesquisa Origem-Destino (OD) de São Paulo, de maneira que

A partir da matriz origem-destino, foram somadas as viagens atraídas, por cada zona do Município de São Paulo, por motivo de trabalho, assim como as viagens atraídas em todos os modais na hora-pico. Foram gerados os mapas de porcentagens de viagens atraídas por zonas, sobrepostos ao de áreas de centralidade. (FONSECA, 2009, p. 26)

Isto posto, levantaram-se algumas questões para o uso do recorte de atividades indicado na metodologia da autora, por esse motivo, alguns cuidados foram tomados no presente trabalho quanto à sua utilização. Em primeiro lugar, em vez de somente analisar as empresas dos 21 grupos destacados pela autora com mais de 10



funcionários, foram produzidos mapas com esse tipo de recorte mas também para todas as empresas desses 21 grupos, independentemente da quantidade de funcionários, além de análises para o setor de comércio e serviços como um todo, e para os grupos excluídos do recorte da autora, possibilitando comparar que diferenças e possibilidades tais recortes incidem sobre as análises e sobre a representação da concentração espacial de atividades econômicas.

Além disso, foram adotados raios de abrangência diferentes, de 250 metros e 500 metros dos pontos, para sua comparação no que tange à possibilidade de identificar visualmente por meio dos mapas as diferentes áreas de concentração. Foram realizados ainda recortes temporais e outros comparativos entre a concentração considerando-se todos os pontos e a concentração sem os pontos em *shopping centers* para verificar o peso que tais estruturas possuem sobre a concentração geral. Portanto, no item que segue, são expostos os procedimentos metodológicos realizados e os resultados obtidos.

## 5.2 IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE CENTRALIDADE

Para realizar as análises espaciais que permitem compreender as dinâmicas de formação, consolidação e distribuição das áreas de centralidade no território de Curitiba baseadas no atributo da concentração de atividades econômicas terciárias, resultantes nos 23 mapas apresentados na sequência, foi realizada uma série de procedimentos e tratamentos com bases cartográficas e de dados, os quais são descritos a seguir. A metodologia adotada deriva do trabalho de Fonseca (2009), entretanto, no presente trabalho não se buscou hierarquizar as áreas encontradas e nem definir limites precisos para sua abrangência, mas sim expor um panorama geral do processo no recorte estudado.

Conforme demonstrado nas metodologias dos trabalhos expostas no item anterior, conhecer a localização das atividades econômicas que indicam áreas de centralidade requer a informação da localização das empresas que desempenham tais atividades. Portanto, para essa tarefa foram obtidos dados das empresas junto à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) do antigo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), extinto no ano de 2019. A base de dados utilizada foi a Relação

Anual de Informações Sociais (RAIS), ano base 2017, integrada ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), uma relação cuja responsabilidade de declaração é das empresas. É importante destacar que os dados obtidos diretamente com a SPPE diferem dos disponíveis na *internet* por possuírem os endereços e demais dados das empresas, tais como o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e razão social, que configuram informações protegidas pela Lei de Acesso à Informação<sup>106</sup>. Por conter dados que permitiriam identificar individualmente as empresas, essa base de dados é chamada de “RAIS Identificada”.

Com a obtenção dessa base de dados, suas planilhas foram editadas de modo a separar as informações de interesse, a começar pelo recorte de análise, o município de Curitiba, identificado pelo seu código IBGE (4106902). Na sequência, foram separados os dados referentes às empresas do setor de comércio e serviços a partir do código CNAE declarado no campo correspondente. O total de endereços identificados como pertencentes à Curitiba e a esse setor somou 133.493 registros. Destes, foram retiradas as empresas que responderam ter permanecido inativas durante o ano base de 2017, o que reduziu o número de registros a 101.927 endereços.<sup>107</sup>

Para comparar a distribuição geral das atividades terciárias com aquelas indicadas por Fonseca (2009) e assim testar a viabilidade do recorte da autora, foi criada uma segunda planilha, contemplando somente as empresas enquadradas nos 21 grupos de atividades por ela indicados, o que resultou num arquivo com 42.842 registros. Consequentemente, os registros que sobraram, relativos aos 123 demais grupos do setor de comércio e serviços, formaram outro arquivo com 59.085 endereços. Antes de iniciar o processo de geocodificação dos endereços dos diferentes recortes, procedeu-se uma varredura dos dados para eliminar os casos de erros de digitação e de ortografia na escrita dos logradouros e bairros informados

---

<sup>106</sup> Lei Federal 12.527/2011, que regulamenta a Constituição. A obtenção da RAIS Identificada requer abertura de processo junto ao órgão responsável pelas informações, com firma de Termo de Sigilo, que veda a divulgação de informações individualizadas das empresas.

<sup>107</sup> Dada a dimensão dessa base de dados, o recorte para o município de Curitiba se mostrou importante para permitir o manejo das informações dentro do tempo disponível para a pesquisa, embora análises futuras considerando outros recortes sejam possíveis a partir dos dados obtidos.

pelas empresas<sup>108</sup>, com a finalidade de minimizar a ocorrência de registros não identificáveis pelo processo de geocodificação.

O processo de geocodificação consiste na atribuição de coordenadas geográficas de latitude e longitude para endereços dotados de logradouro, número, bairro e município, que possibilitam a geração de pontos para cada par de coordenadas no ambiente de um *software* de Sistema de Informações Geográficas (SIG). O método de geocodificação adotado foi o descrito por Jorge Santos (2017), com algumas adaptações, tal como o uso do programa Quantum GIS (QGIS) no lugar do ArcGIS. Nesse método os arquivos da RAIS Identificada em formato .xlsx (Microsoft Excel) foram geocodificados pelo aplicativo *on-line* Google Fusion Tables<sup>109</sup>, do qual se extraíram arquivos em formato .kml (*Keyhole Markup Language*). Tais arquivos foram abertos no programa Google Earth e novamente salvos em .kml, agora com as informações de coordenadas inseridas por esse programa. Na sequência, cada segundo arquivo .kml foi aberto no Bloco de Notas e transformado em arquivo .xml (*Extensible Markup Language*). Em seguida, foram importados no programa Microsoft Excel e reunidos<sup>110</sup>, sendo posteriormente salvos em formato .csv (*Comma-Separated Values*). Finalmente, os arquivos .csv foram importados no QGIS, que os projetou com base nas informações de latitude e longitude de cada registro.

Além dessas informações, foram reunidos diversos arquivos .shp (Shapefile) para a confecção dos mapas, como os limites municipais, de bairros, arruamento, hidrografia, áreas verdes, localização dos terminais de ônibus e da linha de ônibus expresso, cuja fonte foi o IPPUC (2018). Nos mapas a seguir são demonstrados os pontos gerados e projetados a partir do processo de geocodificação para os registros

---

<sup>108</sup> O trabalho com a RAIS Identificada revelou uma quantidade considerável de registros com erros no preenchimento dos logradouros, tais como erros de digitação e de ortografia (ex.: “Jucelino” em vez de “Juscelino”, “Visonde” em vez de “Visconde”), entre outros. Além disso, verificou-se a indicação de bairros não-oficiais de Curitiba, tais como “Champagnat” e “Ecoville”, o que pode acarretar no não reconhecimento do endereço pelos *softwares* utilizados. Nesse sentido, falta ao sistema de declaração da RAIS uma forma de preenchimento das informações que vincule os nomes do logradouro e do bairro ao CEP, por exemplo, a partir de uma relação padrão de logradouros, como ocorre em diversos formulários disponíveis na *internet*.

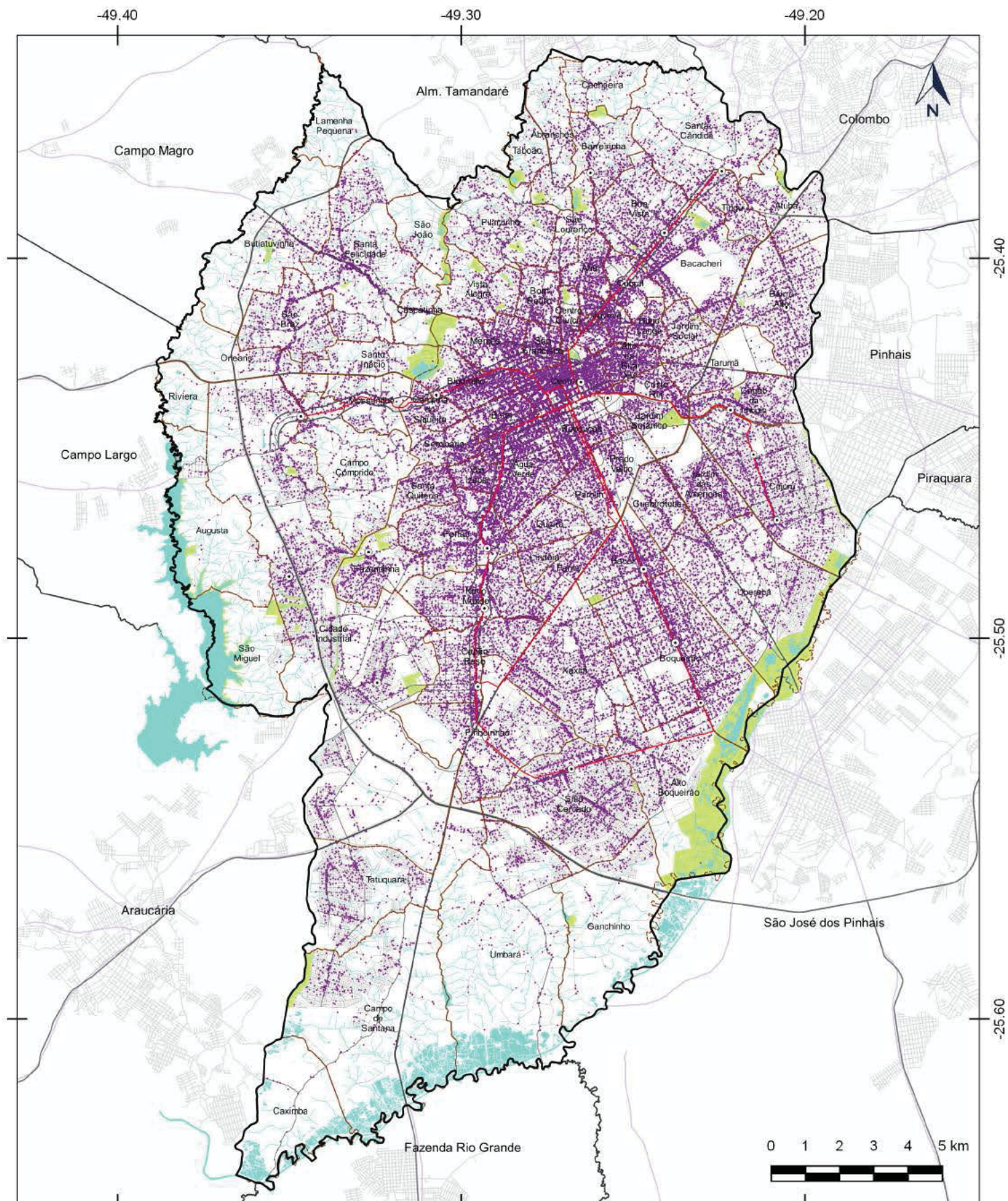
<sup>109</sup> De acordo com o site do aplicativo, este será descontinuado em 3 de dezembro de 2019, podendo suas funções migrarem para outros produtos do Google.

<sup>110</sup> O procedimento entre o Google Fusion Tables e o Google Earth não permite a leitura de planilhas muito extensas, motivo pelo qual as planilhas originais foram divididas em diversas outras com até 500 registros e depois reunidas.

da base RAIS 2017. No Mapa 3 constam todos os pontos dos endereços das empresas enquadradas no setor terciário da economia (seções “G” a “U” da CNAE) em Curitiba, que após a eliminação de pontos projetados fora de Curitiba e dos endereços não reconhecidos resultaram em 101.208 unidades (99,29% da quantidade inicial). No Mapa 4, por sua vez, foram isolados somente os pontos pertencentes aos 21 grupos CNAE selecionados por Fonseca (2009), cuja relação consta no Quadro 5, que contabilizam 42.618 unidades (99,48% dos registros iniciais).

No Mapa 5 foram projetados os grupos do setor terciário não incluídos no recorte da autora, para comparação com a distribuição daqueles inseridos do recorte, cuja quantidade de pontos após eliminação de inconsistências resultou em 58.590 (99,16% do total). Já no Mapa 6, a exemplo do procedimento adotado por Fonseca (2009) para São Paulo, realizou-se um recorte dos 21 grupos da autora para isolar os pontos relativos às empresas com 10 ou mais funcionários, excluindo assim as que se enquadram como microempresas (SEBRAE, 2013). Para esse recorte foram encontradas 4.417 unidades. Esses procedimentos foram realizados com o intuito de verificar as quantidades resultantes de cada amostra, sua viabilidade para a investigação do processo de formação de áreas de centralidade, e se haveria grandes diferenças na distribuição das atividades entre os tais recortes.



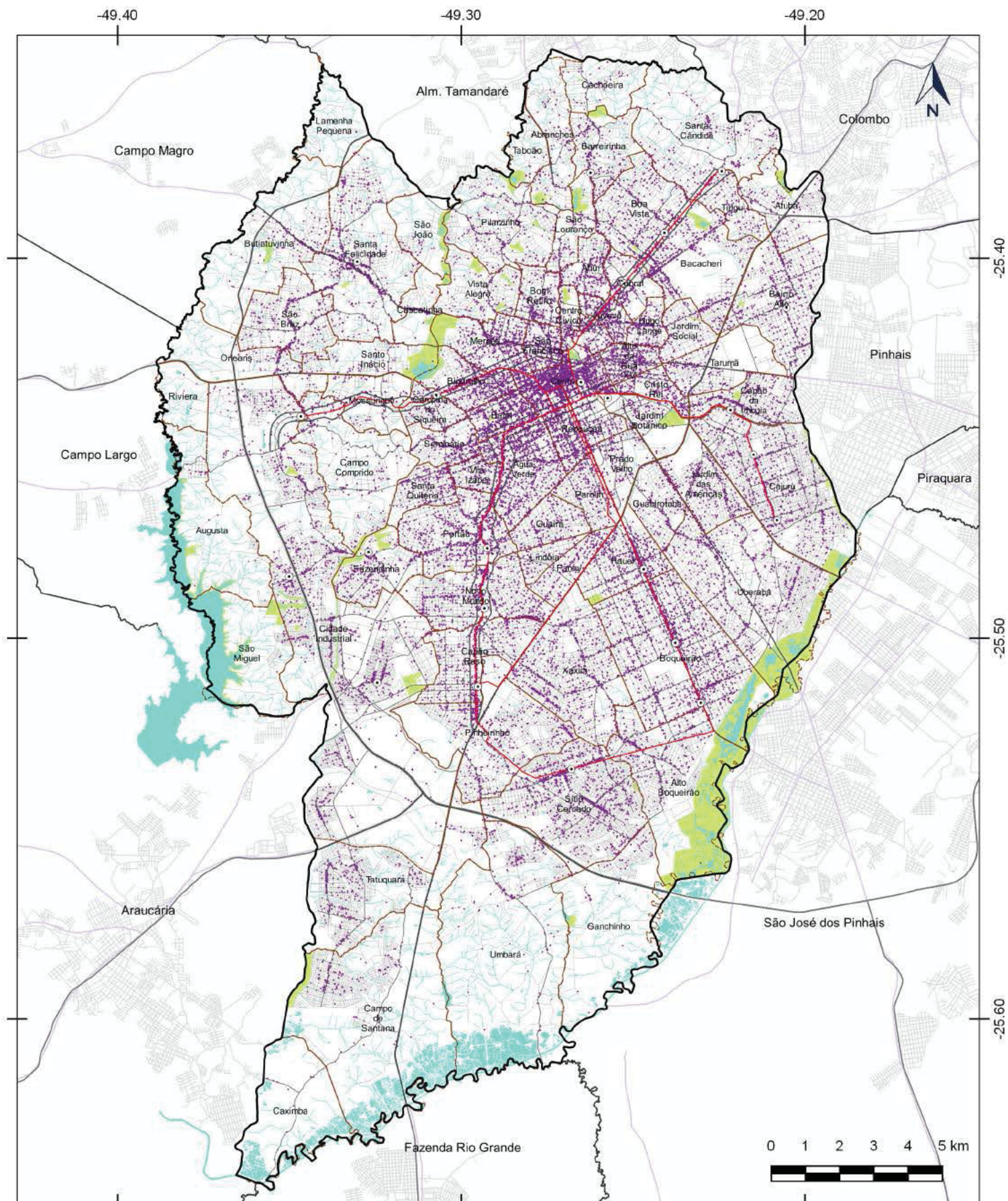


**MAPA 03 – LOCALIZAÇÃO DAS EMPRESAS DE TODO O SETOR TERCIÁRIO**

### Legenda

Empresa declarante da RAIS 2017	Terminal de ônibus	Cursos D'água	Sistema de Coordenadas Geográficas
Rodovias	Perímetro Municipal	Perímetro Municipal	Datum: WGS 84
Vias Principais	Limites Municipais	Limites Municipais	Base Cartográfica: IPPUC (2018)
Vias Secundárias	Limite de Bairros	Áreas Verdes	Elaboração: Gustavo D. Gaspari
Vias Locais	Corpos Hídricos		
Ônibus expresso			





**MAPA 04 – LOCALIZAÇÃO DAS EMPRESAS DOS GRUPOS SELECIONADOS**

### Legenda

• Empresa declarante da RAIS 2017

- ◉ Terminal de ônibus
- Rodovias
- Vias Principais
- Vias Secundárias
- Vias Locais
- Ônibus expresso

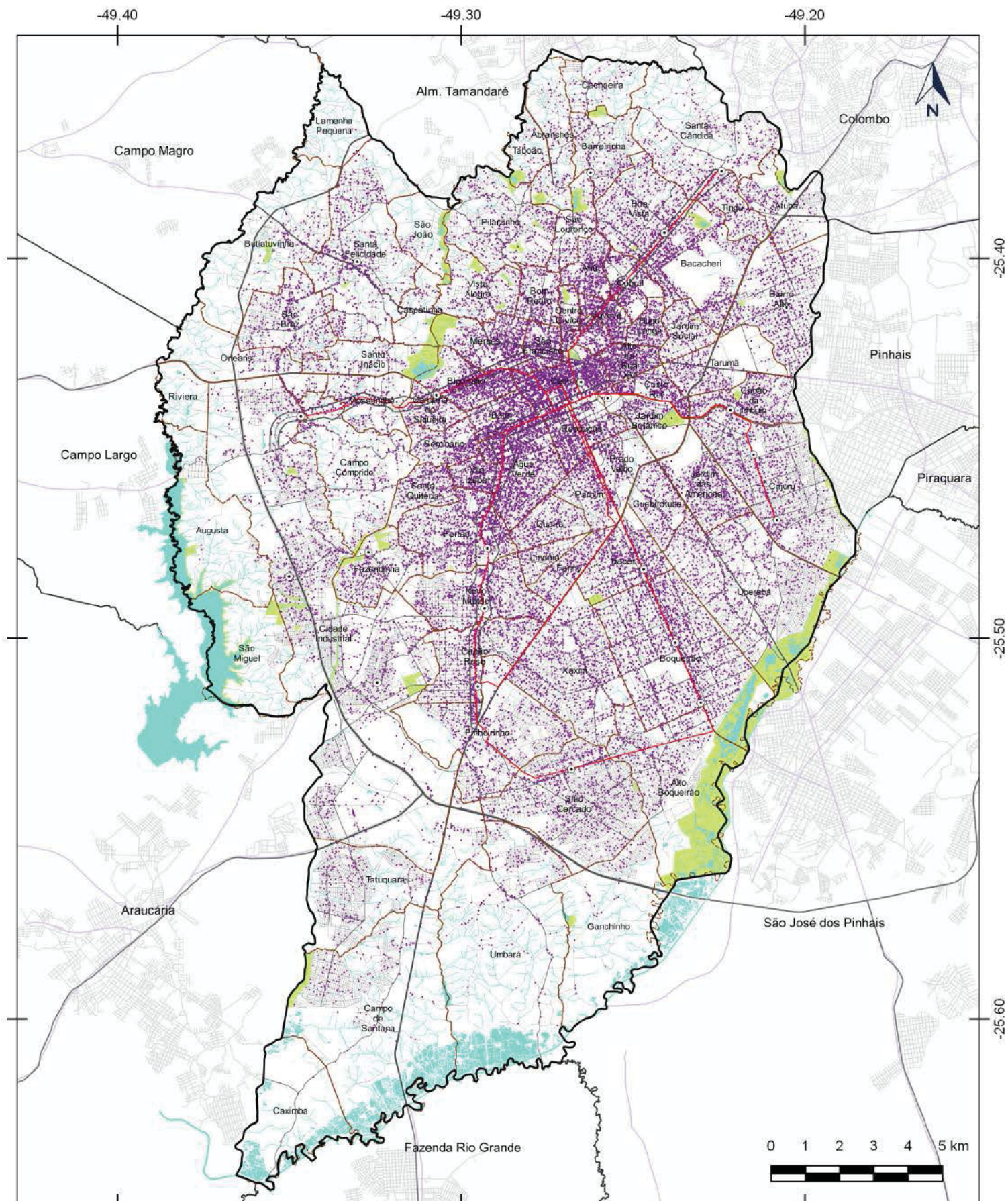
- Cursos D'água
- ▭ Perímetro Municipal
- ▭ Limites Municipais
- ▭ Limite de Bairros
- Áreas Verdes
- Corpos Hídricos

Sistema de Coordenadas Geográficas  
Datum: WGS 84

Base Cartográfica:  
IPPUC (2018)

Elaboração:  
Gustavo D. Gaspari



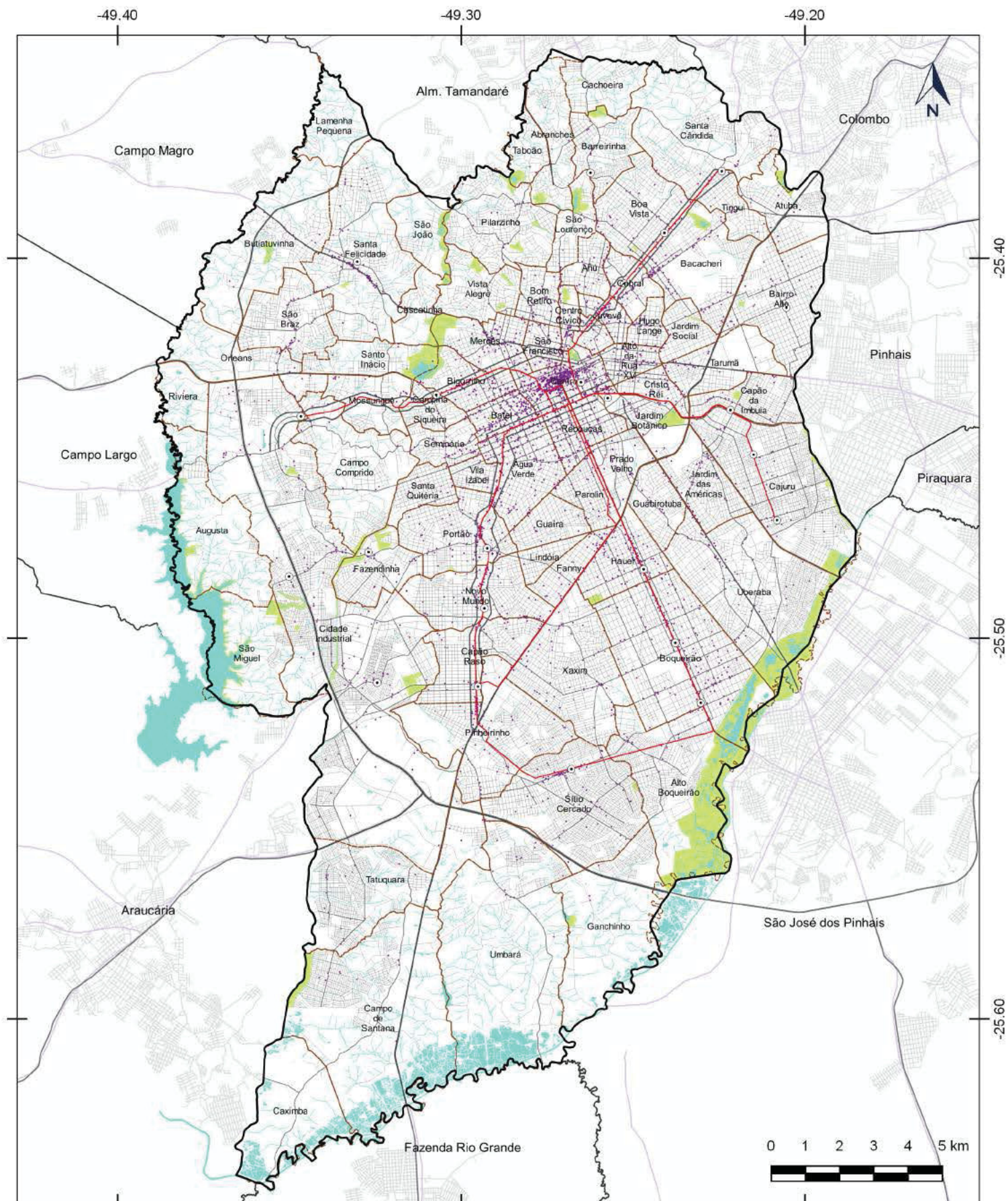


**MAPA 05 – LOCALIZAÇÃO DAS EMPRESAS NÃO INCLUÍDAS NOS GRUPOS SELECIONADOS**

## Legenda

- |                                 |                     |                                 |                                    |
|---------------------------------|---------------------|---------------------------------|------------------------------------|
| Empresa declarante da RAIS 2017 | Terminal de ônibus  | Cursos D'água                   | Sistema de Coordenadas Geográficas |
| Rodovias                        | Perímetro Municipal | Datum: WGS 84                   |                                    |
| Vias Principais                 | Limites Municipais  | Base Cartográfica: IPPUC (2018) |                                    |
| Vias Secundárias                | Limite de Bairros   | Elaboração: Gustavo D. Gaspari  |                                    |
| Vias Locais                     | Áreas Verdes        |                                 |                                    |
| Ônibus expresso                 | Corpos Hídricos     |                                 |                                    |





**MAPA 06 – LOCALIZAÇÃO DAS EMPRESAS DOS GRUPOS SELECIONADOS COM 10 OU MAIS EMPREGADOS**

## Legenda

• Empresa declarante da RAIS 2017

- Terminal de ônibus
- Rodovias
- Vias Principais
- Vias Secundárias
- Vias Locais
- Ônibus expresso

- Cursos D'água
- Perímetro Municipal
- Limites Municipais
- Limite de Bairros
- Áreas Verdes
- Corpos Hídricos

Sistema de Coordenadas Geográficas  
Datum: WGS 84

Base Cartográfica:  
IPPUC (2018)

Elaboração:  
Gustavo D. Gaspari

A análise comparativa dos mapas permite algumas conclusões. No Mapa 3 verifica-se uma dispersão de pontos por todo o território de Curitiba, apesar de no extremo sul esta ser mais rarefeita devido à ocupação urbana recente e ainda não completa em termos de cobertura do território, conforme já demonstrado no Mapa 1. Por outro lado, é possível visualizar concentrações de pontos no espaço, especialmente no Centro e proximidades, onde os pontos projetados formam um aglomerado no qual visualmente não é possível distinguir pontos individualmente. Outras concentrações com essa característica também são visíveis ao longo de alguns eixos, tais como os estruturais e em algumas avenidas, formando aglomerações de pontos de formato mais linear.

No Mapa 4, por sua vez, nota-se uma clara diminuição dos pontos projetados, tornando mais visíveis aspectos do fundo do mapa, como o arruamento. Ressalta-se que nesse mapa algumas áreas concentradoras de pontos já verificáveis no Mapa 3 ao longo de vias hierarquicamente superiores aparecem com maior destaque, em função da remoção de grande quantidade de pontos no interior dos bairros. No Mapa 4, o Centro apresenta um núcleo de alta concentração menos disperso que no mapa anterior, enquanto ficam mais visíveis concentrações lineares nas estruturais sul e Boqueirão, nos bairros Xaxim, Sítio Cercado, Tatuquara e Campo de Santana (ao sul), nas vias que cruzam de norte a sul os bairros Mossunguê, Orleans, São Braz, e Santa Felicidade (a oeste), na via que liga Santa Felicidade ao Centro (Av. Manoel Ribas). No norte, ganham destaque a avenida que liga os bairros Ahú, São Lourenço, Boa Vista e Barreirinha (Av. Anita Garibaldi) e concentrações do bairro Bacacheri. Ao leste, tornam-se mais visíveis linhas de aglomeração de pontos no Capão da Imbuia, Jardim das Américas, Cajuru, Uberaba e Guabirota, ao longo de avenidas que cortam tais bairros.

Essa visualização fica mais evidente quando comparada com o Mapa 5, dos pontos alheios aos 21 grupos de Fonseca (2009). No Centro nota-se, a exemplo do Mapa 3, uma dispersão maior da mancha, ainda que com menos intensidade, uma vez que o fundo é mais visível no Mapa 5. Ao mesmo tempo, comparado com o Mapa 4, neste ainda é possível visualizar algumas concentrações ao longo de avenidas dos bairros anteriormente citados, mas com muito mais dificuldade uma vez que há acentuada dispersão de pontos em vias de caráter local.



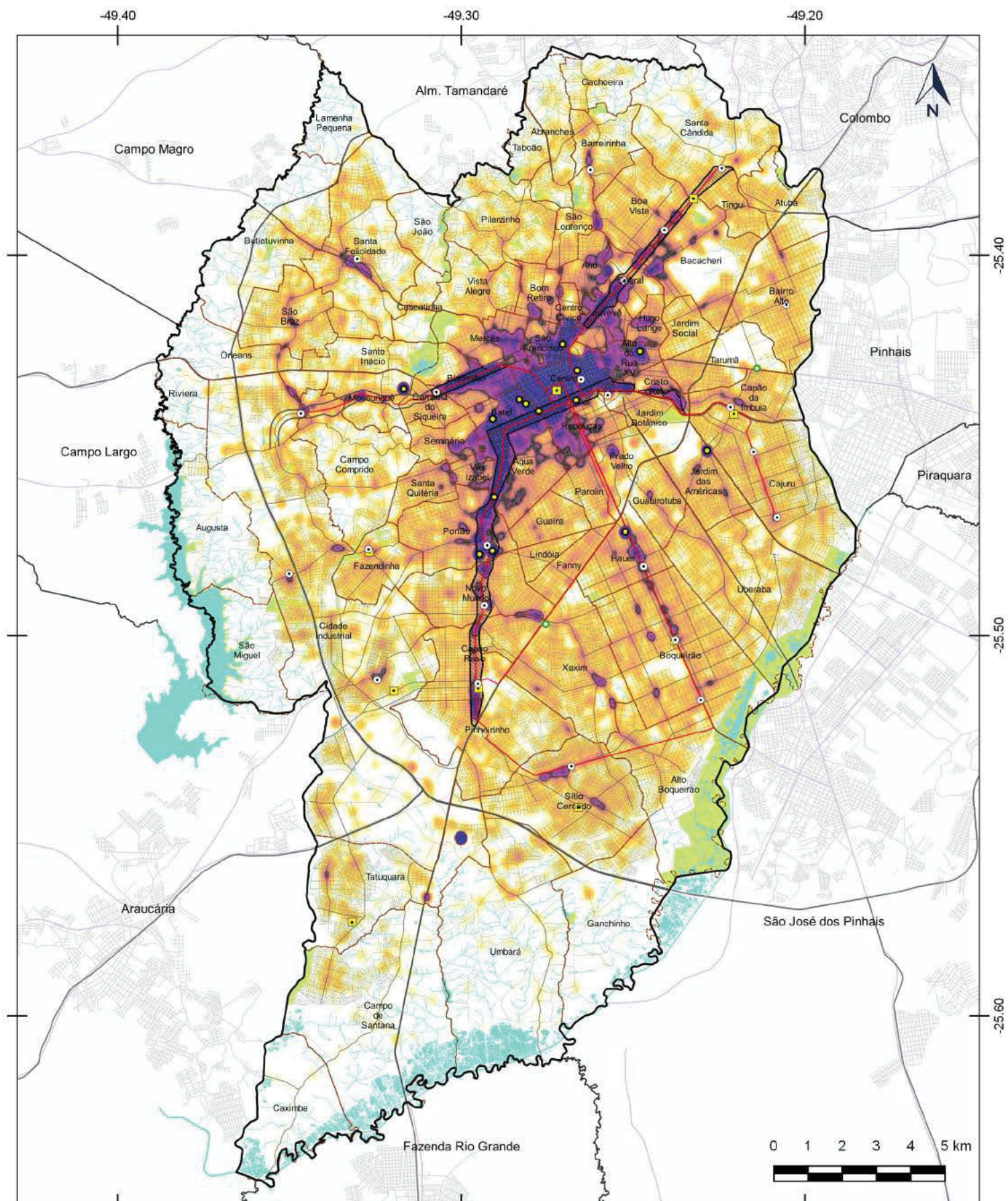
Já no Mapa 6, a ampla redução na quantidade de pontos projetados impacta sobremaneira a visualização de pontos nos bairros, enquanto o Centro mantém uma aglomeração facilmente identificável, embora muito menos extensa que nos mapas anteriores. Ainda assim, é possível ver algumas concentrações em avenidas dos bairros previamente citados e nas proximidades das vias do ônibus expresso, que na maior parte de seu trajeto circula pelo setor estrutural.

Além da mera projeção dos pontos no espaço realizada nos mapas discutidos acima, foram produzidos *heatmaps* (mapas de calor) para aprimorar a visualização das áreas de centralidade para cada universo de pontos que compõe os mapas de 3 a 6. Os mapas de calor foram gerados no ambiente do programa QGIS, por meio de um comando específico de mesmo nome. Tais mapas são produzidos a partir da utilização de estimadores Kernel, “um método estatístico de estimação de curvas de densidades” que representa “uma alternativa para análise geográfica do comportamento de padrões. No mapa é plotado, por meio métodos de interpolação, a intensidade pontual de determinado fenômeno em toda a região de estudo. Assim, temos uma visão geral da intensidade do processo em todas as regiões do mapa.” (MEDEIROS, 2012). Segundo esse autor, as duas principais vantagens da utilização da técnica Kernel são a melhor análise visual quando existe uma concentração excessiva de pontos em relação à visualização dos pontos em si e o fato de a representação não se limitar a áreas pré-definidas, como polígonos de bairros ou municípios. Dessa forma, foram obtidas manchas de intensidade de concentração dos pontos, o que auxilia a identificar a localização das áreas de centralidade.

No caso dos mapas que seguem, foi adotada a função bponderada com raios de 250 ou 500 metros, conforme indicação presente em cada mapa. A utilização desses dois raios se deu em função da observação que, enquanto calculados com raios de 250 metros, são melhor visualizados núcleos menores e núcleos de caráter linear, enquanto o uso do raio de 500 metros tende a mostrar áreas com mais concentração agrupando locais de maneira mais circular. Os valores de densidade mostrados nas legendas são adimensionais, entretanto, são proporcionais às quantidades de cada amostra, ou seja, quanto mais pontos houver, maior será o valor máximo obtido, e ao raio utilizado, por quanto maior seja, mais pontos poderá alcançar. Para destacar as áreas de maior concentração, utilizou-se um espectro de cores que varia do amarelo (intensidade mínima) ao azul (intensidade máxima), sendo



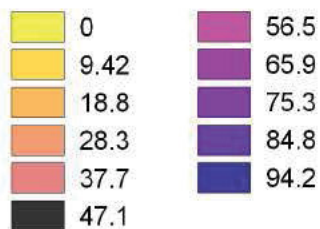
que o valor médio de intensidade foi realçado na cor preta, auxiliando a distinguir áreas com densidade superior à média, potenciais áreas de centralidade, daquelas abaixo da média. Os mapas 7, 8, 9 e 10 expõem as manchas de calor para cada amostra a partir de raios de 250 metros.



**MAPA 07 – MAPA DE CALOR DAS EMPRESAS DE TODO O SETOR TERCIÁRIO, RAIO DE 250m**

### Legenda

Intensidade



- Shopping em atividade
- Shopping em construção
- Terminal de ônibus
- Rua da Cidadania
- Rodovias
- Vias Principais
- Vias Secundárias
- Vias Locais

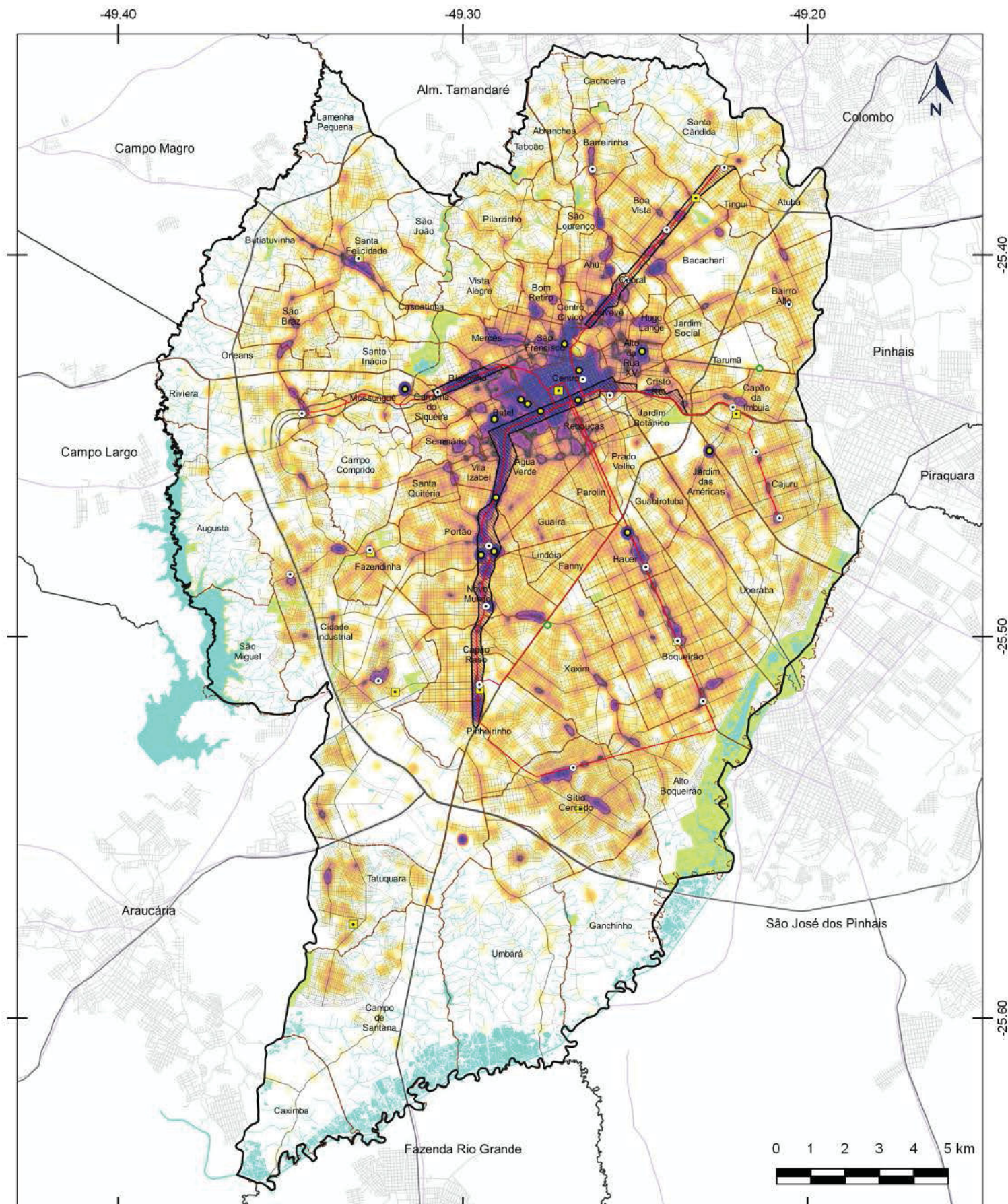
- Ônibus expresso
- Cursos D'água
- Perímetro Municipal
- Limites Municipais
- Limite de Bairros
- ▨ Setor Estrutural
- Áreas Verdes
- Corpos Hídricos

Sistema de Coordenadas  
Geográficas  
Datum: WGS 84

Base Cartográfica:  
IPPUC (2018)

Elaboração:  
Gustavo D. Gaspari

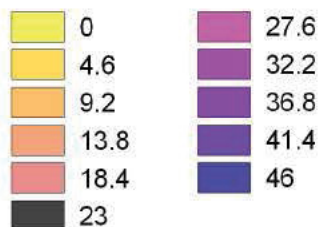




**MAPA 08 – MAPA DE CALOR DAS EMPRESAS DOS GRUPOS SELECIONADOS, RAIO DE 250m**

### Legenda

Intensidade



- Shopping em atividade
- Shopping em construção
- Terminal de ônibus
- Rua da Cidadania
- Rodovias
- Vias Principais
- Vias Secundárias
- Vias Locais

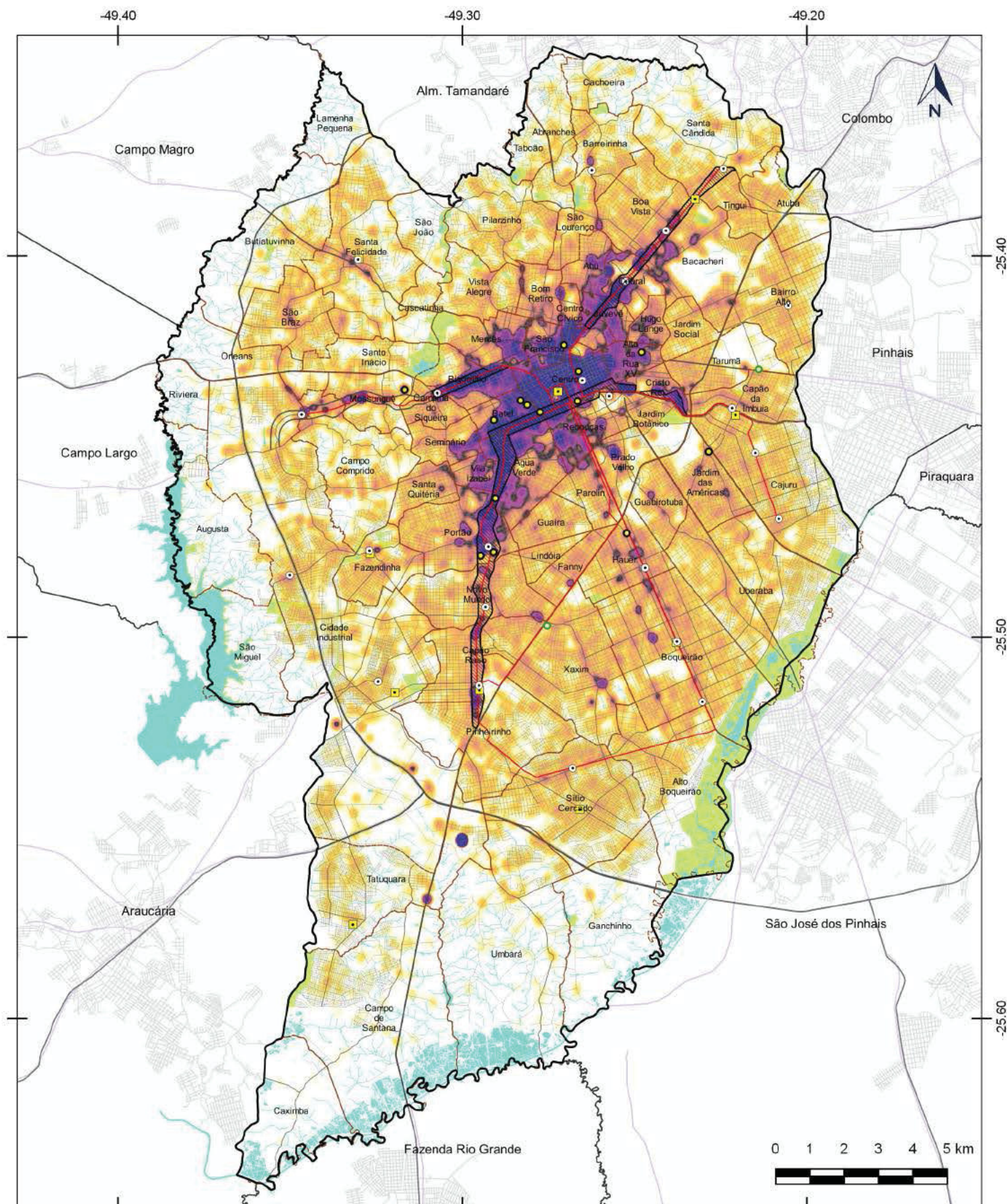
- Ônibus expresso
- Cursos D'água
- Perímetro Municipal
- Limites Municipais
- Limite de Bairros
- ▨ Setor Estrutural
- Áreas Verdes
- Corpos Hídricos

Sistema de Coordenadas  
Geográficas  
Datum: WGS 84

Base Cartográfica:  
IPPUC (2018)

Elaboração:  
Gustavo D. Gaspari

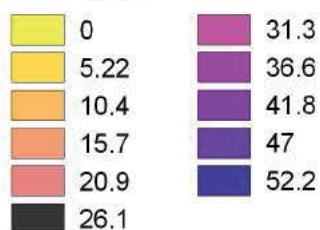




**MAPA 09 – MAPA DE CALOR DAS EMPRESAS NÃO INCLUÍDAS NOS GRUPOS SELECIONADOS, RAO DE 250m**

### Legenda

Intensidade



- Shopping em atividade
- Shopping em construção
- Terminal de ônibus
- Rua da Cidadania
- Rodovias
- Vias Principais
- Vias Secundárias
- Vias Locais

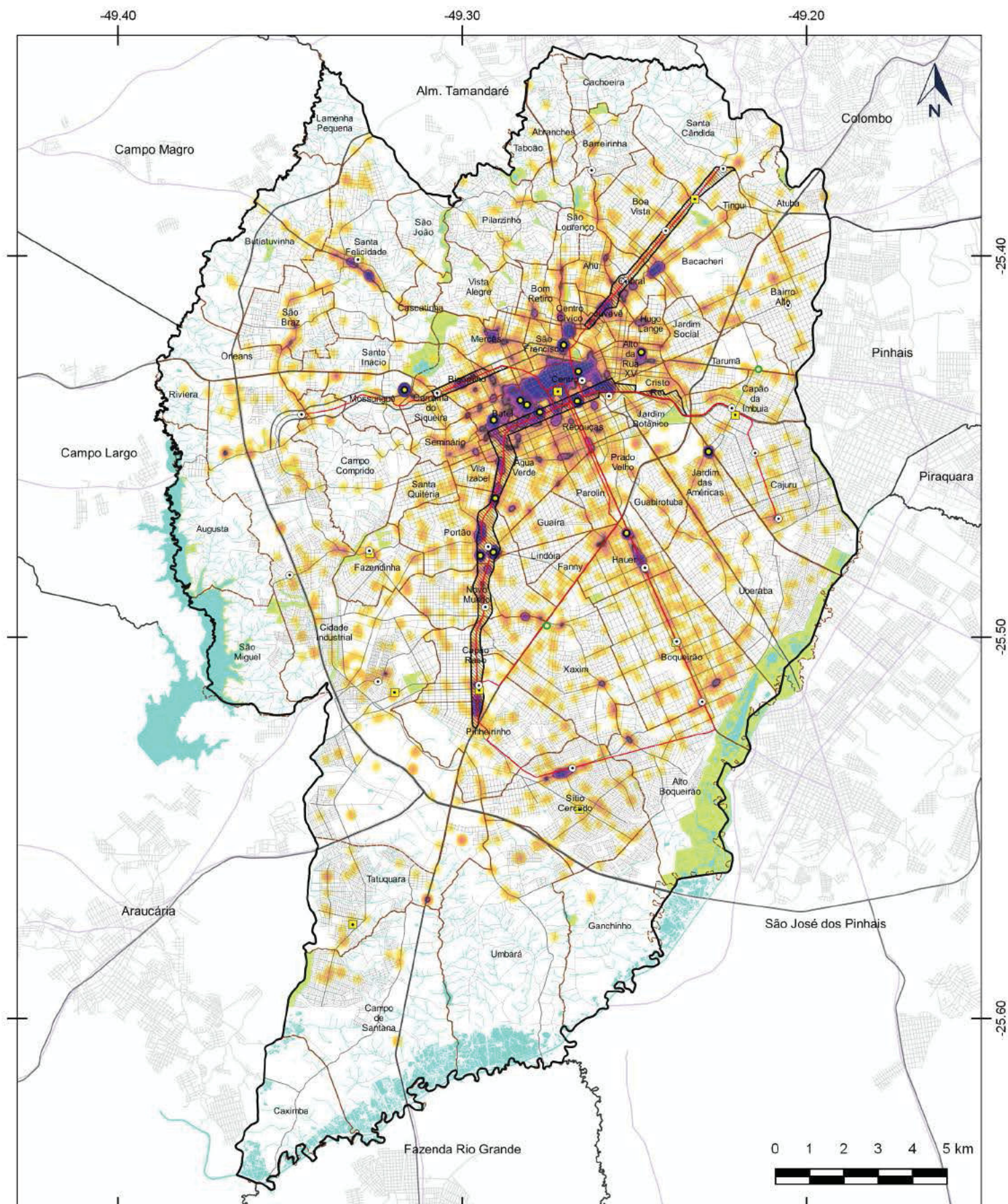
- Ônibus expresso
- Cursos D'água
- Perímetro Municipal
- Limites Municipais
- Limite de Bairros
- ▨ Setor Estrutural
- Áreas Verdes
- Corpos Hídricos

Sistema de Coordenadas  
Geográficas  
Datum: WGS 84

Base Cartográfica:  
IPPUC (2018)

Elaboração:  
Gustavo D. Gaspari

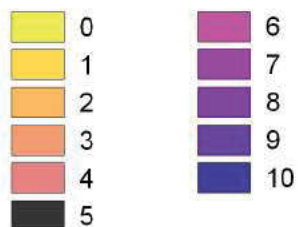




**MAPA 10 – MAPA DE CALOR, EMPRESAS DOS GRUPOS SELECIONADOS, 10 OU MAIS EMPREGADOS, R: 250m**

### Legenda

Intensidade



- Shopping em atividade
- Shopping em construção
- Terminal de ônibus
- Rua da Cidadania
- Rodovias
- Vias Principais
- Vias Secundárias
- Vias Locais

- Ônibus expresso
- Cursos D'água
- Perímetro Municipal
- Limites Municipais
- Limite de Bairros
- ▨ Setor Estrutural
- Áreas Verdes
- Corpos Hídricos

Sistema de Coordenadas  
Geográficas  
Datum: WGS 84

Base Cartográfica:  
IPPUC (2018)

Elaboração:  
Gustavo D. Gaspari



Analisando os mapas anteriores, verifica-se novamente uma similaridade no padrão exibido nas amostras geral e dos grupos fora do recorte de Fonseca (Mapas 7 e 9), nos quais a mancha de alta e média alta intensidade do Centro (cores azul e roxa do espectro) se espalha por vários bairros do entorno. Nota-se que a mancha de máxima intensidade, entretanto, se expande de maneira mais linearizada ao longo de alguns eixos específicos, em especial nos eixos estruturais sul, oeste e norte. Na leitura do Mapa 7 há ainda manchas desse nível de intensidade em pontos específicos do território sobre a localização de vias do eixo estrutural e de outras, como entre os bairros Novo Mundo e Xaxim (sul), entre a Fazendinha e a CIC e entre o Mossunguê e o São Braz (oeste), entre São Lourenço e Barreirinha (norte). Tais manchas nos bairros têm sua intensidade diminuída ou ficam abaixo da média no Mapa 9.

Já no Mapa 8, ao contrário, há uma intensificação dessas manchas nos bairros, o que leva a conclusão de que a amostra utilizada nesse caso é viável para a identificação de áreas de centralidade menores, indicando melhor os potenciais subcentros e áreas especializadas de pequeno porte e/ou alcance. Também há no Mapa 8 manchas de forte intensidade onde se localizam os shopping centers, que também são representadas no Mapa 7 e no Mapa 10 mas não no Mapa 9, o que demonstra que as atividades da amostra desse último mapa não procuram localizar-se nessas estruturas comerciais, mais uma evidência de que sua remoção da amostra geral auxilia na identificação das formas de expressão da centralidade discutidas na presente pesquisa. Por esses motivos, a amostra dos grupos selecionados por Fonseca (2009) foi adotada desde o Mapa 15 até o Mapa 25 mostrados na sequência.

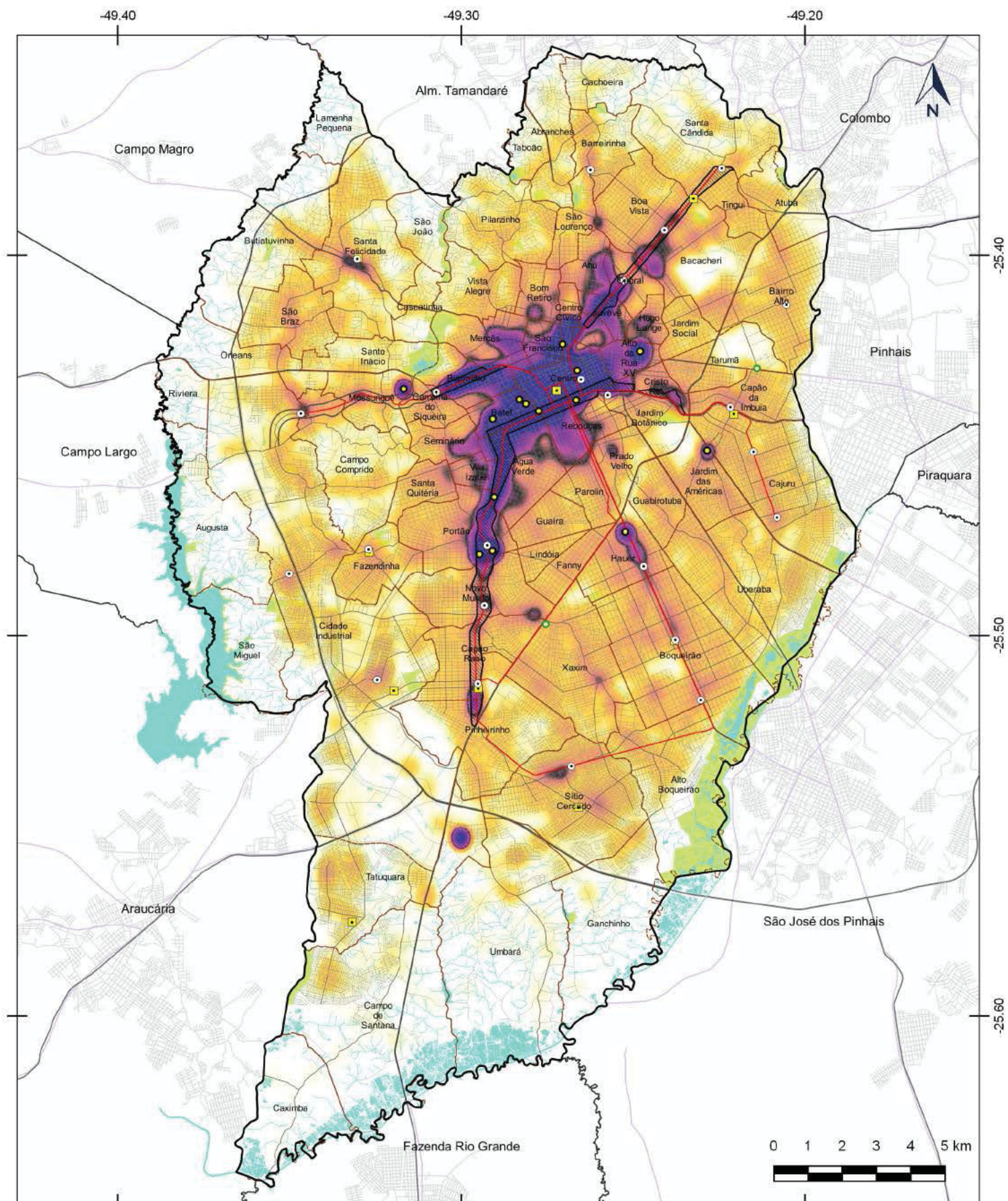
Em relação ao Centro e bairros próximas, no mapa gerado por tal amostra, a mancha de mais alta intensidade é praticamente mantida, embora se reduza bastante a área de média-alta densidade (cor roxa) que predomina nos bairros pericentrais nos Mapas 7 e 9. Ao mesmo tempo, verifica-se que no Mapa 8 os interstícios dos bairros apresentam intensidades menores (manchas alaranjadas para amarelo) enquanto no Mapa 9 a intensidade geral nos bairros é maior (mais manchas alaranjadas para vermelho), tornando menos distinguível as áreas de centralidade em meio ao seu espaço.

Já no Mapa 10 as manchas de mais intensidade ficam bastante restritas, diminuindo a extensão daquelas vistas no mapa e fazendo com que várias desapareçam, sobretudo as localizadas nos bairros fora do setor estrutural, cuja

exceção mais notável é a área em Santa Felicidade. Note-se que todas as manchas que se sobrepõem aos subcentros de 1º nível de IPPUC (1987) se mantêm, o que indica, juntamente com a restrição das manchas, que tal amostra poderia ser utilizada com o intuito de hierarquizar diferentes áreas de centralidade, procedimento que, entretanto, não foi realizado no presente estudo.

Os mapas a seguir contém as mesmas amostras, mas agora com a utilização de raios de 500 metros. De maneira geral, as mesmas conclusões obtidas com os mapas 7, 8, 9 e 10 podem ser observadas a partir deles, contudo, verifica-se também que a quantidade de áreas com intensidade acima da média diminui em todos os casos se comparados aos respectivos mapas do conjunto anterior. Isso ocorre pelo fato de que, enquanto analisadas por um raio menor, concentrações de extensão reduzida aparecem, uma vez que o raio maior incide na “necessidade” de tais áreas serem espacialmente mais abrangentes e assim, núcleos muito restritos se diluem pela amostra das proximidades conter poucos pontos. Conclui-se então que a representação das manchas de calor a partir dessa dimensão de raio, ou de outras maiores, é mais um elemento que pode ser adotado para amostras de caráter geral se o objetivo for estabelecer hierarquias superiores para as áreas de centralidade encontradas, funcionando como uma ferramenta de análise complementar aos raios de menor abrangência como o de 250 metros.

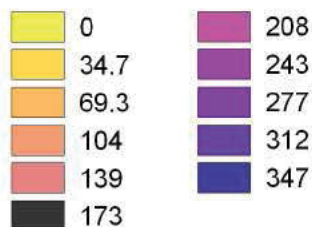




**MAPA 11 – MAPA DE CALOR DAS EMPRESAS DE TODO O SETOR TERCIÁRIO, RAIO DE 500m**

### Legenda

Intensidade



- Shopping em atividade
- Shopping em construção
- Terminal de ônibus
- Rua da Cidadania
- Rodovias
- Vias Principais
- Vias Secundárias
- Vias Locais

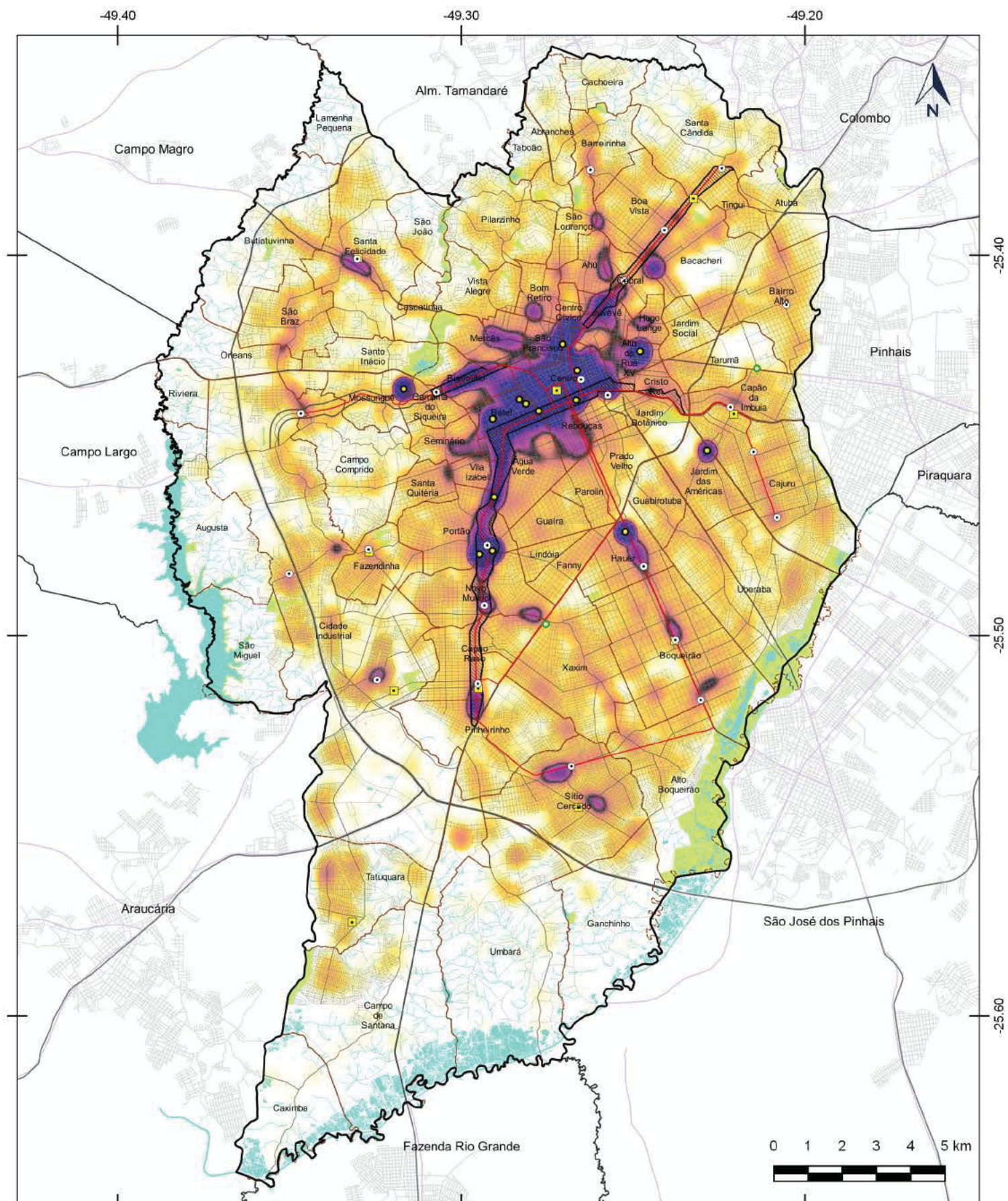
- Ônibus expresso
- Cursos D'água
- Perímetro Municipal
- Limites Municipais
- Limite de Bairros
- ▨ Setor Estrutural
- Áreas Verdes
- Corpos Hídricos

Sistema de Coordenadas  
Geográficas  
Datum: WGS 84

Base Cartográfica:  
IPPUC (2018)

Elaboração:  
Gustavo D. Gaspari

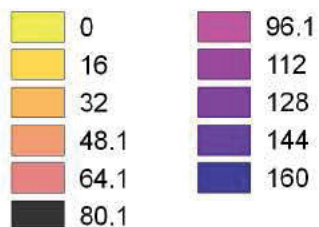




**MAPA 12 – MAPA DE CALOR DAS EMPRESAS DOS GRUPOS SELECIONADOS, RAIO DE 500m**

### Legenda

Intensidade



- Shopping em atividade
- Shopping em construção
- Terminal de ônibus
- Rua da Cidadania
- Rodovias
- Vias Principais
- Vias Secundárias
- Vias Locais

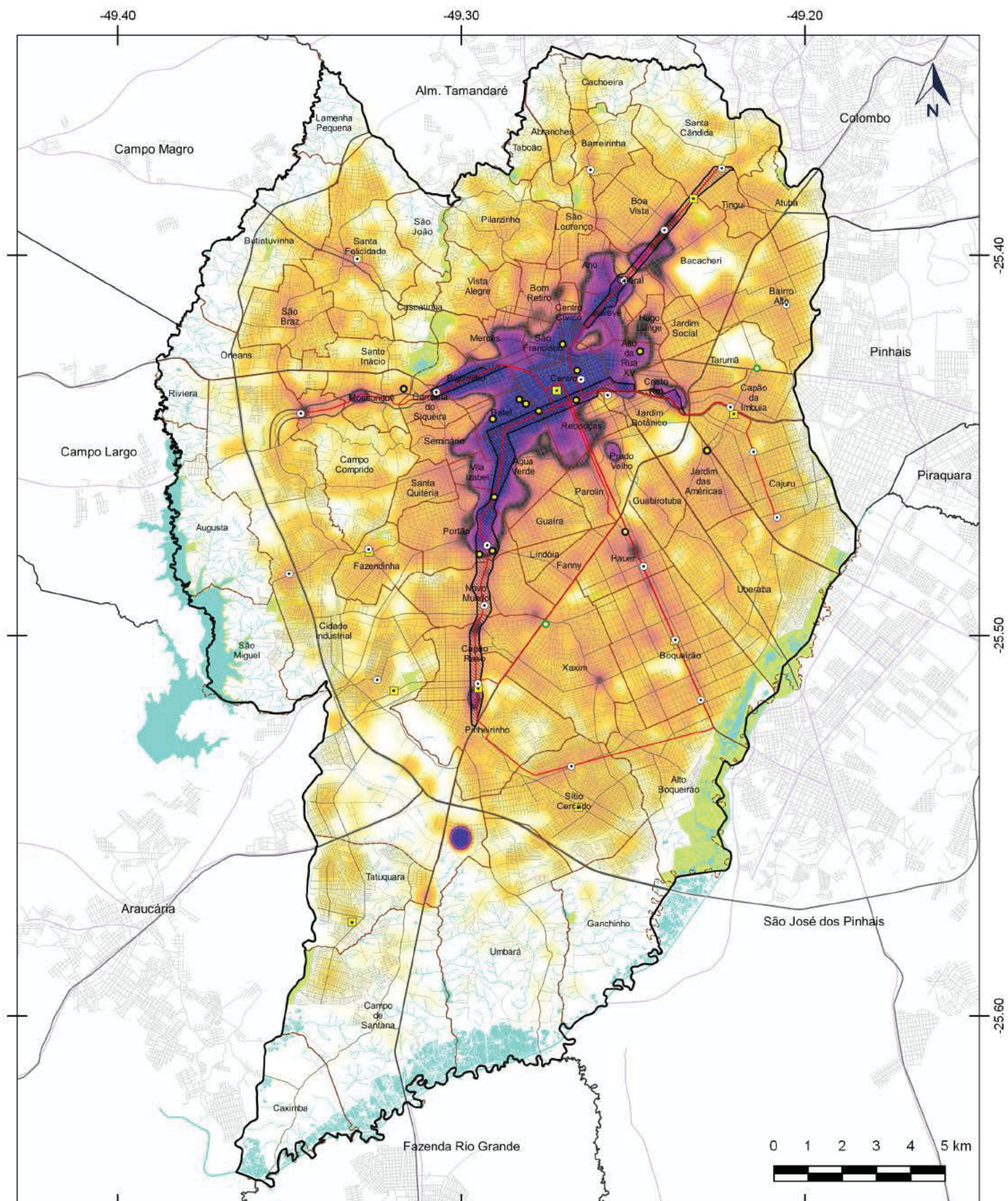
- Ônibus expresso
- Cursos D'água
- Perímetro Municipal
- Limites Municipais
- Limite de Bairros
- ▨ Setor Estrutural
- Áreas Verdes
- Corpos Hídricos

Sistema de Coordenadas  
Geográficas  
Datum: WGS 84

Base Cartográfica:  
IPPUC (2018)

Elaboração:  
Gustavo D. Gaspari

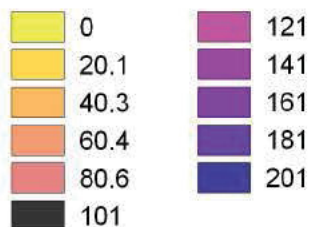




**MAPA 13 – MAPA DE CALOR DAS EMPRESAS NÃO INCLUÍDAS NOS GRUPOS SELECIONADOS, RAIO DE 500m**

### Legenda

Intensidade



- Shopping em atividade
- Shopping em construção
- Terminal de ônibus
- Rua da Cidadania
- Rodovias
- Vias Principais
- Vias Secundárias
- Vias Locais

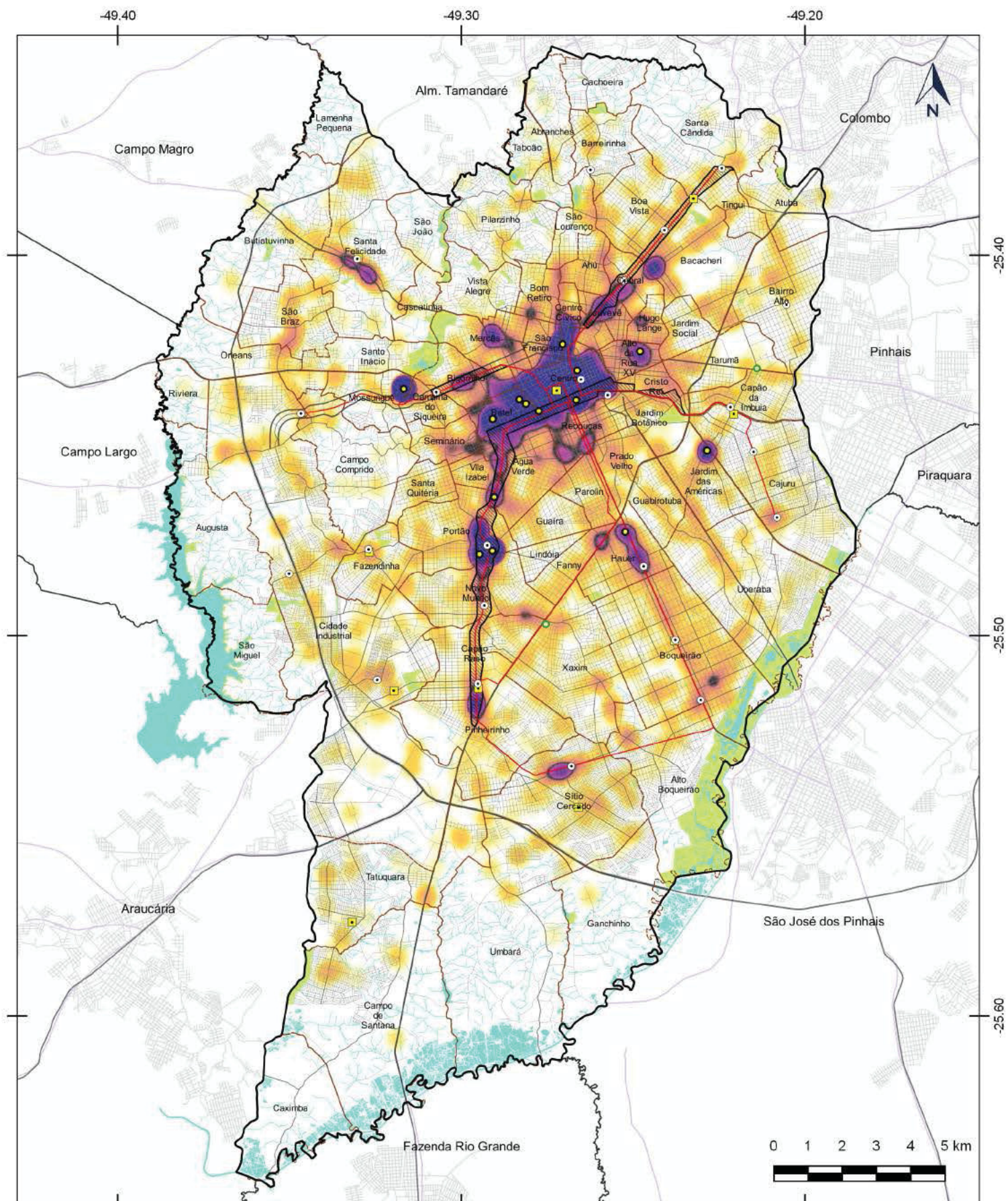
- Ônibus expresso
- Cursos D'água
- Perímetro Municipal
- Limites Municipais
- Limite de Bairros
- ▨ Setor Estrutural
- Áreas Verdes
- Corpos Hídricos

Sistema de Coordenadas  
Geográficas  
Datum: WGS 84

Base Cartográfica:  
IPPUC (2018)

Elaboração:  
Gustavo D. Gaspari

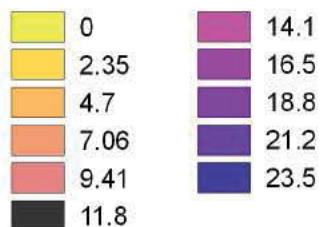




**MAPA 14 – MAPA DE CALOR, EMPRESAS DOS GRUPOS SELECIONADOS, 10 OU MAIS EMPREGADOS, R: 500m**

### Legenda

Intensidade



- Shopping em atividade
- Shopping em construção
- Terminal de ônibus
- Rua da Cidadania
- Rodovias
- Vias Principais
- Vias Secundárias
- Vias Locais

- Ônibus expresso
- Cursos D'água
- Perímetro Municipal
- Limites Municipais
- Limite de Bairros
- ▨ Setor Estrutural
- Áreas Verdes
- Corpos Hídricos

Sistema de Coordenadas  
Geográficas  
Datum: WGS 84

Base Cartográfica:  
IPPUC (2018)

Elaboração:  
Gustavo D. Gaspari



Nos mapas expostos a seguir foram realizados recortes temporais sobre a amostra dos 21 grupos CNAE de Fonseca (2009) com o objetivo de avaliar a evolução da estruturação urbana de Curitiba e suas áreas de centralidade. Entretanto, não foram consideradas somente as empresas com mais de dez empregados, mas todas as empresas da amostra dos 21 grupos, constituindo assim uma adaptação metodológica. Foram adotados três anos de referência para a realização dos recortes, 1985, 1995 e 2005, em função de alguns aspectos: o ano de 1985 marcou a realização do PMDU e assim, esse recorte busca se aproximar do contexto da época; 1995, por sua vez, foi o limiar para a instalação extensiva de *shopping centers* que se verificou nos anos 1990, considerando que dos seis shoppings instalados naquela década, somente um já operava em 1995 (PolloShop Alto da XV, instalado nesse mesmo ano); já o ano de 2005 situa-se no meio termo entre 1995 e 2015, ano de aprovação do último plano diretor de Curitiba, bem como do ano base dos dados utilizados, 2017.

Num primeiro momento os recortes adotados foram agrupados de maneira cumulativa: todos os registros até 1985, resultando em 1.900 endereços (Mapa 15), todos até 1995, (6.229 endereços, Mapa 16) e todos até 2005, (16.901 registros, Mapa 17) enquanto no Mapa 12 se expôs o cumulativo até 2017. Já nos Mapas 18, 19 e 20, os períodos são estanques e representam respectivamente, os anos entre 1986-1995 (4.329 registros), 1996-2005 (10.672) e 2006-2017 (25.362), enquanto a comparação com período até 1985 se obtém pelo conteúdo do Mapa 15. Os raios utilizados foram de 500 metros em função da amostra reduzida do período até 1985.

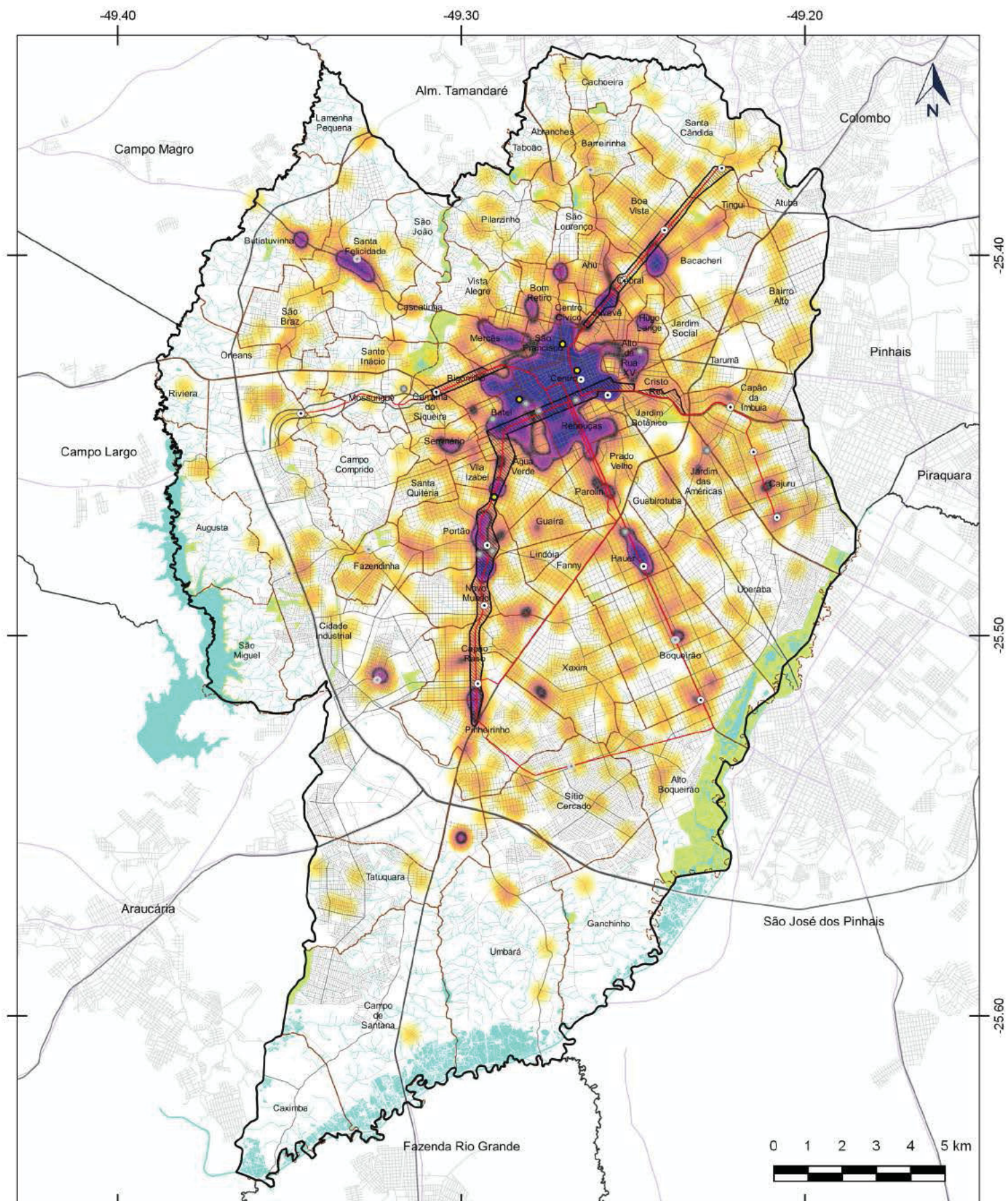
Antes de prosseguir, é importante citar uma limitação dessa análise, que reside no fato de os recortes terem sido operados sobre a base de 2017. Ou seja, as empresas instaladas até 1985 consideradas são as que permaneceram ativas até 2017, o que também diz respeito aos demais recortes. Assim, não estão sendo consideradas empresas que iniciaram seu funcionamento nesses períodos, mas que encerraram suas atividades posteriormente, o que somente seria possível se fossem utilizadas bases dos anos 1985<sup>111</sup>, 1995 e 2005 em conjunto com a de 2017. Por outro lado, a utilização de tais dados pode indicar a permanência de empresas de comércio

---

<sup>111</sup> Considerando que a RAIS foi instituída em 1976, haveria dados para os anos indicados, contudo, de acordo com Servo et al., “somente na década de 1990 sua cobertura passou a ser considerada confiável. Estima-se que, a partir desse período, cerca de 90% dos estabelecimentos formais existentes no país passaram a preencher esse registro administrativo” (SERVO et al., 2006, p 26).

e serviços e apontar áreas de centralidade efetivamente capazes de reter e ampliar as atividades econômicas no período.

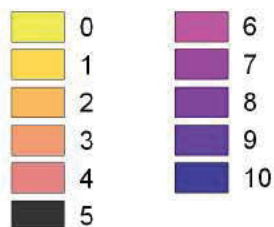




**MAPA 15 – MAPA DE CALOR DAS EMPRESAS DOS GRUPOS SELECIONADOS, ATÉ 1985, RAI0 DE 500m**

### Legenda

Intensidade

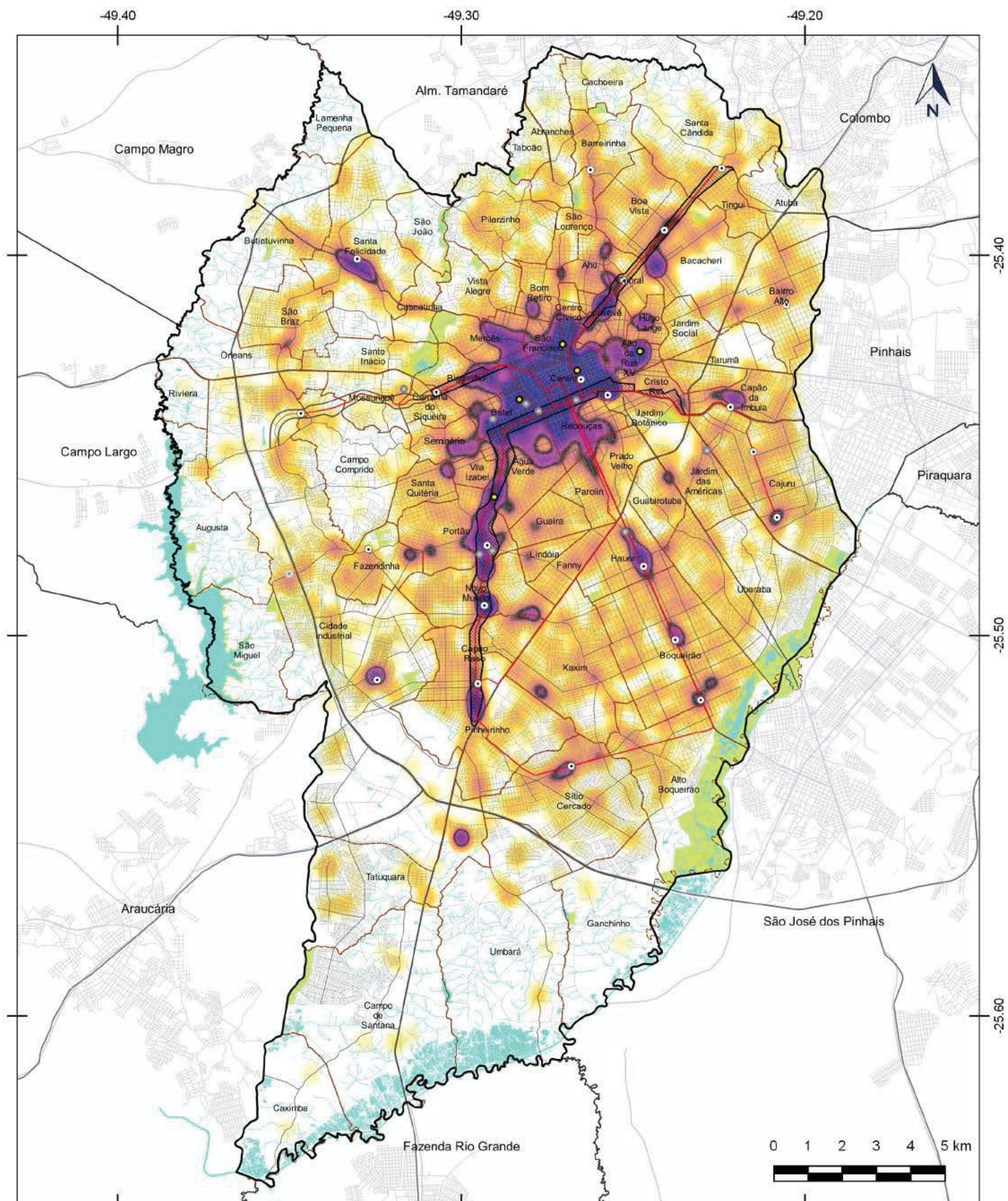


- Shopping em atividade (1985)
- Shopping futuro (1985)
- Terminal de ônibus existente (1985)
- Terminal de ônibus futuro (1985)
- Rodovias
- Vias Principais
- Vias Secundárias
- Vias Locais

- Ônibus expresso
- Cursos D'água
- Perímetro Municipal
- Limites Municipais
- Limite de Bairros
- ▨ Setor Estrutural
- Áreas Verdes
- Corpos Hídricos

Sistema de Coordenadas Geográficas  
Datum: WGS 84  
Base Cartográfica: IPPUC (2018)  
Elaboração: Gustavo D. Gaspari

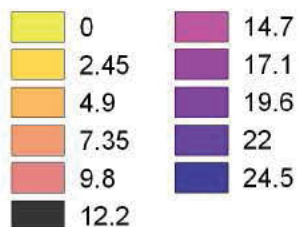




**MAPA 16 – MAPA DE CALOR DAS EMPRESAS DOS GRUPOS SELECIONADOS, ATÉ 1995, RAIO DE 500m**

### Legenda

Intensidade

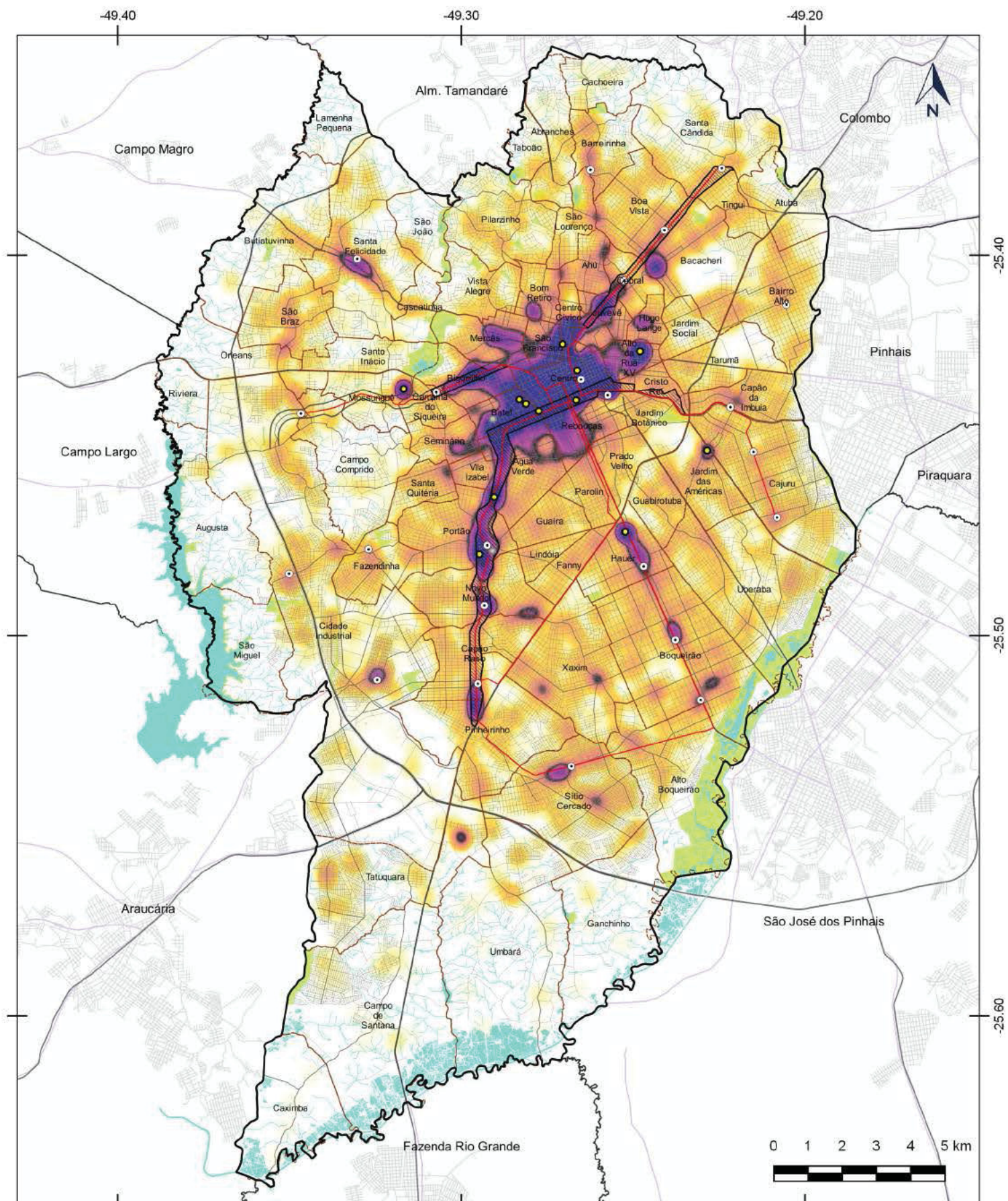


- Shopping em atividade (1995)
- Shopping futuro (1995)
- Terminal de ônibus existente (1995)
- Terminal de ônibus futuro (1995)
- Rodovias
- Vias Principais
- Vias Secundárias
- Vias Locais

- Ônibus expresso
- Cursos D'água
- Perímetro Municipal
- Limites Municipais
- Limite de Bairros
- ▨ Setor Estrutural
- Áreas Verdes
- Corpos Hídricos

Sistema de Coordenadas Geográficas  
Datum: WGS 84  
Base Cartográfica: IPPUC (2018)  
Elaboração: Gustavo D. Gaspari

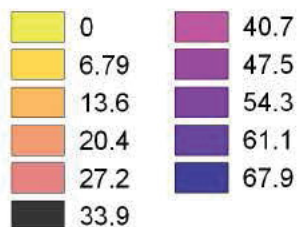




**MAPA 17 – MAPA DE CALOR DAS EMPRESAS DOS GRUPOS SELECIONADOS, ATÉ 2005, RAI0 DE 500m**

### Legenda

Intensidade



- Shopping em atividade (2005)
- Shopping futuro (2005)
- Terminal de ônibus
- Rodovias
- Vias Principais
- Vias Secundárias
- Vias Locais
- Ônibus expresso

- Cursos D'água
- Perímetro Municipal
- Limites Municipais
- Limite de Bairros
- ▨ Setor Estrutural
- Áreas Verdes
- Corpos Hídricos

Sistema de Coordenadas Geográficas  
Datum: WGS 84  
Base Cartográfica: IPPUC (2018)  
Elaboração: Gustavo D. Gaspari



A comparação entre os três mapas anteriores e o Mapa 12 indica para uma significativa e gradual alteração na distribuição das manchas de densidade projetadas. A começar pelo Mapa 15, as manchas nele expostas indicam para um Centro com uma grande mancha de alta densidade que se estende em todas as direções para diversos bairros próximos, tais como Centro Cívico, São Francisco, Mercês, Bigorrião, Batel, Rebouças, Água Verde e Prado Velho. Outras manchas relevantes são encontradas no Bacacheri, Santa Felicidade, Portão, Pinheirinho e Hauer, perfazendo a localização dos cinco subcentros de 1º nível identificados em 1987 pelo IPPUC. Há, ainda, manchas nos bairros Novo Mundo, Boqueirão Xaxim, Alto da Rua XV, Juvevê, Hugo Lange, Bom Retiro, Ahú, Mercês, Seminário e Cidade Industrial que correspondem a alguns dos subcentros de 2º e 3º níveis daquele trabalho. Verifica-se ainda uma mancha no Tatuquara, a leste da rodovia BR-116, correspondente à localização do CEASA/PR, estrutura implantada em 1976.

Já no Mapa 16, a mancha do Centro tem seu tamanho aumentado em direção aos bairros citados previamente, em especial para o Bigorrião (pelo Setor Estrutural oeste), Mercês, incorporando a mancha desse bairro, Batel, Centro Cívico e Rebouças. No Água Verde nota-se um duplo movimento, tanto de expansão da mancha entre esse bairro, o Centro e o Rebouças, como de união das manchas ao longo do setor estrutural sul, formando um corredor de densidade acima da média até o bairro do Portão. A mancha vista no Seminário também se conecta com a do Centro através do bairro do Batel, enquanto a do Juvevê o faz através do Centro Cívico. Quanto às manchas encontradas nos demais bairros mencionados, verifica-se a manutenção de praticamente todas, exceto a do bairro Butiatuvinha, com alguma variação na sua intensidade ou deslocamento na área abrangida.

Verifica-se ainda nesse mapa o surgimento de algumas manchas não vistas no Mapa 15, como no Sítio Cercado (Av. Izaac Ferreira da Cruz), Novo Mundo (Av. Brasília e ao lado do terminal, no Shopping Popular<sup>112</sup>), Portão (R. João Bettega), Guabirota (Av. das Torres), Ahú (Av. Anita Garibaldi), Capão da Imbuia, Boqueirão

---

<sup>112</sup> O Shopping Popular é um centro de compras inaugurado em 1992 ao lado do Terminal Capão Raso e administrado pelo poder público municipal por meio da empresa de economia mista Urbanização de Curitiba S/A (URBS). De acordo com o site da empresa, o espaço possui 11.300 m<sup>2</sup>, 122 vagas de estacionamento e conta com 115 lojas com atividades comerciais diversificadas, além de um espaço para a comercialização de hortifrutigranjeiros da Secretaria de Abastecimento. Por tais fatores, não se insere no contexto dos *shoppings* listados no item 4.6, aproximando-se das características de um mercado municipal.

e Cidade Industrial (próximas aos respectivos terminais de ônibus, todos implantados nos anos 1980, o que pode indicar uma relação entre a construção das estruturas de transporte e o surgimento dessas áreas de centralidade). Tais manchas também figuraram no estudo do IPPUC de 1987 como subcentros de 2º e 3º nível. Em resumo, nos dois cenários analisados nota-se o que parece ser um crescimento radial do Centro, acompanhado do início da consolidação da ocupação por atividades terciárias nos setores estruturais, especialmente no sul, juntamente do fortalecimento ou surgimento de subcentros em diversos bairros.

No recorte feito para o ano de 2005, entretanto, verifica-se uma alteração substancial nessa dinâmica, quando a quantidade de *shoppings* saltou para 12 em comparação com os cinco existentes em 1995. A começar pela mancha do Centro, sua extensão se transforma em relação ao cenário de 1995 à medida que se observa sua retração nos bairros ao sul, Rebouças e Prado Velho, permanecendo com maior intensidade somente numa área a oeste da Av. Mal. Floriano Peixoto. No leste, a extensão que se mostrava mais dispersa em direção ao Alto da Rua XV sofre retração, enquanto o mesmo ocorre no eixo estrutural norte, que passa a orientar de maneira mais marcante a extensão da mancha naquele sentido, retraindo-se a mancha nos bairros Centro Cívico e São Francisco.

Dessa forma, a mancha central passa a ter um formato mais retangular, orientado no sentido sudoeste-nordeste (Batel – Alto da Rua XV), exceto pelos eixos que dele avançam no Setor Estrutural sul, em direção ao Portão, Setor Estrutural oeste, em direção ao Bigorrilho e Campina do Siqueira e Setor Estrutural norte em direção ao Cabral, fortalecidos em relação ao cenário anterior, embora neste último haja um certo espraiamento representado por manchas circulares relativamente contíguas. Note-se ainda a implantação de três *shoppings* na parte sul da mancha central (Curitiba, Estação e Crystal) que podem ter colaborado para reforçar esta área da mancha em detrimento daquelas que se retraíram.

Em relação às manchas dos bairros mais afastados, nota-se retração geral, que atinge todos os cinco subcentros de 1º nível de IPPUC (1987) e outros como na Av. Brasília, Cidade Industrial, Ahú (Av. Anita Garibaldi), Boqueirão (terminal do Carmo), inclusive com o desaparecimento de áreas acima da média de densidade em bairros como o Xaxim, Boqueirão (terminal do Boqueirão), Capão da Imbuia e Portão (Rua João Bettega). A única exceção a essas manchas é a do Sítio Cercado, que se



intensifica e cresce, bairro no qual surge uma pequena mancha a sudeste da primeira, na Rua Tijucas do Sul. Verifica-se que os *shoppings* implantados fora da mancha central representam forte concentração, criando manchas pontuais, mas intensas, nos bairros Jardim das Américas (Shopping Jardim das Américas) e Mossunguê (ParkShopping Barigüi), além de parcialmente redefinir e deslocar as manchas no Portão (Shopping Ventura, antigo Total) e no Hauer (Shopping Cidade), demonstrando o peso que passam a incidir nessas áreas.

Já na comparação do cenário de 2005 do Mapa 17 com o de 2017 do Mapa 12, nota-se a continuidade de alguns processos e a retomada de outros. Na mancha do Centro, prossegue o processo de alongamento no sentido sudoeste-nordeste, com as manchas pericentrais do Rebouças e Mercês se redefinindo e se tornando mais alongadas. Há uma cisão entre esta e a mancha do Alto da XV, que passa a se orientar em direção ao bairro Juvevê, que por sua vez se expande em direção a ela. No setor estrutural norte, nota-se pouco avanço longitudinal em direção à sua extremidade para além do terminal do Cabral, por outro lado, a mancha no Juvevê se torna mais radial. No norte destacam-se ainda a manutenção das manchas no Bacacheri e Bom Retiro e o reaparecimento no Ahú e São Lourenço, ao longo da Av. Anita Garibaldi.

Já nos Setores Estruturais sul e oeste, observa-se a intensificação das manchas, com a última sendo interrompida no terminal Campina do Siqueira, enquanto na primeira há fortalecimento ao longo dos bairros Água Verde e Vila Isabel mas não há avanço dessa intensificação para além o terminal do Portão em direção ao sul, que se mantém com uma área de densidade no bairro Novo Mundo relativamente igual à de 2005. Note-se ainda a implantação do Shopping Palladium em 2008 no bairro Portão, que expande a mancha de alta intensidade ao redor do setor estrutural nesse bairro. Os *shoppings* instalados fora da mancha central no período 1996-2005 apresentam aumento nas suas manchas, enquanto no Batel a implantação do Pátio Batel redefine os limites da mancha central naquele bairro.

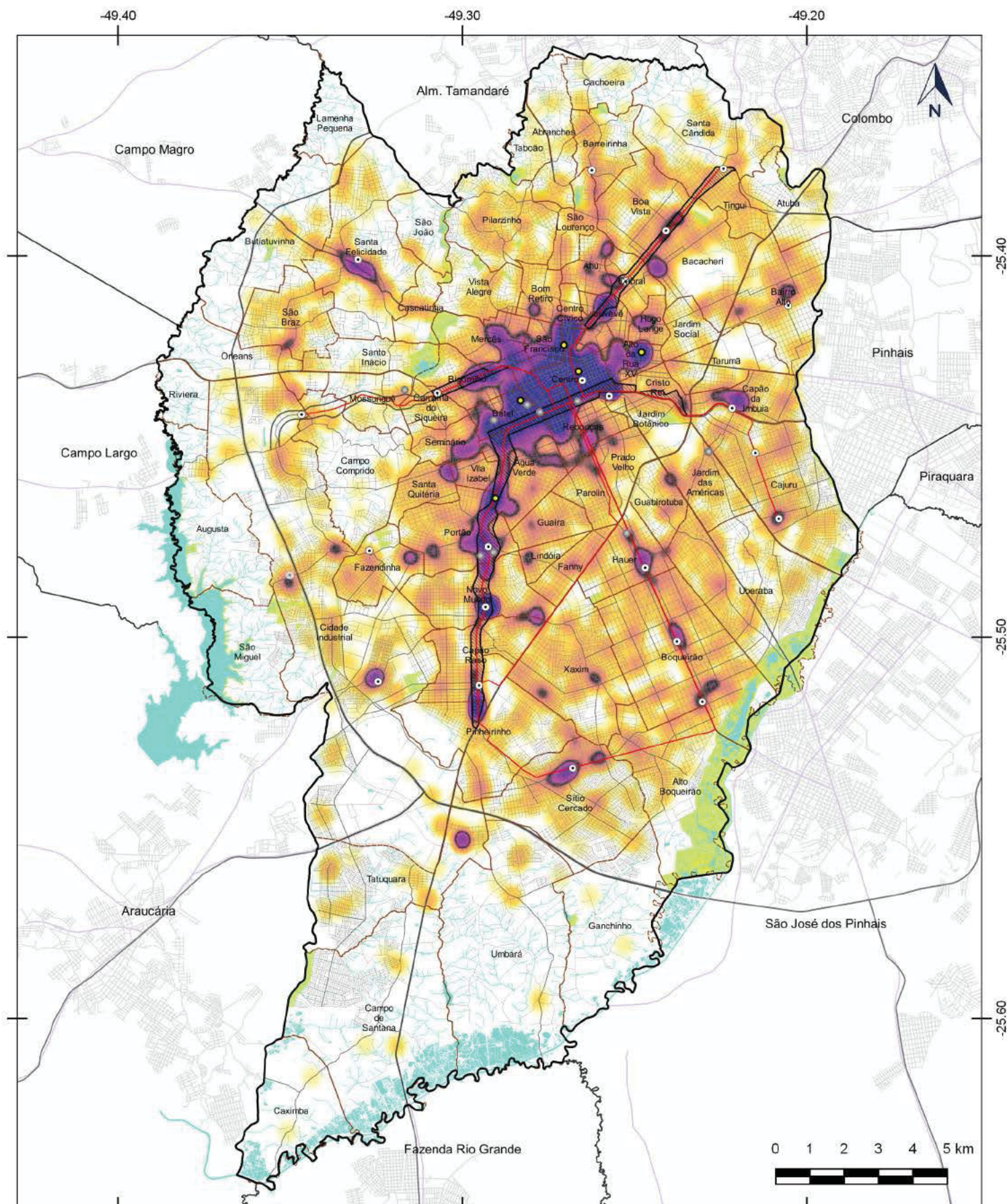
Nas demais áreas destacadas no cenário de 2005, o cenário de 2017 mostrado pelo Mapa 12 expõe aumento das manchas do Sítio Cercado, da mancha do Novo Mundo (Av. Brasília), no Boqueirão (Bley Zornig) e manutenção, com leve retração, das manchas do Pinheirinho, Hauer, Santa Felicidade, Cidade Industrial (terminal) e Boqueirão (Terminal do Carmo), além do surgimento das pequenas áreas rompendo o limiar do valor médio próximo ao Fazendinha, Campo Comprido (terminal)

e Orleans/São Braz (Av. Toaldo Túlio). Tais áreas aparecem com maior intensidade no Mapa 8, no qual a utilização do raio de 250 metros colabora para ressaltar essas e outras pequenas concentrações em diversos bairros.

Passando para os Mapas 18, 19 e 20 mostrados na sequência, os recortes periodizados e segmentados entre os anos selecionados auxiliam na demonstração de tendências de intensificação em andamento ou interrompidas em algum momento. O Mapa 18 ilustra, no período 1986-1995, uma tendência de surgimento de pontos em diversas partes de cidade, inclusive contendo manchas pontuais em bairros que não chegaram a aparecer acima da média de densidade no Mapa 16, que contou com todos os estabelecimentos até 1995. Demonstra-se, entretanto, que houve um movimento de distribuição de pequenas áreas de centralidade em bairros, não captadas no Mapa 16 mas que são melhor representadas pelo Mapa 8, o que demonstra sua permanência até a atualidade. Além disso, é facilmente observada a questão da expansão radial e ao mesmo tempo linear do Centro em direção aos eixos estruturais sul, norte e oeste.

Já o Mapa 19 expõe um cenário bastante diferente no período 1996-2005, com importante redução da quantidade de manchas nos bairros, praticamente se restringindo aos subcentros de nível mais alto. A mancha do Centro já apresenta um padrão mais alongado conforme visto no mapa de 2005 e também se nota o surgimento de áreas de centralidade nos shoppings implantados no período. O Mapa 20, do período 2006-2017, se assemelha ao cenário geral de 2017 (Mapa 12), contudo, há menos intensidade nos bairros pericentrais, com exceção dos eixos estruturais, mais definidos que no cenário total de 2017. Além disso, a maioria das manchas localizadas nos bairros apresentam menor intensidade, o que indica que a densidade de empresas presente nessas áreas no Mapa 12 se deve mais ao período anterior a 2005 que no 2006-2017. As exceções são as manchas no Sítio Cercado, CIC (terminal Campo Comprido, eixo estrutural oeste) e Ahú/São Lourenço (Av. Anita Garibaldi).

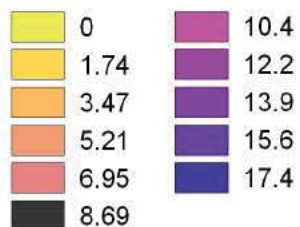




**MAPA 18 – MAPA DE CALOR DAS EMPRESAS DOS GRUPOS SELECIONADOS, 1986-1995, RAIO DE 500m**

### Legenda

Intensidade

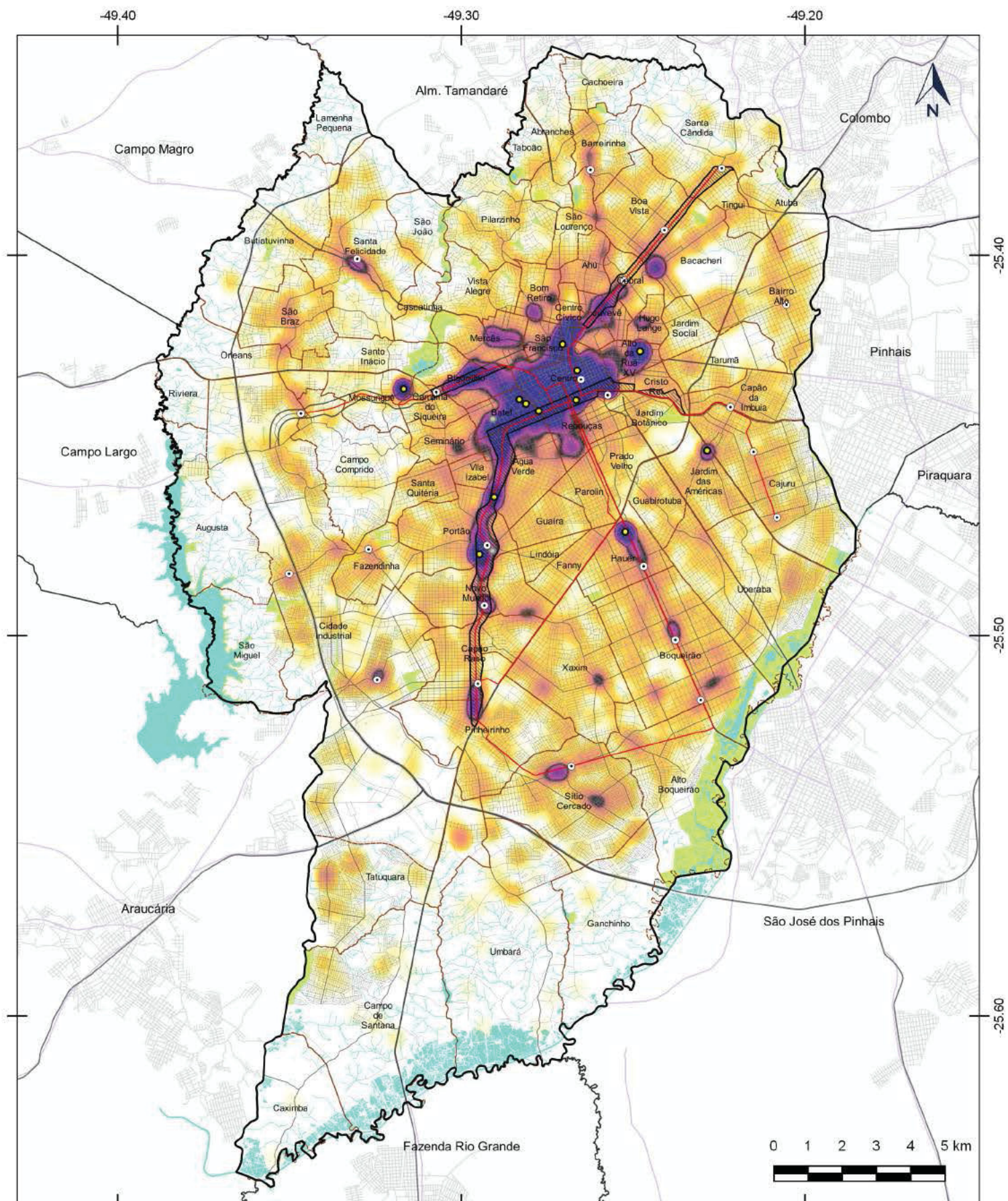


- Shopping em atividade (1995)
- Shopping futuro (1995)
- Terminal de ônibus existente (1995)
- Terminal de ônibus futuro (1995)
- Rodovias
- Vias Principais
- Vias Secundárias
- Vias Locais

- Ônibus expresso
- Cursos D'água
- Perímetro Municipal
- Limites Municipais
- Limite de Bairros
- ▨ Setor Estrutural
- Áreas Verdes
- Corpos Hídricos

Sistema de Coordenadas Geográficas  
Datum: WGS 84  
Base Cartográfica: IPPUC (2018)  
Elaboração: Gustavo D. Gaspari

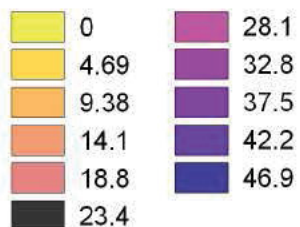




**MAPA 19 – MAPA DE CALOR DAS EMPRESAS DOS GRUPOS SELECIONADOS, 1996-2005, RAIO DE 500m**

### Legenda

Intensidade

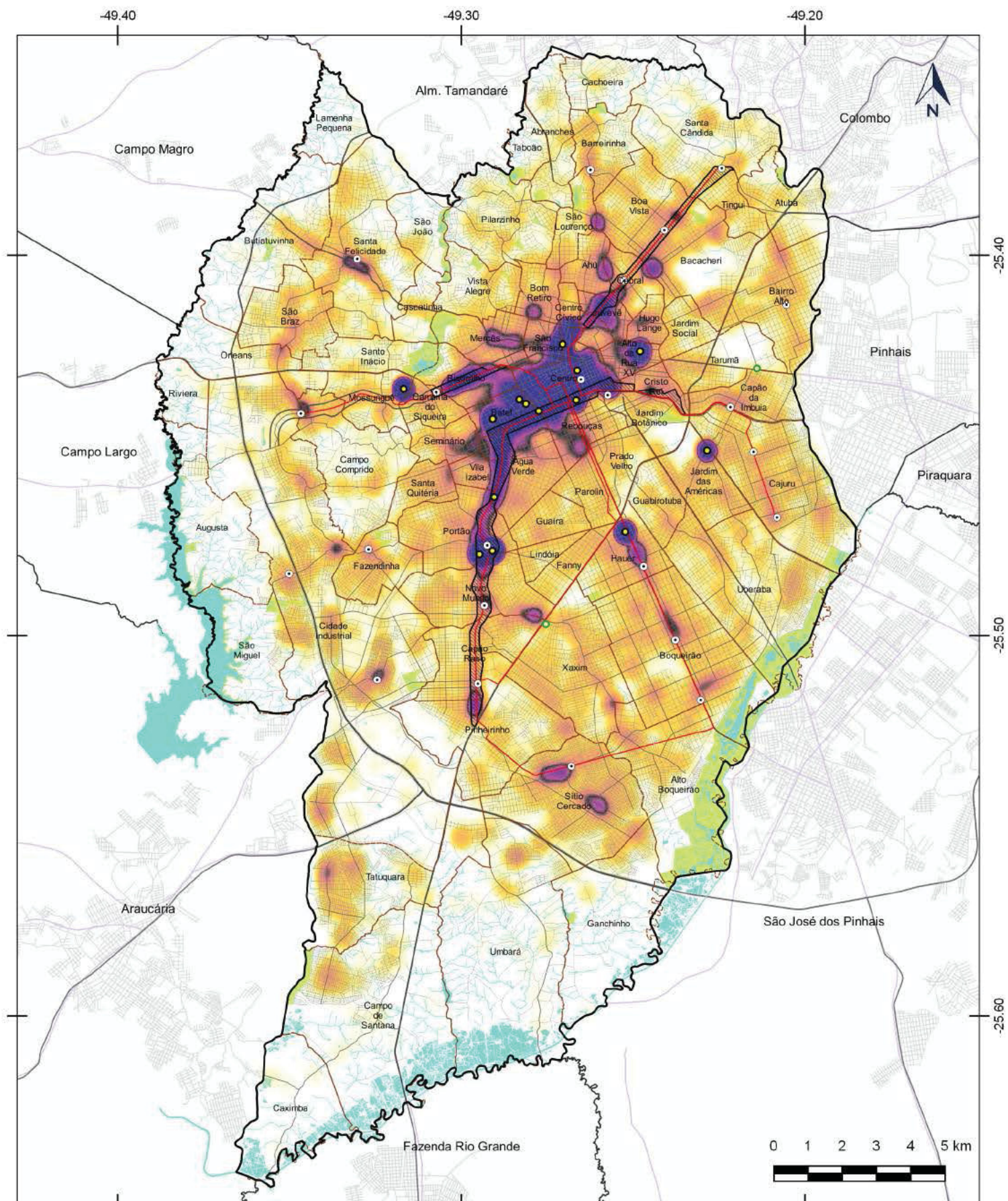


- Shopping em atividade (2005)
- Shopping futuro (2005)
- Terminal de ônibus
- Rodovias
- Vias Principais
- Vias Secundárias
- Vias Locais
- Ônibus expresso

- Cursos D'água
- Perímetro Municipal
- Limites Municipais
- Limite de Bairros
- ▨ Setor Estrutural
- Áreas Verdes
- Corpos Hídricos

Sistema de Coordenadas Geográficas  
Datum: WGS 84  
Base Cartográfica: IPPUC (2018)  
Elaboração: Gustavo D. Gaspari

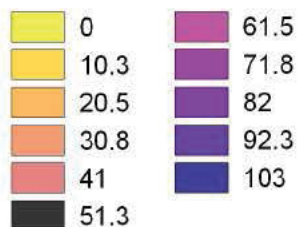




**MAPA 20 – MAPA DE CALOR DAS EMPRESAS DOS GRUPOS SELECIONADOS, 2006-2017, RAIO DE 500m**

### Legenda

Intensidade



- Shopping em atividade
- Shopping em construção
- Terminal de ônibus
- Rodovias
- Vias Principais
- Vias Secundárias
- Vias Locais
- Ônibus expresso

- Cursos D'água
- Perímetro Municipal
- Limites Municipais
- Limite de Bairros
- ▨ Setor Estrutural
- Áreas Verdes
- Corpos Hídricos

Sistema de Coordenadas  
Geográficas  
Datum: WGS 84

Base Cartográfica:  
IPPUC (2018)

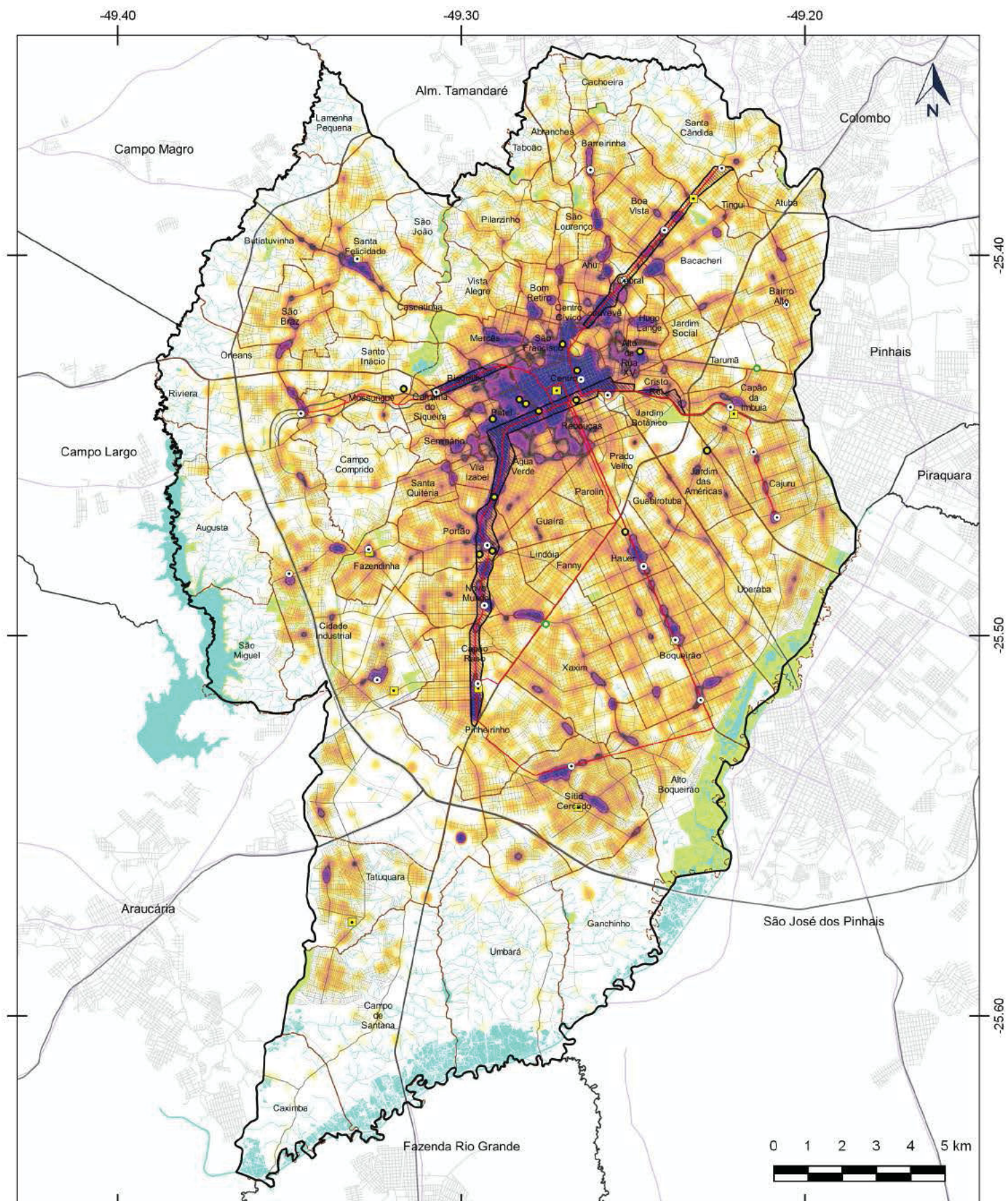
Elaboração:  
Gustavo D. Gaspari

Realizou-se também uma análise para avaliar o peso que a concentração de atividades em *shopping centers* representa para o cenário geral no município de Curitiba. Para isso, se utilizou a base de dados para os 21 grupos da CNAE selecionados e dela foram retirados todos os pontos localizados nos 14 shoppings relacionados no Quadro 2, que contabilizaram um total de 2.658 registros, ou 6,24% do total em empresas da amostra. A partir daí foram gerados mapas de calor sem tais pontos, para os raios de 250 e 500 metros, conforme se vê no Mapa 21 e no Mapa 22 a seguir, comparáveis, respectivamente, ao Mapa 8 e ao Mapa 12.

A comparação entre os Mapas 8 e 21 não apresenta grandes diferenças nas manchas observadas, além do desaparecimento daquelas geradas pelos *shoppings* no caso do Mapa 21. Há, contudo, uma leve intensificação das manchas no Mapa 21 em relação ao 8 resultante da remoção dos pontos citados da amostra. Contudo, a comparação entre os Mapas 12 e 22 difere da primeira. Assim como observado anteriormente, o aumento do raio de 250 para 500 metros na geração do mapa de calor por si tem o efeito de reduzir a intensidade aferida nas áreas de centralidade menores, fazendo com que várias áreas nos bairros passem a apresentar densidades abaixo da média e fiquem menos visíveis, mantendo, entretanto, aquelas áreas maiores e com mais pontos, caso dos subcentros de 1º nível.

Dessa forma, nesse comparativo, observa-se que a presença das manchas intensas dos *shoppings* no Mapa 12 é acompanhada por uma significativa diminuição das manchas nas demais áreas de centralidade vistas no Mapa 22. Há também retração nas manchas pericentrais, mas se mantém a intensidade da parte interna da mancha do Centro, inclusive nos trechos onde ela se estende pelos setores estruturais, reforçando a constatação de que tais áreas dos eixos possuem uma consolidação no que tange à concentração e densidade de empresas, diferente de áreas pericentrais análogas. Essa comparação indica, por fim, que em termos de capacidade de concentrar atividades de comércio e serviços, os *shoppings* competem e se colocam acima dos potenciais subcentros identificados e também com algumas áreas do entorno do Centro, se equiparando à densidade do Centro e áreas por onde este se expande de maneira mais consolidada.

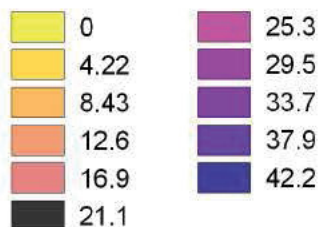




**MAPA 21 – MAPA DE CALOR, EMPRESAS DOS GRUPOS SELECIONADOS EXCETO SHOPPINGS (2017) R: 250m**

### Legenda

Intensidade



- Shopping em atividade
- Shopping em construção
- Terminal de ônibus
- Rua da Cidadania
- Rodovias
- Vias Principais
- Vias Secundárias
- Vias Locais

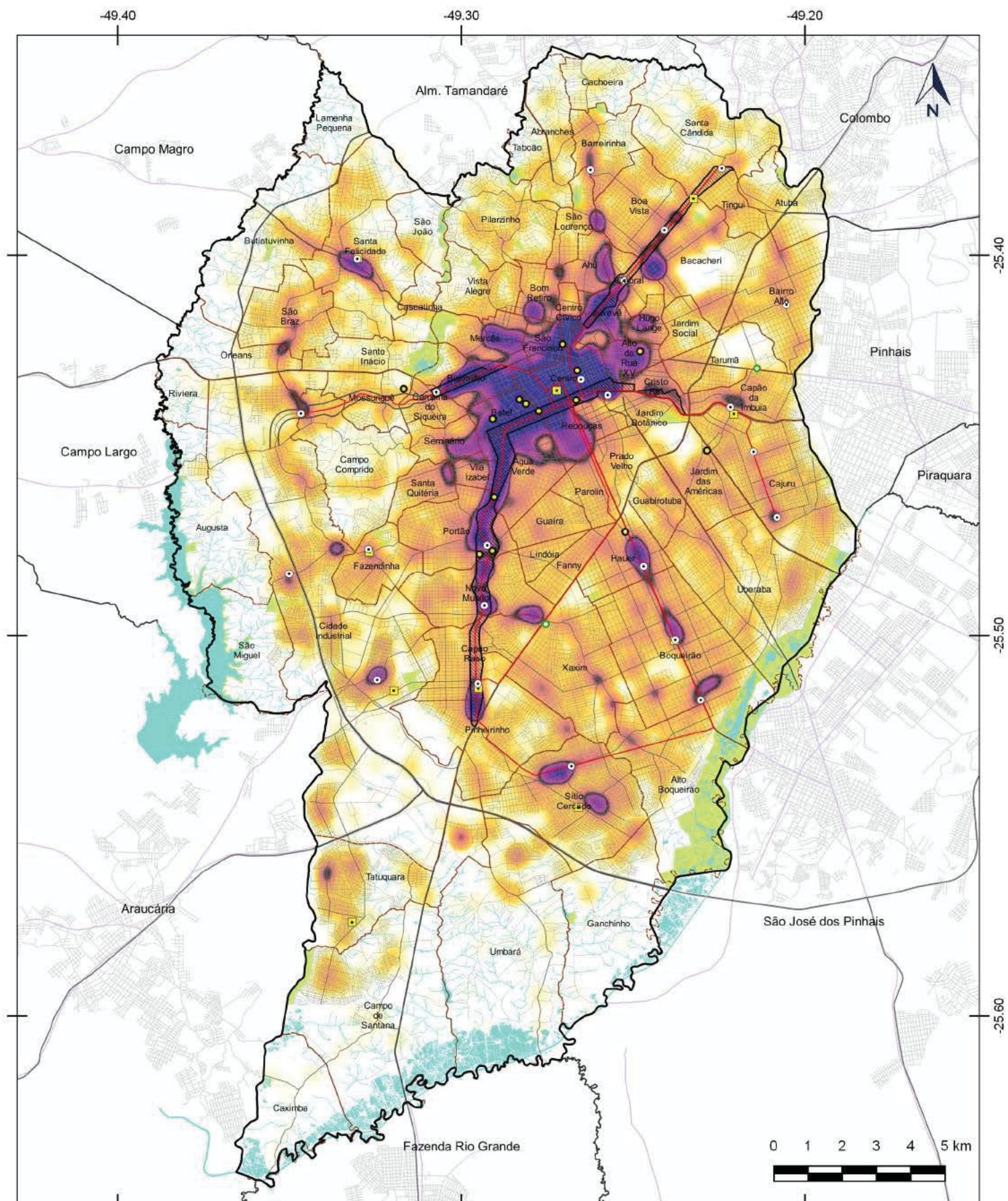
- Ônibus expresso
- Cursos D'água
- Perímetro Municipal
- Limites Municipais
- Limite de Bairros
- ▨ Setor Estrutural
- Áreas Verdes
- Corpos Hídricos

Sistema de Coordenadas  
Geográficas  
Datum: WGS 84

Base Cartográfica:  
IPPUC (2018)

Elaboração:  
Gustavo D. Gaspari

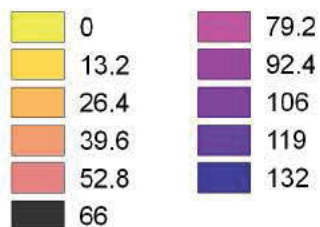




**MAPA 22 – MAPA DE CALOR, EMPRESAS DOS GRUPOS SELECIONADOS EXCETO SHOPPINGS (2017), R: 500m**

### Legenda

Intensidade



- Shopping em atividade
- Shopping em construção
- Terminal de ônibus
- Rua da Cidadania
- Rodovias
- Vias Principais
- Vias Secundárias
- Vias Locais

- Ônibus expresso
- Cursos D'água
- Perímetro Municipal
- Limites Municipais
- Limite de Bairros
- ▨ Setor Estrutural
- Áreas Verdes
- Corpos Hídricos

Sistema de Coordenadas  
Geográficas  
Datum: WGS 84

Base Cartográfica:  
IPPUC (2018)

Elaboração:  
Gustavo D. Gaspari



Outra análise realizada foi um comparativo entre a localização e a extensão das manchas de média até alta concentração obtidas nos mapas de calor e o dado de rendimento nominal mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade por setor censitário, objetivando revelar a situação das áreas de centralidade em relação a essa característica da população nelas residente e em seu entorno. Para isso as manchas de calor vistas nos mapas anteriores foram transformadas em polígonos e sobrepostos à informação categorizada de rendimento médio por setor censitário baseada no Censo 2010 do IBGE. Os intervalos utilizados no Mapa 23 e no Mapa 24 são relativos ao salário mínimo (SM) daquele ano, que equivalia a 540 reais, partindo de menos de um SM, entre um e dois SM e assim por diante até a faixa de renda acima de oito salários mínimos por pessoa (4.320 reais).

No Mapa 23, no qual os polígonos resultantes foram extraídos das manchas referentes à amostra dos 21 grupos selecionados e raio de abrangência 500m (análogos às manchas do Mapa 12), verifica-se que o polígono que se estende a partir do Centro possui heterogeneidade de níveis de renda. Nas partes que se localizam a oeste/sudoeste (bairros Bigorrilho e Batel) e leste/nordeste (bairros Juvevê, Cabral e Alto da Rua XV) o polígono orienta-se para áreas de alta renda, ilustradas nos mapas em tons de azul, abrangendo-as ou se aproximando das mesmas, como no caso dos bairros Hugo Lange e Jardim Social a nordeste do Centro. É interessante notar, entretanto, que no bairro Centro e nos bairros Rebouças (ao sul) e São Francisco (norte) as rendas aferidas são médias ou médio-baixas dentro do espectro adotado, formando uma faixa contínua que separa os trechos da alta renda citados acima.

Já no trecho que se estende para o Setor Estrutural sul, pelos bairros Água Verde, Vila Izabel, Portão e Novo Mundo, nota-se um decréscimo na renda média conforme se afasta do Batel, desde valores médio-altos (azul claro) até médio-baixos (alaranjado claro), não avançando para áreas de renda inferior. Nos demais polígonos apartados do polígono central e encontrados nos bairros mais distantes do Centro, nota-se que predominam áreas cuja renda média por pessoa varia entre um e dois SM (540 a 1080 reais) e dois e três SM (1080 a 1620 reais) nos valores de 2010, patamares que predominam no município como um todo.

Já os *shoppings* tendem a localizar-se em áreas de média e alta renda ou muito próximos a elas, exceção feita ao Itália e Estação, no Centro e Rebouças respectivamente, e em especial, ao *shopping* Cidade, no bairro Hauer. Os dois novos

*shoppings* em construção também se localizarão em áreas onde o rendimento médio é mais baixo, entretanto, a exemplo do Cidade, na Av. Mal. Floriano Peixoto, serão implantados em vias de grande capacidade de fluxo e possibilidade de ligação com diversos bairros e municípios metropolitanos, a Av. Victor Ferreira do Amaral (Jockey Plaza) e a Linha Verde (Boulevard).

Tais constatações indicam que a mancha do Centro e sua expansão é dotada, do ponto de vista da renda, de múltiplas expressões de centralidade. Evidentemente, os comércios e serviços desses locais não são acessados exclusivamente por aqueles que residem na sua área, mas a alta disparidade na renda dos moradores verificável entre alguns aglomerados de setores inseridos nesse polígono permite inferir que as atividades neles instaladas são voltadas para classes de renda bastante distintas. Seguindo esse raciocínio, os polígonos encontrados nos bairros, atendem, em sua maioria, um público cuja renda que varia média para baixa, em que pese estarem localizados em vias que permitem acesso para outros setores da população.

Já o Mapa 24 foi produzido com a intenção de verificar, a partir da redução da abrangência para o raio de 250 metros, onde apareceriam áreas de centralidade de menores dimensões. A análise revela o aparecimento de muitas dessas áreas menores de centralidade em bairros mais afastados do Centro, com rendas médias localizadas nos patamares mais baixos dos intervalos utilizados e, em menos casos, em patamar médio. Destacam-se o conjunto de polígonos localizado entre os bairros Pinheirinho, Xaxim, Alto Boqueirão e Boqueirão, que mantém uma certa equidistância entre si, os polígonos dos bairros Tatuquara, CIC, Orleans e São Braz, entre o sul e o oeste do município, os localizados ao norte, nos bairros Boa Vista e Barreirinha, além daqueles a oeste, como no Bairro Alto, Capão da Imbuia e Cajuru. Essa constatação indica que os pequenos núcleos de comércio, provavelmente de atendimento à uma vizinhança mais próxima, restrita, são mais importantes na dinâmica de centralidade dos bairros mais afastados e para faixas de renda inferiores.

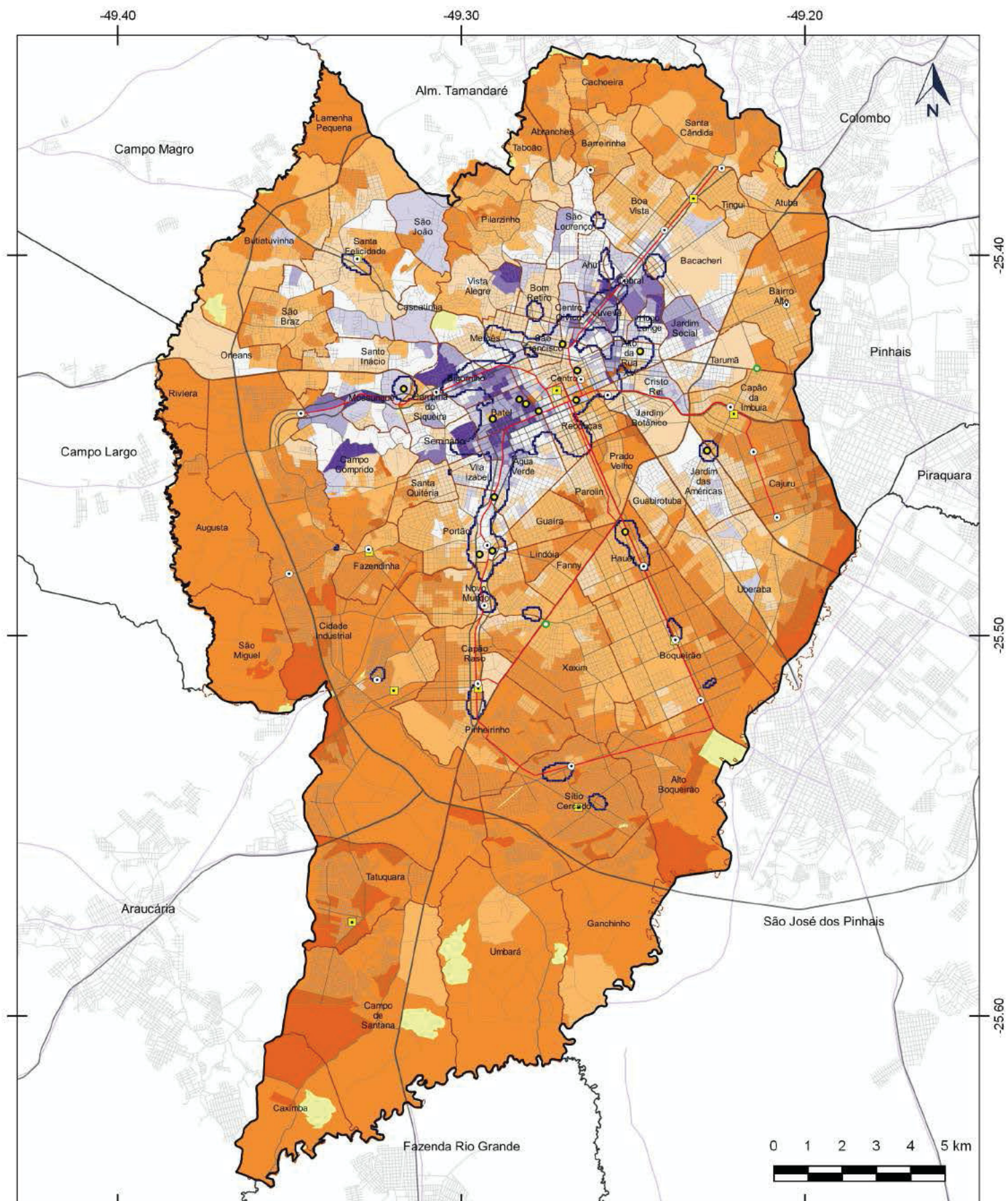
É importante destacar ainda um polígono localizado no norte do bairro Bacacheri e próximo ao Tingui, relativo a um “polo gastronômico” inaugurado no início de 2017 (Ca’Dore), o que demonstra a capacidade de expressões de centralidade, nesse caso com caráter de área especializada, rapidamente se estabelecerem a partir da implantação de novas tipologias de empreendimentos privados. Já nos bairros de renda elevada, servidos ou não pela área do Centro e sua expansão, há menor

incidência do aparecimento de áreas de centralidade não visíveis no Mapa 23, sendo comum verificar polígonos que, quando utilizado o raio 500 metros estavam inseridos no grande polígono central, mas nessa análise apresentam polígonos menores separados do central, como nos bairros Batel, Seminário, Alto da Rua XV e Juvevê.

Outro aspecto importante a ser citado é a existência de porções restritas do território nas quais há renda relativamente elevada próximas a outras com renda significativamente inferior, tais como nos bairros Jardim das Américas e Uberaba (leste), São João, Santa Felicidade, São Braz e Campo Comprido (oeste). Tais partes desses bairros são marcadas por conterem condomínios fechados voltados para camadas superiores de renda, contrastando com seu entorno. É interessante notar que nessas áreas não se verifica o surgimento de manchas ou polígonos de centralidade, embora estas sejam encontradas nas proximidades (como no Cajuru, no leste, e no Campo Comprido, Orleans e São Braz no oeste), onde a renda aferida é significativamente inferior.

Tal constatação aponta não apenas uma fragmentação e separação social, mas também dos usos residencial e comercial dessas classes de renda. Isso porque, pela sua localização, e a partir das amostras ora utilizadas, é possível inferir que essas áreas de centralidade não são voltadas para os estratos superiores de renda residentes nas proximidades, cujo consumo preferencial se dá em outros espaços, tais quais os *shopping centers*, embora uma pesquisa de origem e destino dedicada especificamente a tais espaços seja necessária para confirmar tal hipótese.





MAPA 23 – POLÍGONOS DE CENTRALIDADE (RAIO DE 500m) E RENDA MÉDIA POR SETOR CENSITÁRIO

## Legenda

Renda Média em 2010 (em R\$)

Sem dados	2160 - 2700
0 - 540	2700 - 3240
540 - 1080	3240 - 3780
1080 - 1620	3780 - 4320
1620 - 2160	Mais de 4320
Polígonos de centralidade	

- Shopping em atividade
- Shopping em construção
- Terminal de ônibus
- Rua da Cidadania
- Ônibus expresso
- Cursos D'água

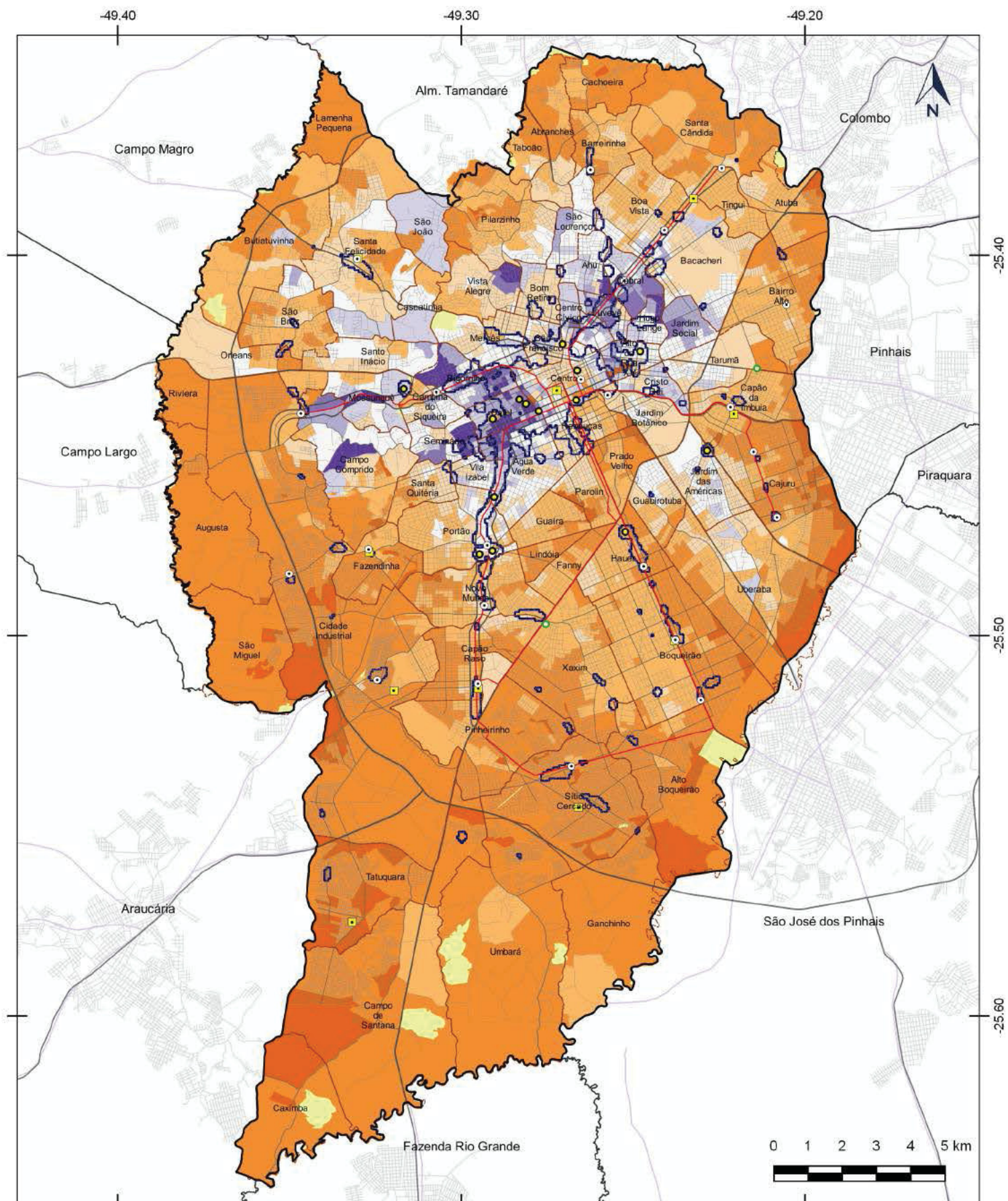
- Rodovias
- Vias Principais
- Vias Secundárias
- Vias Locais
- Perímetro Municipal
- Limites Municipais
- Limites de Bairros

Sistema de Coordenadas Geográficas  
Datum: WGS 84

Base Cartográfica:  
IPPUC (2018)

Elaboração:  
Gustavo D. Gaspari





**MAPA 24 – POLÍGONOS DE CENTRALIDADE (RAIO DE 250m) E RENDA MÉDIA POR SETOR CENSITÁRIO**

### Legenda

Renda Média em 2010 (em R\$)

Sem dados	2160 - 2700
0 - 540	2700 - 3240
540 - 1080	3240 - 3780
1080 - 1620	3780 - 4320
1620 - 2160	Mais de 4320
Polígonos de centralidade	

- Shopping em atividade
- Shopping em construção
- Terminal de ônibus
- Rua da Cidadania
- Ônibus expresso
- Cursos D'água

- Rodovias
- Vias Principais
- Vias Secundárias
- Vias Locais
- Perímetro Municipal
- Limites Municipais
- Limites de Bairros

Sistema de Coordenadas Geográficas  
Datum: WGS 84

Base Cartográfica:  
IPPUC (2018)

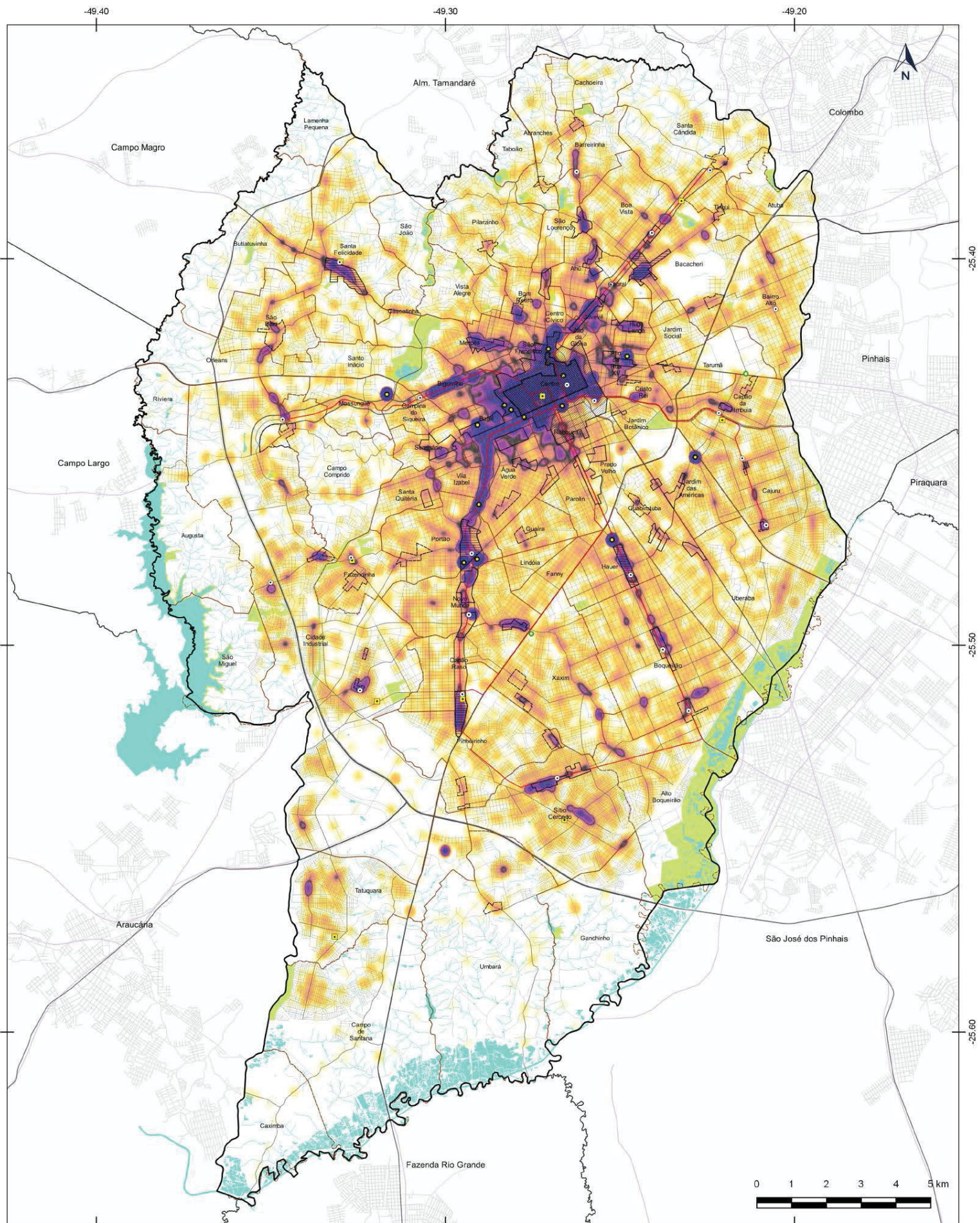
Elaboração:  
Gustavo D. Gaspari

Por fim, ainda se gerou o Mapa 25, no qual são comparadas as manchas de concentração aferidas nos 21 grupos da CNAE selecionados para 2017 e os perímetros dos subcentros do estudo do IPPUC (1987). Essa comparação teve como objetivo de confrontar aquele que consideramos como o último estudo de vulto sobre as áreas de centralidade em Curitiba com os resultados obtidos na presente pesquisa, evidenciando similaridades, permanências e também as diferenças, como o surgimento de novas áreas de centralidade e a consolidação parcial da linearidade de expansão do Centro estimulada continuamente pelo poder público. Para realizar um comparativo com subcentros de todos os níveis, incluindo os inferiores, optou-se pelo raio de 250 metros, capaz de representar áreas de centralidade menores.

Nota-se a correspondência entre várias manchas de calor da amostra de 2017 com os polígonos de 1987, embora a extensão das manchas seja diferente dos polígonos na maioria dos casos em que há sobreposição. Há também vários casos em que as manchas não correspondem a nenhum polígono de 1987 e casos não quais há polígonos que não incidem sobre nenhuma área de calor mais elevado registrada. Não obstante, a concordância verificada entre diversos dos subcentros levantados pelo IPPUC em 1987 e a existência de concentrações nos mesmos locais atualmente, em especial dos subcentros de 1º nível, reforça a importância daquele estudo e seu potencial para servir como base para uma possível atualização com vistas para a caracterização atual dos diferentes centros.

Outra constatação diz respeito à implantação das Ruas da Cidadania. Nota-se que suas localizações não são necessariamente coincidentes com os principais subcentros, seja nos identificados em 1987 ou nas manchas obtidas no presente estudo, o que permite questionar a afirmação relatada por Oliveira (2000) de que tais estruturas corresponderiam aos subcentros do PMDU. Nesse sentido, podem ser citadas as sedes das Administrações Regionais da CIC, Tatuquara, Portão (Fazendinha) e Boa Vista, Cajuru e Bairro Novo (Sítio Cercado) cujas localizações, embora fora dos polígonos ou das manchas de centralidade do Mapa 25, se aproximam, umas mais e outras menos, de alguma área de centralidade, com a unidade Tatuquara sendo a exceção mais evidente nesse sentido. Já as unidades Matriz, Boqueirão, Pinheirinho e Santa Felicidade possuem localizações que incidem tanto sobre um polígono de 1987 quanto sobre alguma mancha identificada para o recorte atual.





MAPA 25 – MAPA DE CALOR, EMPRESAS DOS GRUPOS SELECIONADOS (R: 250m) E SUBCENTROS (1987)

#### Legenda

Intensidade	Centralidade (1987)	Shopping Center em atividade	Rodovias	Perímetro Municipal	Sistema de Coordenadas Geográficas
0	Centro	Shopping Center em construção	Vias Principais	Limites Municipais	Datum: WGS 84
4.6	Periférica do Centro	Terminal de ônibus	Vias Secundárias	Limite de Bairros	Base Cartográfica: IPPUC (2018)
9.2	Subcentro 1º nível	Rua da Cidadania	Vias Locais	Áreas Verdes	Elaboração: Gustavo D. Gaspari
13.8	Subcentro 2º nível		Ônibus expresso	Corpos Hídricos	
18.4	Subcentro 3º nível		Cursos D'água		
23					
27.6					
32.2					
36.8					
41.4					
46					



### 5.3 A MULTI(POLI)CENTRALIDADE EM CURITIBA A PARTIR DA CONCENTRAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS

Os resultados obtidos por meio da combinação entre a análise dos planos desenvolvidos e implantados em Curitiba pela administração municipal e a aplicação da metodologia de identificação de áreas de centralidade permitem algumas conclusões. Primeiro, demonstra-se que a existência de um modelo predominante e persistente de planejamento durante décadas influenciou a forma com a qual a centralidade se distribui em Curitiba. Consolidou-se ao longo dos anos uma estrutura linear fortemente marcada nos chamados Setores Estruturais, em cujos trechos próximos do Centro há uma efetiva expansão linear do Centro, tanto em termos de verticalização quanto em oferta de funções de comércio e serviços, em concordância com o que se preconizou no modelo vigente.

A visualização das tendências obtidas nos recortes temporais realizados, somada à dos demais cenários mostrados, indicam para uma reestruturação das áreas de centralidade em Curitiba na qual é crescente a importância dos eixos estruturais, colaborando para tornar a mancha central mais linear. No Batel, amplamente abrangido pelas manchas de calor, as amostras ora adotadas não permitem determinar precisamente qual é o processo que se desenvolve no bairro, se há desdobramento do Centro ou sua expansão, o que demandaria análises detalhadas sobre recortes menores e mais específicos, bem como saber uma possível localização prévia dos estabelecimentos nele instalados, embora seja possível afirmar que o bairro contempla intensos níveis de atividades econômicas terciárias comparáveis ao Centro.

Entretanto, não se pode afirmar que linearidade de expansão do Centro induzida pelos eixos estruturais é homogênea, sendo esse Centro, não restrito ao bairro homônimo, composto por diversas expressões de centralidade. Tais expressões se diferenciam do ponto de vista funcional (a partir dos exemplos de áreas especializadas citados) e socioeconômico, conforme há diferenças marcantes na renda da população que habita essa área, o que permite inferir também distinções de renda dos que consomem nessas áreas, moradores ou não. Além disso, foi possível verificar que em outros trechos dos Setores Estruturais não há a mesma intensidade de concentração aferida nos trechos mais próximos ao Centro, ao mesmo tempo em



que há diversas áreas com relativa intensidade de concentração localizadas fora de tais eixos, coexistindo com a estrutura linear.

Nesse sentido, é possível dizer que na estruturação urbana de Curitiba há um duplo movimento no qual, para além do planejado, houve reforço de áreas de centralidade existentes mas não estimuladas diretamente no modelo linear, representadas por diversas áreas espalhadas pelos bairros, umas com tendência crescimento com a implantação de novas atividades e outras estabilizadas ou perdendo intensidade frente às demais áreas. Como exemplos podem ser citadas as concentrações de atividades verificadas no Sítio Cercado e Tatuquara, cada vez mais afastadas para o sul do município e condizentes com os vetores de ocupação mais recentes intensificados nos anos 1990 e 2000 respectivamente. Replica-se, assim, o padrão de surgimento de áreas de centralidade na periferia afastada, a exemplo do que ocorreu em tempos anteriores para os bairros do Pinheirinho, Hauer e Santa Felicidade, por exemplo, representantes de uma lógica em que o surgimento dessas áreas se dá pela necessidade do contingente populacional, via de regra de baixa renda, que habita as proximidades de tais espaços.

Além dessas dinâmicas, as aferições realizadas demonstram que os *shopping centers* representam elementos de forte concentração de atividades, comparáveis e mesmo superiores àquelas formadas pelos processos em espaço público. Suas localizações, no contexto de Curitiba, ainda se mantêm bastante próximas ao Centro, haja vista a própria proximidade dos bairros de alta renda deste, embora novas unidades estipulam seu surgimento em locais mais afastados, indicando a busca por ampliação de mercado consumidor. Outro fenômeno captado foi o aparecimento de um “polo gastronômico” entre as manchas de concentração comercial aferidas, resultante da implantação em 2017 do primeiro de diversos empreendimentos privados do tipo em Curitiba, o que demonstra a rapidez com a qual este tipo de estrutura comercial é capaz de se inserir no âmbito das áreas de centralidade.

Nota-se também em Curitiba, além de uma marcante disparidade entre a renda na periferia e nos setores mais abastados, uma certa setorização da moradia das classes de alta renda a partir do Centro, cuja localização preferencial se dá nos bairros do vetor oeste (Batel, Bigorrilho, avançando para o Seminário, Mossunguê e Campo Comprido), e do vetor nordeste (Alto da Glória, Juvevê, Cabral). Tais áreas, em parte beneficiadas pela presença dos Setores Estruturais, também são abrangidas

pela expansão da mancha de alta densidade a partir do Centro, “atraindo” para si a centralidade deste, de maneira similar ao que atesta Villaça (2001) para outras metrópoles brasileiras. Essa setorização também guarda semelhança com a teoria dos setores de Hoyt quanto à localização residencial das distintas classes sociais.

No entanto, não se pode desconsiderar que em Curitiba tanto a centralidade quanto a estrutura urbana, como um todo, apresentam fragmentação, com expressões que se espalham por seu território num processo contínuo de formação de novas áreas, empreendidas por agentes variados. Assim, a utilização de elementos oriundos das teorias de estruturação urbana discutidas no capítulo 2 para a leitura do espaço urbano pode ser procedida, mas com cautela. Elementos das contribuições de Burgess (1929) e Harris & Ullman, da Escola de Chicago, que descreverem a formação de “loops” satélites e núcleos especializados, bem como as de Proudfoot (1937) sobre a tipologia de área de concentração varejista, ainda podem fornecer explicações e subsídios a leituras, contudo, devem ser entendidas num contexto mais amplo, no qual o espaço urbano contempla crescentes contrastes e contradições.

Elementos da Teoria dos Lugares Centrais de 1933, como o conceito de “hinterland” (área de influência), por exemplo, têm limitada pertinência a contextos no qual há uma flagrante diferença socioeconômica da população, conforme reconhecido posteriormente por diversos autores, como colocado por Santos (1979) em relação aos circuitos superior e inferior da economia. Não obstante, entre eles, a utilização de funções superiores para descrever áreas de centralidade ainda reserva, ao nosso ver, maiores possibilidades de utilização, como na presente pesquisa, embora a definição de quais atividades considerar e hierarquizar é um campo de complexa definição, dada a ampla variedade e o rápido surgimento de novas funções processados com as transformações das relações de trabalho e dos hábitos de consumo.

Por fim, em que pese a constante redefinição do processo de estruturação urbana, é possível vislumbrar por meio do retrato obtido na presente pesquisa, uma estrutura que possui elementos de linearidade, mas que é tanto linear quando nuclear. A diversidade e complexidade dos elementos que compõem essa estrutura multinucleada, tal como a heterogeneidade do Centro, os diversos subcentros, áreas especializadas, *shoppings* e polo gastronômico, estes últimos para citar apenas dois exemplos do que denominamos como formas contemporâneas de expressão da centralidade, permite que se considere o espaço urbano de Curitiba como

multi(poli)cêntrico, com base na conceituação debatida por Sposito (2010), uma vez que diferentes lógicas de estruturação convivem e se sobrepõem nele. Por meio da leitura de planos e leis urbanísticas de Curitiba realizada no que diz respeito à centralidade, é possível dizer que essa estruturação é parcialmente resultante de uma participação relativamente acentuada do poder público, possuindo elementos, com maior ou menor intensidade, de cada Plano estudado desde o Plano Agache, com ênfase naqueles postos pelo Plano Diretor de 1966 e sua implantação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa surgiu do questionamento de como se estruturaria o espaço urbano e como se expressaria a centralidade em Curitiba no contexto atual de sua descentralização, dispersão e concentração, tendo em vista a recorrência do tema no planejamento urbano de Curitiba em contraste com a escassa produção sobre o tema dos anos 1990 em diante. O objetivo de compreender as transformações do processo de (re)estruturação do espaço urbano a partir da descentralização de atividades econômicas e formação de novas áreas de centralidade no território de Curitiba foi alcançado por meio do levantamento e análise dos dados referentes às empresas do setor terciário em Curitiba, a partir dos quais se comprovou haver um processo reestruturação com múltiplas expressões de centralidade e com uma dinâmica de consolidação parcial da linearidade de expansão do Centro acompanhada do surgimento ou continuidade de outras áreas de características diversas para além dessa diretriz.

De maneira geral, verificou-se que as dinâmicas recentes e o cenário atual do processo apresentam características que o permitem considerá-lo como muito mais complexo do que o tratamento a ele dispensado nas discussões e documentos da revisão do Plano Diretor de 2015 permite supor, apontando para um processo contínuo de reestruturação do espaço intraurbano curitibano. Por esse motivo, ressalta-se a importância que as contribuições mais recentes no debate sobre a centralidade possuem para se repensar o tema sob o ponto de vista da atuação dos agentes sociais no espaço público em face de suas possibilidades muito distintas de nele operar e se estabelecer. Reconhecer que os diferentes agentes produzem o espaço urbano, mas que sua estruturação, da maneira que se vem realizando, limita a apropriação do espaço, em maior ou menor grau, por uma parcela considerável desses mesmos agentes, é fundamental para a leitura dos processos que se desenrolam nas cidades contemporâneas.

Por fim, é preciso ressaltar que, embora as análises e resultados ora obtidos permitam apontar para o caráter geral do processo de descentralização e formação de áreas de centralidade no município de Curitiba, para que se possa abarcar a complexidade do tema e compreender especificidades de seu processo, outros elementos analíticos devem ser somados. Em primeiro lugar, seria importante realizar



estudos similares que compreendam todo o recorte metropolitano, opção descartada na presente pesquisa em face do tempo disponível para sua realização e a incerteza da obtenção de dados para os municípios metropolitanos, uma vez que os dados disponíveis, num primeiro momento, referiam-se apenas aos alvarás de funcionamento emitidos pelo município de Curitiba. A base de dados da RAIS, por outro lado, contém informações para todos os municípios brasileiros, o que expande sobremaneira suas possibilidades de aplicação e, no caso curitibano, permitiria correlacionar a extensão das manchas para vetores de conexão entre o polo da metrópole com aquelas que possivelmente seriam observadas nos demais municípios.

Também seriam bem-vindos estudos que pudessem aferir a capacidade de centralização financeira dos espaços de centralidade, a partir do faturamento das empresas, por exemplo, embora obter uma informação dessa natureza, para um amplo conjunto de empresas seja tarefa de difícil execução. Dessa maneira, seria possível perceber questões para além da quantificação de estabelecimentos, que apesar de indicar áreas de centralidade, não indicam os diferentes impactos que cada agrupamento de estabelecimentos possui sobre a dinâmica econômica da cidade. Investigar a origem dos usuários e seus hábitos de uso dos espaços dotados de centralidade, necessidades e expectativas quanto aos diferentes centros da cidade, constitui outro exemplo de importante elemento para definir a abrangência das diferentes áreas não somente do ponto de vista econômico do provimento de funções de comércio e serviços, mas também de sua apropriação desses espaços enquanto elementos de acesso à cidade.

Assim, para realizar a caracterização específica das áreas de centralidade, seriam necessários estudos em escala reduzida, no nível dos bairros, com trabalhos de campo, investigando também o circuito informal das atividades econômicas. Caso seja de interesse do poder público, tais pesquisas poderiam realizar-se não apenas na academia, mas também no âmbito de seus órgãos e autarquias. A constatação de que a formação de novas áreas de centralidade prossegue e coexiste com o modelo linear preconizado, em que pese seu relativo sucesso na consolidação dos trechos próximos ao Centro, é uma oportunidade para pensar tais áreas como importantes espaços que possam articular a convivência dos moradores de Curitiba com o seu espaço urbano e melhor permitir apropriar-se da cidade.

Por isso, defende-se que um tratamento específico do poder público a tais áreas, dotando-as de melhores condições de fixação da população, incentivando uso misto e permitindo maiores densidades, compatíveis com o nível de atendimento dos serviços e da acessibilidade neles disponíveis, poderia ser um caminho para valorizar os bairros e integrar seus cidadãos à cidade. Já o impacto que as novas formas de centralidade incidem sobre a dinâmica de estruturação urbana, para além dos habitualmente abordados nos instrumentos usuais, deveria ser posto sob consideração na efetivação de medidas mitigadoras e compensatórias, evitando a perda da capacidade do poder público de gerir o espaço urbano de maneira integrada. Trabalhos como o presente, bem como outros, podem indicar caminhos, mas somente uma postura incisiva nas esferas de decisão e atuação pública serão capazes de transformar o espaço urbano em direção a uma cidade mais justa e democrática.

## REFERÊNCIAS

ABRAS – Associação Brasileira de Supermercados. As 500 maiores. **Revista SuperHiper**. Ano 41, n. 466, abr. 2015. Versão digital. Disponível em: <[abrasnet.com.br/edições-anteriores/Main.php?MagID=7&MagNo=72](http://abrasnet.com.br/edições-anteriores/Main.php?MagID=7&MagNo=72)> Acesso em: 26/7/2018.

ABRASCE - Associação Brasileira de Shopping Centers: **Guia de Shoppings**. Lista de Shoppings. Paraná. Disponível em: <<http://www.portaldoshopping.com.br/guia-de-shoppings/todos/PR>>. Acesso em: 31/7/2018.

ALBUQUERQUE, A. F. de. **A questão habitacional em Curitiba**: o enigma da cidade modelo. 157f. Dissertação (Mestrado em Habitat) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ASCHER, F. **Os Novos Princípios do Urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

BARCELLOS, V. P. Q. Unidade de vizinhança: notas sobre sua origem, desenvolvimento e introdução no Brasil. **Cadernos Eletrônicos da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. v.3. Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Brasília, 2001, pp. 1-28.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia Urbana**. São Paulo: Nacional, 1980.

\_\_\_\_\_; CHABOT, G. **Tratado de geografía urbana**. Barcelona: Vicens-Vives, 1970.

BECKER, H. A Escola de Chicago (Conferência). **Mana** – estudos de Antropologia Social. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS-Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, v. 2, n. 2, p. 177-188, out. 1996.

BENEVOLO, L. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BERRY, B. J. L. General Features of Urban Commercial Structure. In: BOURNE, Larry S. (ed.): **Internal Structure of the City** - readings on Space and Environment. Toronto: Oxford University Press, p. 361- 367, 1968.

BERTOL, L. E; HOSHINO, T. A. P. Uma revisão subutilizada: lacunas e incertezas na regulamentação dos instrumentos de política urbana no projeto de lei do novo Plano Diretor de Curitiba. In: COELHO, L. X. C. **O mito do planejamento urbano democrático**: reflexões a partir de Curitiba. Curitiba: Terra de Direitos, 2015, p.108-114.

BEZERRA, M. do C. de L.; CAVALCANTE, C. V. O Plano Diretor e os elementos formadores de novas centralidades intraurbanas. **Ciência & Trópico**, Recife, v.33, n.2, p.219-241, 2009.

BIZZIO, M. R.; ZUIN, J. C. S. A apropriação do ideário cidade-jardim nos condomínios residenciais fechados brasileiros. **Arquitextos**, São Paulo, Vitruvius, ano 17, n.198.00, Nov. 2016. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.198/6300>> Acesso em: 25 jan. 2019.

BLEY, L. **Percepção do espaço urbano**: o centro de Curitiba. 186 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista/UNESP, Rio Claro, 1982.

BRASIL. Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm). Acesso em: 12/3/2019.

\_\_\_\_\_. Ministério das Cidades. **Plano Diretor Participativo**: Guia para a elaboração para municípios e cidadãos. Ministério das Cidades: Brasília, 2004.

BUSARELLO, O. Reequilibrar Curitiba. In: **Espaço Urbano** - Pesquisa e Planejamento. v. 1, n. 2 - Dez/1988. IPPUC: Curitiba, 1988. pp. 11-14.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros**. Crime, Segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34: EDUSP, 2000.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

CARLOS, A. F. A. **A (Re)Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CASTELLS, M. **A questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed., 1983.

CHOAY, F. **O Urbanismo**: Utopias e Realidades - Uma Antologia. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CHRISTALLER, W. Comment je suis parvenu à la théorie des lieux centraux. Comment une théorie peut naître et comment elle est née dans mon cas: compte-rendu. **Cybergeo: European Journal of Geography**. Tradução francesa de: COVINDASSAMY, M.; DJAN, G. n. 299, jan. 2005. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/cybergeo/3153>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

CLADERA, J. R.; DUARTE, C. R. M., MOIX, M. Urban Structure and Polycentrism: Towards a Redefinition of the Sub-centre Concept. **Urban Studies**. Glasgow, Escócia, v. 46, n. 13, p. 2841-2868, dez. 2009.

CLEMENTE, A.; HIGACHI, H. Y. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2000.



COLBY, C. C. **Centrifugal and Centripetal Forces in Urban Geography**. Annals of the Association of American Geographers, v.23, n.1, p. 1-20, mar/1933. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2560571>. Acesso em: 6/6/2018.

CORDEIRO, H. K. **O Centro da Metrópole Paulistana** – Expansão recente. 184f. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia, Departamento de Geografia, 1980 [1979].

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989. 1989a

\_\_\_\_\_. **A rede urbana**. São Paulo: Atica, 1989. 1989b.

\_\_\_\_\_. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

\_\_\_\_\_. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

COSTA, L. H. Delimitação da (I)legitimidade da cláusula *res sperata*. In: COSTA, L. H. (coord.) **Análise de contratos empresariais**. Shopping Center. Goiânia: Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Goiás, Subcomissão de Contratos Empresariais, 2014.

CUENYA, B. Grandes proyectos y sus impactos em la centralidad urbana. **Cadernos Metrópole**. São Paulo, v. 13, n. 25, jul. 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5987/4330>>. Acesso em: 17/7/2018.

CURITIBA. **Boletim PMC: Plano de Urbanização de Curitiba**. Ano II, N. 12. Curitiba: 1943.

\_\_\_\_\_. Lei nº 699, de 16 de julho de 1953. Dispõe sobre o Código de Posturas e Obras do município de Curitiba". **Diário Oficial do Município**. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/imdpb>>. Acesso em: 4/2/2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1.127, de 2 de agosto de 1955. Reorganiza os órgãos da Prefeitura Municipal de Curitiba, cria e extingue cargos, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**. 1955a. Disponível em: < <http://leismunicipa.is/jimpa>>. Acesso em: 4/2/2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1.165, de 18 de novembro de 1955. Autoriza o Poder Executivo a introduzir as modificações que se fizerem necessárias no Plano Agache. **Diário Oficial do Município**. 1955b. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/dkpbm>>. Acesso em: 4/2/2019.

\_\_\_\_\_. Câmara Municipal de Curitiba. Projeto de lei nº 133 de 20 de outubro de 1959. Autor: Senhor Prefeito Municipal (Iberê de Mattos). **Câmara Municipal de Curitiba**, Curitiba, PR, 20 out. 1959.

\_\_\_\_\_. Câmara Municipal de Curitiba. Projeto de lei nº 35, de 4 de janeiro de 1960. Autor: Senhor Prefeito Municipal (Iberê de Mattos). **Câmara Municipal de Curitiba**, Curitiba, PR, 04 jan. 1960. (1960a)

\_\_\_\_\_. Lei nº 1.875, de 30 de março de 1960. Aprova o plano piloto de zoneamento de uso e sua regulamentação. **Diário Oficial do Município**. 1960b. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/jmpek>>. Acesso em: 4/2/2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1.908, de 13 de setembro de 1960. Divide o Município em Unidades de Vizinhança. **Diário Oficial do Município**. 1960c. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/pkmjf>>. Acesso em: 5/8/2018.

\_\_\_\_\_. **Mensagem nº 22**, de 20 de maio de 1966. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba: 1966a.

\_\_\_\_\_. Lei nº 2.828, de 31 de julho de 1966. Institui o Plano Diretor de Curitiba e aprova as suas diretrizes básicas, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do município, revogando as leis nº 1875/60; 1951/60; 1908/60; 2100/61; 2123/62; 2154/62. **Diário Oficial do Município**. 1966b. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/dplam>>. Acesso em: 4/2/2019

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Administrações Regionais - SMAR. **Projeto Aldeia**. Curitiba: SMAR, 1986.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 550, de 06 de dezembro de 1988. Dispõe sobre o setor especial do subcentro do Portão. **Diário Oficial do Município**. 1988a. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/pdmeg>> Acesso em: 6/8/2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 551, de 06 de dezembro de 1988. Dispõe sobre o setor especial do subcentro do Pinheirinho. **Diário Oficial do Município**. 1988b. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/gmeap>> Acesso em: 6/8/2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 118, de 19 de janeiro de 1989. Revoga os decretos nº s 547/88, 548/88, 550/88, 551/88 e 556/88. **Diário Oficial do Município**. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/djlpa>> Acesso em: 6/8/2018.

\_\_\_\_\_. Decreto 838, de 18 de agosto de 1997. Institui o Relatório Ambiental Prévio no Município de Curitiba. **Diário Oficial do Município**. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/imahp>>. Acesso em: 7/2/2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.800, de 3 de janeiro de 2000. Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo no município de Curitiba, revoga as leis nº 4199/72, 5234/75, 5263/75, 5490/76, 6204/81 6769/85, 7068/87 e 7622/91, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/dncpe>>. Acesso em: 7/2/2019.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 183, de 3 de abril de 2000. Regulamenta o Art. 34 e seguintes, todos componentes do Capítulo IV – Da Classificação dos Usos, da Lei nº 9.800/00,

define, relaciona os usos do solo e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/hbjlp>>. Acesso em: 7/2/2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 14.771, de 17 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor de Curitiba de acordo com o disposto no art. 40, § 3º, do Estatuto da Cidade, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do Município. **Diário Oficial do Município**. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/pmhqu>>. Acesso em: 10/8/2018.

\_\_\_\_\_. Rua Bley Zornig será revitalizada como Polo das Malhas. **Agência de Notícias da Prefeitura de Curitiba**. Curitiba, 16 novembro 2017. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/rua-bley-zornig-sera-revitalizada-como-polo-das-malhas/44124>>. Acesso em: 29/1/2019

\_\_\_\_\_. **Proposta de lei**. Lei de zoneamento 2018. Arquivos da proposta encaminhada à Câmara de Vereadores em 01 de agosto de 2018. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/proposta-de-lei/2808>>. acesso em 17 fev. 2019.

DELY, R.; OIKAWA, M. **Curitiba, o fazimento de uma cidade**. Curitiba: Banquinho Publicações, 2017.

DUARTE, H. da S. B. A cidade do Rio de Janeiro: descentralização das atividades terciárias. Os centros funcionais. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 36(1), p. 53-98, jan./mar. 1974.

DUDEQUE, I. T. **Nenhum dia sem uma linha**: uma história do urbanismo em Curitiba. São Paulo: Studio Nobel, 2010.

EUFRASIO, M. A. **Estrutura Urbana e Ecologia Humana**. A escola sociológica de Chicago (1915-1945). São Paulo: Ed. 34, 1999.

FERRARI, C. **Curso de Planejamento Municipal Integrado**: urbanismo. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1979.

FONSECA, M.de L. P. **O estudo das centralidades das áreas periféricas da cidade de São Paulo**. São Paulo: CEM/Cebrap, 2009. Relatório de Pesquisa.

FRAMPTON, K. **História crítica da arquitetura moderna**. Tradução de CAMARGO, J. L. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FRESCA, T. M. O Espaço Metropolitano de Londrina – PR: Novas Centralidades e Mercado Imobiliário. **Revista de Geografia**. Universidade Federal de Pernambuco. v.30, n.2, 2013.

FRÚGOLI JR., H. **Centralidade em São Paulo**: Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Edusp, 2000.

\_\_\_\_\_. A questão da centralidade em São Paulo: O papel das associações de caráter empresarial. In: **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, 16, p. 51-66, jun. 2001

GARCEZ, L. A. **Curitiba – Evolução Urbana**. Curitiba: [O Autor], 2006.

GARCIA, F. E. S. Curitiba Revisitada – alguns elos para a compreensão da imagem construída. In: GARCIA, F. E. S. **Cidade espetáculo**: política, planejamento e city marketing. Curitiba: Palavra, 1997. p. 21-46.

GARNER, B. J. Modelos de geografía urbana y localizacion de asentamientos. In: CHORLEY, R. J.; HAGGETT, P. **La geografía y los modelos socio-economicos**. Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local, 1971.

GASPARI, G. D. **O Processo de Formação do Subcentro do Pinheirinho - Curitiba/PR**. 152 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

GEORGE, P. Crítica geográfica do desenvolvimento urbano. In: GEORGE, P; GUGLIELMO, R., KAYSER, B., LACOSTE, Y. **A geografia ativa**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro: USP, 1966. p. 257-278.

\_\_\_\_\_. **Geografia Urbana**. São Paulo: DIFEL, 1983.

GNOATO, S. Curitiba, cidade do amanhã: 40 depois. Algumas premissas teóricas do Plano Wilhelm-IPPUC. Arqutextos, São Paulo: Vitruvius, ano 06, n. 72.01, maio 2006. Disponível em: < <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/06.072/351>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

GOROVITZ, M. A invenção da superquadra. Sobre o conceito de área de vizinhança em Brasília. In: FERREIRA, M. M. **A invenção da superquadra**: o conceito de unidade de vizinhança em Brasília. Brasília: IPHAN, Superintendência do IPHAN no DF, 2009.

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço**. Tradução de SOUZA, G. G. de. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

HALL, P. **Cidades do Amanhã**: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Perspectiva, 1ª ed., 2ª reimpr., 2005

HARRIS, C. D.; ULLMAN, E. L. The Nature of Cities. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 242, p. 7-17, nov. 1945. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1026055>. Acesso em: 11/6/2018.

HOSHINO, T. A. P. et al. Do Estudo de Impacto de Vizinhança e de sua impostergável regulamentação e implementação no Município de Curitiba: análise comparativa e recomendações. **Curitiba: Projeto Cidade em Debate (UFPR/UP/MPPR)**, 2014. Disponível em: [http://www.urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/Nota\\_tecnica\\_EIV\\_188\\_versao\\_publicacao.pdf](http://www.urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/Nota_tecnica_EIV_188_versao_publicacao.pdf). Acesso em: 7/2/2019



HOWARD, E. **Garden Cities of To-morrow**. Londres, Inglaterra: Swan Sonnenschein & Co., 1902. Disponível em: <https://ia802703.us.archive.org/11/items/gardencitiesofto00howa/gardencitiesofto00howa.pdf>. Acesso em: 1/6/2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Geografia. **A área central do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1967. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13561.pdf>. Acesso em: 2/8/2018.

\_\_\_\_\_. Comissão Nacional de Classificação - CONCLA. **Busca online CNAE**. Base de dados digital. Disponível em: <https://cnae.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2/8/2018.

INAUGURAÇÃO do Palladium é marcada por confusão com alvará. **Tribuna do Paraná**. Curitiba, 09 maio 2008. Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/inauguracao-do-palladium-e-marcada-por-confusao-com-alvara/> Acesso em: 7/2/2019.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ministério das Cidades. **Retrato das Áreas Centrais no Brasil**. Relatório de Pesquisa. Brasília: IPEA, 2016.

IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Sociedade Serete de Estudos e Projetos Ltda. Jorge Wilhelm - Arquitetos Associados. **Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba**. 2ª ed. Curitiba: IPPUC, 1965,

\_\_\_\_\_. **Proposta das Diretrizes Básicas do Plano Diretor**. Curitiba: IPPUC, 1966. 22p.

\_\_\_\_\_. Departamento de Desenvolvimento Social. **Projeto Vizinhança**. Curitiba: IPPUC, 1979.

\_\_\_\_\_. **Proposta ao PNCSU de implantação de Casas de Vizinhança**. Curitiba: IPPUC, 1980

\_\_\_\_\_. **Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano**. Curitiba: IPPUC, 1985.

\_\_\_\_\_. **Aldeamento**: Modelo de Estruturação Urbana. Subcentros Funcionais. Curitiba: IPPUC, 1986.

\_\_\_\_\_. **Estrutura Policêntrica de Curitiba**. Curitiba: IPPUC, 1987.

\_\_\_\_\_. **Subcentros Funcionais**. Relatório de Pesquisa. Curitiba: IPPUC, 1988.

\_\_\_\_\_. **Memória da Curitiba urbana**. Depoimentos. v.5. Curitiba IPPUC, 1990.

\_\_\_\_\_. **Memória da Curitiba urbana**. Depoimentos. v.7. Curitiba IPPUC, 1991.

\_\_\_\_\_. Monitoração da Gestão Urbana. **Gestão do Uso do Solo e disfunções do Crescimento Urbano da Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: IPPUC, 1997.

\_\_\_\_\_. **Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV**: estudos para a regulamentação do EIV no município de Curitiba. Apresentação ao CONCITIBA. Coordenação do Uso do Solo, IPPUC. 2012. Disponível em: <[http://concitiba.ippuc.org.br/anexos/EIV-8RE\\_Concitiba.pdf](http://concitiba.ippuc.org.br/anexos/EIV-8RE_Concitiba.pdf)> Acesso em 7/2/2019

\_\_\_\_\_. **Revisão 2014 Plano Diretor de Curitiba**. Versão para avaliação na Plenária Expandida do Concitiba. Curitiba. jan. 2015. 50 slides. Apresentação em formato PDF. Disponível em: <http://www.ippuc.org.br/planodiretor2014/arquivos/Resumo%20das%20Propostas%20A4.pdf>. Acesso em 31/7/2018.

\_\_\_\_\_. **Linha do Tempo**. Curitiba, 2019. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br/mostrarlindahotempo.php?pagina=12>> Acesso em: 12/3/2019.

JASPER, F. Grupo Tacla fará shopping e outlet com 241 lojas em Campo Largo. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 29 abril 2016. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/grupo-tacla-fara-shopping-e-outlet-com-241-lojas-em-campo-largo-4qesa8dcnh8za1rdqmt7jq9c>>. Acesso em: 17/7/2018

JOHNSON, J. H. **Geografía Urbana**. 2ª ed. Barcelona, Espanha: Oikos-tau, 1980.

JUNGES, C. Pátio Batel é adiado pela quarta vez. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 28 maio 2013. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/patio-batel-e-adiado-pela-quarta-vez-048lomz76vkv3mi6b4mp4nxvy/>>. Acesso em 7/2/2019.

KNEIB, E. C. **Subcentros urbanos**: contribuição conceitual e metodológica à sua definição e identificação para planejamento de transportes. 206 f. Tese (Doutorado em Planejamento de Transportes). Faculdade de Tecnologia, Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

KOWALSKI, R. L. Calçados, cabelos, noivas, brechós, restaurantes: conheça as ruas temáticas de Curitiba. **Bem Paraná**. Curitiba, 29 julho 2018. Disponível em: <<https://www.bemparana.com.br/noticia/calçados-cabelos-noivas-brechós-restaurantes-conheca-as-ruas-tematicas-de-curitiba>>. Acesso em: 29/1/2019.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Tradução de MARTINS, S. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEITÃO, S. R. **O discurso do planejamento urbano em Curitiba**: um enigma entre a prática e a cidade real. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas). Universidade de São Paulo - USP. São Paulo, 2002.

MATOS, G. M. S. de. **O Modelo de von Thünen**: Um Aplicativo Computacional. Dissertação (Mestrado em Geografia - Tratamento da Informação Espacial). Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2005.

MONTE-MÓR, R. L. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, C.C.; CROCO, M. A. (Eds.). **Economia Regional e Urbana**: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 61-85.

NOVAES, A. G. **Modelos em planejamento urbano, regional e de transportes**. São Paulo: E. Blucher, 1981.

OBA, L. T. **Os marcos urbanos e a construção da cidade**: a identidade de Curitiba. 327p. Tese (doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. Cidade grifada: Curitiba e seus eixos estruturais. In: II Encontro Anual Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade- ANPPAS, 2, 2004, Indaiatuba/SP. **Anais...Indaiatuba**: ANPPAS, 2004. n.p. Disponível em: <[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT14/leonardo\\_oba.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT14/leonardo_oba.pdf)> Acesso em: 6/8/2018.

OLIVEIRA, D. de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora UFPR, 2000.

OLIVEIRA, M. A trajetória do discurso ambiental em Curitiba (1960-2000). **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 16, p 97-106, jun. 2001.

OLIVEIRA, G. B. de. Da não auto-aplicabilidade do art. 36 do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01). Estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV). Revista Jus Navigandi. Teresina, ano 14, n. 2056, 16 fev 2009. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/12335>>. Acesso em: 7 fev. 2019.

PEREIRA, G. de F. **Planejamento urbano e qualidade de vida**: reflexo a partir de um bairro de Curitiba. 93f. Dissertação (mestrado) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

PEREIRA, C. S. S. **Centro, centralidade e cidade média**: o papel do comércio e serviços na reestruturação da cidade de Juazeiro do Norte/CE. 328 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) -Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

PERRY, C. A. Neighborhood and communiy planning In: **Regional Plan of New York and Its Environs**, Regional Survey, V. VII, Nova York, 1929.

PFISTER, N.; FREESTONE, R.; MURPHY, P. Polycentricity or Dispersion? Changes in center employment in metropolitan Sydney, 1981 to 1996. **Urban Geography**, Sydney, Austrália, v. 21, n.5, p. 428-442, 2000.

PIERSON, D. **Estudos de ecologia humana**: leituras de sociologia e antropologia social. São Paulo: Martins, 1970 (1948).

PILOTTO, Â. S. **Área Metropolitana de Curitiba. Um estudo a partir do espaço intraurbano**. 196 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PINTAUDI, S. M. O Shopping Center no Brasil. Condições de surgimento e estratégias de localização. In: PINTAUDI, S. M.; FRÚGOLI JR., H. **Shopping Centers**. Espaço, Cultura e Modernidade nas Cidades Brasileiras. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

PROUDFOOT, M. J. City Retail Structure. In: **Economic Geography**. Clark University. Worcester, Massachussetts, v. 13, p. 425-428, out. 1937. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/141589>. Acesso em: 6/6/2018.

REGO, R. L. "Unidade de vizinhança: um estudo de caso das transformações de uma ideia urbanística" **Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana**. v. 9, n.3. set./dez. 2017. p. 401-413.

REIS, L. T. dos. **Descentralização e desdobramento do núcleo centralde negócios na cidade capitalista**: estudo comparativo entre Campo Grande e Praia do Canto na grande Vitória-ES. 286 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

RIBEIRO, A. C. T; GARCIA, F. E. S. *City marketing*: a nova face da gestão da cidade no final de século. In: GARCIA, F. E. S. **Cidade espetáculo**: política, planejamento e city marketing. Curitiba: Palavra, 1997. p. 105-125.

RICHARDSON, H. W. **Elementos de Economia Regional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SALGUEIRO, T. B. Lisboa, metrópole policêntrica e fragmentada. **Finisterra**, v. 32, n. 63, p. 179-190, 1997.

\_\_\_\_\_. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. **Território**. Rio de Janeiro, Ano III, n.º 4, p.39-54, jan./jun. 1998

SANT'ANA, J. Livrarias Curitiba investe R\$ 34 milhões para abrir novas lojas e construir Centro de Distribuição. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 07 agosto 2017. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/nova-economia/livrarias-curitiba-investe-r-34-milhoes-para-abrir-novas-lojas-e-construir-centro-de-distribuicao-20j6xu8l8rhx0fh0h4zw9xyx0>>. Acesso em: 27/7/2018

SANTOS, Jânio. Reestrutura urbana x reestruturação da cidade: o caso de Salvador. In: X Colóquio Internacional de Geocrítica. Barcelona, 2008. **Anais...** Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/388.htm>. Acesso em: 12/6/2018.

SANTOS, Jorge. **ArcGIS: Geocodificação de Endereços com Google Fusion Tables, Excel e Google Earth**. 07 outubro 2017. Disponível em: <<http://www.processamentodigital.com.br/2017/10/07/arcgis-geocodificacao-de->



enderecos-com-google-fusion-tables-excel-e-google-earth/>. Acesso em: 13 fev. 2019.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE. **Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa – 2013**. Brasília, DF; DIEESE, 2013

SERPA, A. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. In: CARLOS, A. F. A., SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. 1ª ed., 2ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2013. p. 97-108.

SERVO L. M. S. et al. Base de dados: apresentação e opções metodológicas In: CORSEUIL, C. H.; SERVO, L. M. S. (orgs.). **Criação, destruição e realocação de empregos no Brasil**. Brasília: IPEA, 2006. p. 25-34.

SILVA, M. C. da. **O Plano de Urbanização de Curitiba - 1943-1963 - e a valorização imobiliária**. 235p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SILVA, M. N. da **Indústria e produção do espaço urbano em Araucária**. 114 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SILVA, W. R. da. Centralidade, *shopping centers* e reestruturação das cidades médias. In: MAIA, D. S.; SILVA, W. R. da; WHITACKER, A. M. **Centro e centralidade em cidades médias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017a. p. 199-226.

\_\_\_\_\_. *Shopping Centers* e a redefinição da centralidade em cidades médias brasileiras. In: MAIA, D. S.; SILVA, W. R. da; WHITACKER, A. M. **Centro e centralidade em cidades médias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017b. p. 227-285.

SINDISHOPPING - Sindicato dos lojistas do comércio estabelecidos em Shopping Centers de Curitiba. **Shopping Mueller revitaliza espaço de lojas**. Curitiba, agosto 2013. Disponível em: <[http://www.sindishopping.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=691:reforma&catid=34:noticias&Itemid=53](http://www.sindishopping.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=691:reforma&catid=34:noticias&Itemid=53)>. Acesso em: 10/8/2018

SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas**: a reafirmação da teoria social crítica. Tradução de RIBEIRO, V. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SORIMA NETO, J. País ganhará mais 12 'outlets' até 2019. **O Globo**. Rio de Janeiro, 26 fevereiro 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/pais-ganhara-mais-12-outlets-ate-2019-20983984>> Acesso em: 29/1/2019

SOUZA, N. R. de. **Planejamento urbano, saber e poder**: o governo do espaço e da população em Curitiba. 316 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SOUZA, K. B. de. **As múltiplas tendências da terciarização**: uma análise insumo produto da expansão do setor de serviços. 123 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

SPOSITO, M. E. B. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia**. Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 1991 v.10. p. 1-18

\_\_\_\_\_. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. (orgs.). **O Espaço no fim de século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. p. 83-99.

\_\_\_\_\_. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. 504f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo e Urbanização**. 15ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. Multi(poli)centralidade urbana. In: SPOSITO, E. S.; SANT'ANNA NETO, J. L. (orgs.) **Uma Geografia em Movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 199-228.

\_\_\_\_\_. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. **A Cidade Contemporânea**. Segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-93

STROHAECKER, T. M. A Zona Periférica ao Centro: uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.50, n.4, p. 171-183, out./dez. 1988.

TOURINHO, A. de O. **Do Centro aos centros**: bases teórico-conceituais para estudo da centralidade em São Paulo. 438f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Centro de Pós-Graduação, Estruturas Ambientais Urbanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. Do Centro às novas centralidades: uma trajetória de permanências terminológicas e rupturas conceituais. In: GITAHY, M. L. C.; LIRA, J. T. C. de. (orgs.). **Cidade**: impasses e perspectivas. São Paulo: Annablume, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2007.

TREMARIN, A. R. **Análise do processo de ocupação e verticalização dos setores estruturais norte e sul de Curitiba no contexto do planejamento urbano**. 181 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná - UFPR. Curitiba, 2001.

TRUFELLO, R.; HIDALGO, R. Policentrismo em el Área Metropolitana de Santiago de Chile: reestructuración comercial, movilidad y tipificación de subcentros. **Eure**. Santiago, Chile, v.41, n.122, p. 49-73, jan. 2015.

TURBAY, A. L. B. **A cidade pretendida e o licenciamento ambiental urbano em Curitiba - PR**. 219 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) - Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O. B. F.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único** - desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-103.

VALE, M. L. Planejamento Urbano Descentralizado: o planejamento de bairros na cidade de Santo André. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2003.

VARGAS, H. C. **Espaço Terciário**: o lugar, a arquitetura, e a imagem do comércio. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

VENOSA, S. de S. **Lei do inquilinato comentada**: doutrina e prática: lei n. 8.245 de 18.10.1991. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VILLAÇA, F. J. M. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

WHITACKER, A. M. **Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto**. 238f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista/UNESP, Presidente Prudente, 2003.

\_\_\_\_\_. Centro da cidade, centralidade intraurbana e cidades médias. In: MAIA, D. S.; SILVA, W. R. da; WHITACKER, A. M. **Centro e centralidade em cidades médias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 149-177.

ZILHÃO, A. Uma proposta multidisciplinar para o entendimento da centralidade urbana como facto social total. **Sociologia**, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXV, p. 55-77, 2013.